

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS

CNPJ 60.894.730/0001-05

NIRE 313.000.1360-0

Companhia Aberta

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

28 DE ABRIL DE 2020

ÍNDICE

1 – Mensagem da Administração	p. 04
--------------------------------------	--------------

2 – Orientações para Participação na Assembleia Geral

2.1 Participação Presencial

2.1.1. Acionistas Pessoas Físicas	p. 05
2.1.2. Acionistas Pessoas Jurídicas	p. 06
2.1.3. Acionistas Representados por Procuração	p. 06
2.1.4. Acionistas Estrangeiros	p. 06

2.2 – Participação por voto a distância	p. 07
--	--------------

3 – Edital de Convocação	p. 12
---------------------------------	--------------

4 – Informações sobre as Matérias objeto da Ordem do Dia	p. 15
---	--------------

Anexo 1 – Cópia do Estatuto Social com destaque das alterações propostas, de acordo com o artigo 11, inciso I, da Instrução CVM nº 481/2009	p. [24]
--	----------------

Anexo 2 – Quadro comparativo das alterações propostas no Estatuto Social, com a indicação das justificativas para cada alteração, de acordo com o artigo 11, inciso II, da Instrução CVM nº 481/2009	p. [54]
---	----------------

Anexo 3 – Nova versão do Estatuto Social consolidado da Companhia, caso sejam aprovadas todas as alterações propostas	p. [66]
--	----------------

Anexo 4 - Informações sobre a reforma estatutária referente à celebração de Contratos de Indenidade pela Companhia (Item 7.11 do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020)	p. [96]
--	----------------

Anexo 5 – Informações Exigidas pelo Art. 9º da Instrução CVM 481/2009	p. [99]
--	----------------

Anexo 6 – Informações exigidas pelo Anexo 9-1-II à Instrução CVM nº 481/2009 e proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2020	p. [282]
--	-----------------

Anexo 7 – Informações Exigidas pelo Art. 12 da Instrução CVM 481/2009	p. [292]
--	-----------------

**Anexo 8 – Informações sobre os Candidatos ao Conselho de Administração e ao
Conselho Fiscal** p. [313]

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Com o objetivo de facilitar sua participação, encaminhamos ao conhecimento de V.Sas. o Manual para a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária (“Assembleia Geral”) da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (“Usiminas” ou “Companhia”), a ser realizada em 28 de abril de 2020, às 13:00h.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos V.Sas. a comparecer à Assembleia Geral para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Extraordinária

(1) deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhadas em minuta com marcas de revisão constante da Proposta da Administração divulgada ao mercado:

- (a) ajustes de redação e formatação dos artigos 8º, 9º, 13, 14, 15, 20, 22 e 24;
- (b) modificação no artigo 13 e inclusão do artigo 28, prevendo a possibilidade de celebração de contratos de indenidade pela Companhia e atribuindo ao Conselho de Administração a competência para deliberar sobre regras, procedimentos, condições e limitações dos contratos de indenidade;
- (c) modificações no artigo 17 e respectivo parágrafo único, e no parágrafo 2º do artigo 19, para inclusão de procedimentos e prerrogativas a serem observados nas hipóteses de ausência, impedimento ou vacância de membros da Diretoria; e
- (d) modificação no parágrafo 3º do artigo 22, para inclusão da possibilidade de a Companhia ser representada por um único diretor ou procurador no caso de compras e contratações de suprimentos em valor até R\$ 3.000,00 (três mil reais), seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas.

(2) consolidar o Estatuto Social da Companhia com as alterações aprovadas.

Em Assembleia Geral Ordinária:

(1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019;

- (2) Destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2019 e aprovação do orçamento de capital para o exercício social 2020;
- (3) Proposta da administração para pagamento de dividendos e definição da data de seu respectivo pagamento;
- (4) Fixar a verba global da remuneração dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2021;
- (5) Eleição dos Membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2022, incluindo a deliberação sobre o número de vagas a serem preenchidas nesta eleição;
- (6) Eleição do Presidente do Conselho de Administração; e
- (7) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2021, bem como fixação da respectiva remuneração.

Entendemos que as informações ora disponibilizadas possibilitam um posicionamento antecipado de nossos acionistas e facilitam a tomada de decisão. Nossa equipe de Relações com Investidores está à disposição para dirimir eventuais dúvidas ou para orientá-los.

2 – ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

2.1. – PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL

Solicitamos que os acionistas que pretendam participar da Assembleia Geral, pessoalmente ou por meio de procuradores, enviem, até o dia 24 de abril de 2020 (data que corresponde a dois dias úteis antes da realização da Assembleia Geral), para a sede da Companhia, localizada na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança, cópia dos documentos abaixo relacionados. O acionista poderá também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos abaixo referidos para o seguinte endereço eletrônico: dri@usiminas.com.

2.1.1. ACIONISTAS PESSOAS FÍSICAS

- Documento de identificação com foto; e
- Comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora, no caso de acionistas registrados diretamente no registro de ações nominativas da Companhia, ou pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas, no caso de acionistas que detenham suas ações por meio do sistema fungível de custódia de ações, devendo tal comprovante ser emitido não mais do que 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral.

2.1.2. ACIONISTAS PESSOAS JURÍDICAS

- Último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (i.e.: ata de eleição dos diretores);
- Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto;
- Comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora, no caso de acionistas registrados diretamente no registro de ações nominativas da Companhia, ou pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas, no caso de acionistas que detenham suas ações por meio do sistema fungível de custódia de ações, devendo tal comprovante ser emitido não mais do que 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia; e
- No caso de Fundos de Investimento: (i) o último regulamento consolidado do fundo, (ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e a documentação societária que comprove a representação legal do administrador ou gestor (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), e (iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto.

2.1.3. ACIONISTAS REPRESENTADOS POR PROCURAÇÃO

- Além dos documentos indicados acima, o instrumento original de procuração, o qual deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano, sendo que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/1976; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado; e
- Documento de identificação do procurador com foto.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma nos instrumentos de procuração.

2.1.4. ACIONISTAS ESTRANGEIROS

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, sendo dispensados os procedimentos de apostilamento, notariação e

consularização, exigindo-se, porém, a tradução juramentada dos documentos lavrados em língua estrangeira.

A Companhia ressalta que, conforme dispõe o § 2º do artigo 5º da Instrução CVM nº 481/2009, os acionistas poderão participar da Assembleia Geral ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos acima indicados, desde que os apresentem antes do início dos trabalhos da Assembleia Geral.

2.2. PARTICIPAÇÃO POR VOTO A DISTÂNCIA

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM nº 481/2009, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia Geral mediante o preenchimento e envio do documento denominado Boletim de Voto a Distância (“Boletim”), que estará disponível para impressão, separadamente, no site da Companhia e no da CVM.

Para tanto, o Boletim deverá ser recebido até 22.04.2020 (inclusive). Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim, deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

2.2.1. Por instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações escrituradas pelo Banco Bradesco S.A. e que não estejam depositadas em depositário central:

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços poderá transmitir as suas instruções de voto ao agente escriturador das ações de emissão da Usiminas, o Banco Bradesco S.A., observadas as regras por ele determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão comparecer a qualquer uma das Agências Bradesco até 22.04.2020 (inclusive), durante o horário de expediente bancário local, munido do Boletim impresso, preenchido, rubricado e assinado, bem como dos documentos relacionados na tabela abaixo, para que as informações constantes do Boletim sejam transferidas para os sistemas do Bradesco.

Documentos a serem apresentados na Agência Bradesco, juntamente com o	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
--	----------------------	------------------------	-------------------------------

Boletim			
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal *	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado **	-	X	X
Documento que comprove os poderes de representação **	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

* Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

** Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim ao agente escriturador até 22.04.2020 (inclusive).

Em caso de dúvidas, os acionistas poderão entrar em contato com o Bradesco, por meio dos seguintes canais:

TEL: 0800 701 1616

e-mail: dac.escrituracao@bradesco.com.br

O Bradesco informa que os dados acima foram inseridos apenas para que o acionista possua um canal para esclarecer eventuais dúvidas relativas ao envio do Boletim ao agente escriturador. Entretanto, o Bradesco não aceitará o recebimento do Boletim por meio de envio eletrônico, sendo certo que só serão considerados os Boletins que forem apresentados através de qualquer agência Bradesco, nos termos e condições especificados neste Manual da Assembleia.

2.2.2. Por instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Nesse caso o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados por seus respectivos agentes de custódia.

O acionista titular de ações depositadas na Central Depositária da B3 e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por

esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para o exercício de tal faculdade.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia até 22.04.2020 (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus agentes de custódia.

Conforme determinado pelo artigo 21-S da Instrução CVM 481/2009, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

2.2.3. Mediante encaminhamento do Boletim Diretamente à Companhia

Os acionistas poderão ainda, alternativamente aos procedimentos descritos nos itens 2.2.1 e 2.2.2 acima, enviar seus Boletins diretamente à Companhia.

Para tanto, os acionistas deverão imprimir o Boletim (que estará disponível para impressão, separadamente, no *site* da Companhia e no da CVM), preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo. Na sequência, os acionistas deverão enviar o Boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado, para o seguinte endereço postal: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança, juntamente com a cópia dos documentos descritos abaixo:

Pessoas físicas

- documento de identidade com foto do acionista.

Pessoas jurídicas

- último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (i.e.: ata de eleição dos diretores);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

Fundos de investimento

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma dos Boletins emitidos no território brasileiro ou o apostilamento, notariação ou consularização daqueles emitidos fora do País, sendo exigida, porém, a tradução juramentada dos documentos lavrados em língua estrangeira.

O Boletim, acompanhado dos documentos acima indicados, deverá ser recebido pela Companhia, independentemente da data em que for postado, até 22.04.2020 (inclusive). Eventuais Boletins recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

O acionista poderá também, se preferir, enviar a via digitalizada do Boletim e dos documentos acima referidos, até o dia 22.04.2020, para o seguinte endereço eletrônico: dri@usiminas.com.

Em até 3 (três) dias do recebimento dos referidos documentos, a Companhia informará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, sobre o seu recebimento e sua aceitação.

Caso o Boletim não esteja devidamente preenchido ou acompanhado dos documentos comprobatórios acima descritos, ele será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, informando-o da necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá enviar nova instrução de voto à Companhia, caso entenda necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Caso haja divergências entre o Boletim recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do artigo 21-W, §2º, da Instrução CVM nº 481/2009.

2.2.4. Informações Gerais

A Companhia ressalta que:

- encerrado o prazo de votação a distância, ou seja, em 22.04.2020, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo na Assembleia Geral, presencialmente ou por procuração, mediante solicitação, explícita, de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletim, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação;
- não serão considerados para fins de cômputo dos votos os Boletins enviados por acionistas que não sejam elegíveis para votar na Assembleia Geral ou na respectiva deliberação;
- para fins de cômputo dos votos serão consideradas apenas as ações de titularidade de cada acionista na data de realização da Assembleia Geral, independente da data de envio do Boletim, sendo que caso o acionista aliene ações entre a data de envio do Boletim e a data de realização da Assembleia Geral, os votos relacionados às ações alienadas serão desconsiderados;
- a instrução de voto proveniente de determinado CPF ou CNPJ será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo escriturador, na data da Assembleia Geral; e
- conforme previsto no artigo 21-X da Instrução CVM nº 481/2009, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da Assembleia Geral ou caso seja necessária a sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapassem 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista para sua realização em primeira convocação.

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS

CNPJ 60.894.730/0001-05

NIRE 313.000.1360-0

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Ficam os senhores Acionistas convocados para se reunirem no dia 28 de abril de 2020, em primeira convocação, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária (“Assembleia”), às 13:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011, bairro Engenho Nogueira, Belo Horizonte/MG, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos:

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(1) deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhadas em minuta com marcas de revisão constante da Proposta da Administração divulgada ao mercado:

- (a) ajustes de redação e formatação dos artigos 8º, 9º, 13, 14, 15, 20, 22 e 24;
- (b) modificação no artigo 13 e inclusão do artigo 28, prevendo a possibilidade de celebração de contratos de indenidade pela Companhia e atribuindo ao Conselho de Administração a competência para deliberar sobre regras, procedimentos, condições e limitações dos contratos de indenidade;
- (c) modificações no artigo 17 e respectivo parágrafo único, e no parágrafo 2º do artigo 19, para inclusão de procedimentos e prerrogativas a serem observados nas hipóteses de ausência, impedimento ou vacância de membros da Diretoria; e
- (d) modificação no parágrafo 3º do artigo 22, para inclusão da possibilidade de a Companhia ser representada por um único diretor ou procurador no caso de compras e contratações de suprimentos em valor até R\$ 3.000,00 (três mil reais), seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas.

(2) consolidar o Estatuto Social da Companhia com as alterações aprovadas.

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- (2) Destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2019 e aprovação do orçamento de capital para o exercício social 2020;
- (3) Proposta da administração para pagamento de dividendos e definição da data de seu respectivo pagamento;
- (4) Fixar a verba global da remuneração dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2021;
- (5) Eleição dos Membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2022, incluindo a deliberação sobre o número de vagas a serem preenchidas nesta eleição;
- (6) Eleição do Presidente do Conselho de Administração; e
- (7) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2021, bem como fixação da respectiva remuneração.

Para participar da Assembleia, os acionistas deverão apresentar originais ou cópias dos seguintes documentos: (i) documento de identificação com foto; (ii) documentos que comprovem a representação legal do acionista pessoa jurídica; (iii) no caso dos acionistas representados por procuração, instrumento de mandato que atenda aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamentação aplicável; e (iv) comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora, no caso de acionistas registrados diretamente no registro de ações nominativas da Companhia, ou pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas, no caso de acionistas que detenham suas ações por meio do sistema fungível de custódia de ações, devendo tal comprovante ser emitido não mais do que 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia.

Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que cópias dos documentos acima mencionados sejam enviados à sede da Companhia com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data da realização da Assembleia, nos termos do artigo 8º, § 3º, do Estatuto Social.

O acionista também poderá exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância. Neste caso, até o dia 22 de abril de 2020 (inclusive), o boletim de voto a distância devidamente preenchido deverá ser recebido: 1) pelo escriturador das ações de emissão da Companhia; ou 2) por seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de

ações depositadas em depositário central; ou 3) pela Companhia. Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na Assembleia.

Nos termos da Instrução CVM nº 165/1991, conforme alterada pela Instrução CVM nº 282/1998, o percentual mínimo para requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital votante.

Os documentos pertinentes às matérias objeto da Ordem do Dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da própria Companhia (www.usiminas.com).

Belo Horizonte, 27 de março de 2020.

Ruy Roberto Hirschheimer
Presidente do Conselho de Administração

4 – DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA A DELIBERAÇÃO SOBRE AS MATÉRIAS OBJETO DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2020

Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos a seguir os documentos e informações relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 28 de abril de 2020, às 13:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte – MG:

4.1. Deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhadas em minuta com marcas de revisão constante da Proposta da Administração divulgada ao mercado: a) ajustes de redação e formatação dos artigos 8º, 9º, 13, 14, 15, 20, 22 e 24; b) modificação no artigo 13 e inclusão do artigo 28, prevendo a possibilidade de celebração de contratos de indenidade pela Companhia e atribuindo ao Conselho de Administração a competência para deliberar sobre regras, procedimentos, condições e limitações dos contratos de indenidade; c) modificações no artigo 17 e respectivo parágrafo único, e no parágrafo 2º do artigo 19, para inclusão de procedimentos e prerrogativas a serem observados nas hipóteses de ausência, impedimento ou vacância de membros da Diretoria; e d) modificação no parágrafo 3º do artigo 22, para inclusão da possibilidade de a Companhia ser representada por um único diretor ou procurador no caso de compras e contratações de suprimentos em valor até R\$ 3.000,00 (três mil reais), seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas.

O Conselho de Administração propõe aos Srs. Acionistas que aprovem **todas** as alterações estatutárias que serão submetidas à Assembleia. Dentre as alterações estatutárias propostas à avaliação dos Srs. Acionistas, vale destacar as seguintes:

- (i) ajuste na composição do Comitê de Conduta, que poderá passar a ser composto por até 5 (cinco) membros (artigo 13, item “cc”);
- (ii) inclusão, nas competências do Conselho de Administração, da prerrogativa de aprovar as regras, procedimentos, condições e limitações dos contratos de indenidade, bem como definir as pessoas com as quais a Companhia poderá celebrar tais contratos (artigo 13, item “ff”);
- (iii) ajuste nas regras relativas à substituição do Diretor Presidente nos casos de ausências ou impedimentos temporários por parte do Diretor Vice-Presidente Industrial, de forma a deixar

claro que este terá a prerrogativa de emitir, em adição ao seu próprio voto nas reuniões de Diretoria, o voto do Diretor Presidente e o voto de desempate (artigo 17, *caput*);

(iv) ajuste nas regras relativas à substituição de Diretores que não o Diretor Presidente, nos casos de ausência ou impedimento temporários, de forma a deixar mais claro que os Diretores substitutos terão a prerrogativa de emitir, em adição ao seu próprio voto nas reuniões de Diretoria, o voto do Diretor substituído pela duração de tal ausência ou impedimento temporários, assim como que os Diretores substitutos continuarão a exercer as funções e prerrogativas do Diretor substituído até que o novo Diretor Estatutário seja efetivamente nomeado e assuma o cargo (artigo 17, Parágrafo Único);

(v) ajuste nas regras relativas à substituição de Diretores que não o Diretor Presidente, nos casos de ausência ou impedimento temporários, de forma a deixar mais claro que caso tal ausência ou impedimento temporários se estendam por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou em caso de impedimento permanente ou outro evento de vacância, o Conselho de Administração poderá (i) eleger uma pessoa para completar o mandato do Diretor Vice-Presidente sujeito ao impedimento permanente, ausência por mais de 3 (três) meses consecutivos ou vacância; ou (ii) eleger para esse cargo um dos Diretores em exercício, que acumulará os 2 (dois) cargos e exercerá as respectivas funções e prerrogativas (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de, em adição ao seu próprio voto em reuniões de Diretoria, emitir também o voto) do Diretor Vice-Presidente sujeito ao impedimento permanente, ausência por mais de 3 (três) meses consecutivos ou vacância, desde que o tempo total do seu mandato nesse novo cargo cumulado (incluindo o tempo de substituição temporária, se tiver sido exercida) não exceda 6 (seis) meses (artigo 17, Parágrafo Único);

(vi) inclusão de redação para esclarecer que, nos casos em que um Diretor Estatutário acumule seu próprio cargo junto com o cargo de outro Diretor Estatutário, o Diretor substituto será considerado como 2 (dois) membros da Diretoria em exercício e poderá proferir 2 (dois) votos nas reuniões de Diretoria, para efeitos de se calcular a maioria absoluta necessária para aprovação das matérias objeto de deliberação (artigo 19, Parágrafo 2º);

(vii) inclusão de redação para prever que a Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) membro da Diretoria ou procurador no caso de compras e contratações de suprimentos em valor até R\$ 3.000,00 (três mil reais), seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas, que deverão ser reportadas à Diretoria trimestralmente (artigo 22, Parágrafo 3º, item “e”);

(viii) inclusão de artigo estipulando a competência do Conselho de Administração para decidir casos em que a Companhia poderá celebrar contratos de indenidade, assim como definindo as

despesas e valores que não serão passíveis de indenização com base nos contratos de indenidade celebrados pela Companhia (artigo 28).

4.2. Consolidar o Estatuto Social da Companhia com as alterações aprovadas.

Caso as propostas objeto do item 4.1. acima sejam aprovadas, a administração da Companhia propõe que a Assembleia Geral também aprove a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir, em um documento único, a redação em vigor, nos termos do documento constante do **Anexo 3** a este Manual.

4.3. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019;

Em conformidade com o artigo 9º, *caput* e § 1º, da Instrução CVM nº 481/2009, disponibilizamos aos acionistas, no Anexo 5 ao presente Manual, os seguintes documentos:

- I - Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31.12.2019;
- II - Parecer dos Auditores Independentes;
- III - Cópia das Demonstrações Financeiras;
- IV - Parecer do Conselho Fiscal;
- V - Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes;
- VI - Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras;
- VII - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência;
- VIII - Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP; e
- IX - Parecer do Comitê de Auditoria.

4.4. Destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2019 e a aprovação do orçamento de capital para o exercício social de 2020.

A Administração da Companhia submete aos acionistas a proposta de destinação dos resultados face à apuração do lucro líquido no exercício social findo em 31.12.2019, no montante total de R\$213.264.506,15 que, deduzido da parcela destinada à reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, no valor de R\$10.663.225,31, perfaz um lucro líquido ajustado total de R\$202.601.280,84.

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13.02.2020, do montante total de R\$202.601.280,84, apurado a título de lucro líquido ajustado para o exercício

social findo em 31.12.2019, o valor equivalente a (i) R\$50.650.320,21 deverá ser distribuído como dividendo obrigatório aos acionistas, na forma do artigo 24, § 5º, do Estatuto Social; (ii) R\$101.300.640,42 deverá ser destinado à Reserva para Investimentos e Capital de Giro, na forma prevista no artigo 24, § 4º do Estatuto Social; e (iii) R\$50.650.320,21 deverá ser retido com base no orçamento de capital apresentado pela administração da Companhia, na forma prevista no artigo 196 da Lei nº 6.404/1976 e no artigo 24, § 6º do Estatuto Social, conforme proposto pela Administração da Companhia.

Para melhor compreensão da proposta de destinação dos resultados, o Anexo 6 ao presente Manual contém as informações exigidas pelo Anexo 9-1-II à Instrução CVM nº 481/2009, bem como a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2020.

4.5. Proposta da Administração para pagamento de dividendos e definição da data de seu respectivo pagamento.

Conforme mencionado no item 4.4. acima, o valor dos dividendos a serem aprovados na Assembleia Geral Ordinária para distribuição aos acionistas é de R\$50.650.320,21, o qual equivale a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. O valor dos dividendos a serem aprovados na Assembleia corresponde a R\$0,039500336 por ação ordinária e R\$0,043450369 por ação preferencial.

A Administração da Companhia propõe que os dividendos acima referidos sejam pagos no dia 29.05.2020 aos titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia na data base de 28.04.2020. Consequentemente, as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas “ex dividendos” a partir do dia 29.04.2020. O valor do dividendo proposto não estará sujeito à atualização monetária ou remuneração correspondente entre a data de declaração pela Assembleia Geral e a data de seu efetivo pagamento, bem como está isento de IRRF, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249/1995.

4.6. Fixação da verba global da remuneração dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2021.

Em reunião realizada em 30.01.2020 o Conselho de Administração aprovou propor aos acionistas a fixação da remuneração global dos Administradores, para o período até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021, no valor de até R\$32.427.303,00. Neste sentido, em conformidade com o artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009, disponibilizamos aos acionistas, no Anexo 7 ao presente Manual, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

O valor da remuneração global dos administradores aprovado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 23.04.2019 foi de R\$31.239.084,00.

O quadro a seguir demonstra o valor efetivamente pago pela Companhia a seus administradores desde a Assembleia Geral Ordinária de 23.04.2019:

	Remuneração Global Paga até o momento (Maio/19-Fev/20)
Conselho de Administração	R\$ 2.885.833
Diretoria Estatutária	R\$ 15.722.688
Total	R\$ 18.608.521

A diferença entre os valores aprovados e os valores efetivamente pagos é de R\$12.630.563,00. Tal diferença justifica-se principalmente em função do seguinte:

- Tendo em vista que a remuneração global dos administradores foi aprovada para o período compreendido entre maio/2019 e abril/2020, ainda estão pendentes de pagamento os valores correspondentes à remuneração e benefícios dos administradores para os meses de março e abril de 2020, cujo valor previsto é de R\$ 3,3 milhões.
 - A remuneração global dos administradores contempla o pagamento do bônus anual (target) e dos encargos que envolvem este bônus. O bônus é pago em abril e, portanto, este valor não está contemplado na Remuneração Global Paga até o momento. O valor previsto na verba dos administradores é de R\$ 10,8 milhões, considerando os encargos. Em função do não atingimento do gatilho, não haveria este pagamento, mas foi aprovado no Conselho de Administração em 12/02/2020 o pagamento de 3,6 milhões, com encargos. Esta diferença é de R\$ 7,2 milhões.
- O valor orçado como reserva na remuneração global dos administradores, foi utilizado parcialmente para o programa de remuneração variável de longo prazo, restando um saldo de R\$ 929,2 mil.
- Outras variações: R\$ 1,1 milhões.

A diferença entre os valores propostos no exercício social anterior e no presente exercício justifica-se pelos seguintes motivos:

- Programa de Incentivo de Longo Prazo para o exercício de 2020/2021 (+ R\$ 2,2 milhões);
- Benefícios: - R\$ 69,1 mil;

- Reservas: - R\$ 981,8 mil.

4.7. Eleição dos Membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2022, incluindo a deliberação sobre o número de vagas a serem preenchidas nesta eleição.

Considerando o fim do mandato de 2 (dois) anos dos atuais Conselheiros, eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2018, faz-se necessária a eleição dos novos membros do Conselho de Administração, em atendimento ao disposto no artigo 132, inciso III da Lei nº 6.404/1976, os quais exercerão seu mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2022.

Tendo em vista que o artigo 12 do Estatuto Social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração será composto por até 15 (quinze) membros, caberá à Assembleia Geral, previamente à eleição dos Conselheiros, definir o número de vagas a serem preenchidas nesta eleição.

A Companhia recebeu de seus acionistas controladores a proposta para que o Conselho de Administração seja composto, no mandato a ser iniciado após a realização da Assembleia Geral, por até 8 membros, dos quais 7 deverão ser eleitos pelos acionistas na Assembleia Geral, e 1 (um) será nomeado como representante dos empregados da Companhia, conforme previsto no artigo 12, §§1º e 2º do Estatuto Social.

O número de membros acima informado poderá ser aumentado por decisão a ser tomada pelos acionistas na própria Assembleia nas seguintes hipóteses: (i) caso haja requerimento de adoção do sistema de voto múltiplo que perfaça os requisitos legais e regulamentares aplicáveis (*caput* e § 1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/1976 e Instrução CVM nº 165/1991); ou (ii) caso os acionistas minoritários exerçam o direito de eleger membros do Conselho de Administração em votação em separado, desde que sejam atendidos os requisitos previstos nos §§ 4º a 6º do Artigo 141 da Lei nº 6.404/1976.

Ressalte-se que, nos termos da Instrução CVM nº 165/1991, conforme alterada pela Instrução CVM nº 282/1998, o percentual mínimo de acionistas requerentes para que seja adotado o processo de voto múltiplo na presente eleição é de 5% (cinco por cento) do capital votante.

A Companhia recebeu as seguintes indicações dos acionistas controladores para os cargos de membros do Conselho de Administração:

Candidato	Cargo	Acionista que Indicou
Ruy Roberto Hirschheimer	Membro Efetivo do Conselho	Grupo NSC

	de Administração	
Yuichi Akiyama	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Grupo NSC
Hiroshi Ono	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Grupo NSC
Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Previdência Usiminas
Oscar Montero Martinez	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Grupo T/T
Ronald Seckelmann	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Grupo T/T
Elias de Matos Brito	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Grupo T/T
Tatsuya Miyahara	Membro Suplente do Conselho de Administração	Grupo NSC
Yusuke Tajiri	Membro Suplente do Conselho de Administração	Grupo NSC
Henrique de Rezende Vergara	Membro Suplente do Conselho de Administração	Grupo NSC
Gileno Antônio de Oliveira	Membro Suplente do Conselho de Administração	Previdência Usiminas
Guilherme Poggiali de Almeida	Membro Suplente do Conselho de Administração	Grupo T/T
Mario Giuseppe Antonio Galli	Membro Suplente do Conselho de Administração	Grupo T/T
Fernando Duelo Van Deusen	Membro Suplente do Conselho de Administração	Grupo T/T

Em conformidade com o disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009 e nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, as informações sobre os candidatos acima relacionados constam do Anexo 8 ao presente Manual.

Além disso, em 25.03.2020, a Companhia recebeu do acionista minoritário Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações (“Geração L Par”) a indicação dos Srs. Tiago Curi Isaac (titular) e Adriana de Andrade Solé (suplente) para concorrer aos cargos de membros do Conselho de Administração nas vagas previstas pelo artigo 141, § 4º, incisos I e II, e § 5º da Lei nº 6.404/1976, destinadas à eleição em separado pelos minoritários titulares de ações ordinárias e/ou preferenciais. As informações sobre os candidatos indicados pela acionista Geração L Par também constam do Anexo 8 ao presente Manual.

A Companhia informa que, em conformidade com o artigo 12, §1º, do Estatuto Social, foi realizada eleição em 06.02.2020, na qual o Sr. Luiz Carlos de Miranda Faria (titular) e o Sr. Edílio Ramos Veloso (suplente) foram eleitos para integrar o Conselho de Administração da Companhia, na qualidade de representantes dos empregados. As informações sobre os(as) representantes escolhidos(as) pelos empregados também constam do Anexo 8 ao presente Manual.

4.8. Eleição do Presidente do Conselho de Administração.

De acordo com o artigo 12, § 3º, do Estatuto Social, a Assembleia Geral deverá escolher um dos membros eleitos do Conselho de Administração para presidi-lo.

A Companhia recebeu de seus acionistas controladores a indicação do Sr. Ruy Roberto Hirschheimer para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração até a Assembleia Geral Ordinária de 2022.

4.9. Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2021, bem como fixação da respectiva remuneração.

A Companhia recebeu as seguintes indicações dos acionistas controladores para os cargos de membros do Conselho Fiscal:

Candidato	Cargo	Acionista que Indicou
Wanderley Rezende de Souza	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Grupo NSC
Sérgio Carvalho Campos	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Previdência Usiminas
Paulo Frank Coelho da Rocha	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Grupo TT
Samuel Tadayuki Kaji	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Grupo NSC
Lúcio de Lima Pires	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Previdência Usiminas
João Paulo Minetto	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Grupo TT

Além disso, em 25.03.2020, a Companhia recebeu do acionista minoritário Geração L Par a indicação do Sr. Fabricio Santos Debortoli (titular) e da Sra. Wilsa Figueiredo (suplente) para concorrer aos cargos de membros do Conselho Fiscal, na vaga prevista pela alínea “a” do § 4º

do artigo 161 da Lei nº 6.404/1976, destinada à eleição em separado pelos minoritários titulares de ações preferenciais.

Em conformidade com o disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009 e nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, as informações sobre os candidatos acima relacionados constam do Anexo 8 ao presente Manual.

A Companhia propõe que a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal seja fixada no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores da Companhia, nos termos do artigo 163, § 3º, da Lei nº 6.404/1976.

ANEXO 1 – CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL COM DESTAQUE DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS, DE ACORDO COM O ARTIGO 11, INCISO I, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A – USIMINAS
CNPJ: 60.894.730/0001-05
NIRE: 313.000.1360-0

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - Denominação, Objeto, Sede e Duração

Art. 1º - A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS é uma companhia aberta que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor.

Parágrafo Único - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se, ainda, às disposições aplicáveis do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Art. 2º - A Companhia tem por objeto a exploração da indústria siderúrgica e o comércio de seus produtos e subprodutos, podendo ainda explorar a atividade portuária para si ou para terceiros, importar e exportar e praticar outras atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços de qualquer natureza, correlatas ou não.

Parágrafo Único - A Companhia poderá, ainda, a critério do Conselho de Administração, participar de outras sociedades ou empreendimentos de qualquer natureza, no País ou no exterior.

Art. 3º - A Companhia tem sede e foro em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, podendo, a critério e mediante aprovação do Conselho de Administração, de tempos em tempos, (i) abrir ou estabelecer filiais, escritórios, escritórios de representação e quaisquer outros estabelecimentos temporários ou permanentes de qualquer outro tipo ou natureza, no Brasil ou no exterior, e/ou (ii) fechar tais filiais, escritórios, escritórios de representação ou estabelecimentos.

Art. 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - Capital Social e Ações

Art. 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$ 13.200.294.935,04 (treze bilhões, duzentos milhões, duzentos e noventa e quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais e quatro centavos), sendo dividido em 1.253.079.108 (um bilhão, duzentos e

cinquenta e três milhões, setenta e nove mil, cento e oito) ações, das quais 705.260.684 (setecentos e cinco milhões, duzentos e sessenta mil, seiscentos e oitenta e quatro) são ações ordinárias, 547.740.661 (quinhentos e quarenta e sete milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e sessenta e um) são ações preferenciais classe A e 77.763 (setenta e sete mil, setecentos e sessenta e três) são ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social da Companhia mediante a emissão de até 11.396.392 (onze milhões, trezentos e noventa e seis mil, trezentas e noventa e duas) ações preferenciais, sem a necessidade de alterar este Estatuto Social ou de outra forma buscar aprovação da Assembleia Geral. As ações preferenciais que o Conselho de Administração está autorizado a emitir de acordo com este Parágrafo 1º do Artigo 5º podem ser tanto ações preferenciais classe A, quanto ações preferenciais classe B, ou uma combinação de ações preferenciais classe A e classe B. O número total de ações preferenciais emitidas pelo Conselho de Administração nos termos deste Artigo 5º (incluindo, sem limitações, quaisquer ações preferenciais emitidas em relação a ou em troca de bônus de subscrição emitidos nos termos do Parágrafo 3º deste Artigo 5º ou qualquer opção emitida nos termos do Parágrafo 4º deste Artigo 5º) não poderá exceder, em hipótese alguma, no conjunto, o número de ações preferenciais previsto neste Parágrafo 1º deste Artigo 5º.

Parágrafo 2º - Ao deliberar sobre qualquer emissão de ações preferenciais nos termos do Parágrafo 1º deste Artigo 5º, o Conselho de Administração deverá determinar o preço de emissão, o número e a classe das ações preferenciais a serem emitidas, e o prazo e as condições de sua subscrição e integralização, observando os requisitos e disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração está autorizado a emitir bônus de subscrição para a subscrição de ações preferenciais classe A ou classe B, desde que observado o número total de ações preferenciais que o Conselho de Administração está autorizado a emitir nos termos do Parágrafo 1º deste Artigo 5º.

Parágrafo 4º - Sujeito a e de acordo com quaisquer planos de opção de compra de ação aprovados pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou de subscrição de ações preferenciais de classe A ou B para quaisquer administradores, diretores e empregados da Companhia ou de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem conceder direito de preferência aos acionistas da Companhia, desde que observado o número total de ações preferenciais que o Conselho de Administração está autorizado a emitir de acordo com o Parágrafo 1º deste Artigo 5º.

Parágrafo 5º - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Art. 6º - Exceto no que diz respeito a assuntos que a Lei nº 6.404/1976 expressamente prevê de outra forma, cada ação ordinária da Companhia conferirá

ao seu titular o direito a 1 (um) voto em relação a qualquer assunto submetido a votação em qualquer Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Exceto em relação às matérias em que a Lei nº 6.404/1976 concede expressamente direito de voto aos detentores de ações preferenciais, as ações preferenciais classe A e B da Companhia não conferirão aos seus detentores direito a voto nas Assembleias Gerais. No entanto, as ações preferenciais classe A e B da Companhia conferirão aos seus titulares direito a: (i) dividendos por ação em um valor 10% (dez por cento) maior do que qualquer dividendo por ação declarado em relação às ações ordinárias da Companhia; e (ii) receber quaisquer ações bonificadas que possam ser emitidas em relação a qualquer capitalização de reservas da Companhia, conforme venha a ser periodicamente aprovada pela Assembleia Geral, em igualdade de condições com os detentores de ações ordinárias da Companhia.

Parágrafo 2º - Além dos direitos referidos no Parágrafo 1º deste Artigo 6º, os titulares de ações preferenciais classe B gozarão de primeira prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, uma vez que a prioridade conferida aos titulares de ações preferenciais classe B seja atendida, os titulares de ações preferenciais classe A gozarão da mesma prioridade, *vis-à-vis* os titulares de ações ordinárias.

Parágrafo 3º - Qualquer titular de ações preferenciais classe B poderá, a qualquer tempo, solicitar à Companhia a conversão de quaisquer ações preferenciais classe B por ele detidas em ações preferenciais classe A. No entanto, nem as ações preferenciais classe A, nem as classe B poderão ser convertidas em ações ordinárias.

Parágrafo 4º - Em relação a qualquer emissão de novas ações, a Companhia não estará obrigada a preservar as proporções existentes de quaisquer classes ou espécies de ações.

Parágrafo 5º - A instituição que mantém o registro das ações escriturais da Companhia fica autorizada a cobrar dos acionistas as taxas e os custos aplicáveis ou incorridos com o registro de qualquer transferência de ações de tais acionistas, observados os limites máximos fixados, de tempos em tempos, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

CAPÍTULO III - Assembleia Geral

Art. 7º - A Assembleia Geral terá os poderes e atribuições previstos na Lei nº 6.404/1976 e em quaisquer outras leis, regras e regulamentos aplicáveis. A Assembleia Geral Ordinária deverá ser convocada e realizada dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404/1976. Assembleias Gerais

Extraordinárias deverão ser convocadas e realizadas sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral Extraordinária e a Assembleia Geral Ordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora. Os procedimentos de quaisquer dessas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias deverão ser documentados em ata única.

Parágrafo 2º – A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, será convocada por deliberação aprovada pela maioria dos membros do Conselho de Administração, a quem caberá aprovar as matérias objeto da ordem do dia e o local, hora e data da realização da Assembleia Geral. As Assembleias Gerais também serão convocadas nas circunstâncias e conforme previsto no parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/1976.

Parágrafo 3º - Os editais de convocação para qualquer Assembleia Geral serão divulgados na forma e nos prazos exigidos pela legislação aplicável e, adicionalmente, deverão satisfazer os requisitos aplicáveis e obrigatórios previstos nas normas e regulamentos aplicáveis da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Regulamento de Governança Corporativa Nível 1 da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Os documentos pertinentes às matérias a ser deliberadas nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas na forma e nos prazos exigidos pela lei, norma ou regulamento aplicáveis.

Art. 8º - As Assembleias Gerais serão validamente instaladas somente se e quando o quórum mínimo de presença exigido pela legislação aplicável tiver sido atingido e somente poderão validamente adotar ou aprovar deliberações se o quórum de deliberação exigido em relação à matéria na legislação aplicável for atingido ou excedido.

Parágrafo 1º - Exceto nos casos das matérias em relação às quais a legislação aplicável exija um quórum de presença maior, a Assembleia Geral será instalada e poderá deliberar validamente, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações ordinárias da Companhia. Em segunda convocação, a Assembleia Geral será validamente instalada independentemente da porcentagem de ações ordinárias da Companhia representada.

Parágrafo 2º - Qualquer Assembleia Geral Extraordinária convocada para deliberar sobre qualquer alteração deste Estatuto Social somente será instalada e poderá validamente deliberar (i) em primeira convocação, se (e somente se) pelo menos 2/3 (dois terços) do total das ações ordinárias da Companhia estiverem representados; e (ii) em segunda convocação, independentemente do número de ações ordinárias representadas.

Parágrafo 3º – Para serem admitidos em Assembleia Geral, os acionistas deverão comprovar a titularidade das ações da Companhia. No caso de acionistas registrados diretamente no registro de ações nominativas da Companhia, a Companhia confirmará a propriedade acionária desses acionistas contra um relatório emitido pela instituição depositária mostrando as posições de propriedade das ações registradas no registro das ações nominativas da Companhia mais atualizadas disponíveis, em qualquer caso com antecedência não superior a 3 (três) dias úteis do fechamento dos negócios do dia útil imediatamente anterior à data da respectiva Assembleia Geral. Qualquer acionista que detenha suas ações por meio do sistema fungível de custódia de ações deverá comprovar a titularidade de suas ações apresentando um certificado emitido pela instituição financeira, custodiante ou depositária detentora dessas ações para tal acionista, atestando o número de ações registradas na conta de tal acionista, devendo tal certificado ser emitido não mais do que 5 (cinco) dias antes da data da respectiva Assembleia Geral. Os certificados de propriedade de ações devem ser fornecidos à Companhia pelo menos 2 (dois) dias úteis antes da data da respectiva Assembleia Geral. Qualquer acionista poderá ser representado em uma Assembleia Geral mediante indicação de outra pessoa como procurador, por meio de um instrumento de procuração escrito que atenda aos requisitos do artigo 126 da Lei nº 6.404/1976. As procurações escritas devem ser fornecidas à Companhia pelo menos 2 (dois) dias úteis antes da data da respectiva Assembleia Geral. Sem prejuízo dos requisitos acima, os acionistas e os procuradores que comparecerem à Assembleia Geral deverão se identificar em tal Assembleia Geral, apresentando documento de identidade válido, e assinar o livro de presença para comprovar seu comparecimento.

Parágrafo 4º - As Assembleias Gerais serão presididas (i) pelo Presidente do Conselho de Administração, ou (ii) na sua ausência ou impedimento, pelo membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente para substituí-lo nos termos do Parágrafo 7º do Artigo 12, ou (iii) se nenhum membro do Conselho de Administração tiver sido indicado nos termos do Parágrafo 7º do Artigo 12 ou se o membro do Conselho de Administração indicado não estiver presente, pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores ou, subsidiariamente, pelo Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo, ou (iv) caso nenhum dos diretores do item (iii) acima esteja presente, por qualquer pessoa nomeada e eleita pela própria Assembleia Geral para presidi-la. A pessoa que presidir a Assembleia Geral poderá indicar e convidar, dentre os presentes, uma ou mais pessoas para atuar como secretários da Assembleia Geral.

Parágrafo 5º - Exceto em relação aos assuntos para os quais é exigido quórum qualificado de deliberação nos termos da legislação aplicável, as deliberações sobre qualquer assunto em qualquer Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos das ações representadas na Assembleia Geral aptas a votar na matéria, não se computando os votos em branco, ou votos de outra forma nulos, tais como votos proferidos em violação a acordo de acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia nos termos do Artigo 26.

Parágrafo 6º - Uma Assembleia Geral somente poderá deliberar de forma válida sobre os assuntos incluídos na ordem do dia da referida Assembleia Geral. É vedada

a inclusão, na ordem do dia do edital de convocação, de matérias sob rubrica genérica.

Parágrafo 7º - O presidente da Assembleia Geral fará com que a ata seja lavrada pelo(s) secretário(s) de tal Assembleia Geral. A ata da Assembleia Geral deverá ser assinada pelo presidente, secretário(s), bem como pelos acionistas (ou seus representantes) presentes. Para a validade da ata é suficiente a assinatura de quantos bastem para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV – Administração

Seção I - Disposições Gerais

Art. 9º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo 1º - Uma pessoa eleita ou indicada como membro do Conselho de Administração ou da Diretoria deverá tomar posse mediante a assinatura do termo de posse em livro próprio mantido pela Companhia para esse fim.

Parágrafo 2º - Sem prejuízo do acima, a pessoa eleita ou indicada como membro do Conselho de Administração ou da Diretoria deverá, antes de tomar posse, (i) assinar e entregar o Termo de Anuência dos Administradores na forma requerida pelo Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e (ii) satisfazer quaisquer exigências que possam ser impostas por lei para a investidura do respectivo cargo. No entanto, uma pessoa eleita ou nomeada como membro do Conselho de Administração ou da Diretoria não pode ser obrigada a prestar qualquer garantia em relação ao desempenho do cargo para o qual foi eleita ou nomeada.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos até que seus substitutos sejam efetivamente eleitos e tomem posse, conforme artigo 150, §4º da Lei nº 6.404/1976.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ter reputação ilibada, conforme definido no artigo 147, ~~§4º~~ **§3º** da Lei nº 6.404/1976. Salvo se uma dispensa for aprovada pela Assembleia Geral, qualquer pessoa que (i) ocupar cargos em sociedades (que não sejam sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia ou sociedades controladas por, ou sujeitas a controle comum com, qualquer dessas sociedades) que possam ser consideradas concorrentes da Companhia ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia, não poderá ser eleita para o Conselho de Administração.

Art. 10 - A Assembleia Geral fixará o montante da remuneração global anual, incluindo benefícios de qualquer natureza, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração sua alocação e distribuição.

Art. 11 - As reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria somente poderão ser validamente instaladas e deliberar, em primeira convocação, se (e somente se) pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros eleitos estiverem presentes e, em segunda convocação, se (e somente se) a maioria (ou seja, metade mais um) de seus membros estiver presente. Em caso de empate nas votações do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de desempate. Em caso de empate na Diretoria, o Diretor Presidente terá o voto de desempate.

Seção II - Conselho de Administração

Art. 12 - O Conselho de Administração será constituído por não mais do que 15 (quinze) membros efetivos, incluindo o membro do Conselho de Administração referido no Parágrafo 1º deste Artigo 12, e até igual número de membros suplentes. Os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração serão eleitos em Assembleia Geral de Acionistas e poderão ser destituídos a qualquer tempo por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Cada acionista ou grupo de acionistas que eleger um ou mais membros efetivos do Conselho de Administração terá direito de eleger até igual número de suplentes para substituir os membros efetivos eleitos por tal acionista ou grupo de acionistas no caso de quaisquer ausências ou impedimentos de acordo com o Parágrafo 6º, item (a), deste Artigo 12 ou no caso de impedimento permanente ou outro evento de vacância de acordo com o Parágrafo 6º, itens (b) ou (c) deste Artigo 12, conforme aplicável. O acionista ou grupo de acionistas que tiver o direito de eleger dois ou mais membros efetivos e seus suplentes também deverá determinar a ordem na qual tais suplentes deverão substituir tais membros efetivos, observado contudo que não havendo tal determinação, qualquer desses membros suplentes poderá substituir qualquer dos membros efetivos eleitos por tal acionista ou grupo de acionistas.

Parágrafo 1º - Os empregados e aposentados da Companhia e de sua subsidiária Usiminas Mecânica S.A. e os participantes da Previdência Usiminas terão garantido o direito de eleger, em conjunto, um membro efetivo do Conselho de Administração e seu respectivo suplente, observado o disposto no Parágrafo 2º deste Artigo 12.

Parágrafo 2º - O membro efetivo do Conselho de Administração e seu suplente mencionados no Parágrafo 1º deste Artigo 12 serão escolhidos diretamente pelo voto dos próprios empregados e aposentados da Companhia e de sua subsidiária Usiminas Mecânica S.A. e dos participantes da Previdência Usiminas, em uma eleição que será organizada pela Companhia, na forma prevista pelo artigo 140, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976, observados os requisitos e demais regras constantes do regulamento aplicável aprovado pelo Conselho de Administração para

a condução de tal eleição. Os resultados de tal eleição devem ser informados aos acionistas presentes na Assembleia Geral, ou à reunião do Conselho de Administração, conforme o caso, que declarará homologada a eleição do membro do Conselho de Administração a que se refere o Parágrafo 1º deste Artigo 12. A eleição do membro do Conselho de Administração (e de seu suplente) nos termos dos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo 12 não necessitará ser ratificada ou confirmada pelo voto da Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral escolherá um dos membros eleitos do Conselho de Administração como Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - Sob nenhuma circunstância os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Companhia poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 5º - O mandato dos membros do Conselho de Administração é de 2 (dois) anos, encerrando-se na segunda Assembleia Geral Ordinária após a eleição do Conselho de Administração, observado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 9º. Os membros do Conselho de Administração podem ser reeleitos indefinidamente.

Parágrafo 6º - As seguintes regras serão aplicáveis para os casos de impedimento, ausência ou vacância de membros do Conselho de Administração (que não o Presidente):

(a) Nas reuniões do Conselho de Administração, se um membro efetivo estiver ausente ou impedido por qualquer motivo, tal membro será substituído por um membro suplente que tenha sido eleito pelo mesmo acionista ou grupo de acionistas que elegeu o membro efetivo impedido ou ausente, observada, se aplicável, a ordem de substituição fixada pelo acionista ou grupo de acionistas em questão quando da eleição de membros suplentes, nos termos do *caput* do Artigo 12;

(b) Na ocorrência de ausência ou impedimentos temporários que se estendam por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou no caso de impedimento permanente ou outro evento de vacância, que afete um membro do Conselho de Administração para o qual um ou mais suplentes tenham sido eleitos, o suplente de tal membro assumirá a qualidade de membro efetivo em substituição a tal membro pelo tempo remanescente do mandato desse membro, nos termos do artigo 150, §3º da Lei nº 6.404/1976 (com respeito à ordem de substituição aplicável, se houver, com relação a tal membro de acordo com o *caput* deste Artigo 12); e

(c) Em caso de ausência ou impedimentos temporários que se estendam por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou no caso de impedimento permanente ou outro evento de vacância, que afete um membro do Conselho de Administração para quem não haja um suplente designado, ou para quem não haja nenhum suplente

disposto a assumir a posição de membro efetivo, o Conselho de Administração elegerá temporariamente um substituto até a Assembleia Geral seguinte, que poderá ratificar a eleição de tal substituto ou eleger outro substituto, nos termos do artigo 150 da Lei nº 6.404/1976. Qualquer substituto eleito pela Assembleia Geral permanecerá no cargo pelo período remanescente do mandato do membro efetivo que esteja substituindo.

Parágrafo 7º - O Presidente do Conselho de Administração indicará, dentre os demais Conselheiros efetivos e suplentes, aquele(s) que o substituirá(ão) em caso de ausência ou impedimento temporários, por meio de comunicação escrita aos demais membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e ao Secretário de Governança Corporativa. Tal indicação poderá ser feita de forma geral para determinado período, ou específica para determinada Reunião do Conselho de Administração ou Assembleia Geral. O membro do Conselho de Administração indicado que assumir a posição exercerá as funções e prerrogativas do Presidente do Conselho de Administração (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de emitir o voto de desempate nos termos do Artigo 11) pela duração de tal ausência ou impedimento temporários. Caso tal ausência ou impedimento temporário se estenda por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou em caso de impedimento permanente ou outro evento de vacância, o Conselho de Administração convocará prontamente uma Assembleia Geral para eleger um novo Presidente, de acordo com o Parágrafo 3º deste Artigo 12, para completar o mandato do Presidente substituído. O membro do Conselho de Administração indicado para substituir o Presidente nos casos previstos neste Artigo 12 continuará exercendo as funções e prerrogativas do cargo de Presidente (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de emitir o voto de desempate nos termos do Artigo 11) até que tal novo Presidente seja efetivamente eleito e tome posse. Caso nenhum membro do Conselho de Administração tenha sido indicado pelo Presidente do Conselho de Administração para substituí-lo de acordo com este Parágrafo 7º deste Artigo 12, o Conselho de Administração deverá eleger temporariamente um substituto dentre os demais Conselheiros (efetivos ou suplentes) até a Assembleia Geral seguinte que eleger um novo Presidente do Conselho de Administração.

Art. 13 – Sem prejuízo de quaisquer outras atribuições, poderes e prerrogativas do Conselho de Administração previstas em outras disposições deste Estatuto Social ou da Lei nº 6.404/1976, o Conselho de Administração terá o dever, o poder e a competência para:

(a) nomear, eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia e fixar suas atribuições (respeitando as disposições do item “d” do Artigo 20), e aprovar qualquer nomeação, indicação, destituição ou demissão de qualquer membro do Conselho de Administração, da Diretoria, ou outros órgãos de governança comparáveis que a Companhia (diretamente ou por meio de quaisquer entidades controladas) possa ter o direito de nomear, indicar, destituir ou demitir em qualquer outra entidade;

(b) fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria e examinar, a qualquer tempo, os livros e registros da Companhia, e solicitar informações sobre contratos, operações ou outros atos que envolvam (ou possam vir a envolver) a Companhia ou suas controladas;

(c) convocar a Assembleia Geral, na forma da lei e deste Estatuto Social;

(d) deliberar sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;

(e) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas, estabelecendo as diretrizes básicas da ação executiva, inclusive no tocante aos projetos de expansão e aos aspectos técnicos de administração, produção, comercialização, gestão de pessoal e/ou financeira, e fiscalizar o estrito cumprimento a essa orientação geral dos negócios;

(f) estabelecer os critérios para o monitoramento do desempenho da Companhia e de suas controladas;

(g) deliberar sobre os orçamentos anuais e plurianuais, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia e de suas controladas e monitorar sua execução e desempenho;

(h) estabelecer o regimento interno da Diretoria da Companhia levando em consideração as recomendações da Diretoria;

(i) exceto conforme disposto no Parágrafo 4º deste Artigo 13, deliberar sobre quaisquer dos seguintes atos ou operações por quaisquer das sociedades nas quais a Companhia detenha participação societária que confira à Usiminas o direito ou a faculdade de (direta ou indiretamente) votar ou de orientar o voto para tal assunto no órgão decisório dessa sociedade:

(1) qualquer aquisição, alienação ou oneração de participação em outras sociedades, independentemente do valor envolvido na operação;

(2) qualquer alienação ou oneração de ativos imobilizados ou outros ativos não circulantes cujo valor contábil seja igual ou superior (ou previsto para exceder) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em qualquer outra moeda, seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas;

(3) quaisquer investimentos ou despesas de capital em valor igual ou superior (ou previsto para exceder) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de

reais) ou seu equivalente em qualquer outra moeda, seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas;

(4) qualquer empréstimo ou a criação, constituição ou assunção de dívida de qualquer espécie em valor igual ou superior (ou previsto para exceder) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em qualquer outra moeda, seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas; e

(5) qualquer fusão, cisão, reestruturação, incorporação, incorporação de ações, aquisição e outras operações societárias semelhantes, independentemente do valor envolvido;

(j) sem prejuízo do disposto ~~na alínea~~ **no item** "k" abaixo e exceto conforme disposto no Parágrafo 4º deste Artigo 13, deliberar sobre quaisquer dos seguintes atos ou transações pela Companhia:

(1) a aquisição (por compra, subscrição, ou outra forma) ou transferência (por venda, permuta ou outra forma de alienação), pela Companhia, de participação societária em outras companhias, independentemente do valor envolvido na operação; e

(2) a celebração de quaisquer outras operações, obrigações ou compromissos em valor igual ou superior (ou previsto para exceder) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em qualquer outra moeda, seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas, incluindo, sem limitação, a alienação ou oneração de ativos imobilizados ou outros ativos não circulantes ou a aquisição de ativos imobilizados ou outros ativos não circulantes, a obtenção de empréstimos ou a criação, constituição ou assunção de dívidas de qualquer espécie, ou outorga de garantias;

(k) deliberar sobre qualquer empréstimo ou de outra forma a criação, constituição ou assunção de dívida de qualquer espécie, qualquer outorga de garantias ou a celebração de qualquer outra operação, obrigação ou compromisso que resulte no aumento do passivo agregado para endividamento da Companhia e garantias em valor superior a 2/3 (dois terços) do valor patrimonial líquido da Companhia, calculado com base em suas demonstrações financeiras anuais ou trimestrais mais recentes;

(l) deliberar sobre:

(1) qualquer investimento ou despesa de capital pela Companhia em valor igual ou superior (ou previsto para exceder) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões

de reais) ou seu equivalente em qualquer outra moeda, seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas; e

(2) quaisquer propostas subsequentes de variação que resultem (ou que estejam previstas para resultar) em um aumento de 10% (dez por cento) ou mais do valor autorizado pelo Conselho de Administração para tal investimento ou despesa;

(m) deliberar sobre a participação pela Companhia ou suas controladas em consórcios de qualquer natureza ou celebração de qualquer joint venture, associação ou outros contratos de mesma natureza;

(n) exceto nas hipóteses em que a regulamentação aplicável exigir a prévia aprovação em Assembleia Geral, deliberar sobre qualquer programa de recompra de ações, operações de compra, aquisição, venda ou outra alienação (em cada caso, direta ou indireta) de ações (ou outros títulos representativos de ações) emitidas pela Companhia;

(o) deliberar sobre qualquer emissão de debêntures não conversíveis em ações e sem garantia real e, com a aprovação e autorização prévia da Assembleia Geral, a emissão de outros tipos de debêntures, em cada caso, determinando os termos de sua subscrição e/ou colocação, a época e condições de pagamento de quaisquer juros, participação nos lucros e/ou prêmio de reembolso aplicável (se houver); seu vencimento; e os termos e condições de sua amortização ou resgate;

(p) deliberar sobre, e fixar os termos e condições para, a emissão e colocação de quaisquer "*commercial papers*" ou outros valores mobiliários, cuja emissão não requeira a aprovação da Assembleia Geral, devendo tais valores mobiliários ser emitidos e colocados por meio de uma oferta pública inicial ou secundária, no Brasil ou no exterior, em conformidade com quaisquer leis, regras e regulamentos aplicáveis. Exceto conforme permitido pelo Artigo 5º, o Conselho de Administração não poderá, sem a prévia aprovação e autorização da Assembleia Geral, autorizar ou aprovar a emissão de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações, ou de outra forma conceder qualquer direito de subscrever, adquirir ou receber quaisquer ações da Companhia;

(q) deliberar sobre o plano de auditoria interna;

(r) deliberar sobre a nomeação, indicação, substituição e/ou demissão do responsável pelo Departamento de Auditoria Interna, levando em consideração as recomendações da Diretoria, que deverá ser empregado em tempo integral da Companhia e reportará ao Comitê de Auditoria da Companhia;

(s) indicar e destituir os auditores externos, e autorizar a sua contratação para a prestação de quaisquer outros serviços que não sejam de auditoria, em cada caso, levando em consideração as recomendações do Comitê de Auditoria da Companhia;

(t) aprovar a adesão, saída ou modificação de incentivos fiscais concedidos à Companhia ou às suas controladas;

(u) deliberar sobre a abertura, instalação, transferência ou encerramento de quaisquer escritórios, filiais, escritórios de representação, ou outros estabelecimentos temporários ou permanentes da Companhia;

(v) deliberar sobre a contratação, nomeação, indicação, substituição, destituição e/ou demissão, do Secretário de Governança Corporativa, que será empregado em tempo integral da Companhia;

(x) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares com base nos lucros declarados nas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias, conforme aplicável, e qualquer distribuição de juros sobre capital próprio;

(y) deliberar sobre qualquer negócio ou operação que envolva, de um lado, a Companhia ou sociedades por ela controladas, e, de outro lado, qualquer Parte Relacionada (conforme definição prevista no Parágrafo 1º deste Artigo 13);

(z) deliberar sobre a criação, modificação e/ou extinção de quaisquer planos de benefício que possam afetar o cálculo atuarial da Previdência Usiminas;

(aa) deliberar sobre a adoção, revogação ou quaisquer alterações, acréscimos ou outras modificações no Código de Ética e de Conduta e demais políticas que abrangem o Programa de Integridade da Companhia, na Política de Divulgação de Informações e de Negociação com Valores Mobiliários, na Política de Remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, bem como de quaisquer outras políticas que o Conselho de Administração considere necessárias ou aconselháveis, tais como, sem limitação, políticas de aplicação de incentivos fiscais;

(bb) deliberar sobre os regimentos internos do Conselho de Administração (e quaisquer subsequentes alterações, acréscimos ou outras modificações), que complementarão e regulamentarão as disposições deste Estatuto Social relativas aos procedimentos do Conselho de Administração, sendo que em caso de discrepâncias ou outras inconsistências entre as normas contidas em tais regimentos internos e as disposições deste Estatuto Social, o Estatuto Social prevalecerá;

(cc) deliberar sobre a contratação, nomeação, indicação, substituição, destituição e/ou demissão dos membros do Comitê de Conduta a que se refere o Código de Ética e Conduta da Companhia, que será composto por ~~um total de~~ **até** 5 (cinco) membros (que não integrem o Comitê de Auditoria) e que se reportarão ao Comitê de Auditoria da Companhia;

(dd) deliberar sobre a contratação, nomeação, indicação, substituição, destituição e/ou demissão do responsável pelo Departamento de Integridade a que se refere o Código de Ética e Conduta da Companhia, que deverá ser contratado como empregado em tempo integral da Companhia e que deverá trabalhar em cooperação com o Comitê de Conduta e se reportar ao Comitê de Auditoria da Companhia; **e**

(ee) deliberar sobre decisões estratégicas relevantes fora do curso normal dos negócios da Companhia, tais como, sem limitação, (i) construção e desligamento de grandes equipamentos da área de redução, (ii) abertura e fechamento de linhas de produção ou (iii) abertura e fechamento de linhas de negócio; **e**

(ff) aprovar as regras, procedimentos, condições e limitações dos contratos de indenidade previstos no Artigo 28 deste Estatuto Social, bem como definir as pessoas, dentre as mencionadas no Artigo 28, com as quais a Companhia poderá celebrar tais contratos.

Parágrafo 1º - Para efeitos deste Estatuto Social (incluindo, sem limitação, para efeitos do disposto no item "y" do caput deste Artigo 13 e do Parágrafo 3º deste Artigo 13), o termo "Partes Relacionadas" significa e inclui as seguintes pessoas:

(a) qualquer acionista da Companhia integrante do grupo controlador ou que seja titular de ações representativas de mais de 5% (cinco por cento) do capital votante ou total;

(b) quaisquer membros do ~~C~~Conselho de ~~a~~AAdministração, ~~d~~Diretoria ou outros órgãos equiparados ou similares de administração (titulares ou suplentes) da Companhia ou de suas controladas, bem como os respectivos cônjuges e parentes até segundo grau de tais administradores;

(c) quaisquer membros do ~~C~~Conselho de ~~a~~AAdministração, ~~d~~Diretoria ou outros órgãos equiparados ou similares de administração (titulares ou suplentes) dos acionistas integrantes do bloco de controle da Companhia;

(d) quaisquer sociedades controladas, controladoras, coligadas ou sob controle comum de qualquer acionista da Companhia integrante do grupo controlador; **e**

(e) quaisquer sociedades controladas ou coligadas de quaisquer membros do Conselho de Administração, Diretoria ou outros órgãos equiparados ou similares de administração (titulares ou suplentes) da Companhia ou de suas controladas.

Para fins deste Estatuto Social (inclusive para fins da definição de “Partes Relacionadas” acima), os termos “controle”, “controles”, “controlada” e “controlador” são usados com o significado dado no artigo 243, §2º da Lei nº 6.404/1976 e o termo “coligada” é usado com o significado dado no artigo 243, §1º da Lei nº 6.404/1976 (conforme complementado pelos §4º e §5º do mesmo artigo).

Parágrafo 2º - Em qualquer operação ou outro negócio enquadrado no disposto no item “y” do caput deste Artigo 13, caso qualquer membro do Conselho de Administração tenha interesse direto nessa operação ou assunto ou receba qualquer remuneração direta ou indireta (empregatícia, contratual ou de qualquer outra forma) da Parte Relacionada em questão (ou de qualquer entidade que controle, seja controlada por, ou esteja sujeita a controle comum com, essa Parte Relacionada), esse membro deverá informar o Conselho de Administração a respeito e abster-se de debater e votar sobre a aprovação da matéria na respectiva reunião do Conselho de Administração. Qualquer membro do Conselho de Administração que se abstenha de debater e votar de acordo com este Parágrafo 2º deste Artigo 13 será considerado para fins da apuração do quórum de instalação da reunião do Conselho de Administração conforme previsto no Artigo 11, porém não será considerado para fins da apuração do quórum de deliberação referente ao assunto ou operação em questão, de tal forma que uma deliberação será adotada se aprovada pela maioria do número total de membros do Conselho de Administração presentes na reunião, excluindo o(s) membro(s) do Conselho de Administração que se abstiveram de votar nos termos deste Parágrafo 2º deste Artigo 13.

Parágrafo 3º - É vedada a concessão de empréstimos, pela Companhia, ou por qualquer entidade controlada pela Companhia, para uma Parte Relacionada, entendendo-se que tal vedação não impedirá a Companhia (ou qualquer de suas controladas) de conceder outras formas de financiamento ou crédito para Partes Relacionadas em relação a qualquer venda de produtos ou demais operações comerciais aprovadas pelo Conselho de Administração nos termos do item “y” do caput deste Artigo 13.

Parágrafo 4º - Como exceção às disposições do item “j” do caput deste Artigo 13, nenhuma aprovação e autorização prévia do Conselho de Administração será necessária em relação a qualquer compra ou aquisição pela Companhia ou suas controladas de matérias-primas ou outros insumos necessários ou requeridos para ou relacionados à fabricação de seus produtos, nem para qualquer venda pela Companhia ou pelas suas controladas de quaisquer bens, produtos e subprodutos, nem para a contratação de quaisquer serviços de manutenção para equipamentos

ou instalações da Companhia ou de suas controladas, em cada caso, desde que todas e cada uma das seguintes condições sejam satisfeitas:

(i) qualquer operação desse tipo seja efetuada no curso normal dos negócios;

(ii) no caso de compras, aquisições ou contratações pela Companhia ou suas controladas, essas operações sejam precedidas por procedimentos de compra ou contratação competitivos e transparentes, de acordo com as políticas e práticas aplicáveis da Companhia;

(iii) nenhum financiamento de terceiros ou financiamento bancário esteja envolvido, exceto qualquer crédito ou financiamento que possa ser oferecido ou fornecido pela própria contraparte em relação à respectiva operação;

(iv) qualquer operação dessa natureza seja submetida à aprovação da Diretoria antes de sua celebração; e

(v) todas as operações celebradas de acordo com este Parágrafo 4º deste Artigo 13 sejam reportadas mensalmente ao Conselho de Administração, acompanhadas por toda documentação de suporte necessária.

Parágrafo 5º - A exceção descrita no Parágrafo 4º deste Artigo 13, no entanto, não será aplicável às seguintes operações, que, portanto, requererão aprovação e autorização prévia do Conselho de Administração:

(a) qualquer operação envolvendo um valor que exceda, no total, R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ou seu equivalente em qualquer outra moeda, seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas (inclusive, a título de exemplo, mas sem restringir, transações com partes relacionadas de uma mesma contratada e/ou envolvendo subcontratação);

(b) qualquer operação que tenha um prazo superior a 3 (três) anos; ou

(c) qualquer transação com ou envolvendo uma Parte Relacionada.

Art. 14 – O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que considerado necessário pelo seu Presidente ou por pelo menos 3 (três) outros membros do Conselho de Administração. Sem prejuízo do exposto acima, o Conselho de Administração poderá, de tempos em tempos, aprovar (e posteriormente complementar, alterar ou de outra forma modificar) um calendário de reuniões que estabeleça

antecipadamente as datas em que o Conselho de Administração realizará suas reuniões ordinárias e/ou extraordinárias no período de 12 (doze) meses seguintes.

Parágrafo 1º - O Presidente do Conselho de Administração será responsável por convocar qualquer reunião ordinária ou extraordinária do Conselho de Administração. Qualquer um ou mais membros do Conselho de Administração poderão enviar uma solicitação para que o Presidente convoque uma reunião do Conselho de Administração e, caso o Presidente não convoque tal reunião no prazo de 3 (três) dias corridos após o recebimento de tal solicitação, a reunião poderá ser convocada por quaisquer 3 (três) membros do Conselho de Administração, em conformidade com as disposições aplicáveis deste Estatuto Social e com o regimento interno do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por meio de aviso por escrito contendo a hora, data e local da reunião, bem como breve descrição das matérias a serem deliberadas em tal reunião. Tal aviso de convocação deverá ser enviado a cada membro do Conselho de Administração com antecedência mínima de: (i) 5 (cinco) dias úteis para reuniões extraordinárias, exceto para os casos em que exista justificada urgência requerida pela Diretoria, hipótese em que a convocação poderá se dar em prazo menor, a critério exclusivo do Presidente do Conselho de Administração; e (ii) 10 (dez) dias para as reuniões ordinárias. Não obstante o disposto nos subitens (i) e (ii) deste Parágrafo 2º, o Conselho de Administração pode, a qualquer tempo e com o consentimento unânime de seus membros, renunciar a qualquer período mínimo de aviso prévio ou concordar com um período de aviso prévio mais curto em relação a uma ou mais reuniões.

Parágrafo 3º - Demonstrações financeiras anuais ou trimestrais, relatórios da administração, minutas de pareceres de auditores externos e quaisquer outros materiais relativos a assuntos a serem considerados ou deliberados em quaisquer reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho de Administração deverão ser fornecidos ou disponibilizados aos seus membros conjuntamente com o aviso de convocação da reunião.

Parágrafo 4º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas pelo Secretário de Governança Corporativa. Em caso de ausência ou impedimento do Secretário de Governança Corporativa, o Presidente do Conselho de Administração designará outra pessoa para secretariar a reunião. Exceto no caso de uma deliberação adotada em conformidade com o Parágrafo 7º deste Artigo 14, as deliberações sobre quaisquer matérias submetidas à votação de uma reunião do Conselho de Administração serão adotadas se aprovadas pelo voto da maioria dos membros presentes na respectiva reunião, ressalvado o disposto no Parágrafo 2º do Artigo 13.

Parágrafo 5º – Quando um membro efetivo estiver impedido de comparecer ou tiver que se ausentar de uma reunião do Conselho de Administração, tal membro efetivo pode apresentar aos demais membros do Conselho de Administração e ao Secretário de Governança Corporativa o seu voto por escrito antes de tal reunião, hipótese em que seu voto será tão válido e efetivo quanto se fosse emitido por tal membro efetivo enquanto estivesse presente na reunião.

Parágrafo 6º - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação de cada pessoa participando da reunião e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes na reunião. Qualquer membro do Conselho de Administração que participe de uma reunião do Conselho de Administração por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação equivalente será considerado para todos os propósitos como presente em tal reunião.

Parágrafo 7º - Alternativamente à realização das reuniões do Conselho de Administração pessoalmente ou pelos meios previstos no Parágrafo 6º deste Artigo 14, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas virtualmente, com cada membro efetivo do Conselho de Administração apresentando sua manifestação de voto por escrito sobre os assuntos a serem deliberados na respectiva reunião do Conselho de Administração. Cada membro efetivo do Conselho de Administração deverá enviar sua manifestação de voto por escrito por e-mail (ou outro meio de comunicação por escrito que o Conselho de Administração possa aprovar) a cada um dos outros membros efetivos do Conselho de Administração e ao Secretário de Governança Corporativa, até a data e hora estabelecidas para isso no aviso de convocação para essa reunião virtual. As deliberações adotadas na forma prevista neste Parágrafo 7º deste Artigo 14 serão tão válidas e eficazes quanto uma deliberação adotada em uma reunião do Conselho de Administração realizada pessoalmente ou por qualquer um dos meios previstos no Parágrafo 6º deste Artigo 14.

Parágrafo 8º - O Presidente do Conselho de Administração fará com que toda reunião do Conselho de Administração tenha uma ata preparada pelo Secretário de Governança Corporativa ou por qualquer outra pessoa que atue como secretário da respectiva reunião, que refletirá os trabalhos e as deliberações aprovadas em cada uma de tais reuniões. As atas de reunião do Conselho de Administração poderão ser elaboradas na forma de sumário e serão assinadas pelo Presidente, pelo secretário da reunião e pelos demais membros do Conselho de Administração presentes na reunião. Para a validade da ata, é suficiente a assinatura de quantos Conselheiros bastem para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na reunião.

Art. 15 – O Conselho de Administração poderá criar um ou mais comitês, cada um composto por determinado número de membros que podem ser membros do Conselho de Administração e/ou quaisquer outras pessoas (incluindo, de forma exemplificativa e não taxativa, diretores, empregados, representantes de acionistas

ou consultores externos), e tendo tais deveres, poderes e competências que o Conselho de Administração definir.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração deverá necessariamente constituir um Comitê de Auditoria, com o objetivo de auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições de fiscalização, no que se refere:

(a) à fiscalização da qualidade e da consistência das demonstrações financeiras da Companhia, inclusive reportando-se periodicamente ao Conselho de Administração com relação à adequação dos sistemas de controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros;

(b) à identificação e avaliação dos riscos legais ou regulatórios que possam afetar materialmente a Companhia ou seus negócios;

(c) ao monitoramento de atividades de auditoria interna e externa;

(d) ao monitoramento da eficácia do Programa de Integridade da Companhia; e

(e) à adoção de padrões satisfatórios de governança corporativa.

Parágrafo 2º - O Comitê de Auditoria será responsável por:

(a) propor ao Conselho de Administração a adoção de medidas destinadas a aprimorar o desempenho das atividades enumeradas no Parágrafo 1º deste Artigo 15;

(b) revisar as demonstrações financeiras anuais e trimestrais elaboradas pela administração, inclusive suas notas, e os relatórios da administração e minuta de parecer do auditor externo sobre tais demonstrações financeiras, efetuando as recomendações que entender necessárias sobre o assunto ao Conselho de Administração;

(c) avaliar periodicamente a adequação dos sistemas de controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros e fazer as recomendações de aprimoramento que entender necessárias ao Conselho de Administração;

(d) efetuar recomendações para a indicação, remuneração, contratação e supervisão, e avaliar a independência, dos auditores externos da Companhia;

(e) revisar e dar seu parecer sobre o plano de auditoria anual do auditor externo, e sobre quaisquer serviços propostos relacionados à auditoria e os honorários de auditores externos associados;

(f) revisar e dar seu parecer sobre quaisquer serviços permitidos propostos pelos auditores externos que não sejam de auditoria e a proposta de honorários para tais serviços;

(g) revisar e fazer recomendações ao escopo do plano anual de auditoria interna, acompanhar os resultados das atividades de auditoria interna, incluindo a revisão e apresentação de recomendações a quaisquer relatórios preliminares ou finais de auditoria interna emitidos;

(h) acompanhar e monitorar a implementação de quaisquer recomendações feitas pelo Departamento de Auditoria Interna ou pelos auditores externos, reportando os resultados ao Conselho de Administração;

(i) monitorar o cumprimento do Código de Ética e Conduta da Companhia e das políticas que abrangem o Programa de Integridade da Companhia, inclusive supervisionando as atividades do Comitê de Conduta e do Departamento de Integridade, reportando os resultados ao Conselho de Administração; e

(j) assegurar que um sistema para identificação, avaliação e gerenciamento dos principais riscos legais e regulatórios associados às atividades da Companhia esteja implementado e avaliar periodicamente sua adequação.

Parágrafo 3º - O Comitê de Auditoria será formado por, no máximo, 5 (cinco) membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - Os membros do Comitê de Auditoria podem ser, mas não necessariamente precisam ser, membros do Conselho de Administração. No entanto, nenhum diretor ou outro empregado da Companhia ou de suas controladas pode ser eleito ou indicado como membro do Comitê de Auditoria.

Parágrafo 5º - Os membros do Comitê de Auditoria terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos indefinidamente.

Parágrafo 6º - Nos casos de impedimento permanente ou outra forma de vacância no Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração elegerá um novo membro para tal Comitê para completar o mandato do membro sujeito ao impedimento permanente ou vacância.

Parágrafo 7º - O Comitê de Auditoria deverá aprovar, por maioria de votos de seus membros, regimento interno regulamentando as questões relativas ao seu funcionamento interno não previstas neste Estatuto Social. Em caso de discrepâncias ou outras inconsistências entre as regras contidas em tal regimento interno e as disposições deste Estatuto Social, este Estatuto Social prevalecerá.

Seção III – Diretoria

Art. 16 – A Diretoria será composta de um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo, um Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, um Diretor Vice-Presidente Industrial, um Diretor Vice-Presidente Comercial e um Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade. Os membros da Diretoria serão nomeados e indicados pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, substancialmente coincidente com o mandato dos membros do Conselho de Administração, observado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 9º. Os membros da Diretoria podem ser reeleitos indefinidamente e podem ser destituídos ou substituídos a qualquer tempo, com ou sem justa causa, por deliberação do Conselho de Administração.

Art. 17 - O Diretor Vice-Presidente Industrial deverá substituir o Diretor Presidente nos casos de ausências ou impedimentos temporários, e exercerá as funções e prerrogativas inerentes ao cargo de Diretor Presidente (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de emitir, em adição ao seu próprio voto, o voto do Diretor Presidente e o voto de desempate nos termos do Artigo 11) pelo tempo de duração de tais ausências ou impedimentos temporários. Caso tais ausências ou impedimentos temporários se estendam por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou no caso de impedimento permanente ou vacância do cargo, o Conselho de Administração indicará um novo Diretor Presidente para completar o mandato do Diretor Presidente que ficou permanentemente impedido, ausente por mais de 3 (três) meses consecutivos ou que vagou o cargo. O Diretor Vice-Presidente Industrial continuará exercendo as funções e prerrogativas do cargo de Diretor Presidente (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de emitir, em adição ao seu próprio voto, o voto do Diretor Presidente e o voto de desempate nos termos do Artigo 11) até que esse novo Diretor Presidente seja efetivamente nomeado e assuma o cargo.

Parágrafo Único – Em caso de ausência ou impedimento temporários de Diretores que não o Diretor Presidente, serão aplicadas as seguintes regras: (a) o Diretor Vice-Presidente Comercial e o Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade designarão, cada qual, outro Diretor Estatutário para substituí-los; (b) o Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo será substituído pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, e vice-versa; e (c) o Diretor Vice-Presidente Industrial será substituído pelo Diretor Presidente. Em todos os referidos casos, os Diretores substitutos assim designados exercerão as funções e prerrogativas do respectivo cargo (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de emitir, em adição ao seu próprio voto, o voto do Diretor Vice-Presidente substituído) pela duração de tal ausência ou impedimento

temporários. **A pessoa designada para substituir o respectivo Diretor Estatutário em tal cargo em sua ausência ou impedimento continuará exercendo as funções e prerrogativas de tal cargo até que o novo Diretor Estatutário seja efetivamente nomeado e assuma o cargo.** Caso tal ausência ou impedimento temporários se estendam por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou em caso de impedimento permanente ou outro evento de vacância, o Conselho de Administração ~~nomeará um novo Diretor Estatutário~~ **poderá (i) eleger uma pessoa** para completar o mandato do Diretor ~~Estatutário~~ **Vice-Presidente** sujeito ao impedimento permanente, ausência por mais de 3 (três) meses consecutivos ou vacância; **ou (ii) eleger para esse cargo um dos Diretores em exercício, que acumulará os 2 (dois) cargos e exercerá as respectivas funções e prerrogativas (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de, em adição ao seu próprio voto, emitir também o voto) do Diretor Vice-Presidente sujeito ao impedimento permanente, ausência por mais de 3 (três) meses consecutivos ou vacância, desde que o tempo total do seu mandato nesse novo cargo cumulado (incluindo o tempo de substituição temporária, se tiver sido exercida) não exceda 6 (seis) meses.** ~~A pessoa designada para substituir o respectivo Diretor Estatutário em tal cargo em sua ausência ou impedimento continuará exercendo as funções e prerrogativas de tal cargo até que o novo Diretor Estatutário seja efetivamente nomeado e assumo o cargo.~~

Art. 18 - Observado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável, a Diretoria tem todos os poderes e competência para praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à consecução do objeto social da Companhia, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis e as deliberações tomadas, de tempos em tempos, pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

Art. 19 - Sem prejuízo de quaisquer outras atribuições, poderes e prerrogativas da Diretoria previstas em outras disposições deste Estatuto Social ou na Lei nº 6.404/1976, a Diretoria terá o dever, o poder e a competência para:

(a) determinar e implementar a estrutura administrativa das posições administrativas não estatutárias da Companhia;

(b) monitorar a execução e implementação de suas decisões;

(c) monitorar e avaliar as atividades e desempenho da Companhia;

(d) com exceção dos contratos ou operações que se enquadrem nos itens "i", "j", "k", "l" e "y" do caput do Artigo 13 ou conforme os Parágrafos 4º e 5º do Artigo 13, deliberar sobre contratos ou operações propostas para serem celebradas pela Companhia para ou em relação à condução de seus negócios, incluindo qualquer compra ou aquisição de matérias-primas ou outros insumos, quaisquer vendas de bens, produtos e subprodutos, qualquer contratação de serviços,

qualquer alienação ou oneração de ativos fixos ou outros ativos não circulantes, quaisquer investimentos ou despesas de capital, quaisquer empréstimos ou outra constituição ou assunção de dívida de qualquer natureza, garantindo que, no caso de compras, aquisições ou contratações da Companhia, qualquer operação desse tipo seja precedida por procedimentos de compra ou contratação competitivos e transparentes;

(e) elaborar, ou fazer com que seja elaborado, os orçamentos anual e plurianual para a Companhia, e quaisquer projetos de expansão e modernização e os planos de investimentos para submissão ao Conselho de Administração;

(f) aprovar a política de remuneração de pessoal não estatutário;

(g) aprovar qualquer decisão de contratação, promoção, demissão, destituição ou decisão disciplinar que afete qualquer empregado em cargo de gestão que se reporte diretamente a um Diretor Estatutário da Companhia, observado que, em caso de divergência pela não obtenção da maioria exigida pelo Parágrafo 2º deste Artigo 19, a decisão final será do Diretor Presidente;

(h) elaborar, ou fazer com que seja elaborado, o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras anuais e trimestrais da Companhia e quaisquer outros documentos que possam ser requeridos para serem submetidos à consideração e aprovação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral;

(i) propor ao Conselho de Administração qualquer abertura, instalação, transferência ou fechamento de quaisquer escritórios, filiais, escritórios de representação, ou outros estabelecimentos temporários ou permanentes da Companhia, de acordo com o que a Diretoria julgar necessário ou aconselhável;

(j) propor ao Conselho de Administração a tomada de decisões sujeitas ao item "ee" do Artigo 13; e

(k) em geral, deliberar sobre quaisquer demais matérias que não estejam incluídas nos poderes e prerrogativas do Conselho de Administração ou de qualquer um de seus membros (ou do Comitê de Auditoria ou qualquer outro Comitê do Conselho de Administração), da Assembleia Geral ou dentro do escopo de competência de qualquer membro da Diretoria.

Parágrafo 1º - A Diretoria reunir-se-á pelo menos uma vez por mês para considerar e deliberar sobre qualquer assunto previsto no caput deste Artigo 19.

Parágrafo 2º - A deliberação de qualquer reunião da Diretoria será adotada caso aprovada com o voto afirmativo da maioria absoluta (ou seja, metade mais um) dos membros da Diretoria em exercício, independentemente do número de membros

presentes na reunião. **Nos casos em que um Diretor Estatutário acumule seu próprio cargo junto com o cargo de um outro Diretor Estatutário, conforme o caput ou o Parágrafo único do Artigo 17, esse Diretor Estatutário será considerado como 2 (dois) membros da Diretoria em exercício e poderá proferir 2 (dois) votos, para efeitos de se calcular a maioria absoluta necessária para aprovação das matérias objeto de deliberação em qualquer reunião da Diretoria.**

Parágrafo 3º - Na medida em que não seja inconsistente com as disposições deste Artigo 19, o disposto no Artigo 14, incluindo o disposto em seu caput e Parágrafos 1º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, deverá, com as devidas adaptações, aplicar-se às deliberações da Diretoria. Caso o Conselho de Administração aprove um regimento interno para a Diretoria, as regras contidas em tal regimento interno prevalecerão e substituirão, com relação às reuniões da Diretoria, a aplicação das disposições do Artigo 14 referidas acima.

Art. 20 - Sem prejuízo aos deveres, poderes e prerrogativas que lhe são contempladas em outras disposições deste Estatuto Social ou na Lei nº 6.404/1976, o Diretor Presidente terá o dever, poder e a competência para:

(a) presidir todas as reuniões da Diretoria;

(b) representar a Companhia, em juízo ou fora dele;

(c) coordenar e orientar a atividade dos demais membros da Diretoria, nas suas respectivas áreas de competência;

(d) atribuir, de tempos em tempos e conforme entenda necessário, a um ou mais membros da Diretoria, atividades e tarefas especiais, dentro de suas respectivas áreas de competência, para que desempenhem outras além daquelas correspondentes às respectivas atribuições ordinárias estabelecidas pelo Conselho de Administração; e

(e) assegurar que as deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria sejam devidamente cumpridas e executadas.

Art. 21 - Incumbe ao Conselho de Administração fixar as atribuições ordinárias de cada um dos Diretores Vice-Presidente de Planejamento Corporativo, Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, Vice-Presidente Industrial, Vice-Presidente Comercial e Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade.

Art. 22 - Observado o disposto nos Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º deste Artigo 22, a Companhia se obriga, validamente, sempre que representada por quaisquer 2 (dois) membros da Diretoria agindo em conjunto, ou por 1 (um) membro da Diretoria

agindo em conjunto com 1 (um) procurador, ou por 2 (dois) procuradores agindo em conjunto, dentro dos limites de seus respectivos poderes.

Parágrafo 1º - Qualquer ato ou operação que requeira aprovação ou autorização prévia do Conselho de Administração ou da Diretoria, de acordo com este Estatuto Social, somente poderá ser realizado se, e após, tal condição preliminar tiver sido cumprida.

Parágrafo 2º - Nos atos e instrumentos que acarretem responsabilidade para a Companhia de valor igual ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do capital social da Companhia, será obrigatória a assinatura conjunta (i) do Diretor Presidente acompanhado de outro membro da Diretoria ou (ii) de 2 (dois) Diretores Estatutários desde que expressamente autorizados pelo Conselho de Administração para esse ato particular, não se permitindo a assinatura por procurador.

Parágrafo 3º - A Companhia pode ser representada por apenas 1 (um) membro da Diretoria ou procurador:

(a) no caso de obrigações a serem assumidas no exterior, desde que tal representação singular tenha sido aprovada previamente pelo Conselho de Administração;

(b) quando se tratar da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, tais como, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outros de idêntica natureza;

(c) em ~~a~~Assembleias ~~g~~erais de ~~a~~Acionistas (ordinárias ou extraordinárias) ou quaisquer outras assembleias ou reuniões de sócios de quaisquer companhias ou entidades nas quais a Companhia tenha participação no seu capital; ~~e~~

(d) no caso de procurações outorgadas a um ou mais prepostos ou advogados para representação da Companhia em processos administrativos ou judiciais ou procedimentos arbitrais; ~~e~~

(e) no caso de compras e contratações de suprimentos em valor até R\$3.000,00 (três mil reais), seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas, que deverão ser reportadas à Diretoria trimestralmente.

Parágrafo 4º - As procurações da Companhia deverão (a) ser previamente aprovadas pela Diretoria ou, alternativamente, (b) ser assinadas pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro membro da Diretoria ou pelo Diretor Presidente em conjunto com 1 (um) procurador denominado "Procurador Geral"

nomeado através de instrumento de mandato específico lavrado por instrumento público e assinado por 4 (quatro) Diretores. Todas as procurações deverão especificar (i) os poderes (não excedendo os poderes da Diretoria) conferidos ao(s) procurador(es) indicado(s) por tal instrumento, (ii) se tal(is) procurador(es) pode(m) atuar individualmente ou se deve(m) atuar em conjunto com outro procurador ou com um membro da Diretoria, (iii) o prazo pelo qual tal procuração está sendo concedida e (iv) se o(s) procurador(es) indicado(s) pode(m) ou não substabelecer quaisquer poderes que lhe(s) foram outorgados. As procurações para execução de qualquer ação ou para celebração de qualquer operação que exijam a aprovação ou autorização do Conselho de Administração ou da Diretoria somente poderão ser concedidas após tal aprovação ou autorização terem sido concedidas e devem incluir uma referência expressa a tal aprovação ou autorização. As procurações serão outorgadas por prazo limitado, não superior a um ano, ressalvadas as outorgas de procurações para representação judicial ou de matérias análogas que podem ser concedidas por prazo mais longo ou indeterminado. Entretanto, a Companhia pode, por resolução da Diretoria, revogar toda e qualquer procuração a qualquer momento, com ou sem justificativa.

Parágrafo 5º - Qualquer ato de suposta representação da Companhia que não esteja de acordo com o disposto no caput e nos Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º deste Artigo 22 será nulo e sem efeito e não será vinculante para a Companhia.

CAPÍTULO V - Conselho Fiscal

Art. 23 - A Companhia terá um Conselho Fiscal permanente, com as atribuições e poderes previstos na Lei nº 6.404/1976. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) ou 5 (cinco) membros efetivos e pelos seus respectivos suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos em Assembleia Geral Ordinária e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária do exercício subsequente à sua eleição. Os membros do Conselho Fiscal podem ser reeleitos indefinidamente.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente dentre os seus membros efetivos. O Presidente do Conselho Fiscal, sem prejuízo dos poderes e atribuições individuais conferidos pela Lei nº 6.404/1976 a cada membro, terá competência para organizar e coordenar as atividades do Conselho Fiscal e para representá-lo perante outros órgãos corporativos.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal lhes atribuirá sua remuneração.

Parágrafo 4º - O Conselho Fiscal deverá aprovar, por maioria de votos, regimentos internos para reger e regulamentar seus procedimentos de funcionamento.

CAPÍTULO VI - Exercício Social

Art. 24 - O Exercício Social se inicia em 1º de janeiro e se encerra a 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras: **I** - balanço patrimonial; **II** - demonstração das mutações do patrimônio líquido; **III** - demonstração do resultado do exercício; **IV** - demonstração dos fluxos de caixa; e **V** - demonstração do valor adicionado.

Parágrafo 2º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável.

Parágrafo 3º - Um valor igual a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado para a Reserva Legal, até que tal reserva legal atinja um montante igual a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo 4º - O Conselho de Administração poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar para deduzir do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, um montante que não exceda 50% (cinquenta por cento) de tal lucro líquido para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios:

(a) sua constituição não poderá prejudicar o direito dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no Parágrafo 5º deste Artigo 24;

(b) seu saldo não pode ultrapassar a 95% (noventa e cinco por cento) do capital social da Companhia;

(c) a reserva terá por finalidade assegurar a disponibilidade de fundos para investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas a orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado:

(i) para absorção de prejuízos, sempre que necessário;

(ii) para distribuição de dividendos, a qualquer momento;

(iii) para operações de resgate, reembolso ou recompra de ações, autorizadas por lei;

(iv) para incorporação ao capital social, inclusive mediante a emissão de ações bonificadas.

Parágrafo 5º - Do lucro líquido do exercício, conforme ajustado na forma do disposto ~~nas alíneas~~ **nos itens** "i" e "ii" abaixo, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas, sendo que os titulares de ações preferenciais receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. Para fins deste Parágrafo 5º deste Artigo 24, o lucro líquido do exercício social será ajustado pelo:

(i) acréscimo de quaisquer valores resultantes da reversão, no exercício social, de reservas para contingências anteriormente criadas; e resultantes da realização, no exercício social, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para a reserva de lucros a realizar; e

(ii) decréscimo dos valores destinados, no exercício social, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências e da reserva de lucros a realizar. Os dividendos determinados de acordo com este Parágrafo 5º deste Artigo 24 poderão ser pagos com base nos lucros do próprio exercício social com base no qual o valor de tais dividendos foi calculado, ou com base em reservas de lucros pré-existentes, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso.

Parágrafo 6º - Desde que atendidas as destinações contempladas nos Parágrafos 3º, 4º e 5º deste Artigo 24, a Assembleia Geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício social e prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, na forma do artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, devendo o remanescente ser distribuído aos acionistas como dividendo suplementar.

Parágrafo 7º - Quaisquer juros sobre capital próprio pagos ou creditados, a título de remuneração nos termos ~~da alínea~~ **do item** "x" do Artigo 13, poderá ser imputado ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, nos termos do disposto neste Artigo 24, caso em que tais juros sobre capital próprio serão considerados como parte integrante de tais dividendos para todos os efeitos legais.

Parágrafo 8º - A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais aplicáveis. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere o Parágrafo 5º deste Artigo 24. Sempre que for levantado balanço semestral e com base nele forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do período, calculado nos termos do referido Parágrafo 5º, poderá ser paga uma participação

no lucro semestral aos membros da Diretoria por meio de deliberação do Conselho de Administração e ratificação da Assembleia Geral.

Parágrafo 9º - A Assembleia Geral pode deliberar, a qualquer momento, distribuir dividendos por conta de reservas de lucros preexistentes.

Parágrafo 10º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou relativos a períodos menores. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos à conta de lucro apurado naqueles balanços. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo 11 - A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas já constituídas.

Parágrafo 12 - Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos de sua aprovação prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII – Liquidação

Art. 25 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverão funcionar durante o período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários.

CAPÍTULO VIII – Disposições Gerais

Art. 26 - A Companhia deverá cumprir os acordos de acionistas arquivados em sua sede nos termos do artigo 118 da Lei nº 6.404/1976. A Companhia não registrará transferências de ações efetuadas de outra forma que não em estrito cumprimento ao disposto em tais acordos de acionistas. Quaisquer votos expressos em violação de tais acordos de acionistas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração serão desconsiderados.

Art. 27 - Enquanto detentor de ao menos 10% (dez por cento) do capital ordinário da Companhia, o acionista Nippon Usiminas Co. Ltd. tem o direito de preencher uma das vagas dos membros efetivos do Conselho de Administração, referidos no Artigo 12, caso em que o acionista Nippon Usiminas Co. Ltd. só poderá participar de qualquer eleição por voto múltiplo se e na extensão das ações que excederem o percentual definido acima e sujeito às disposições de quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

Art. 28 – Sem prejuízo da possibilidade da contratação de seguro específico para cobertura de riscos de gestão, o Conselho de Administração poderá adicionalmente decidir casos em que a Companhia poderá celebrar contratos de indenidade com membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da própria Companhia ou de suas sociedades controladas, com funcionários que exerçam função ou cargo de gestão na Companhia ou em suas sociedades controladas e com as pessoas, funcionários ou não, que tenham sido indicadas para exercer cargos, estatutários ou não, em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada, instituidora ou patrocinadora de planos de benefícios administrados por tais entidades (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), de forma a fazer frente a despesas, indenizações e outros valores por eles razoavelmente incorridos em razão de processos arbitrais, judiciais ou administrativos que envolvam atos praticados pelos Beneficiários no exercício de suas atribuições ou poderes no âmbito da Companhia, de suas sociedades controladas ou das demais entidades mencionadas neste Artigo (em conjunto ou isoladamente “Entidades”).

Parágrafo único - Não serão passíveis de indenização com base nos contratos de indenidade celebrados pela Companhia as despesas e valores decorrentes de: (i) atos praticados pelos Beneficiários fora do exercício de suas atribuições; (ii) atos ou crimes praticados com dolo, direto ou eventual, ou com indiferença temerária dos eventuais resultados, ou mediante culpa grave ou fraude, ou ainda, em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia ou da respectiva Entidade; (iii) acordos celebrados (incluindo mas não se limitando a acordos em processos administrativos, judiciais ou arbitrais) sem aprovação prévia e por escrito da Companhia ou da respectiva Entidade; e (iv) outras hipóteses que eventualmente poderão ser previstas no próprio contrato de indenidade a ser aprovado em cada caso pelo Conselho de Administração.

ANEXO 2 – QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS NO ESTATUTO SOCIAL, COM A INDICAÇÃO DAS JUSTIFICATIVAS PARA CADA ALTERAÇÃO, DE ACORDO COM O ARTIGO 11, INCISO II, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

Atual	Proposta	Justificativa
Art. 8º - Parágrafo 5º - Exceto em relação os assuntos para os quais é exigido quórum qualificado de deliberação nos termos da legislação aplicável, as deliberações sobre qualquer assunto em qualquer Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos das ações representadas na Assembleia Geral aptas a votar na matéria, não se computando os votos em branco, ou votos de outra forma nulos, tais como votos proferidos em violação a acordo de acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia nos termos do Artigo 26.	Art. 8º - Parágrafo 5º - Exceto em relação <u>a</u> os assuntos para os quais é exigido quórum qualificado de deliberação nos termos da legislação aplicável, as deliberações sobre qualquer assunto em qualquer Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos das ações representadas na Assembleia Geral aptas a votar na matéria, não se computando os votos em branco, ou votos de outra forma nulos, tais como votos proferidos em violação a acordo de acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia nos termos do Artigo 26.	Ajuste de redação.
Art. 9º - Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ter reputação ilibada, conforme definido no artigo 147, §4º da Lei nº 6.404/1976. Salvo se uma dispensa for aprovada pela Assembleia Geral, qualquer pessoa que (i) ocupar cargos em sociedades (que não sejam sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia ou sociedades controladas por, ou sujeitas a controle comum com, qualquer dessas sociedades) que possam ser consideradas concorrentes da Companhia ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia, não poderá ser eleita para o Conselho de Administração.	Art. 9º - Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ter reputação ilibada, conforme definido no artigo 147, §4º §3º da Lei nº 6.404/1976. Salvo se uma dispensa for aprovada pela Assembleia Geral, qualquer pessoa que (i) ocupar cargos em sociedades (que não sejam sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia ou sociedades controladas por, ou sujeitas a controle comum com, qualquer dessas sociedades) que possam ser consideradas concorrentes da Companhia ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia, não poderá ser eleita para o Conselho de Administração.	Ajuste de redação.
Art. 13 – (a) nomear, eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia e fixar suas atribuições	Art. 13 – (a) nomear, eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia e fixar suas atribuições	Ajuste de redação.

(respeitando as disposições do item “d” do Artigo 20), e aprovar qualquer nomeação, indicação, destituição ou demissão de qualquer membro do conselho de administração, da diretoria, ou outros órgãos de governança comparáveis que a Companhia (diretamente ou por meio de quaisquer entidades controladas) possa ter o direito de nomear, indicar, destituir ou demitir em qualquer outra entidade;	(respeitando as disposições do item “d” do Artigo 20), e aprovar qualquer nomeação, indicação, destituição ou demissão de qualquer membro do e Conselho de a Administração, da d Diretoria, ou outros órgãos de governança comparáveis que a Companhia (diretamente ou por meio de quaisquer entidades controladas) possa ter o direito de nomear, indicar, destituir ou demitir em qualquer outra entidade;	
Art. 13 – (j) sem prejuízo do disposto na alínea “k” abaixo e exceto conforme disposto no Parágrafo 4º deste Artigo 13, deliberar sobre quaisquer dos seguintes atos ou transações pela Companhia:	Art. 13 – (j) sem prejuízo do disposto na alínea no item “k” abaixo e exceto conforme disposto no Parágrafo 4º deste Artigo 13, deliberar sobre quaisquer dos seguintes atos ou transações pela Companhia:	Ajuste de redação.
Art. 13 – (cc) deliberar sobre a contratação, nomeação, indicação, substituição, destituição e/ou demissão dos membros do Comitê de Conduta a que se refere o Código de Ética e Conduta da Companhia, que será composto por um total de 5 (cinco) membros (que não integrem o Comitê de Auditoria) e que se reportarão ao Comitê de Auditoria da Companhia;	Art. 13 – (cc) deliberar sobre a contratação, nomeação, indicação, substituição, destituição e/ou demissão dos membros do Comitê de Conduta a que se refere o Código de Ética e Conduta da Companhia, que será composto por um total de até 5 (cinco) membros (que não integrem o Comitê de Auditoria) e que se reportarão ao Comitê de Auditoria da Companhia;	Ajuste de redação.
Art. 13 – (dd) deliberar sobre a contratação, nomeação, indicação, substituição, destituição e/ou demissão do responsável pelo Departamento de Integridade a que se refere o Código de Ética e Conduta da Companhia, que deverá ser contratado como empregado em tempo integral da Companhia e que deverá trabalhar em cooperação com o Comitê de Conduta e se reportar ao Comitê de Auditoria da Companhia; e	Art. 13 – (dd) deliberar sobre a contratação, nomeação, indicação, substituição, destituição e/ou demissão do responsável pelo Departamento de Integridade a que se refere o Código de Ética e Conduta da Companhia, que deverá ser contratado como empregado em tempo integral da Companhia e que deverá trabalhar em cooperação com o Comitê de Conduta e se reportar ao Comitê de Auditoria da Companhia; e	Ajuste de redação.
Art. 13 – (ee) deliberar sobre decisões estratégicas	Art. 13 – (ee) deliberar sobre decisões estratégicas	Ajuste de redação.

relevantes fora do curso normal dos negócios da Companhia, tais como, sem limitação, (i) construção e desligamento de grandes equipamentos da área de redução, (ii) abertura e fechamento de linhas de produção ou (iii) abertura e fechamento de linhas de negócio.	relevantes fora do curso normal dos negócios da Companhia, tais como, sem limitação, (i) construção e desligamento de grandes equipamentos da área de redução, (ii) abertura e fechamento de linhas de produção ou (iii) abertura e fechamento de linhas de negócio; e	
	<u>Art. 13 – (ff) aprovar as regras, procedimentos, condições e limitações dos contratos de indenidade previstos no Artigo 28 deste Estatuto Social, bem como definir as pessoas, dentre as mencionadas no Artigo 28, com as quais a Companhia poderá celebrar tais contratos.</u>	Inclusão de item para atribuir ao Conselho de Administração a competência para deliberar sobre regras, procedimentos, condições e limitações dos contratos de indenidade, em razão da possibilidade de celebração de contratos de indenidade pela Companhia, na forma prevista no artigo 28.
Art. 13 – Parágrafo 1º a) qualquer acionista da Companhia integrante do grupo controlador ou que seja titular de ações representativas de mais de 5% (cinco por cento) do capital votante ou total;	Art. 13 – Parágrafo 1º _____ (a) qualquer acionista da Companhia integrante do grupo controlador ou que seja titular de ações representativas de mais de 5% (cinco por cento) do capital votante ou total;	Ajuste de formatação.
Art. 13 – Parágrafo 1º b) quaisquer membros do conselho de administração, diretoria ou outros órgãos equiparados ou similares de administração (titulares ou suplentes) da Companhia ou de suas controladas, bem como os respectivos cônjuges e parentes até segundo grau de tais administradores;	Art. 13 – Parágrafo 1º _____ (b) quaisquer membros do e Conselho de a Administração, d Diretoria ou outros órgãos equiparados ou similares de administração (titulares ou suplentes) da Companhia ou de suas controladas, bem como os respectivos cônjuges e parentes até segundo grau de tais administradores;	Ajuste de redação e formatação.
Art. 13 – Parágrafo 1º c) quaisquer membros do conselho de administração, diretoria ou outros órgãos equiparados ou similares de administração (titulares ou suplentes) dos acionistas	Art. 13 – Parágrafo 1º _____ (c) quaisquer membros do e Conselho de a Administração, d Diretoria ou ou outros órgãos equiparados ou similares de administração (titulares ou	Ajuste de redação e formatação.

integrantes do bloco de controle da Companhia;	suplentes) dos acionistas integrantes do bloco de controle da Companhia;	
Art. 13 – Parágrafo 1º d) quaisquer sociedades controladas, controladoras, coligadas ou sob controle comum de qualquer acionista da Companhia integrante do grupo controlador; e	Art. 13 – Parágrafo 1º <u>(d)</u> quaisquer sociedades controladas, controladoras, coligadas ou sob controle comum de qualquer acionista da Companhia integrante do grupo controlador; e	Ajuste de formatação.
Art. 13 – Parágrafo 1 e) quaisquer sociedades controladas ou coligadas de quaisquer membros do conselho de administração, diretoria ou outros órgãos equiparados ou similares de administração (titulares ou suplentes) da Companhia ou de suas controladas.	Art. 13 – Parágrafo 1º <u>(e)</u> quaisquer sociedades controladas ou coligadas de quaisquer membros do e Conselho de a Administração, d Diretoria ou outros órgãos equiparados ou similares de administração (titulares ou suplentes) da Companhia ou de suas controladas.	Ajuste de redação e formatação.
Art. 13 – Parágrafo 4º – (i) qualquer operação desse tipo seja efetuada no curso normal dos negócios;	Art. 13 – Parágrafo 4º – <u>(i)</u> qualquer operação desse tipo seja efetuada no curso normal dos negócios;	Ajuste de formatação.
Art. 13 – Parágrafo 4º – (ii) no caso de compras, aquisições ou contratações pela Companhia ou suas controladas, essas operações sejam precedidas por procedimentos de compra ou contratação competitivos e transparentes, de acordo com as políticas e práticas aplicáveis da Companhia;	Art. 13 – Parágrafo 4º – <u>(ii)</u> no caso de compras, aquisições ou contratações pela Companhia ou suas controladas, essas operações sejam precedidas por procedimentos de compra ou contratação competitivos e transparentes, de acordo com as políticas e práticas aplicáveis da Companhia;	Ajuste de formatação.
Art. 13 – Parágrafo 4º – (iii) nenhum financiamento de terceiros ou financiamento bancário esteja envolvido, exceto qualquer crédito ou financiamento que possa ser oferecido ou fornecido pela própria contraparte em relação à respectiva operação;	Art. 13 – Parágrafo 4º – <u>(iii)</u> nenhum financiamento de terceiros ou financiamento bancário esteja envolvido, exceto qualquer crédito ou financiamento que possa ser oferecido ou fornecido pela própria contraparte em relação à respectiva operação;	Ajuste de formatação.
Art. 13 – Parágrafo 4º – (iv) qualquer operação dessa natureza seja submetida à aprovação da Diretoria antes	Art. 13 – Parágrafo 4º – <u>(iv)</u> qualquer operação dessa natureza seja submetida à aprovação da Diretoria antes	Ajuste de formatação.

de sua celebração; e	de sua celebração; e	
Art. 13 – Parágrafo 4º – (v) todas as operações celebradas de acordo com este Parágrafo 4º deste Artigo 13 sejam reportadas mensalmente ao Conselho de Administração, acompanhadas por toda documentação de suporte necessária.	Art. 13 – Parágrafo 4º – <u>(v)</u> todas as operações celebradas de acordo com este Parágrafo 4º deste Artigo 13 sejam reportadas mensalmente ao Conselho de Administração, acompanhadas por toda documentação de suporte necessária.	Ajuste de formatação.
Art. 13 – Parágrafo 5º – (a) qualquer operação envolvendo um valor que exceda, no total, R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ou seu equivalente em qualquer outra moeda, seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas (inclusive, a título de exemplo, mas sem restringir, transações com partes relacionadas de uma mesma contratada e/ou envolvendo subcontratação);	Art. 13 – Parágrafo 5º – <u>(a)</u> qualquer operação envolvendo um valor que exceda, no total, R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ou seu equivalente em qualquer outra moeda, seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas (inclusive, a título de exemplo, mas sem restringir, transações com partes relacionadas de uma mesma contratada e/ou envolvendo subcontratação);	Ajuste de formatação.
Art. 13 – Parágrafo 5º – (b) qualquer operação que tenha um prazo superior a 3 (três) anos; ou	Art. 13 – Parágrafo 5º – <u>(b)</u> qualquer operação que tenha um prazo superior a 3 (três) anos; ou	Ajuste de formatação.
Art. 13 – Parágrafo 5º – (c) qualquer transação com ou envolvendo uma Parte Relacionada.	Art. 13 – Parágrafo 5º – <u>(c)</u> qualquer transação com ou envolvendo uma Parte Relacionada.	Ajuste de formatação.
Art. 14 – O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, quatro vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que considerado necessário pelo seu Presidente ou por pelo menos 3 (três) outros membros do Conselho de Administração. Sem prejuízo do exposto acima, o Conselho de Administração poderá, de tempos em tempos, aprovar (e posteriormente complementar, alterar ou de outra forma modificar) um calendário de reuniões que estabeleça antecipadamente as datas em que o Conselho de Administração realizará	Art. 14 – O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, <u>4 (quatro)</u> vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que considerado necessário pelo seu Presidente ou por pelo menos 3 (três) outros membros do Conselho de Administração. Sem prejuízo do exposto acima, o Conselho de Administração poderá, de tempos em tempos, aprovar (e posteriormente complementar, alterar ou de outra forma modificar) um calendário de reuniões que estabeleça antecipadamente as datas em que o Conselho de Administração realizará	Ajuste de redação.

suas reuniões ordinárias e/ou extraordinárias no período de 12 (doze) meses seguintes.	suas reuniões ordinárias e/ou extraordinárias no período de 12 (doze) meses seguintes.	
Art. 15 – Parágrafo 2º – (i) monitorar o cumprimento do Código de Ética e Conduta da Companhia e das Políticas que abrangem o Programa de Integridade da Companhia, inclusive supervisionando as atividades do Comitê de Conduta e do Departamento de Integridade, reportando os resultados ao Conselho de Administração; e	Art. 15 – Parágrafo 2º – (i) monitorar o cumprimento do Código de Ética e Conduta da Companhia e das Políticas que abrangem o Programa de Integridade da Companhia, inclusive supervisionando as atividades do Comitê de Conduta e do Departamento de Integridade, reportando os resultados ao Conselho de Administração; e	Ajuste de redação.
Art. 17 – O Diretor Vice-Presidente Industrial deverá substituir o Diretor Presidente nos casos de ausências ou impedimentos temporários, e exercerá as funções e prerrogativas inerentes ao cargo de Diretor Presidente (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de emitir o voto de desempate nos termos do Artigo 11) pelo tempo de duração de tais ausências ou impedimentos temporários. Caso tais ausências ou impedimentos temporários se estendam por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou no caso de impedimento permanente ou vacância do cargo, o Conselho de Administração indicará um novo Diretor Presidente para completar o mandato do Diretor Presidente que ficou permanentemente impedido, ausente por mais de 3 (três) meses consecutivos ou que vagou o cargo. O Diretor Vice-Presidente Industrial continuará exercendo as funções e prerrogativas do cargo de Diretor Presidente (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de emitir o voto de desempate nos termos do Artigo 11) até que esse novo Diretor Presidente seja efetivamente nomeado e assuma o cargo.	Art. 17 – O Diretor Vice-Presidente Industrial deverá substituir o Diretor Presidente nos casos de ausências ou impedimentos temporários, e exercerá as funções e prerrogativas inerentes ao cargo de Diretor Presidente (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de emitir, <u>em adição ao seu próprio voto,</u> o voto <u>do Diretor Presidente e o voto</u> de desempate nos termos do Artigo 11) pelo tempo de duração de tais ausências ou impedimentos temporários. Caso tais ausências ou impedimentos temporários se estendam por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou no caso de impedimento permanente ou vacância do cargo, o Conselho de Administração indicará um novo Diretor Presidente para completar o mandato do Diretor Presidente que ficou permanentemente impedido, ausente por mais de 3 (três) meses consecutivos ou que vagou o cargo. O Diretor Vice-Presidente Industrial continuará exercendo as funções e prerrogativas do cargo de Diretor Presidente (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de emitir, <u>em adição ao seu próprio voto,</u> o voto <u>do Diretor Presidente e o voto</u> de desempate nos termos do Artigo	Alteração de redação para deixar claro que, nas hipóteses de ausência, impedimento ou vacância do Diretor Presidente, o Diretor Vice-Presidente Industrial terá a prerrogativa de emitir, além do próprio voto, o voto do Diretor Presidente e o voto de desempate nas reuniões de Diretoria.

	11) até que esse novo Diretor Presidente seja efetivamente nomeado e assumo o cargo.	
<p>Art. 17 – Parágrafo Único – Em caso de ausência ou impedimento temporários de Diretores que não o Diretor Presidente, serão aplicadas as seguintes regras: (a) o Diretor Vice-Presidente Comercial e o Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade designarão, cada qual, outro Diretor Estatutário para substituí-los; (b) o Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo será substituído pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, e vice-versa; e (c) o Diretor Vice-Presidente Industrial será substituído pelo Diretor Presidente. Em todos os referidos casos, os Diretores substitutos assim designados exercerão as funções e prerrogativas do respectivo cargo pela duração de tal ausência ou impedimento temporários. Caso tal ausência ou impedimento temporários se estendam por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou em caso de impedimento permanente ou outro evento de vacância, o Conselho de Administração nomeará um novo Diretor Estatutário para completar o mandato do Diretor Estatutário sujeito ao impedimento permanente, ausência por mais de 3 (três) meses consecutivos ou vacância. A pessoa designada para substituir o respectivo Diretor Estatutário em tal cargo em sua ausência ou impedimento continuará exercendo as funções e prerrogativas de tal cargo até que o novo Diretor Estatutário seja efetivamente nomeado e assumo o cargo.</p>	<p>Art. 17 – Parágrafo Único – Em caso de ausência ou impedimento temporários de Diretores que não o Diretor Presidente, serão aplicadas as seguintes regras: (a) o Diretor Vice-Presidente Comercial e o Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade designarão, cada qual, outro Diretor Estatutário para substituí-los; (b) o Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo será substituído pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, e vice-versa; e (c) o Diretor Vice-Presidente Industrial será substituído pelo Diretor Presidente. Em todos os referidos casos, os Diretores substitutos assim designados exercerão as funções e prerrogativas do respectivo cargo <u>(incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de emitir, em adição ao seu próprio voto, o voto do Diretor Vice-Presidente substituído)</u> pela duração de tal ausência ou impedimento temporários. <u>A pessoa designada para substituir o respectivo Diretor Estatutário em tal cargo em sua ausência ou impedimento continuará exercendo as funções e prerrogativas de tal cargo até que o novo Diretor Estatutário seja efetivamente nomeado e assumo o cargo.</u> Caso tal ausência ou impedimento temporários se estendam por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou em caso de impedimento permanente ou outro evento de vacância, o Conselho de Administração nomeará um novo Diretor Estatutário <u>poderá (i) eleger uma pessoa</u> para</p>	<p>Alteração de redação para inclusão de procedimentos e prerrogativas a serem observados nas hipóteses de ausência, impedimento ou vacância de membros da Diretoria que não o Diretor Presidente.</p>

	<p>completar o mandato do Diretor Estatutário <u>Vice-Presidente</u> sujeito ao impedimento permanente, ausência por mais de 3 (três) meses consecutivos ou vacância-; <u>ou (ii) eleger para esse cargo um dos Diretores em exercício, que acumulará os 2 (dois) cargos e exercerá as respectivas funções e prerrogativas (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de, em adição ao seu próprio voto, emitir também o voto) do Diretor Vice-Presidente sujeito ao impedimento permanente, ausência por mais de 3 (três) meses consecutivos ou vacância, desde que o tempo total do seu mandato nesse novo cargo cumulado (incluindo o tempo de substituição temporária, se tiver sido exercida) não exceda 6 (seis) meses.</u> A pessoa designada para substituir o respectivo Diretor Estatutário em tal cargo em sua ausência ou impedimento continuará exercendo as funções e prerrogativas de tal cargo até que o novo Diretor Estatutário seja efetivamente nomeado e assumo o cargo.</p>	
<p>Art. 19 – Parágrafo 2º – A deliberação de qualquer reunião da Diretoria será adotada caso aprovada com o voto afirmativo da maioria absoluta (ou seja, metade mais um) dos membros da Diretoria em exercício, independentemente do número de membros presentes na reunião.</p>	<p>Artigo 19 – Parágrafo 2º – A deliberação de qualquer reunião da Diretoria será adotada caso aprovada com o voto afirmativo da maioria absoluta (ou seja, metade mais um) dos membros da Diretoria em exercício, independentemente do número de membros presentes na reunião. <u>Nos casos em que um Diretor Estatutário acumule seu próprio cargo junto com o cargo de um outro Diretor Estatutário, conforme o caput ou o Parágrafo único do Artigo 17, esse Diretor</u></p>	<p>Alteração de redação para inclusão de procedimentos e prerrogativas a serem observados em reuniões de Diretoria nas hipóteses em que um Diretor Estatutário acumule seu próprio cargo junto com o cargo de um outro Diretor Estatutário.</p>

	<u>Estatutário será considerado como 2 (dois) membros da Diretoria em exercício e poderá proferir 2 (dois) votos, para efeitos de se calcular a maioria absoluta necessária para aprovação das matérias objeto de deliberação em qualquer reunião da Diretoria.</u>	
Art. 20 – a) presidir todas as reuniões da Diretoria;	Art. 20 – (a) presidir todas as reuniões da Diretoria;	Ajuste de formatação.
Art. 20 – b) representar a Companhia, em juízo ou fora dele	Art. 20 – (b) representar a Companhia, em juízo ou fora dele	Ajuste de formatação.
Art. 20 – c) coordenar e orientar a atividade dos demais membros da Diretoria, nas suas respectivas áreas de competência;	Art. 20 – (c) coordenar e orientar a atividade dos demais membros da Diretoria, nas suas respectivas áreas de competência;	Ajuste de formatação.
Art. 20 – d) atribuir, de tempos em tempos e conforme entenda necessário, a um ou mais membros da Diretoria, atividades e tarefas especiais, dentro de suas respectivas áreas de competência, para que desempenhem outras além daquelas correspondentes às respectivas atribuições ordinárias estabelecidas pelo Conselho de Administração; e	Art. 20 – (d) atribuir, de tempos em tempos e conforme entenda necessário, a um ou mais membros da Diretoria, atividades e tarefas especiais, dentro de suas respectivas áreas de competência, para que desempenhem outras além daquelas correspondentes às respectivas atribuições ordinárias estabelecidas pelo Conselho de Administração; e	Ajuste de formatação.
Art. 20 – e) assegurar que as deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria sejam devidamente cumpridas e executadas.	Art. 20 – (e) assegurar que as deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria sejam devidamente cumpridas e executadas.	Ajuste de formatação.
Art. 22 – Parágrafo 3º – (c) em assembleias gerais de acionistas (ordinárias ou extraordinárias) ou quaisquer outras assembleias ou reuniões de sócios de quaisquer companhias ou entidades nas quais a Companhia tenha participação no seu capital; e	Art. 22 – Parágrafo 3º – (c) em a Assembleias e Gerais de a Acionistas (ordinárias ou extraordinárias) ou quaisquer outras assembleias ou reuniões de sócios de quaisquer companhias ou entidades nas quais a Companhia tenha participação no seu capital; e	Ajuste de redação.
Art. 22 – Parágrafo 3º – (d) no caso de procurações	Art. 22 – Parágrafo 3º – (d) no caso de procurações	Ajuste de redação.

outorgadas a um ou mais prepostos ou advogados para representação da Companhia em processos administrativos ou judiciais ou procedimentos arbitrais.	outorgadas a um ou mais prepostos ou advogados para representação da Companhia em processos administrativos ou judiciais ou procedimentos arbitrais- z e	
	<u>Art. 22 – Parágrafo 3º – (e) no caso de compras e contratações de suprimentos em valor até R\$3.000,00 (três mil reais), seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas, que deverão ser reportadas à Diretoria trimestralmente.</u>	Inclusão de item para prever a possibilidade de a Companhia ser representada por um único diretor ou procurador no caso de compras e contratações de suprimentos em valor até R\$ 3.000,00 (três mil reais), seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas.
Art. 24 – Parágrafo 5º – Do lucro líquido do exercício, conforme ajustado na forma do disposto nas alíneas “i” e “ii” abaixo, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas, sendo que os titulares de ações preferenciais receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. Para fins deste Parágrafo 5º deste Artigo 24, o lucro líquido do exercício social será ajustado pelo:	Art. 24 – Parágrafo 5º – Do lucro líquido do exercício, conforme ajustado na forma do disposto nas alíneas nos itens “i” e “ii” abaixo, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas, sendo que os titulares de ações preferenciais receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. Para fins deste Parágrafo 5º deste Artigo 24, o lucro líquido do exercício social será ajustado pelo:	Ajuste de redação.
Art. 24 – Parágrafo 7º – Quaisquer juros sobre capital próprio pagos ou creditados, a título de remuneração nos termos da alínea “x” do Artigo 13, poderá ser imputado ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, nos termos do disposto neste Artigo 24, caso em que tais juros sobre capital próprio serão considerados como parte integrante de tais dividendos para todos os efeitos legais.	Art. 24 – Parágrafo 7º – Quaisquer juros sobre capital próprio pagos ou creditados, a título de remuneração nos termos da alínea do item “x” do Artigo 13, poderá ser imputado ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, nos termos do disposto neste Artigo 24, caso em que tais juros sobre capital próprio serão considerados como parte integrante de tais dividendos para todos os efeitos legais.	Ajuste de redação.
	Art. 28 – Sem prejuízo da possibilidade da	Inclusão de artigo prevendo a possibilidade de

	<p>contratação de seguro específico para cobertura de riscos de gestão, o Conselho de Administração poderá adicionalmente decidir casos em que a Companhia poderá celebrar contratos de indenidade com membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da própria Companhia ou de suas sociedades controladas, com funcionários que exerçam função ou cargo de gestão na Companhia ou em suas sociedades controladas e com as pessoas, funcionários ou não, que tenham sido indicadas para exercer cargos, estatutários ou não, em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada, instituidora ou patrocinadora de planos de benefícios administrados por tais entidades (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), de forma a fazer frente a despesas, indenizações e outros valores por eles razoavelmente incorridos em razão de processos arbitrais, judiciais ou administrativos que envolvam atos praticados pelos Beneficiários no exercício de suas atribuições ou poderes no âmbito da Companhia, de suas sociedades controladas ou das demais entidades mencionadas neste Artigo (em conjunto ou isoladamente "Entidades").</p>	<p>celebração de contratos de indenidade pela Companhia.</p>
	<p>Art. 28 – Parágrafo único – Não serão passíveis de</p>	<p>Inclusão de parágrafo único ao novo artigo 28</p>

	<p>indenização com base nos contratos de indenidade celebrados pela Companhia as despesas e valores decorrentes de: (i) atos praticados pelos Beneficiários fora do exercício de suas atribuições; (ii) atos ou crimes praticados com dolo, direto ou eventual, ou com indiferença temerária dos eventuais resultados, ou mediante culpa grave ou fraude, ou ainda, em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia ou da respectiva Entidade; (iii) acordos celebrados (incluindo mas não se limitando a acordos em processos administrativos, judiciais ou arbitrais) sem aprovação prévia e por escrito da Companhia ou da respectiva Entidade; e (iv) outras hipóteses que eventualmente poderão ser previstas no próprio contrato de indenidade a ser aprovado em cada caso pelo Conselho de Administração.</p>	<p>estabelecendo quais despesas e valores com base nos contratos de indenidade não são passíveis de indenização.</p>
--	--	--

**ANEXO 3 - NOVA VERSÃO DO ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA
COMPANHIA, CASO SEJAM APROVADAS TODAS AS ALTERAÇÕES
PROPOSTAS**

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS
CNPJ: 60.894.730/0001-05
NIRE: 313.000.1360-0

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - Denominação, Objeto, Sede e Duração

Art. 1º - A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS é uma companhia aberta que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor.

Parágrafo Único - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se, ainda, às disposições aplicáveis do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Art. 2º - A Companhia tem por objeto a exploração da indústria siderúrgica e o comércio de seus produtos e subprodutos, podendo ainda explorar a atividade portuária para si ou para terceiros, importar e exportar e praticar outras atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços de qualquer natureza, correlatas ou não.

Parágrafo Único - A Companhia poderá, ainda, a critério do Conselho de Administração, participar de outras sociedades ou empreendimentos de qualquer natureza, no País ou no exterior.

Art. 3º - A Companhia tem sede e foro em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, podendo, a critério e mediante aprovação do Conselho de Administração, de tempos em tempos, (i) abrir ou estabelecer filiais, escritórios, escritórios de representação e quaisquer outros estabelecimentos temporários ou permanentes de qualquer outro tipo ou natureza, no Brasil ou no exterior, e/ou (ii) fechar tais filiais, escritórios, escritórios de representação ou estabelecimentos.

Art. 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - Capital Social e Ações

Art. 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$ 13.200.294.935,04 (treze bilhões, duzentos milhões, duzentos e noventa e quatro mil, novecentos e trinta e

cinco reais e quatro centavos), sendo dividido em 1.253.079.108 (um bilhão, duzentos e cinquenta e três milhões, setenta e nove mil, cento e oito) ações, das quais 705.260.684 (setecentos e cinco milhões, duzentos e sessenta mil, seiscentos e oitenta e quatro) são ações ordinárias, 547.740.661 (quinhentos e quarenta e sete milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e sessenta e um) são ações preferenciais classe A e 77.763 (setenta e sete mil, setecentos e sessenta e três) são ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social da Companhia mediante a emissão de até 11.396.392 (onze milhões, trezentos e noventa e seis mil, trezentas e noventa e duas) ações preferenciais, sem a necessidade de alterar este Estatuto Social ou de outra forma buscar aprovação da Assembleia Geral. As ações preferenciais que o Conselho de Administração está autorizado a emitir de acordo com este Parágrafo 1º do Artigo 5º podem ser tanto ações preferenciais classe A, quanto ações preferenciais classe B, ou uma combinação de ações preferenciais classe A e classe B. O número total de ações preferenciais emitidas pelo Conselho de Administração nos termos deste Artigo 5º (incluindo, sem limitações, quaisquer ações preferenciais emitidas em relação a ou em troca de bônus de subscrição emitidos nos termos do Parágrafo 3º deste Artigo 5º ou qualquer opção emitida nos termos do Parágrafo 4º deste Artigo 5º) não poderá exceder, em hipótese alguma, no conjunto, o número de ações preferenciais previsto neste Parágrafo 1º deste Artigo 5º.

Parágrafo 2º - Ao deliberar sobre qualquer emissão de ações preferenciais nos termos do Parágrafo 1º deste Artigo 5º, o Conselho de Administração deverá determinar o preço de emissão, o número e a classe das ações preferenciais a serem emitidas, e o prazo e as condições de sua subscrição e integralização, observando os requisitos e disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração está autorizado a emitir bônus de subscrição para a subscrição de ações preferenciais classe A ou classe B, desde que observado o número total de ações preferenciais que o Conselho de Administração está autorizado a emitir nos termos do Parágrafo 1º deste Artigo 5º.

Parágrafo 4º - Sujeito a e de acordo com quaisquer planos de opção de compra de ação aprovados pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou de subscrição de ações preferenciais de classe A ou B para quaisquer administradores, diretores e empregados da Companhia ou de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem conceder direito de preferência aos acionistas da Companhia, desde que observado o número total de ações preferenciais que o Conselho de Administração está autorizado a emitir de acordo com o Parágrafo 1º deste Artigo 5º.

Parágrafo 5º - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Art. 6º - Exceto no que diz respeito a assuntos que a Lei nº 6.404/1976 expressamente prevê de outra forma, cada ação ordinária da Companhia conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto em relação a qualquer assunto submetido a votação em qualquer Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Exceto em relação às matérias em que a Lei nº 6.404/1976 concede expressamente direito de voto aos detentores de ações preferenciais, as ações preferenciais classe A e B da Companhia não conferirão aos seus detentores direito a voto nas Assembleias Gerais. No entanto, as ações preferenciais classe A e B da Companhia conferirão aos seus titulares direito a: (i) dividendos por ação em um valor 10% (dez por cento) maior do que qualquer dividendo por ação declarado em relação às ações ordinárias da Companhia; e (ii) receber quaisquer ações bonificadas que possam ser emitidas em relação a qualquer capitalização de reservas da Companhia, conforme venha a ser periodicamente aprovada pela Assembleia Geral, em igualdade de condições com os detentores de ações ordinárias da Companhia.

Parágrafo 2º - Além dos direitos referidos no Parágrafo 1º deste Artigo 6º, os titulares de ações preferenciais classe B gozarão de primeira prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, uma vez que a prioridade conferida aos titulares de ações preferenciais classe B seja atendida, os titulares de ações preferenciais classe A gozarão da mesma prioridade, *vis-à-vis* os titulares de ações ordinárias.

Parágrafo 3º - Qualquer titular de ações preferenciais classe B poderá, a qualquer tempo, solicitar à Companhia a conversão de quaisquer ações preferenciais classe B por ele detidas em ações preferenciais classe A. No entanto, nem as ações preferenciais classe A, nem as classe B poderão ser convertidas em ações ordinárias.

Parágrafo 4º - Em relação a qualquer emissão de novas ações, a Companhia não estará obrigada a preservar as proporções existentes de quaisquer classes ou espécies de ações.

Parágrafo 5º - A instituição que mantém o registro das ações escriturais da Companhia fica autorizada a cobrar dos acionistas as taxas e os custos aplicáveis ou incorridos com o registro de qualquer transferência de ações de tais acionistas, observados os limites máximos fixados, de tempos em tempos, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

CAPÍTULO III - Assembleia Geral

Art. 7º - A Assembleia Geral terá os poderes e atribuições previstos na Lei nº 6.404/1976 e em quaisquer outras leis, regras e regulamentos aplicáveis. A Assembleia Geral Ordinária deverá ser convocada e realizada dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404/1976. Assembleias Gerais Extraordinárias deverão ser convocadas e realizadas sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral Extraordinária e a Assembleia Geral Ordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora. Os procedimentos de quaisquer dessas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias deverão ser documentados em ata única.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, será convocada por deliberação aprovada pela maioria dos membros do Conselho de Administração, a quem caberá aprovar as matérias objeto da ordem do dia e o local, hora e data da realização da Assembleia Geral. As Assembleias Gerais também serão convocadas nas circunstâncias e conforme previsto no parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/1976.

Parágrafo 3º - Os editais de convocação para qualquer Assembleia Geral serão divulgados na forma e nos prazos exigidos pela legislação aplicável e, adicionalmente, deverão satisfazer os requisitos aplicáveis e obrigatórios previstos nas normas e regulamentos aplicáveis da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Regulamento de Governança Corporativa Nível 1 da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Os documentos pertinentes às matérias a ser deliberadas nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas na forma e nos prazos exigidos pela lei, norma ou regulamento aplicáveis.

Art. 8º - As Assembleias Gerais serão validamente instaladas somente se e quando o quórum mínimo de presença exigido pela legislação aplicável tiver sido atingido e somente poderão validamente adotar ou aprovar deliberações se o quórum de deliberação exigido em relação à matéria na legislação aplicável for atingido ou excedido.

Parágrafo 1º - Exceto nos casos das matérias em relação às quais a legislação aplicável exija um quórum de presença maior, a Assembleia Geral será instalada e poderá deliberar validamente, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações ordinárias da Companhia. Em segunda convocação, a Assembleia Geral será validamente instalada independentemente da porcentagem de ações ordinárias da Companhia representada.

Parágrafo 2º - Qualquer Assembleia Geral Extraordinária convocada para deliberar sobre qualquer alteração deste Estatuto Social somente será instalada e poderá validamente deliberar (i) em primeira convocação, se (e somente se) pelo

menos 2/3 (dois terços) do total das ações ordinárias da Companhia estiverem representados; e (ii) em segunda convocação, independentemente do número de ações ordinárias representadas.

Parágrafo 3º – Para serem admitidos em Assembleia Geral, os acionistas deverão comprovar a titularidade das ações da Companhia. No caso de acionistas registrados diretamente no registro de ações nominativas da Companhia, a Companhia confirmará a propriedade acionária desses acionistas contra um relatório emitido pela instituição depositária mostrando as posições de propriedade das ações registradas no registro das ações nominativas da Companhia mais atualizadas disponíveis, em qualquer caso com antecedência não superior a 3 (três) dias úteis do fechamento dos negócios do dia útil imediatamente anterior à data da respectiva Assembleia Geral. Qualquer acionista que detenha suas ações por meio do sistema fungível de custódia de ações deverá comprovar a titularidade de suas ações apresentando um certificado emitido pela instituição financeira, custodiante ou depositária detentora dessas ações para tal acionista, atestando o número de ações registradas na conta de tal acionista, devendo tal certificado ser emitido não mais do que 5 (cinco) dias antes da data da respectiva Assembleia Geral. Os certificados de propriedade de ações devem ser fornecidos à Companhia pelo menos 2 (dois) dias úteis antes da data da respectiva Assembleia Geral. Qualquer acionista poderá ser representado em uma Assembleia Geral mediante indicação de outra pessoa como procurador, por meio de um instrumento de procuração escrito que atenda aos requisitos do artigo 126 da Lei nº 6.404/1976. As procurações escritas devem ser fornecidas à Companhia pelo menos 2 (dois) dias úteis antes da data da respectiva Assembleia Geral. Sem prejuízo dos requisitos acima, os acionistas e os procuradores que comparecerem à Assembleia Geral deverão se identificar em tal Assembleia Geral, apresentando documento de identidade válido, e assinar o livro de presença para comprovar seu comparecimento.

Parágrafo 4º - As Assembleias Gerais serão presididas (i) pelo Presidente do Conselho de Administração, ou (ii) na sua ausência ou impedimento, pelo membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente para substituí-lo nos termos do Parágrafo 7º do Artigo 12, ou (iii) se nenhum membro do Conselho de Administração tiver sido indicado nos termos do Parágrafo 7º do Artigo 12 ou se o membro do Conselho de Administração indicado não estiver presente, pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores ou, subsidiariamente, pelo Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo, ou (iv) caso nenhum dos diretores do item (iii) acima esteja presente, por qualquer pessoa nomeada e eleita pela própria Assembleia Geral para presidi-la. A pessoa que presidir a Assembleia Geral poderá indicar e convidar, dentre os presentes, uma ou mais pessoas para atuar como secretários da Assembleia Geral.

Parágrafo 5º - Exceto em relação aos assuntos para os quais é exigido quórum qualificado de deliberação nos termos da legislação aplicável, as deliberações sobre qualquer assunto em qualquer Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos das ações representadas na Assembleia Geral aptas a votar na matéria, não se computando os votos em branco, ou votos de outra forma nulos, tais como

votos proferidos em violação a acordo de acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia nos termos do Artigo 26.

Parágrafo 6º - Uma Assembleia Geral somente poderá deliberar de forma válida sobre os assuntos incluídos na ordem do dia da referida Assembleia Geral. É vedada a inclusão, na ordem do dia do edital de convocação, de matérias sob rubrica genérica.

Parágrafo 7º - O presidente da Assembleia Geral fará com que a ata seja lavrada pelo(s) secretário(s) de tal Assembleia Geral. A ata da Assembleia Geral deverá ser assinada pelo presidente, secretário(s), bem como pelos acionistas (ou seus representantes) presentes. Para a validade da ata é suficiente a assinatura de quantos bastem para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV – Administração

Seção I - Disposições Gerais

Art. 9º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo 1º - Uma pessoa eleita ou indicada como membro do Conselho de Administração ou da Diretoria deverá tomar posse mediante a assinatura do termo de posse em livro próprio mantido pela Companhia para esse fim.

Parágrafo 2º - Sem prejuízo do acima, a pessoa eleita ou indicada como membro do Conselho de Administração ou da Diretoria deverá, antes de tomar posse, (i) assinar e entregar o Termo de Anuência dos Administradores na forma requerida pelo Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e (ii) satisfazer quaisquer exigências que possam ser impostas por lei para a investidura do respectivo cargo. No entanto, uma pessoa eleita ou nomeada como membro do Conselho de Administração ou da Diretoria não pode ser obrigada a prestar qualquer garantia em relação ao desempenho do cargo para o qual foi eleita ou nomeada.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos até que seus substitutos sejam efetivamente eleitos e tomem posse, conforme artigo 150, §4º da Lei nº 6.404/1976.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ter reputação ilibada, conforme definido no artigo 147, §3º da Lei nº 6.404/1976. Salvo se uma dispensa for aprovada pela Assembleia Geral, qualquer pessoa que

(i) ocupar cargos em sociedades (que não sejam sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia ou sociedades controladas por, ou sujeitas a controle comum com, qualquer dessas sociedades) que possam ser consideradas concorrentes da Companhia ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia, não poderá ser eleita para o Conselho de Administração.

Art. 10 - A Assembleia Geral fixará o montante da remuneração global anual, incluindo benefícios de qualquer natureza, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração sua alocação e distribuição.

Art. 11 - As reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria somente poderão ser validamente instaladas e deliberar, em primeira convocação, se (e somente se) pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros eleitos estiverem presentes e, em segunda convocação, se (e somente se) a maioria (ou seja, metade mais um) de seus membros estiver presente. Em caso de empate nas votações do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de desempate. Em caso de empate na Diretoria, o Diretor Presidente terá o voto de desempate.

Seção II - Conselho de Administração

Art. 12 - O Conselho de Administração será constituído por não mais do que 15 (quinze) membros efetivos, incluindo o membro do Conselho de Administração referido no Parágrafo 1º deste Artigo 12, e até igual número de membros suplentes. Os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração serão eleitos em Assembleia Geral de Acionistas e poderão ser destituídos a qualquer tempo por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Cada acionista ou grupo de acionistas que eleger um ou mais membros efetivos do Conselho de Administração terá direito de eleger até igual número de suplentes para substituir os membros efetivos eleitos por tal acionista ou grupo de acionistas no caso de quaisquer ausências ou impedimentos de acordo com o Parágrafo 6º, item (a), deste Artigo 12 ou no caso de impedimento permanente ou outro evento de vacância de acordo com o Parágrafo 6º, itens (b) ou (c) deste Artigo 12, conforme aplicável. O acionista ou grupo de acionistas que tiver o direito de eleger dois ou mais membros efetivos e seus suplentes também deverá determinar a ordem na qual tais suplentes deverão substituir tais membros efetivos, observado contudo que não havendo tal determinação, qualquer desses membros suplentes poderá substituir qualquer dos membros efetivos eleitos por tal acionista ou grupo de acionistas.

Parágrafo 1º - Os empregados e aposentados da Companhia e de sua subsidiária Usiminas Mecânica S.A. e os participantes da Previdência Usiminas terão garantido o direito de eleger, em conjunto, um membro efetivo do Conselho de Administração e seu respectivo suplente, observado o disposto no Parágrafo 2º deste Artigo 12.

Parágrafo 2º - O membro efetivo do Conselho de Administração e seu suplente mencionados no Parágrafo 1º deste Artigo 12 serão escolhidos diretamente pelo voto dos próprios empregados e aposentados da Companhia e de sua subsidiária Usiminas Mecânica S.A. e dos participantes da Previdência Usiminas, em uma eleição que será organizada pela Companhia, na forma prevista pelo artigo 140, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976, observados os requisitos e demais regras constantes do regulamento aplicável aprovado pelo Conselho de Administração para a condução de tal eleição. Os resultados de tal eleição devem ser informados aos acionistas presentes na Assembleia Geral, ou à reunião do Conselho de Administração, conforme o caso, que declarará homologada a eleição do membro do Conselho de Administração a que se refere o Parágrafo 1º deste Artigo 12. A eleição do membro do Conselho de Administração (e de seu suplente) nos termos dos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo 12 não necessitará ser ratificada ou confirmada pelo voto da Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral escolherá um dos membros eleitos do Conselho de Administração como Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - Sob nenhuma circunstância os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Companhia poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 5º - O mandato dos membros do Conselho de Administração é de 2 (dois) anos, encerrando-se na segunda Assembleia Geral Ordinária após a eleição do Conselho de Administração, observado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 9º. Os membros do Conselho de Administração podem ser reeleitos indefinidamente.

Parágrafo 6º - As seguintes regras serão aplicáveis para os casos de impedimento, ausência ou vacância de membros do Conselho de Administração (que não o Presidente):

(a) Nas reuniões do Conselho de Administração, se um membro efetivo estiver ausente ou impedido por qualquer motivo, tal membro será substituído por um membro suplente que tenha sido eleito pelo mesmo acionista ou grupo de acionistas que elegeu o membro efetivo impedido ou ausente, observada, se aplicável, a ordem de substituição fixada pelo acionista ou grupo de acionistas em questão quando da eleição de membros suplentes, nos termos do *caput* do Artigo 12;

(b) Na ocorrência de ausência ou impedimentos temporários que se estendam por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou no caso de impedimento permanente ou outro evento de vacância, que afete um membro do Conselho de Administração para o qual um ou mais suplentes tenham sido eleitos, o suplente de tal membro assumirá a qualidade de membro efetivo em substituição a tal membro pelo tempo remanescente do mandato desse membro, nos termos do

artigo 150, §3º da Lei nº 6.404/1976 (com respeito à ordem de substituição aplicável, se houver, com relação a tal membro de acordo com o caput deste Artigo 12); e

(c) Em caso de ausência ou impedimentos temporários que se estendam por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou no caso de impedimento permanente ou outro evento de vacância, que afete um membro do Conselho de Administração para quem não haja um suplente designado, ou para quem não haja nenhum suplente disposto a assumir a posição de membro efetivo, o Conselho de Administração elegerá temporariamente um substituto até a Assembleia Geral seguinte, que poderá ratificar a eleição de tal substituto ou eleger outro substituto, nos termos do artigo 150 da Lei nº 6.404/1976. Qualquer substituto eleito pela Assembleia Geral permanecerá no cargo pelo período remanescente do mandato do membro efetivo que esteja substituindo.

Parágrafo 7º - O Presidente do Conselho de Administração indicará, dentre os demais Conselheiros efetivos e suplentes, aquele(s) que o substituirá(ão) em caso de ausência ou impedimento temporários, por meio de comunicação escrita aos demais membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e ao Secretário de Governança Corporativa. Tal indicação poderá ser feita de forma geral para determinado período, ou específica para determinada Reunião do Conselho de Administração ou Assembleia Geral. O membro do Conselho de Administração indicado que assumir a posição exercerá as funções e prerrogativas do Presidente do Conselho de Administração (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de emitir o voto de desempate nos termos do Artigo 11) pela duração de tal ausência ou impedimento temporários. Caso tal ausência ou impedimento temporário se estenda por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou em caso de impedimento permanente ou outro evento de vacância, o Conselho de Administração convocará prontamente uma Assembleia Geral para eleger um novo Presidente, de acordo com o Parágrafo 3º deste Artigo 12, para completar o mandato do Presidente substituído. O membro do Conselho de Administração indicado para substituir o Presidente nos casos previstos neste Artigo 12 continuará exercendo as funções e prerrogativas do cargo de Presidente (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de emitir o voto de desempate nos termos do Artigo 11) até que tal novo Presidente seja efetivamente eleito e tome posse. Caso nenhum membro do Conselho de Administração tenha sido indicado pelo Presidente do Conselho de Administração para substituí-lo de acordo com este Parágrafo 7º deste Artigo 12, o Conselho de Administração deverá eleger temporariamente um substituto dentre os demais Conselheiros (efetivos ou suplentes) até a Assembleia Geral seguinte que eleger um novo Presidente do Conselho de Administração.

Art. 13 – Sem prejuízo de quaisquer outras atribuições, poderes e prerrogativas do Conselho de Administração previstas em outras disposições deste Estatuto Social ou da Lei nº 6.404/1976, o Conselho de Administração terá o dever, o poder e a competência para:

(a) nomear, eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia e fixar suas atribuições (respeitando as disposições do item “d” do Artigo 20), e aprovar qualquer nomeação, indicação, destituição ou demissão de qualquer membro do Conselho de Administração, da Diretoria, ou outros órgãos de governança comparáveis que a Companhia (diretamente ou por meio de quaisquer entidades controladas) possa ter o direito de nomear, indicar, destituir ou demitir em qualquer outra entidade;

(b) fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria e examinar, a qualquer tempo, os livros e registros da Companhia, e solicitar informações sobre contratos, operações ou outros atos que envolvam (ou possam vir a envolver) a Companhia ou suas controladas;

(c) convocar a Assembleia Geral, na forma da lei e deste Estatuto Social;

(d) deliberar sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;

(e) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas, estabelecendo as diretrizes básicas da ação executiva, inclusive no tocante aos projetos de expansão e aos aspectos técnicos de administração, produção, comercialização, gestão de pessoal e/ou financeira, e fiscalizar o estrito cumprimento a essa orientação geral dos negócios;

(f) estabelecer os critérios para o monitoramento do desempenho da Companhia e de suas controladas;

(g) deliberar sobre os orçamentos anuais e plurianuais, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia e de suas controladas e monitorar sua execução e desempenho;

(h) estabelecer o regimento interno da Diretoria da Companhia levando em consideração as recomendações da Diretoria;

(i) exceto conforme disposto no Parágrafo 4º deste Artigo 13, deliberar sobre quaisquer dos seguintes atos ou operações por quaisquer das sociedades nas quais a Companhia detenha participação societária que confira à Usiminas o direito ou a faculdade de (direta ou indiretamente) votar ou de orientar o voto para tal assunto no órgão decisório dessa sociedade:

(1) qualquer aquisição, alienação ou oneração de participação em outras sociedades, independentemente do valor envolvido na operação;

(2) qualquer alienação ou oneração de ativos imobilizados ou outros ativos não circulantes cujo valor contábil seja igual ou superior (ou previsto para exceder) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em qualquer outra moeda, seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas;

(3) quaisquer investimentos ou despesas de capital em valor igual ou superior (ou previsto para exceder) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em qualquer outra moeda, seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas;

(4) qualquer empréstimo ou a criação, constituição ou assunção de dívida de qualquer espécie em valor igual ou superior (ou previsto para exceder) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em qualquer outra moeda, seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas; e

(5) qualquer fusão, cisão, reestruturação, incorporação, incorporação de ações, aquisição e outras operações societárias semelhantes, independentemente do valor envolvido;

(j) sem prejuízo do disposto no item "k" abaixo e exceto conforme disposto no Parágrafo 4º deste Artigo 13, deliberar sobre quaisquer dos seguintes atos ou transações pela Companhia:

(1) a aquisição (por compra, subscrição, ou outra forma) ou transferência (por venda, permuta ou outra forma de alienação), pela Companhia, de participação societária em outras companhias, independentemente do valor envolvido na operação; e

(2) a celebração de quaisquer outras operações, obrigações ou compromissos em valor igual ou superior (ou previsto para exceder) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em qualquer outra moeda, seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas, incluindo, sem limitação, a alienação ou oneração de ativos imobilizados ou outros ativos não circulantes ou a aquisição de ativos imobilizados ou outros ativos não circulantes, a obtenção de empréstimos ou a criação, constituição ou assunção de dívidas de qualquer espécie, ou outorga de garantias;

(k) deliberar sobre qualquer empréstimo ou de outra forma a criação, constituição ou assunção de dívida de qualquer espécie, qualquer outorga de garantias ou a celebração de qualquer outra operação, obrigação ou compromisso que resulte no aumento do passivo agregado para endividamento da Companhia e garantias em valor superior a 2/3 (dois terços) do valor patrimonial líquido da

Companhia, calculado com base em suas demonstrações financeiras anuais ou trimestrais mais recentes;

(I) deliberar sobre:

(1) qualquer investimento ou despesa de capital pela Companhia em valor igual ou superior (ou previsto para exceder) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em qualquer outra moeda, seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas; e

(2) quaisquer propostas subsequentes de variação que resultem (ou que estejam previstas para resultar) em um aumento de 10% (dez por cento) ou mais do valor autorizado pelo Conselho de Administração para tal investimento ou despesa;

(m) deliberar sobre a participação pela Companhia ou suas controladas em consórcios de qualquer natureza ou celebração de qualquer joint venture, associação ou outros contratos de mesma natureza;

(n) exceto nas hipóteses em que a regulamentação aplicável exigir a prévia aprovação em Assembleia Geral, deliberar sobre qualquer programa de recompra de ações, operações de compra, aquisição, venda ou outra alienação (em cada caso, direta ou indireta) de ações (ou outros títulos representativos de ações) emitidas pela Companhia;

(o) deliberar sobre qualquer emissão de debêntures não conversíveis em ações e sem garantia real e, com a aprovação e autorização prévia da Assembleia Geral, a emissão de outros tipos de debêntures, em cada caso, determinando os termos de sua subscrição e/ou colocação, a época e condições de pagamento de quaisquer juros, participação nos lucros e/ou prêmio de reembolso aplicável (se houver); seu vencimento; e os termos e condições de sua amortização ou resgate;

(p) deliberar sobre, e fixar os termos e condições para, a emissão e colocação de quaisquer "*commercial papers*" ou outros valores mobiliários, cuja emissão não requeira a aprovação da Assembleia Geral, devendo tais valores mobiliários ser emitidos e colocados por meio de uma oferta pública inicial ou secundária, no Brasil ou no exterior, em conformidade com quaisquer leis, regras e regulamentos aplicáveis. Exceto conforme permitido pelo Artigo 5º, o Conselho de Administração não poderá, sem a prévia aprovação e autorização da Assembleia Geral, autorizar ou aprovar a emissão de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações, ou de outra forma conceder qualquer direito de subscrever, adquirir ou receber quaisquer ações da Companhia;

(q) deliberar sobre o plano de auditoria interna;

(r) deliberar sobre a nomeação, indicação, substituição e/ou demissão do responsável pelo Departamento de Auditoria Interna, levando em consideração as recomendações da Diretoria, que deverá ser empregado em tempo integral da Companhia e reportará ao Comitê de Auditoria da Companhia;

(s) indicar e destituir os auditores externos, e autorizar a sua contratação para a prestação de quaisquer outros serviços que não sejam de auditoria, em cada caso, levando em consideração as recomendações do Comitê de Auditoria da Companhia;

(t) aprovar a adesão, saída ou modificação de incentivos fiscais concedidos à Companhia ou às suas controladas;

(u) deliberar sobre a abertura, instalação, transferência ou encerramento de quaisquer escritórios, filiais, escritórios de representação, ou outros estabelecimentos temporários ou permanentes da Companhia;

(v) deliberar sobre a contratação, nomeação, indicação, substituição, destituição e/ou demissão, do Secretário de Governança Corporativa, que será empregado em tempo integral da Companhia;

(x) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares com base nos lucros declarados nas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias, conforme aplicável, e qualquer distribuição de juros sobre capital próprio;

(y) deliberar sobre qualquer negócio ou operação que envolva, de um lado, a Companhia ou sociedades por ela controladas, e, de outro lado, qualquer Parte Relacionada (conforme definição prevista no Parágrafo 1º deste Artigo 13);

(z) deliberar sobre a criação, modificação e/ou extinção de quaisquer planos de benefício que possam afetar o cálculo atuarial da Previdência Usiminas;

(aa) deliberar sobre a adoção, revogação ou quaisquer alterações, acréscimos ou outras modificações no Código de Ética e de Conduta e demais políticas que abrangem o Programa de Integridade da Companhia, na Política de Divulgação de Informações e de Negociação com Valores Mobiliários, na Política de Remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, bem como de quaisquer outras políticas que o Conselho de Administração considere necessárias ou aconselháveis, tais como, sem limitação, políticas de aplicação de incentivos fiscais;

(bb) deliberar sobre os regimentos internos do Conselho de Administração (e quaisquer subsequentes alterações, acréscimos ou outras modificações), que complementarão e regulamentarão as disposições deste Estatuto Social relativas aos procedimentos do Conselho de Administração, sendo que em caso de discrepâncias ou outras inconsistências entre as normas contidas em tais regimentos internos e as disposições deste Estatuto Social, o Estatuto Social prevalecerá;

(cc) deliberar sobre a contratação, nomeação, indicação, substituição, destituição e/ou demissão dos membros do Comitê de Conduta a que se refere o Código de Ética e Conduta da Companhia, que será composto por até 5 (cinco) membros (que não integrem o Comitê de Auditoria) e que se reportarão ao Comitê de Auditoria da Companhia;

(dd) deliberar sobre a contratação, nomeação, indicação, substituição, destituição e/ou demissão do responsável pelo Departamento de Integridade a que se refere o Código de Ética e Conduta da Companhia, que deverá ser contratado como empregado em tempo integral da Companhia e que deverá trabalhar em cooperação com o Comitê de Conduta e se reportar ao Comitê de Auditoria da Companhia;

(ee) deliberar sobre decisões estratégicas relevantes fora do curso normal dos negócios da Companhia, tais como, sem limitação, (i) construção e desligamento de grandes equipamentos da área de redução, (ii) abertura e fechamento de linhas de produção ou (iii) abertura e fechamento de linhas de negócio; e

(ff) aprovar as regras, procedimentos, condições e limitações dos contratos de indenidade previstos no Artigo 28 deste Estatuto Social, bem como definir as pessoas, dentre as mencionadas no Artigo 28, com as quais a Companhia poderá celebrar tais contratos.

Parágrafo 1º - Para efeitos deste Estatuto Social (incluindo, sem limitação, para efeitos do disposto no item "y" do caput deste Artigo 13 e do Parágrafo 3º deste Artigo 13), o termo "Partes Relacionadas" significa e inclui as seguintes pessoas:

(a) qualquer acionista da Companhia integrante do grupo controlador ou que seja titular de ações representativas de mais de 5% (cinco por cento) do capital votante ou total;

(b) quaisquer membros do Conselho de Administração, Diretoria ou outros órgãos equiparados ou similares de administração (titulares ou suplentes) da Companhia ou de suas controladas, bem como os respectivos cônjuges e parentes até segundo grau de tais administradores;

(c) quaisquer membros do Conselho de Administração, Diretoria ou outros órgãos equiparados ou similares de administração (titulares ou suplentes) dos acionistas integrantes do bloco de controle da Companhia;

(d) quaisquer sociedades controladas, controladoras, coligadas ou sob controle comum de qualquer acionista da Companhia integrante do grupo controlador; e

(e) quaisquer sociedades controladas ou coligadas de quaisquer membros do Conselho de Administração, Diretoria ou outros órgãos equiparados ou similares de administração (titulares ou suplentes) da Companhia ou de suas controladas.

Para fins deste Estatuto Social (inclusive para fins da definição de “Partes Relacionadas” acima), os termos “controle”, “controles”, “controlada” e “controlador” são usados com o significado dado no artigo 243, §2º da Lei nº 6.404/1976 e o termo “coligada” é usado com o significado dado no artigo 243, §1º da Lei nº 6.404/1976 (conforme complementado pelos §4º e §5º do mesmo artigo).

Parágrafo 2º - Em qualquer operação ou outro negócio enquadrado no disposto no item “y” do caput deste Artigo 13, caso qualquer membro do Conselho de Administração tenha interesse direto nessa operação ou assunto ou receba qualquer remuneração direta ou indireta (empregatícia, contratual ou de qualquer outra forma) da Parte Relacionada em questão (ou de qualquer entidade que controle, seja controlada por, ou esteja sujeita a controle comum com, essa Parte Relacionada), esse membro deverá informar o Conselho de Administração a respeito e abster-se de debater e votar sobre a aprovação da matéria na respectiva reunião do Conselho de Administração. Qualquer membro do Conselho de Administração que se abstenha de debater e votar de acordo com este Parágrafo 2º deste Artigo 13 será considerado para fins da apuração do quórum de instalação da reunião do Conselho de Administração conforme previsto no Artigo 11, porém não será considerado para fins da apuração do quórum de deliberação referente ao assunto ou operação em questão, de tal forma que uma deliberação será adotada se aprovada pela maioria do número total de membros do Conselho de Administração presentes na reunião, excluindo o(s) membro(s) do Conselho de Administração que se abstiveram de votar nos termos deste Parágrafo 2º deste Artigo 13.

Parágrafo 3º - É vedada a concessão de empréstimos, pela Companhia, ou por qualquer entidade controlada pela Companhia, para uma Parte Relacionada, entendendo-se que tal vedação não impedirá a Companhia (ou qualquer de suas controladas) de conceder outras formas de financiamento ou crédito para Partes Relacionadas em relação a qualquer venda de produtos ou demais operações comerciais aprovadas pelo Conselho de Administração nos termos do item “y” do caput deste Artigo 13.

Parágrafo 4º - Como exceção às disposições do item "j" do caput deste Artigo 13, nenhuma aprovação e autorização prévia do Conselho de Administração será necessária em relação a qualquer compra ou aquisição pela Companhia ou suas controladas de matérias-primas ou outros insumos necessários ou requeridos para ou relacionados à fabricação de seus produtos, nem para qualquer venda pela Companhia ou pelas suas controladas de quaisquer bens, produtos e subprodutos, nem para a contratação de quaisquer serviços de manutenção para equipamentos ou instalações da Companhia ou de suas controladas, em cada caso, desde que todas e cada uma das seguintes condições sejam satisfeitas:

(i) qualquer operação desse tipo seja efetuada no curso normal dos negócios;

(ii) no caso de compras, aquisições ou contratações pela Companhia ou suas controladas, essas operações sejam precedidas por procedimentos de compra ou contratação competitivos e transparentes, de acordo com as políticas e práticas aplicáveis da Companhia;

(iii) nenhum financiamento de terceiros ou financiamento bancário esteja envolvido, exceto qualquer crédito ou financiamento que possa ser oferecido ou fornecido pela própria contraparte em relação à respectiva operação;

(iv) qualquer operação dessa natureza seja submetida à aprovação da Diretoria antes de sua celebração; e

(v) todas as operações celebradas de acordo com este Parágrafo 4º deste Artigo 13 sejam reportadas mensalmente ao Conselho de Administração, acompanhadas por toda documentação de suporte necessária.

Parágrafo 5º - A exceção descrita no Parágrafo 4º deste Artigo 13, no entanto, não será aplicável às seguintes operações, que, portanto, requererão aprovação e autorização prévia do Conselho de Administração:

(a) qualquer operação envolvendo um valor que exceda, no total, R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ou seu equivalente em qualquer outra moeda, seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas (inclusive, a título de exemplo, mas sem restringir, transações com partes relacionadas de uma mesma contratada e/ou envolvendo subcontratação);

(b) qualquer operação que tenha um prazo superior a 3 (três) anos; ou

(c) qualquer transação com ou envolvendo uma Parte Relacionada.

Art. 14 – O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que considerado necessário pelo seu Presidente ou por pelo menos 3 (três) outros membros do Conselho de Administração. Sem prejuízo do exposto acima, o Conselho de Administração poderá, de tempos em tempos, aprovar (e posteriormente complementar, alterar ou de outra forma modificar) um calendário de reuniões que estabeleça antecipadamente as datas em que o Conselho de Administração realizará suas reuniões ordinárias e/ou extraordinárias no período de 12 (doze) meses seguintes.

Parágrafo 1º - O Presidente do Conselho de Administração será responsável por convocar qualquer reunião ordinária ou extraordinária do Conselho de Administração. Qualquer um ou mais membros do Conselho de Administração poderão enviar uma solicitação para que o Presidente convoque uma reunião do Conselho de Administração e, caso o Presidente não convoque tal reunião no prazo de 3 (três) dias corridos após o recebimento de tal solicitação, a reunião poderá ser convocada por quaisquer 3 (três) membros do Conselho de Administração, em conformidade com as disposições aplicáveis deste Estatuto Social e com o regimento interno do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por meio de aviso por escrito contendo a hora, data e local da reunião, bem como breve descrição das matérias a serem deliberadas em tal reunião. Tal aviso de convocação deverá ser enviado a cada membro do Conselho de Administração com antecedência mínima de: (i) 5 (cinco) dias úteis para reuniões extraordinárias, exceto para os casos em que exista justificada urgência requerida pela Diretoria, hipótese em que a convocação poderá se dar em prazo menor, a critério exclusivo do Presidente do Conselho de Administração; e (ii) 10 (dez) dias para as reuniões ordinárias. Não obstante o disposto nos subitens (i) e (ii) deste Parágrafo 2º, o Conselho de Administração pode, a qualquer tempo e com o consentimento unânime de seus membros, renunciar a qualquer período mínimo de aviso prévio ou concordar com um período de aviso prévio mais curto em relação a uma ou mais reuniões.

Parágrafo 3º - Demonstrações financeiras anuais ou trimestrais, relatórios da administração, minutas de pareceres de auditores externos e quaisquer outros materiais relativos a assuntos a serem considerados ou deliberados em quaisquer reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho de Administração deverão ser fornecidos ou disponibilizados aos seus membros conjuntamente com o aviso de convocação da reunião.

Parágrafo 4º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas pelo Secretário de Governança Corporativa. Em caso de ausência ou impedimento do Secretário de Governança Corporativa, o Presidente do Conselho de Administração designará outra pessoa para secretariar a reunião. Exceto no caso de uma deliberação adotada em conformidade com o Parágrafo 7º deste Artigo 14, as deliberações sobre quaisquer matérias submetidas à votação de uma reunião do Conselho de

Administração serão adotadas se aprovadas pelo voto da maioria dos membros presentes na respectiva reunião, ressalvado o disposto no Parágrafo 2º do Artigo 13.

Parágrafo 5º – Quando um membro efetivo estiver impedido de comparecer ou tiver que se ausentar de uma reunião do Conselho de Administração, tal membro efetivo pode apresentar aos demais membros do Conselho de Administração e ao Secretário de Governança Corporativa o seu voto por escrito antes de tal reunião, hipótese em que seu voto será tão válido e efetivo quanto se fosse emitido por tal membro efetivo enquanto estivesse presente na reunião.

Parágrafo 6º - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação de cada pessoa participando da reunião e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes na reunião. Qualquer membro do Conselho de Administração que participe de uma reunião do Conselho de Administração por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação equivalente será considerado para todos os propósitos como presente em tal reunião.

Parágrafo 7º - Alternativamente à realização das reuniões do Conselho de Administração pessoalmente ou pelos meios previstos no Parágrafo 6º deste Artigo 14, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas virtualmente, com cada membro efetivo do Conselho de Administração apresentando sua manifestação de voto por escrito sobre os assuntos a serem deliberados na respectiva reunião do Conselho de Administração. Cada membro efetivo do Conselho de Administração deverá enviar sua manifestação de voto por escrito por e-mail (ou outro meio de comunicação por escrito que o Conselho de Administração possa aprovar) a cada um dos outros membros efetivos do Conselho de Administração e ao Secretário de Governança Corporativa, até a data e hora estabelecidas para isso no aviso de convocação para essa reunião virtual. As deliberações adotadas na forma prevista neste Parágrafo 7º deste Artigo 14 serão tão válidas e eficazes quanto uma deliberação adotada em uma reunião do Conselho de Administração realizada pessoalmente ou por qualquer um dos meios previstos no Parágrafo 6º deste Artigo 14.

Parágrafo 8º - O Presidente do Conselho de Administração fará com que toda reunião do Conselho de Administração tenha uma ata preparada pelo Secretário de Governança Corporativa ou por qualquer outra pessoa que atue como secretário da respectiva reunião, que refletirá os trabalhos e as deliberações aprovadas em cada uma de tais reuniões. As atas de reunião do Conselho de Administração poderão ser elaboradas na forma de sumário e serão assinadas pelo Presidente, pelo secretário da reunião e pelos demais membros do Conselho de Administração presentes na reunião. Para a validade da ata, é suficiente a assinatura de quantos Conselheiros bastem para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na reunião.

Art. 15 – O Conselho de Administração poderá criar um ou mais comitês, cada um composto por determinado número de membros que podem ser membros do Conselho de Administração e/ou quaisquer outras pessoas (incluindo, de forma exemplificativa e não taxativa, diretores, empregados, representantes de acionistas ou consultores externos), e tendo tais deveres, poderes e competências que o Conselho de Administração definir.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração deverá necessariamente constituir um Comitê de Auditoria, com o objetivo de auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições de fiscalização, no que se refere:

(a) à fiscalização da qualidade e da consistência das demonstrações financeiras da Companhia, inclusive reportando-se periodicamente ao Conselho de Administração com relação à adequação dos sistemas de controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros;

(b) à identificação e avaliação dos riscos legais ou regulatórios que possam afetar materialmente a Companhia ou seus negócios;

(c) ao monitoramento de atividades de auditoria interna e externa;

(d) ao monitoramento da eficácia do Programa de Integridade da Companhia; e

(e) à adoção de padrões satisfatórios de governança corporativa.

Parágrafo 2º - O Comitê de Auditoria será responsável por:

(a) propor ao Conselho de Administração a adoção de medidas destinadas a aprimorar o desempenho das atividades enumeradas no Parágrafo 1º deste Artigo 15;

(b) revisar as demonstrações financeiras anuais e trimestrais elaboradas pela administração, inclusive suas notas, e os relatórios da administração e minuta de parecer do auditor externo sobre tais demonstrações financeiras, efetuando as recomendações que entender necessárias sobre o assunto ao Conselho de Administração;

(c) avaliar periodicamente a adequação dos sistemas de controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros e fazer as recomendações de aprimoramento que entender necessárias ao Conselho de Administração;

(d) efetuar recomendações para a indicação, remuneração, contratação e supervisão, e avaliar a independência, dos auditores externos da Companhia;

(e) revisar e dar seu parecer sobre o plano de auditoria anual do auditor externo, e sobre quaisquer serviços propostos relacionados à auditoria e os honorários de auditores externos associados;

(f) revisar e dar seu parecer sobre quaisquer serviços permitidos propostos pelos auditores externos que não sejam de auditoria e a proposta de honorários para tais serviços;

(g) revisar e fazer recomendações ao escopo do plano anual de auditoria interna, acompanhar os resultados das atividades de auditoria interna, incluindo a revisão e apresentação de recomendações a quaisquer relatórios preliminares ou finais de auditoria interna emitidos;

(h) acompanhar e monitorar a implementação de quaisquer recomendações feitas pelo Departamento de Auditoria Interna ou pelos auditores externos, reportando os resultados ao Conselho de Administração;

(i) monitorar o cumprimento do Código de Ética e Conduta da Companhia e das políticas que abrangem o Programa de Integridade da Companhia, inclusive supervisionando as atividades do Comitê de Conduta e do Departamento de Integridade, reportando os resultados ao Conselho de Administração; e

(j) assegurar que um sistema para identificação, avaliação e gerenciamento dos principais riscos legais e regulatórios associados às atividades da Companhia esteja implementado e avaliar periodicamente sua adequação.

Parágrafo 3º - O Comitê de Auditoria será formado por, no máximo, 5 (cinco) membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - Os membros do Comitê de Auditoria podem ser, mas não necessariamente precisam ser, membros do Conselho de Administração. No entanto, nenhum diretor ou outro empregado da Companhia ou de suas controladas pode ser eleito ou indicado como membro do Comitê de Auditoria.

Parágrafo 5º - Os membros do Comitê de Auditoria terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos indefinidamente.

Parágrafo 6º - Nos casos de impedimento permanente ou outra forma de vacância no Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração elegerá um novo

membro para tal Comitê para completar o mandato do membro sujeito ao impedimento permanente ou vacância.

Parágrafo 7º - O Comitê de Auditoria deverá aprovar, por maioria de votos de seus membros, regimento interno regulamentando as questões relativas ao seu funcionamento interno não previstas neste Estatuto Social. Em caso de discrepâncias ou outras inconsistências entre as regras contidas em tal regimento interno e as disposições deste Estatuto Social, este Estatuto Social prevalecerá.

Seção III – Diretoria

Art. 16 – A Diretoria será composta de um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo, um Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, um Diretor Vice-Presidente Industrial, um Diretor Vice-Presidente Comercial e um Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade. Os membros da Diretoria serão nomeados e indicados pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, substancialmente coincidente com o mandato dos membros do Conselho de Administração, observado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 9º. Os membros da Diretoria podem ser reeleitos indefinidamente e podem ser destituídos ou substituídos a qualquer tempo, com ou sem justa causa, por deliberação do Conselho de Administração.

Art. 17 - O Diretor Vice-Presidente Industrial deverá substituir o Diretor Presidente nos casos de ausências ou impedimentos temporários, e exercerá as funções e prerrogativas inerentes ao cargo de Diretor Presidente (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de emitir, em adição ao seu próprio voto, o voto do Diretor Presidente e o voto de desempate nos termos do Artigo 11) pelo tempo de duração de tais ausências ou impedimentos temporários. Caso tais ausências ou impedimentos temporários se estendam por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou no caso de impedimento permanente ou vacância do cargo, o Conselho de Administração indicará um novo Diretor Presidente para completar o mandato do Diretor Presidente que ficou permanentemente impedido, ausente por mais de 3 (três) meses consecutivos ou que vagou o cargo. O Diretor Vice-Presidente Industrial continuará exercendo as funções e prerrogativas do cargo de Diretor Presidente (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de emitir, em adição ao seu próprio voto, o voto do Diretor Presidente e o voto de desempate nos termos do Artigo 11) até que esse novo Diretor Presidente seja efetivamente nomeado e assumo o cargo.

Parágrafo Único – Em caso de ausência ou impedimento temporários de Diretores que não o Diretor Presidente, serão aplicadas as seguintes regras: (a) o Diretor Vice-Presidente Comercial e o Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade designarão, cada qual, outro Diretor Estatutário para substituí-los; (b) o Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo será substituído pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, e vice-versa; e (c) o Diretor Vice-Presidente Industrial será substituído pelo Diretor Presidente. Em

todos os referidos casos, os Diretores substitutos assim designados exercerão as funções e prerrogativas do respectivo cargo (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de emitir, em adição ao seu próprio voto, o voto do Diretor Vice-Presidente substituído) pela duração de tal ausência ou impedimento temporários. A pessoa designada para substituir o respectivo Diretor Estatutário em tal cargo em sua ausência ou impedimento continuará exercendo as funções e prerrogativas de tal cargo até que o novo Diretor Estatutário seja efetivamente nomeado e assuma o cargo. Caso tal ausência ou impedimento temporários se estendam por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou em caso de impedimento permanente ou outro evento de vacância, o Conselho de Administração poderá (i) eleger uma pessoa para completar o mandato do Diretor Vice-Presidente sujeito ao impedimento permanente, ausência por mais de 3 (três) meses consecutivos ou vacância; ou (ii) eleger para esse cargo um dos Diretores em exercício, que acumulará os 2 (dois) cargos e exercerá as respectivas funções e prerrogativas (incluindo, mas não se limitando, à prerrogativa de, em adição ao seu próprio voto, emitir também o voto) do Diretor Vice-Presidente sujeito ao impedimento permanente, ausência por mais de 3 (três) meses consecutivos ou vacância, desde que o tempo total do seu mandato nesse novo cargo cumulado (incluindo o tempo de substituição temporária, se tiver sido exercida) não exceda 6 (seis) meses.

Art. 18 - Observado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável, a Diretoria tem todos os poderes e competência para praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à consecução do objeto social da Companhia, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis e as deliberações tomadas, de tempos em tempos, pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

Art. 19 - Sem prejuízo de quaisquer outras atribuições, poderes e prerrogativas da Diretoria previstas em outras disposições deste Estatuto Social ou na Lei nº 6.404/1976, a Diretoria terá o dever, o poder e a competência para:

(a) determinar e implementar a estrutura administrativa das posições administrativas não estatutárias da Companhia;

(b) monitorar a execução e implementação de suas decisões;

(c) monitorar e avaliar as atividades e desempenho da Companhia;

(d) com exceção dos contratos ou operações que se enquadrem nos itens "i", "j", "k", "l" e "y" do caput do Artigo 13 ou conforme os Parágrafos 4º e 5º do Artigo 13, deliberar sobre contratos ou operações propostas para serem celebradas pela Companhia para ou em relação à condução de seus negócios, incluindo qualquer compra ou aquisição de matérias-primas ou outros insumos, quaisquer vendas de bens, produtos e subprodutos, qualquer contratação de serviços, qualquer alienação ou oneração de ativos fixos ou outros ativos não circulantes, quaisquer investimentos ou despesas de capital, quaisquer empréstimos ou outra

constituição ou assunção de dívida de qualquer natureza, garantindo que, no caso de compras, aquisições ou contratações da Companhia, qualquer operação desse tipo seja precedida por procedimentos de compra ou contratação competitivos e transparentes;

(e) elaborar, ou fazer com que seja elaborado, os orçamentos anual e plurianual para a Companhia, e quaisquer projetos de expansão e modernização e os planos de investimentos para submissão ao Conselho de Administração;

(f) aprovar a política de remuneração de pessoal não estatutário;

(g) aprovar qualquer decisão de contratação, promoção, demissão, destituição ou decisão disciplinar que afete qualquer empregado em cargo de gestão que se reporte diretamente a um Diretor Estatutário da Companhia, observado que, em caso de divergência pela não obtenção da maioria exigida pelo Parágrafo 2º deste Artigo 19, a decisão final será do Diretor Presidente;

(h) elaborar, ou fazer com que seja elaborado, o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras anuais e trimestrais da Companhia e quaisquer outros documentos que possam ser requeridos para serem submetidos à consideração e aprovação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral;

(i) propor ao Conselho de Administração qualquer abertura, instalação, transferência ou fechamento de quaisquer escritórios, filiais, escritórios de representação, ou outros estabelecimentos temporários ou permanentes da Companhia, de acordo com o que a Diretoria julgar necessário ou aconselhável;

(j) propor ao Conselho de Administração a tomada de decisões sujeitas ao item “ee” do Artigo 13; e

(k) em geral, deliberar sobre quaisquer demais matérias que não estejam incluídas nos poderes e prerrogativas do Conselho de Administração ou de qualquer um de seus membros (ou do Comitê de Auditoria ou qualquer outro Comitê do Conselho de Administração), da Assembleia Geral ou dentro do escopo de competência de qualquer membro da Diretoria.

Parágrafo 1º - A Diretoria reunir-se-á pelo menos uma vez por mês para considerar e deliberar sobre qualquer assunto previsto no caput deste Artigo 19.

Parágrafo 2º - A deliberação de qualquer reunião da Diretoria será adotada caso aprovada com o voto afirmativo da maioria absoluta (ou seja, metade mais um) dos membros da Diretoria em exercício, independentemente do número de membros presentes na reunião. Nos casos em que um Diretor Estatutário acumule

seu próprio cargo junto com o cargo de um outro Diretor Estatutário, conforme o *caput* ou o Parágrafo único do Artigo 17, esse Diretor Estatutário será considerado como 2 (dois) membros da Diretoria em exercício e poderá proferir 2 (dois) votos, para efeitos de se calcular a maioria absoluta necessária para aprovação das matérias objeto de deliberação em qualquer reunião da Diretoria.

Parágrafo 3º - Na medida em que não seja inconsistente com as disposições deste Artigo 19, o disposto no Artigo 14, incluindo o disposto em seu *caput* e Parágrafos 1º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, deverá, com as devidas adaptações, aplicar-se às deliberações da Diretoria. Caso o Conselho de Administração aprove um regimento interno para a Diretoria, as regras contidas em tal regimento interno prevalecerão e substituirão, com relação às reuniões da Diretoria, a aplicação das disposições do Artigo 14 referidas acima.

Art. 20 - Sem prejuízo aos deveres, poderes e prerrogativas que lhe são contempladas em outras disposições deste Estatuto Social ou na Lei nº 6.404/1976, o Diretor Presidente terá o dever, poder e a competência para:

- (a) presidir todas as reuniões da Diretoria;
- (b) representar a Companhia, em juízo ou fora dele;
- (c) coordenar e orientar a atividade dos demais membros da Diretoria, nas suas respectivas áreas de competência;
- (d) atribuir, de tempos em tempos e conforme entenda necessário, a um ou mais membros da Diretoria, atividades e tarefas especiais, dentro de suas respectivas áreas de competência, para que desempenhem outras além daquelas correspondentes às respectivas atribuições ordinárias estabelecidas pelo Conselho de Administração; e
- (e) assegurar que as deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria sejam devidamente cumpridas e executadas.

Art. 21 - Incumbe ao Conselho de Administração fixar as atribuições ordinárias de cada um dos Diretores Vice-Presidente de Planejamento Corporativo, Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, Vice-Presidente Industrial, Vice-Presidente Comercial e Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade.

Art. 22 - Observado o disposto nos Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º deste Artigo 22, a Companhia se obriga, validamente, sempre que representada por quaisquer 2 (dois) membros da Diretoria agindo em conjunto, ou por 1 (um) membro da

Diretoria agindo em conjunto com 1 (um) procurador, ou por 2 (dois) procuradores agindo em conjunto, dentro dos limites de seus respectivos poderes.

Parágrafo 1º - Qualquer ato ou operação que requeira aprovação ou autorização prévia do Conselho de Administração ou da Diretoria, de acordo com este Estatuto Social, somente poderá ser realizado se, e após, tal condição preliminar tiver sido cumprida.

Parágrafo 2º - Nos atos e instrumentos que acarretem responsabilidade para a Companhia de valor igual ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do capital social da Companhia, será obrigatória a assinatura conjunta (i) do Diretor Presidente acompanhado de outro membro da Diretoria ou (ii) de 2 (dois) Diretores Estatutários desde que expressamente autorizados pelo Conselho de Administração para esse ato particular, não se permitindo a assinatura por procurador.

Parágrafo 3º - A Companhia pode ser representada por apenas 1 (um) membro da Diretoria ou procurador:

(a) no caso de obrigações a serem assumidas no exterior, desde que tal representação singular tenha sido aprovada previamente pelo Conselho de Administração;

(b) quando se tratar da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, tais como, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outros de idêntica natureza;

(c) em Assembleias Gerais de Acionistas (ordinárias ou extraordinárias) ou quaisquer outras assembleias ou reuniões de sócios de quaisquer companhias ou entidades nas quais a Companhia tenha participação no seu capital;

(d) no caso de procurações outorgadas a um ou mais prepostos ou advogados para representação da Companhia em processos administrativos ou judiciais ou procedimentos arbitrais; e

(e) no caso de compras e contratações de suprimentos em valor até R\$3.000,00 (três mil reais), seja em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas, que deverão ser reportadas à Diretoria trimestralmente.

Parágrafo 4º - As procurações da Companhia deverão (a) ser previamente aprovadas pela Diretoria ou, alternativamente, (b) ser assinadas pelo Diretor

Presidente em conjunto com qualquer outro membro da Diretoria ou pelo Diretor Presidente em conjunto com 1 (um) procurador denominado "Procurador Geral" nomeado através de instrumento de mandato específico lavrado por instrumento público e assinado por 4 (quatro) Diretores. Todas as procurações deverão especificar (i) os poderes (não excedendo os poderes da Diretoria) conferidos ao(s) procurador(es) indicado(s) por tal instrumento, (ii) se tal(is) procurador(es) pode(m) atuar individualmente ou se deve(m) atuar em conjunto com outro procurador ou com um membro da Diretoria, (iii) o prazo pelo qual tal procuração está sendo concedida e (iv) se o(s) procurador(es) indicado(s) pode(m) ou não subestabelecer quaisquer poderes que lhe(s) foram outorgados. As procurações para execução de qualquer ação ou para celebração de qualquer operação que exijam a aprovação ou autorização do Conselho de Administração ou da Diretoria somente poderão ser concedidas após tal aprovação ou autorização terem sido concedidas e devem incluir uma referência expressa a tal aprovação ou autorização. As procurações serão outorgadas por prazo limitado, não superior a um ano, ressalvadas as outorgas de procurações para representação judicial ou de matérias análogas que podem ser concedidas por prazo mais longo ou indeterminado. Entretanto, a Companhia pode, por resolução da Diretoria, revogar toda e qualquer procuração a qualquer momento, com ou sem justificativa.

Parágrafo 5º - Qualquer ato de suposta representação da Companhia que não esteja de acordo com o disposto no caput e nos Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º deste Artigo 22 será nulo e sem efeito e não será vinculante para a Companhia.

CAPÍTULO V - Conselho Fiscal

Art. 23 - A Companhia terá um Conselho Fiscal permanente, com as atribuições e poderes previstos na Lei nº 6.404/1976. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) ou 5 (cinco) membros efetivos e pelos seus respectivos suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos em Assembleia Geral Ordinária e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária do exercício subsequente à sua eleição. Os membros do Conselho Fiscal podem ser reeleitos indefinidamente.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente dentre os seus membros efetivos. O Presidente do Conselho Fiscal, sem prejuízo dos poderes e atribuições individuais conferidos pela Lei nº 6.404/1976 a cada membro, terá competência para organizar e coordenar as atividades do Conselho Fiscal e para representá-lo perante outros órgãos corporativos.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal lhes atribuirá sua remuneração.

Parágrafo 4º - O Conselho Fiscal deverá aprovar, por maioria de votos, regimentos internos para reger e regulamentar seus procedimentos de funcionamento.

CAPÍTULO VI - Exercício Social

Art. 24 - O Exercício Social se inicia em 1º de janeiro e se encerra a 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras: **I** – balanço patrimonial; **II** – demonstração das mutações do patrimônio líquido; **III** – demonstração do resultado do exercício; **IV** – demonstração dos fluxos de caixa; e **V** – demonstração do valor adicionado.

Parágrafo 2º – Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável.

Parágrafo 3º - Um valor igual a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado para a Reserva Legal, até que tal reserva legal atinja um montante igual a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo 4º – O Conselho de Administração poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar para deduzir do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, um montante que não exceda 50% (cinquenta por cento) de tal lucro líquido para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios:

(a) sua constituição não poderá prejudicar o direito dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no Parágrafo 5º deste Artigo 24;

(b) seu saldo não pode ultrapassar a 95% (noventa e cinco por cento) do capital social da Companhia;

(c) a reserva terá por finalidade assegurar a disponibilidade de fundos para investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas a orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado:

(i) para absorção de prejuízos, sempre que necessário;

(ii) para distribuição de dividendos, a qualquer momento;

(iii) para operações de resgate, reembolso ou recompra de ações, autorizadas por lei;

(iv) para incorporação ao capital social, inclusive mediante a emissão de ações bonificadas.

Parágrafo 5º - Do lucro líquido do exercício, conforme ajustado na forma do disposto nos itens "i" e "ii" abaixo, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas, sendo que os titulares de ações preferenciais receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. Para fins deste Parágrafo 5º deste Artigo 24, o lucro líquido do exercício social será ajustado pelo:

(i) acréscimo de quaisquer valores resultantes da reversão, no exercício social, de reservas para contingências anteriormente criadas; e resultantes da realização, no exercício social, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para a reserva de lucros a realizar; e

(ii) decréscimo dos valores destinados, no exercício social, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências e da reserva de lucros a realizar. Os dividendos determinados de acordo com este Parágrafo 5º deste Artigo 24 poderão ser pagos com base nos lucros do próprio exercício social com base no qual o valor de tais dividendos foi calculado, ou com base em reservas de lucros pré-existentes, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso.

Parágrafo 6º - Desde que atendidas as destinações contempladas nos Parágrafos 3º, 4º e 5º deste Artigo 24, a Assembleia Geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício social e prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, na forma do artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, devendo o remanescente ser distribuído aos acionistas como dividendo suplementar.

Parágrafo 7º - Quaisquer juros sobre capital próprio pagos ou creditados, a título de remuneração nos termos do item "x" do Artigo 13, poderá ser imputado ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, nos termos do disposto neste Artigo 24, caso em que tais juros sobre capital próprio serão considerados como parte integrante de tais dividendos para todos os efeitos legais.

Parágrafo 8º – A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais aplicáveis. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere o Parágrafo 5º deste Artigo 24. Sempre que for levantado balanço semestral e com base nele forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do período, calculado nos termos do referido Parágrafo 5º, poderá ser paga uma participação no lucro semestral aos membros da Diretoria por meio de deliberação do Conselho de Administração e ratificação da Assembleia Geral.

Parágrafo 9º - A Assembleia Geral pode deliberar, a qualquer momento, distribuir dividendos por conta de reservas de lucros preexistentes.

Parágrafo 10º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou relativos a períodos menores. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos à conta de lucro apurado naqueles balanços. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo 11 - A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas já constituídas.

Parágrafo 12 - Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos de sua aprovação prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII – Liquidação

Art. 25 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverão funcionar durante o período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários.

CAPÍTULO VIII – Disposições Gerais

Art. 26 - A Companhia deverá cumprir os acordos de acionistas arquivados em sua sede nos termos do artigo 118 da Lei nº 6.404/1976. A Companhia não registrará transferências de ações efetuadas de outra forma que não em estrito cumprimento ao disposto em tais acordos de acionistas. Quaisquer votos expressos em violação de tais acordos de acionistas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração serão desconsiderados.

Art. 27 - Enquanto detentor de ao menos 10% (dez por cento) do capital ordinário da Companhia, o acionista Nippon Usiminas Co. Ltd. tem o direito de preencher uma das vagas dos membros efetivos do Conselho de Administração, referidos no Artigo 12, caso em que o acionista Nippon Usiminas Co. Ltd. só poderá participar de qualquer eleição por voto múltiplo se e na extensão das ações que excederem o percentual definido acima e sujeito às disposições de quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

Art. 28 – Sem prejuízo da possibilidade da contratação de seguro específico para cobertura de riscos de gestão, o Conselho de Administração poderá adicionalmente decidir casos em que a Companhia poderá celebrar contratos de indenidade com membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da própria Companhia ou de suas sociedades controladas, com funcionários que exerçam função ou cargo de gestão na Companhia ou em suas sociedades controladas e com as pessoas, funcionários ou não, que tenham sido indicadas para exercer cargos, estatutários ou não, em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada, instituidora ou patrocinadora de planos de benefícios administrados por tais entidades (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), de forma a fazer frente a despesas, indenizações e outros valores por eles razoavelmente incorridos em razão de processos arbitrais, judiciais ou administrativos que envolvam atos praticados pelos Beneficiários no exercício de suas atribuições ou poderes no âmbito da Companhia, de suas sociedades controladas ou das demais entidades mencionadas neste Artigo (em conjunto ou isoladamente “Entidades”).

Parágrafo único - Não serão passíveis de indenização com base nos contratos de indenidade celebrados pela Companhia as despesas e valores decorrentes de: (i) atos praticados pelos Beneficiários fora do exercício de suas atribuições; (ii) atos ou crimes praticados com dolo, direto ou eventual, ou com indiferença temerária dos eventuais resultados, ou mediante culpa grave ou fraude, ou ainda, em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia ou da respectiva Entidade; (iii) acordos celebrados (incluindo mas não se limitando a acordos em processos administrativos, judiciais ou arbitrais) sem aprovação prévia e por escrito da Companhia ou da respectiva Entidade; e (iv) outras hipóteses que eventualmente poderão ser previstas no próprio contrato de indenidade a ser aprovado em cada caso pelo Conselho de Administração.

ANEXO 4 - INFORMAÇÕES SOBRE A REFORMA ESTATUTÁRIA REFERENTE À CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE INDENIDADE PELA COMPANHIA

a) se há previsão estatutária sobre a indenidade e, em caso afirmativo, seus termos;

Em caso de aprovação da proposta de novo texto para o Estatuto Social, passará a haver previsão estatutária sobre a celebração de compromissos de indenidade pela Companhia.

b) se o contrato terá que prever valor-limite para a indenização oferecida e, em caso positivo, qual é esse valor;

A deliberação submetida à Assembleia Geral prevê conferir ao Conselho de Administração competência para aprovar as regras, procedimentos, condições e limitações dos contratos de indenidade. Assim, caberá ao Conselho de Administração, caso a proposta de alteração estatutária seja aprovada, decidir sobre a matéria.

c) o período de cobertura que poderá ser abrangido pelo contrato;

A deliberação submetida à Assembleia Geral prevê conferir ao Conselho de Administração competência para aprovar as regras, procedimentos, condições e limitações dos contratos de indenidade. Assim, caberá ao Conselho de Administração, caso a proposta de alteração estatutária seja aprovada, decidir sobre a matéria.

d) os administradores que poderão celebrar contrato de indenidade com a sociedade;

A deliberação objeto da Assembleia Geral visa a autorizar a Companhia a celebrar contratos de indenidade com as seguintes pessoas: membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da própria Companhia ou de suas sociedades controladas, com funcionários que exerçam função ou cargo de gestão na Companhia ou em suas sociedades controladas e com as pessoas, funcionários ou não, que tenham sido indicadas para exercer cargos, estatutários ou não, em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada, instituidora ou patrocinadora de planos de benefícios administrados por tais entidades. O Conselho de Administração da Usiminas será competente para definir as pessoas, dentre aquelas que se enquadram em um dos casos acima mencionados, com as quais a Companhia efetivamente celebrará o contrato de indenidade.

e) as hipóteses excludentes do direito à indenidade;

De acordo com a proposta de reforma estatutária, o beneficiário não fará jus às proteções previstas no contrato de indenidade nas seguintes hipóteses: (i) atos praticados pelos beneficiários fora do exercício de suas atribuições; (ii) atos ou crimes praticados com dolo, direto ou eventual, ou com indiferença temerária dos eventuais resultados, ou mediante culpa grave ou fraude, ou ainda, em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia ou da respectiva entidade; (iii) acordos celebrados (incluindo mas não se limitando a acordos em processos administrativos, judiciais ou arbitrais) sem aprovação prévia e por escrito da Companhia ou da respectiva entidade; e (iv) outras hipóteses que eventualmente poderão ser previstas no próprio contrato de indenidade a ser aprovado em cada caso pelo Conselho de Administração.

f) os tipos de despesa que poderão ser pagas, adiantadas ou reembolsadas com base no contrato;

A deliberação submetida à Assembleia Geral prevê conferir ao Conselho de Administração competência para aprovar as regras, procedimentos, condições e limitações dos contratos de indenidade. Assim, caberá ao Conselho de Administração, caso a proposta de alteração estatutária seja aprovada, decidir sobre a matéria.

g) os procedimentos relativos às decisões quanto ao pagamento, reembolso ou adiantamento de despesas decorrentes do compromisso de indenidade, indicando: (i) órgão da companhia que será responsável pelas decisões referentes à sua concessão; e (ii) as regras e os procedimentos que serão adotados para mitigar conflitos de interesses, garantir a independência das decisões e assegurar que sejam tomadas no interesse da companhia.

A deliberação submetida à Assembleia Geral prevê conferir ao Conselho de Administração competência para aprovar as regras, procedimentos, condições e limitações dos contratos de indenidade. Assim, caberá ao Conselho de Administração, caso a proposta de alteração estatutária seja aprovada, decidir sobre a matéria.

h) por qual motivo a administração preferiu adotar a prestação de compromisso de indenidade ao invés da celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil com cobertura similar;

O seguro de responsabilidade civil pode ter uma cobertura limitada e que não abranja todas as situações que podem acarretar responsabilidade pessoal do beneficiário decorrente do exercício de suas funções na Companhia ou sociedade por ela controlada. Neste sentido, como forma de atrair e reter colaboradores qualificados e em virtude do reconhecimento da importância do trabalho desenvolvido pelos beneficiários, a Companhia, seguindo a prática adotada por diversas outras empresas no mercado, tem interesse em conferir-lhes proteção adequada contra circunstâncias que possam acarretar danos decorrentes do exercício de suas funções, de modo a garantir aos beneficiários condições para exercê-las com serenidade e segurança. Ou seja, o contrato de indenidade configura uma garantia adicional à cobertura do seguro de responsabilidade civil e abrangerá aquelas situações que, por qualquer motivo, não sejam cobertas por tal seguro, observadas as hipóteses de exclusão de indenidade prevista no próprio Estatuto Social ou definidas pelo Conselho de Administração.

i) o valor cotado de prêmio de seguro de responsabilidade civil que preveja cobertura similar ao compromisso de indenidade proposto;

Atualmente, a Companhia possui contratado seguro de responsabilidade civil com a seguradora Chubb Seguros, com pagamento de prêmio no valor líquido total de cerca de R\$1.392.970,40 e com cobertura do montante total de até R\$50.000.000,00, correspondente ao limite máximo de indenização.

j) se a garantia oferecida pela prestação de compromisso de indenidade inclui o pagamento ou o reembolso de indenizações que os administradores forem obrigados a pagar quando responsabilizados por danos causados a terceiros ou à companhia em consequência de atos ilícitos praticados antes da prestação do compromisso de indenidade;

De acordo com a proposta de reforma estatutária, o beneficiário não fará jus às proteções previstas no contrato de indenidade nas seguintes hipóteses: (i) atos praticados pelos beneficiários fora do exercício de suas atribuições; (ii) atos ou crimes praticados com dolo, direto ou eventual, ou com indiferença temerária dos eventuais resultados, ou mediante culpa grave ou fraude, ou ainda, em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia ou da respectiva entidade; (iii) acordos celebrados (incluindo mas não se limitando a acordos em processos administrativos, judiciais ou arbitrais) sem aprovação prévia e por escrito da Companhia ou da respectiva entidade; e (iv) outras hipóteses que eventualmente poderão ser previstas no próprio contrato de indenidade a ser aprovado em cada caso pelo Conselho de Administração.

k) se a garantia oferecida pela prestação de compromisso de indenidade inclui o pagamento ou o reembolso de multas decorrentes de condenação em ação penal ou em

processo administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelos administradores; e

A deliberação submetida à Assembleia Geral prevê conferir ao Conselho de Administração competência para aprovar as regras, procedimentos, condições e limitações dos contratos de indenidade. Assim, caberá ao Conselho de Administração, caso a proposta de alteração estatutária seja aprovada, decidir sobre a matéria. De qualquer forma, cabe ressaltar que a proposta de reforma estatutária prevê que o beneficiário não fará jus à indenização em relação a acordos celebrados (incluindo mas não se limitando a acordos em processos administrativos, judiciais ou arbitrais) sem aprovação prévia e por escrito da Companhia ou da respectiva entidade.

l) em caso de resposta positiva a, pelo menos, um dos dois itens anteriores, por que a administração acredita que tal garantia estaria no melhor interesse da companhia.

Conforme acima referido, não serão passíveis de indenização com base nos contratos de indenidade que vierem a ser celebrados pela Companhia, (i) atos praticados pelos beneficiários fora do exercício de suas atribuições; (ii) atos ou crimes praticados com dolo, direto ou eventual, ou com indiferença temerária dos eventuais resultados, ou mediante culpa grave ou fraude, ou ainda, em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia ou da respectiva entidade; (iii) acordos celebrados (incluindo mas não se limitando a acordos em processos administrativos, judiciais ou arbitrais) sem aprovação prévia e por escrito da Companhia ou da respectiva entidade; e (iv) outras hipóteses que eventualmente poderão ser previstas no próprio contrato de indenidade a ser aprovado em cada caso pelo Conselho de Administração.

Em vista disso, a cobertura para os demais casos em que o beneficiário apure perdas em virtude do exercício de suas funções na Usiminas ou nas demais entidades abrangidas pelo contrato de indenidade deverá consistir em indenização justa e devida, uma vez que a penalidade aplicada ao beneficiário terá decorrido de ato praticado no exercício de sua função, sem a intenção de lesar a Companhia ou a terceiros. Ao garantir indenizações justas e devidas aos beneficiários, o contrato de indenidade alinha-se ao interesse da Companhia de atrair e reter colaboradores qualificados em seus quadros.

ANEXO 5 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

Senhores Acionistas,

A Administração da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

1) CONJUNTURA ECONÔMICA

A produção industrial registrou recuo de 1,1%, no acumulado do ano até novembro, na comparação com igual período de 2018, penalizada pelo resultado da Indústria Extrativa (-9,7%). Dentre os setores intensivos no consumo de aço, a produção de bens de capital manteve-se praticamente estável (-0,4%), mas com resultados bastante mistos nas categorias que o compõe. A produção de bens duráveis avançou 2,0%, estimulada pelas melhores condições de crédito e emprego, com destaque para eletrodomésticos e veículos. Segundo a ANFAVEA a produção anual de veículos atingiu 2.945 mil unidades em 2019, ante 2.880 mil unidades em 2018, o que corresponde a uma alta de 2,3%.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) atingiu 65,3 pontos. O índice é o mais elevado desde junho de 2010 e situa-se 10,5 pontos acima de sua média histórica.

Segundo o Instituto Aço Brasil, o consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos planos deve alcançar 12,4 milhões de toneladas em 2019, o que representa uma queda de 2,5% frente a 2018. São esperadas vendas internas de laminados planos equivalentes a 10,8 milhões de toneladas, com queda de 1,9% em relação a 2018, e as importações são estimadas em 1,5 milhão de toneladas, o que significa um recuo de 3,5% frente a 2018. Estima-se ainda que as exportações de laminados planos totalizem 2,5 milhões de toneladas, representando uma queda de 16,0% frente ao volume exportado em 2018. De acordo com o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (INDA), as vendas de aços planos na rede de distribuição associada deverão registrar crescimento de 8,1% em 2019. Os estoques encerraram o ano em ligeira alta frente aos meses anteriores, com giro de 4,2 meses, tomando como base as vendas de dezembro.

Principais Indicadores 2019

PIB*	1,2%
PIB - Indústria*	0,5%
Produção Industrial*	-0,7%
Inflação (IPCA)	4,3%
Juros - Selic (fim de período)	4,5%
Câmbio R\$/US\$ (fim de período)	4,03

*Relatório Focus 27/12/2019

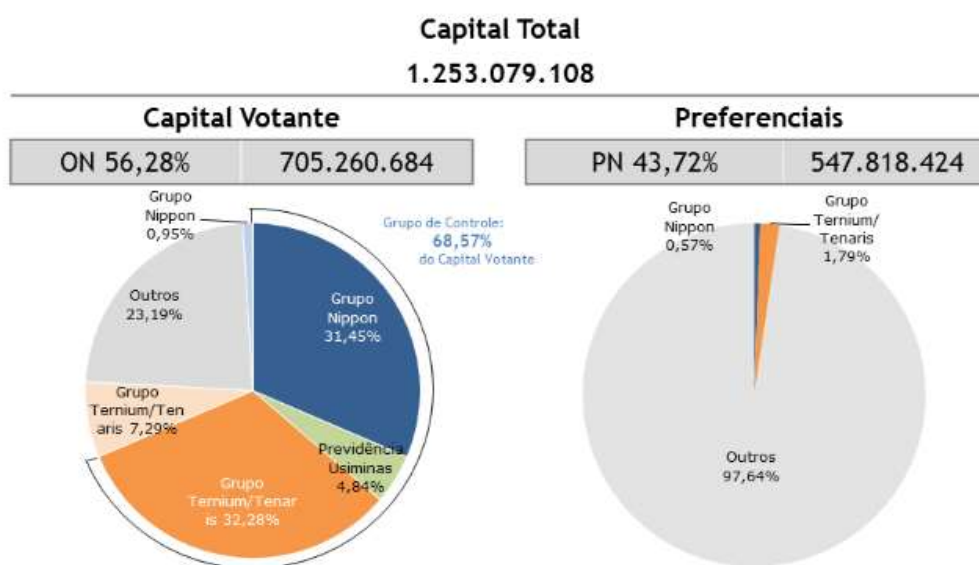
2) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da Usiminas conta com Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração até 11 de fevereiro de 2019 e, a partir desta data, ao Comitê de Auditoria. Ela tem a missão de monitorar as boas práticas e avaliar o sistema de controles internos e de gestão de riscos da Companhia.

Em 15 de janeiro de 2019 entrou em vigor o Programa de Integridade da Usiminas, que reúne o Código de Ética e Conduta e as políticas que orientam o relacionamento com os públicos interno e externo. O Programa de Integridade é referência para a conduta pessoal e profissional dos empregados e administradores, baseado em valores e princípios que sustentam a atuação da Companhia.

Composição acionária e grupo de controle

O capital social da Companhia se compõe de 1.253.079.108 ações, sendo 56,28% de ações ordinárias com direito a voto. O Grupo de Controle possui 68,57% do capital votante.



Administração

A Diretoria Estatutária da Usiminas é composta por um diretor-presidente e cinco vice-presidentes nas áreas Comercial, Industrial, Finanças e Relações com Investidores, Tecnologia e Qualidade e Planejamento Corporativo.

O Conselho de Administração conta com oito membros efetivos e seus respectivos suplentes e se reúne ordinariamente quatro vezes por ano, conforme calendário previamente estabelecido, ou extraordinariamente sempre que necessário aos interesses da Companhia. Possui dois comitês de assessoramento: o Comitê de Auditoria e o Comitê de Recursos Humanos.

A Usiminas mantém ainda um Conselho Fiscal instalado, responsável por fiscalizar os atos de gestão dos Administradores.

Remuneração da administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

Remuneração da administração	2019	2018
Honorários	15.248	13.785
Encargos sociais	3.934	3.863
Planos de aposentadoria	343	236
Provisão de remuneração variável	3.298	10.161
Total	22.823	28.045

Em 31 de dezembro de 2019, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R\$17.908 (31 de dezembro de 2018 - R\$22.290).

Auditores independentes

A norma interna da Companhia, no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade nos trabalhos de auditoria. Esta norma fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos de que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes. O Estatuto Social da Companhia também prevê que o Conselho de Administração deve autorizar a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes.

A PricewaterhouseCoopers foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras das Empresas Usiminas de 31/12/2019, assim como das informações trimestrais de 30/09/2019, 30/06/2019 e 31/03/2019.

Conforme Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que não contratou outros serviços dos seus auditores independentes não relacionados à auditoria externa das suas demonstrações financeiras.

3) DESEMPENHO CONSOLIDADO

Destaques

R\$ milhões - Consolidado	2019	2018	Var. 2019/2018
Volume de Vendas Aço (mil t)	4.105	4.198	-2%
Volume de Vendas Minério (mil t)	8.616	6.474	33%
Receita Líquida	14.949	13.737	9%
CPV	(13.074)	(11.522)	13%
Lucro (Prejuízo) Bruto	1.875	2.215	-15%
Lucro (Prejuízo) Líquido	377	829	-55%
EBITDA (Instrução CVM 527)	1.944	2.172	-10%
Margem de EBITDA (Instrução CVM 527)	13%	16%	-3 p.p.
EBITDA Ajustado	1.973	2.693	-27%
Margem de EBITDA Ajustado	13%	20%	-7 p.p.
Investimentos (CAPEX)	690	463	49%
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.921	1.693	13%

Receita líquida

Em 2019, a receita líquida totalizou R\$14,9 bilhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2018 (R\$13,7 bilhões), em função, principalmente, de maiores volumes e preços de venda na Unidade de Mineração e maiores preços praticados na Unidade de Siderurgia.

Distribuição da Receita Líquida

Distribuição da Receita Líquida	2019	2018
Mercado Interno	82%	83%
Mercado Externo	18%	17%
Total	100%	100%

Custos dos produtos vendidos (CPV)

No ano de 2019, o custo dos produtos vendidos – CPV foi de R\$13,1 bilhões, elevação de 13,5% quando comparado ao ano de 2018 (R\$11,5 bilhões).

O custo dos produtos vendidos – CPV da unidade de Siderurgia foi de R\$11,8 bilhões em 2019, uma elevação de 11,0% em relação a 2018 (R\$10,6 bilhões). O CPV por tonelada foi de R\$2.868/t em 2019, um aumento de 13,5% em relação a 2018 (R\$2.526/t), principalmente devido ao aumento dos custos com matérias-primas, destacando-se minério de ferro e carvão.

Na Mineração, o custo dos produtos vendidos – CPV totalizou R\$1,1 bilhão em 2019, 52,8% superior ao de 2018 (R\$749 milhões), em função do aumento do volume de vendas no ano. Em termos unitários, o CPV/t foi de R\$132,6/t, um aumento de 14,9% em comparação a 2018 (R\$115,4/t), em função do aumento das vendas na modalidade CFR (*Cost and Freight*).

Despesas e receitas operacionais

Em 2019, as despesas com vendas foram de R\$289 milhões (2018: R\$337 milhões), uma redução de 14,5%. Esta variação, deve-se principalmente a reversões de provisão para devedores duvidosos registradas em 2019, frente ao registro de novas provisões em 2018, parcialmente compensados por maiores custos com distribuição associados principalmente ao maior volume de exportação de minério de ferro.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$427 milhões em 2019 (2018: R\$440 milhões), uma redução de 3,0%, principalmente em função de menores gastos com serviços de terceiros.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas foram negativas em R\$387 milhões em 2019 (2018: R\$556 milhões negativas), uma redução de 30,3% principalmente em função de:

- Efeitos de *impairment* registrados em 2019 no montante de R\$16 milhões (2018: R\$473 milhões);
- Redução de R\$87 milhões nas despesas com ociosidade, que totalizaram R\$277 milhões em 2019 (2018: R\$364 milhões), principalmente em função da renegociação do contrato de arrendamento de área de terceiros na Unidade de Mineração e de menor depreciação na Unidade de Siderurgia;
- Menor saldo de provisão para perda de depósitos judiciais em R\$56 milhões. Esta provisão, registrada em 2018, não se repetiu no ano de 2019;
- Melhor resultado na venda de energia elétrica em R\$36 milhões, que foi de R\$48 milhões positivos em 2019 (2018: R\$12 milhões positivos).

Parcialmente compensados por:

- Menor valor de principal de créditos fiscais reconhecidos no período em R\$332 milhões, relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 2019, tais créditos totalizaram R\$87 milhões (2018: R\$419 milhões);
- Menores créditos reconhecidos associados ao empréstimo compulsório à Eletrobras em R\$ 69 milhões. Em 2019, a Companhia reconheceu R\$117 milhões (2018: R\$186 milhões);
- Maior saldo de provisões para contingências registrado no ano de 2019 em R\$55 milhões. Em 2019, tais provisões totalizaram R\$202 milhões (2018: R\$147 milhões);
- Menores créditos fiscais relacionados a PIS/COFINS de importação em R\$36 milhões. Este montante foi registrado no ano de 2018, e não houve evento desta natureza em 2019.

Assim, as receitas (despesas) operacionais líquidas foram negativas em R\$1,1 bilhão em 2019 (2018: R\$1,3 bilhão negativas).

EBITDA ajustado

Demonstrativo do EBITDA

Consolidado (R\$ mil)	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	376.691	828.695
Imposto de renda / Contribuição social	65.981	406.621
Resultado financeiro	509.839	(93.045)
Depreciação e amortização	991.785	1.029.535
EBITDA - Instrução CVM 527	1.944.296	2.171.806
Resultado da Equivalência Patrimonial em Coligadas e Controladas	(180.735)	(260.350)
EBITDA proporcional de controladas em conjunto	193.023	308.827
Impairment de Ativos não financeiros líquido de realização	16.426	472.787
EBITDA Ajustado	1.973.010	2.693.070

Em 2019, o EBITDA Ajustado alcançou R\$2,0 bilhões, uma redução de 26,7% em relação ao ano de 2018 (R\$2,7 bilhões). Este resultado decorre principalmente de: (i) menor reconhecimento de crédito fiscais em R\$332 milhões; (ii) menor reconhecimento de créditos a receber da Eletrobras em R\$69 milhões; (iii) menor volume de vendas de aço no período; parcialmente compensados por: (iv) maiores volumes e preços de venda de minério de ferro; e (v) maiores preços de venda de aço.

Resultado financeiro

Em 2019, o resultado financeiro foi negativo em R\$510 milhões (2018: R\$93 milhões positivo) em função de:

- Menor valor reconhecido como juros relativos ao processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$315 milhões. Em 2019 tal evento totalizou R\$70 milhões (2018: R\$385 milhões);
- Menor saldo reconhecido como correção monetária sobre créditos a receber da Eletrobras em R\$226 milhões. Em 2019, a Companhia registrou R\$264 milhões relacionados ao tema (2018: R\$490 milhões);
- Maiores despesas com comissões sobre financiamentos em função da operação de emissão de títulos representativos de dívida no exterior e da emissão de debêntures ocorridas no ano em R\$109 milhões. Em 2019 tais despesas totalizaram R\$128 milhões (2018: R\$19 milhões);
- Elevação do saldo de correção sobre provisões para demandas judiciais em R\$67 milhões, totalizando R\$177 milhões no ano de 2019 (2018: R\$110 milhões).

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

Em 2019, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas em conjunto totalizou R\$181 milhões, uma redução de 30,6% em relação a 2018 (R\$260 milhões). Esta redução deve-se, principalmente, ao menor resultado da Unigal no ano de 2019.

Lucro (prejuízo) líquido

Em 2019, a Companhia registrou lucro líquido de R\$377 milhões (2018: lucro líquido de R\$829 milhões).

Capital de giro

Em 2019, o capital de giro totalizou R\$4,2 bilhões, uma elevação de 7,3% em relação ao ano de 2018 (R\$4,0 bilhões). Este aumento resulta principalmente da elevação do saldo de Demais Ativos em R\$332 milhões, associado aos créditos a receber da Eletrobras. Ao final do ano a Companhia tinha registrado em seu ativo um montante de R\$306 milhões a receber.

Investimentos (CAPEX)

No ano de 2019, foram investidos R\$690 milhões pela Companhia, um aumento de 49,2% quando comparado ao ano de 2018 (R\$463 milhões). Os investimentos foram aplicados, principalmente, em *sustaining* CAPEX, segurança e meio ambiente, sendo 79,3% na Unidade de Siderurgia, 18,9% na Unidade de Mineração, 1,1% na Unidade de Transformação do Aço e 0,6% na Unidade de Bens de Capital.

Endividamento financeiro

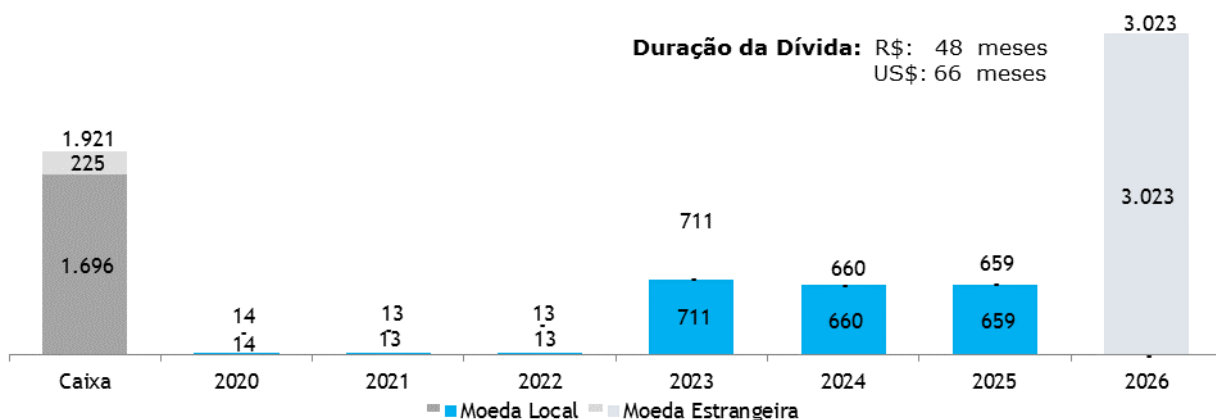
Em 31/12/19, a dívida bruta consolidada era de R\$5,1 bilhões, inferior em 12,7% em relação à posição 31/12/18 (R\$5,9 bilhões). Esta redução deve-se principalmente ao pré-pagamento de dívidas junto aos bancos brasileiros (Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.) e aos debenturistas da 6ª Emissão, ocorrido em 23/10/19, com a utilização, principalmente, do montante de R\$751 milhões recebido da Eletrobras em 16/10/19.

A dívida líquida consolidada em 31/12/19 era de R\$3,2 bilhões, uma redução de 23,3% em relação a 31/12/18 (R\$4,2 bilhões), em função do pré-pagamento de dívidas (detalhado no parágrafo anterior) e ao maior saldo em Caixa e Equivalentes de Caixa em 13,5% na comparação anual.

Quanto à composição da dívida por prazo de vencimento: (i) em 31/12/19 era de 2% no curto prazo e 98% no longo prazo e (ii) em 31/12/18, de 8% e 92%, respectivamente.

O indicador dívida líquida/EBITDA encerrou o ano em 1,6x, estável em relação a 2018.

O gráfico a seguir demonstra a posição de caixa e o perfil da dívida (somente principal) em milhões de reais em 31/12/19.



4) MERCADO DE CAPITAIS

Desempenho na B3

A ação ordinária (USIM3) da Usiminas encerrou o ano cotada a R\$9,87 e a ação preferencial (USIM5), a R\$9,51. Ao longo de 2019, as ações USIM3 desvalorizaram 13,7% e as USIM5 valorizaram 3,1%, enquanto o Ibovespa valorizou 31,6%.

Bolsas Estrangeiras

OTC – Nova York

A Usiminas tem American Depositary Receipts - ADRs negociados no mercado de balcão americano (denominado OTC - over-the-counter): o USDMY, com lastro em ações ordinárias, e o USNZY, com lastro em ações preferenciais classe A. Em 31/12/19, o ADR USNZY, de maior liquidez, estava cotado a US\$2,32 e apresentou uma valorização de 0,4% no ano.

Latibex – Madri

A Usiminas tem ações negociadas na LATIBEX – Seção da Bolsa de Madri: ação preferencial XUSI e ação ordinária XUSIO. Em 31/12/19, a ação XUSI encerrou cotada a €1,95, apresentando uma desvalorização de 5,3% no ano. A ação XUSIO encerrou cotada a €2,12, apresentando uma desvalorização de 17,2% no ano.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. ("Companhia" ou "Usiminas"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

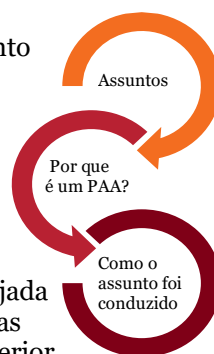
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas permaneceram substancialmente consistentes com as operações no ano anterior. Considerando esse contexto, nossa estratégia de auditoria e a definição dos Principais Assuntos de Auditoria mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Valor recuperável do imobilizado e intangível (Notas explicativas 3.13, 16 e 17) e realização de tributos diferidos (Notas explicativas 3.16 e 13)

A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de imobilizado e intangíveis para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia e suas controladas também possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos substancialmente referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias decorrentes de provisões constituídas. Esses saldos de tributos diferidos foram reconhecidos com base em estudos que contêm as projeções de lucro tributável futuro.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e nem sempre objetivos, por parte da administração, em relação às projeções de resultados, lucros tributáveis e fluxos de caixa, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro adicional de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

Em função desses aspectos, esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria.

Entre outros, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria:

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, checamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de lucros tributáveis futuros e de fluxos de caixa, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Adicionalmente, quanto aos trabalhos relacionados com os tributos diferidos, testamos, com o apoio de nossos especialistas em tributos, as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as principais premissas utilizados pela administração para a avaliação da recuperabilidade desses ativos são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidas.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
------------------------	--

Provisões para demandas judiciais (Notas explicativas 3.14 e 25)

A Usiminas e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

O reconhecimento da provisão e a classificação da probabilidade de êxito nos processos envolvem a avaliação do mérito das causas e aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente, que demandam julgamento relevante pela administração da Companhia, reavaliado periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Em função desses aspectos, esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e teste sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e avaliação dos processos, bem como a quantificação dos riscos para fins de constituição da provisão para demandas judiciais ou sua divulgação em nota explicativa quando as estimativas indicarem perspectiva de perda provável ou possível, respectivamente.

Efetuamos procedimentos de confirmação dos processos com os advogados que patrocinam os processos judiciais e administrativos para obtenção dos dados relacionados a avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Adicionalmente, contamos com o apoio de nossos especialistas em tributos para a análise de razoabilidade dos prognósticos de perda das causas mais significativas, sobretudo as de natureza tributária.

Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos consultores jurídicos.

Ganhos em ações judiciais transitadas em julgado (Notas 12, 25(c), 33(b), 34)

Durante o exercício de 2019, como ocorrido em 2018, transitaram em julgado, com êxito para a Companhia e suas controladas, ações judiciais relacionadas ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e à recuperação de empréstimos compulsórios à Eletrobras.

Em 2019, houve novamente o trânsito em julgado de outras ações judiciais movidas pela Usiminas, por suas controladas Mineração Usiminas S.A. e Usiminas Mecânica S.A. que pleiteavam o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Como resultado dessas decisões, foram registrados novos créditos tributários no montante de R\$ 115.899 mil (2018 - R\$ 789.160 mil) na Controladora e no Consolidado R\$ 156.561 mil

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, obtivemos o entendimento do andamento dos processos mediante discussões com o departamento jurídico e a administração da Companhia.

Em relação à ação do direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obtivemos os resultados dos trabalhos de apuração dos créditos tributários levantados pela Companhia e suas controladas, com o apoio de consultores externos. Procedemos ao entendimento dos critérios empregados na apuração dos créditos, à conferência de sua exatidão matemática e ao confronto, em bases amostrais, de apurações mensais com os registros contábeis e fiscais históricos.

(2018 - R\$ 802.955 mil).

Em relação ao processo judicial visando a recuperação dos montantes recolhidos a título de empréstimos compulsórios à Eletrobras, no qual a Companhia figura no polo ativo, em 2019 ocorreu o recebimento do ativo contabilizado no exercício anterior, decorrente do trânsito em julgado de parte do valor pleiteado pela filial de Ipatinga. Também nesse ano, houve o trânsito em julgado de ação declaratória movida pela filial de Cubatão, tendo sido contabilizado no resultado do exercício o montante de R\$ 305.848 mil, reconhecido como incontroverso pelo judiciário. O montante ainda em disputa nas ações relativas às filiais de Ipatinga e de Cubatão é de R\$ 1.273.620 mil e continua sendo pleiteado judicialmente pela Companhia.

Esses assuntos foram considerados entre os principais assuntos de auditoria de 2019, tendo em vista a sua complexidade, inclusive quanto à quantificação dos valores envolvidos, bem como a sua relevância e sua correspondente contabilização e divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

Em relação à ação dos créditos decorrentes dos empréstimos compulsórios à Eletrobras, obtivemos cópia da sentença judicial que deu provimento ao pedido de homologação do montante incontroverso, realizado pela Eletrobras.

Tivemos ainda acesso à opinião legal de escritório de advocacia especializado, que amparou a decisão da Companhia pelo reconhecimento dos créditos com a Eletrobrás e também a opinião legal do advogado que patrocina as causas.

Efetuamos leitura das informações apresentadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras e verificamos que as contabilizações efetuadas e as divulgações correspondentes são consistentes com as informações obtidas em nosso processo de auditoria.

Benefícios pós-emprego (Notas explicativas 3.17 e 27)

A Usiminas e suas controladas são patrocinadoras em planos de suplementação de aposentadoria administrados pela Previdência Usiminas.

A Companhia também possui obrigação com benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria, relativa aos colaboradores da Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa, incorporada pela Companhia em 2009, que se aposentaram até 30 de abril de 2002 e que ainda mantêm o direito ao benefício.

Os cálculos atuariais base para determinação dessas obrigações são elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia e consideram premissas atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde.

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor da obrigação presente com os planos e o elevado grau de julgamento em relação a premissas atuariais empregadas em sua determinação.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, testes de detalhes sobre as informações individuais de participantes ativos e assistidos dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde, cadastradas nos bancos de dados usados para o cálculo do passivo atuarial.

Com o apoio de nossos especialistas em cálculos atuariais, testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo utilizado para estimar o valor presente das obrigações atuariais e discutimos as premissas-chave empregadas no cálculo do passivo atuarial, tais como projeções de crescimento salarial, tábuas de mortalidade e invalidez, custos médicos e taxa de desconto.

Também procedemos à revisão da conciliação preparada pela administração do laudo atuarial com os saldos apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas.

Efetuamos, ainda, avaliação da competência técnica do atuário externo independente responsável por preparar os cálculos atuariais.

Em relação aos ativos dos planos de suplementação de aposentadoria, efetuamos testes detalhados que compreenderam a obtenção de confirmação com o gestor dos planos de previdência quanto à carteira de investimentos desses planos bem como efetuamos testes, em base de amostras, da

estimativa do valor justo da carteira de investimentos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia na apuração das obrigações de benefício pós-emprego, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

Demonstrações Financeiras

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

31 de dezembro de 2019
com Relatório dos Auditores Independentes

Índice

Balanços patrimoniais	1
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11
1 Contexto operacional	11
2 Aprovação das demonstrações financeiras	12
3 Resumo das principais políticas contábeis	13
3.1 Base de preparação e declaração de conformidade	13
3.2 Base de consolidação e investimentos em controladas	14
3.3 Apresentação de informações por segmentos	15
3.4 Conversão de moeda estrangeira	15
3.5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	16
3.6 Ativos financeiros	16
3.7 Passivos financeiros	18
3.8 Instrumentos derivativos e atividades de <i>hedge</i>	19
3.9 Estoques	19
3.10 Depósitos judiciais	19
3.11 Imobilizado	19
3.12 Ativos intangíveis	20
3.13 Valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>) não financeiros	20
3.14 Provisões para demandas judiciais	21
3.15 Provisão para recuperação ambiental	21
3.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	21
3.17 Benefícios a empregados	22
3.18 Reconhecimento de receita	23
3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	24
3.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019	24
3.21 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019	25
4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	26
4.1 Julgamentos	26
4.2 Estimativas e premissas	26
5 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro	28
5.1 Fatores de risco financeiro	28
5.2 Política de utilização dos instrumentos financeiros	28
5.3 Política de gestão de riscos financeiros	29
5.4 Gestão de capital	35
5.5 Estimativa do valor justo	35
6 Instrumentos financeiros de derivativos	38
7 Instrumentos financeiros por categoria	39
8 Caixa e equivalentes de caixa	40
9 Títulos e valores mobiliários	40
10 Contas a receber de clientes	41
11 Estoques	43
12 Impostos a recuperar	44
13 Imposto de renda e contribuição social	45
14 Depósitos judiciais	50
15 Investimentos	51

16	Imobilizado	55
17	Valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>) não financeiros	60
18	Intangível	65
19	Fornecedores, empreiteiros e fretes	69
20	Empréstimos e financiamentos	69
20.1	Composição dos empréstimos e financiamentos	69
20.2	Escalonamento dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante	71
20.3	Movimentação dos empréstimos e financiamentos	72
20.4	<i>Covenants</i>	72
20.5	Renegociação de dívidas	73
21	Debêntures	73
22	Tributos a recolher	75
23	Tributos parcelados	75
24	Passivos de arrendamento	77
25	Provisão para demandas judiciais	78
26	Provisão para recuperação ambiental	86
27	Obrigações de benefícios de aposentadoria	86
27.1	Planos de suplementação de aposentadoria	87
27.2	Dívidas contratadas – requisitos de fundamentais mínimos	88
27.3	Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria	90
27.4	Ajustes de experiências	92
27.5	Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade	93
27.6	Planos de benefícios de assistência médica aos aposentados	93
27.7	Ativos dos planos de aposentadoria	95
28	Patrimônio líquido	96
29	Informações por segmento de negócios	99
30	Receita	102
31	Despesas por natureza	103
32	Despesas e benefícios a empregados	104
33	Receitas (despesas) operacionais	104
34	Resultado financeiro	106
35	Lucro (prejuízo) por ação	107
36	Compromissos	108
37	Transações com partes relacionadas	109
38	Cobertura de seguros	114
39	Plano de outorga de opção de compra de ações	115
40	Garantias	118
41	Transações sem efeito de caixa	119

Balanços patrimoniais

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	901.864	765.638	1.252.966	1.106.790
Títulos e valores mobiliários	9	-	-	668.175	586.559
Contas a receber de clientes	10	1.396.884	1.669.763	1.938.440	1.894.291
Estoques	11	3.166.003	3.183.996	3.795.832	3.880.635
Impostos a recuperar	12	541.831	478.283	731.049	617.731
Imposto de renda e contribuição social antecipados		41.344	79.407	48.496	130.197
Dividendos a receber	37	40.220	71.601	-	13.562
Instrumentos financeiros derivativos	6	762	347	762	347
Valores a receber Eletrobras	25	305.848	-	305.848	-
Demais valores a receber		138.895	132.637	119.714	94.205
Total do ativo circulante		6.533.651	6.381.672	8.861.282	8.324.317
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	10	84.446	17.052	131.452	64.058
Valores a receber Eletrobras	25	-	676.023	-	676.023
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	2.117.027	1.726.425	3.037.626	2.765.356
Valores a receber de empresas ligadas	37	42.231	45.069	1.651	2.342
Depósitos judiciais	14	379.692	367.777	543.658	523.557
Instrumentos financeiros derivativos	6	6.950	3.553	6.950	3.553
Impostos a recuperar	12	148.020	452.768	152.336	454.284
Demais valores a receber		271.622	181.579	307.124	211.649
		3.049.988	3.470.246	4.180.797	4.700.822
Investimentos	15	4.350.641	4.260.600	1.053.138	1.088.094
Propriedades para investimentos		90.202	-	90.202	-
Imobilizado	16	9.892.313	10.248.224	11.424.691	11.715.022
Intangível	18	90.355	78.343	726.922	695.596
Total do ativo não circulante		17.473.499	18.057.413	17.475.750	18.199.534
Total do ativo		24.007.150	24.439.085	26.337.032	26.523.851

Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidadora	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo					
Circulante					
Fornecedores, empreiteiros e fretes	19	1.405.831	1.038.083	1.518.270	1.133.763
Empréstimos e financiamentos	20	92.348	392.126	96.316	396.799
Debêntures	21	25.017	70.237	25.017	70.237
Adiantamentos de clientes		11.749	25.076	57.757	63.484
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>		613.803	965.927	613.803	965.927
Salários e encargos sociais		138.706	158.556	198.416	205.583
Tributos a recolher	22	70.011	101.151	99.597	122.913
Tributos parcelados	23	4.312	4.178	4.314	4.180
Passivos de arrendamento	24	12.514	-	33.328	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	-	-	15.096	3.299
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	28	51.107	172.762	67.814	202.809
Demais contas a pagar		91.469	114.846	160.010	166.676
Total do passivo circulante		2.516.867	3.042.942	2.889.738	3.335.670
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	2.997.241	4.552.937	3.003.655	4.562.971
Debêntures	21	1.981.250	819.783	1.981.250	819.783
Valores a pagar a empresas ligadas	37	104.335	96.896	121.838	134.254
Passivos de arrendamento	24	19.293	-	75.942	-
Provisão para demandas judiciais	25	659.318	474.106	777.386	635.551
Provisão para recuperação ambiental	26	-	-	231.591	203.707
Benefícios pós-emprego	27	1.518.362	1.033.840	1.574.796	1.034.228
Demais contas a pagar		167.061	152.283	115.152	100.296
Total do passivo não circulante		7.446.860	7.129.845	7.881.610	7.490.790
Total do passivo		9.963.727	10.172.787	10.771.348	10.826.460
Patrimônio líquido					
Capital social	28	13.200.295	13.200.295	13.200.295	13.200.295
Reservas de capital		307.033	309.391	307.033	309.391
Reservas de lucros		943.132	766.942	943.132	766.942
Ajustes de avaliação patrimonial		(407.037)	(10.330)	(407.037)	(10.330)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		14.043.423	14.266.298	14.043.423	14.266.298
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.522.261	1.431.093
Total do patrimônio líquido		14.043.423	14.266.298	15.565.684	15.697.391
Total do passivo e do patrimônio líquido		24.007.150	24.439.085	26.337.032	26.523.851

Classificação da Informação: Pública

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Operações continuadas					
Receita	30	12.719.071	12.570.079	14.948.719	13.736.780
Custo das vendas	31	(11.930.865)	(10.861.424)	(13.074.129)	(11.521.694)
Lucro (prejuízo) bruto		<u>788.206</u>	<u>1.708.655</u>	<u>1.874.590</u>	<u>2.215.086</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	33	(109.302)	(186.890)	(288.515)	(337.404)
Despesas gerais e administrativas	33	(321.265)	(322.966)	(426.905)	(440.022)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33	(284.521)	(467.640)	(387.394)	(555.739)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	<u>457.489</u> <u>(257.599)</u>	<u>249.747</u> <u>(727.749)</u>	<u>180.735</u> <u>(922.079)</u>	<u>260.350</u> <u>(1.072.815)</u>
Lucro (prejuízo) operacional		<u>530.607</u>	<u>980.906</u>	<u>952.511</u>	<u>1.142.271</u>
Resultado financeiro	34	(527.786)	35.805	(509.839)	93.045
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>2.821</u>	<u>1.016.711</u>	<u>442.672</u>	<u>1.235.316</u>
Imposto de renda e contribuição social	13				
Corrente		-	(31.319)	(138.960)	(98.228)
Diferido		<u>210.444</u>	<u>(258.734)</u>	<u>72.979</u>	<u>(308.393)</u>
		<u>210.444</u>	<u>(290.053)</u>	<u>(65.981)</u>	<u>(406.621)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>213.265</u>	<u>726.658</u>	<u>376.691</u>	<u>828.695</u>
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		213.265	726.658	213.265	726.658
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>163.426</u>	<u>102.037</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	35	R\$ 0,17	R\$ 0,57	R\$ 0,17	R\$ 0,57
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial	35	<u>R\$ 0,18</u>	<u>R\$ 0,62</u>	<u>R\$ 0,18</u>	<u>R\$ 0,62</u>

Demonstrações do resultado abrangente

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		213.265	726.658	376.691	828.695
Outros componentes do resultado abrangente					
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	27	(385.567)	(59.149)	(388.006)	(59.166)
Total de outros componentes do resultado abrangente		<u>(385.567)</u>	<u>(59.149)</u>	<u>(388.006)</u>	<u>(59.166)</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(172.302)</u>	<u>667.509</u>	<u>(11.315)</u>	<u>769.529</u>
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		(172.302)	667.509	(172.302)	667.509
Acionistas não controladores		-	-	160.987	102.020

Os itens da demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 13.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

Atribuído aos acionistas controladores													
			Reservas de capital				Reservas de lucros						
		Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Opções Outorgadas reconhecidas	Reserva legal	Reserva de investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Nota	Capital social												
Em 31 de dezembro de 2018	13.200.295	105.295	15.695	(101.072)	278.729	10.744	47.984	718.958	(10.330)	-	14.266.298	1.431.093	15.697.391
Resultado abrangente do período													
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	213.265	213.265	163.426	376.691
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	27	-	-	-	-	-	-	-	(385.567)	-	(385.567)	(2.439)	(388.006)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(385.567)	213.265	(172.302)	160.987	(11.315)
Destinação do lucro (prejuízo) líquido do exercício													
28													
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.650)	(50.650)	(69.819)	(120.469)
Juros sobre capital próprio complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.694)	(1.694)	-	(1.694)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	10.663	165.527	-	(176.190)	-	-	-
Plano de opção de compra de ações	39	-	-	-	-	(4.129)	-	-	-	4.129	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria	-	-	1.338	433	-	-	-	-	-	-	1.771	-	1.771
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.140)	11.140	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	13.200.295	105.295	17.033	(100.639)	278.729	6.615	58.647	884.485	(407.037)	-	14.043.423	1.522.261	15.565.684

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

Atribuído aos acionistas controladores													
			Reservas de capital				Reservas de lucros						
		Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Opções Outorgadas reconhecidas	Reserva legal	Reserva de investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Nota	Capital social												
Em 31 de dezembro de 2017	13.200.295	105.295	9.425	(102.789)	278.729	21.087	11.651	190.556	60.546	-	13.774.795	1.409.169	15.183.964
Resultado abrangente do período													
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	726.658	726.658	102.037	828.695
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	27	-	-	-	-	-	-	-	(59.149)	-	(59.149)	(17)	(59.166)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.149)	726.658	667.509	102.020	769.529
Destinação do lucro (prejuízo) líquido do exercício													
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	28	-	-	-	-	-	-	-	-	(184.036)	(184.036)	(80.096)	(264.132)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	36.333	528.402	-	(564.735)	-	-	-
Plano de opção de compra de ações	39	-	-	-	-	(10.343)	-	-	-	10.343	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria	-	-	6.270	1.717	-	-	-	-	-	-	7.987	-	7.987
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	43	-	43
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.727)	11.727	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	13.200.295	105.295	15.695	(101.072)	278.729	10.744	47.984	718.958	(10.330)	-	14.266.298	1.431.093	15.697.391

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		213.265	726.658	376.691	828.695
Ajustes para conciliar o resultado					
Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas		(14.583)	367.027	47.416	346.360
Despesas de juros		373.463	395.306	375.479	392.031
Depreciação, amortização e exaustão		827.884	854.048	991.785	1.029.535
Resultado na venda/baixa de imobilizado/investimento		(3.408)	(2.781)	(5.687)	267
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	17	13.358	529.268	16.426	472.787
Participações nos resultados de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	(457.489)	(249.747)	(180.735)	(260.350)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(210.444)	258.734	(72.979)	308.393
Constituição (reversão) de provisões		(33.685)	348.862	119.233	415.318
Perdas (ganhos) atuariais	27	85.907	91.917	85.743	91.917
(Acréscimo) decréscimo de ativos					
Contas a receber de clientes		228.821	(509.815)	(93.654)	(313.315)
Estoques		13.884	(923.689)	79.505	(1.078.691)
Impostos a recuperar		(122.508)	(715.168)	(201.656)	(759.696)
Valores a receber de empresas ligadas		2.716	8.874	691	805
Depósitos judiciais		(37.764)	39.501	(61.829)	33.587
Valores a receber Eletrobras		751.404	(676.023)	751.404	(676.023)
Outros		(14.921)	(21.832)	(59.485)	31.350
Acréscimo (decréscimo) de passivos					
Fornecedores, empreiteiros e fretes		367.748	162.684	384.507	156.846
Adiantamentos de clientes		(13.327)	5.295	(5.727)	(17.910)
Valores a pagar a empresas ligadas		(620)	-	(12.416)	(8.916)
Títulos a pagar - <i>Forfeiting</i>		(352.124)	490.676	(352.124)	490.676
Tributos a recolher		460.554	17.103	524.009	(25.006)
Outros		(128.561)	(150.963)	(133.427)	(139.478)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(50.274)	(105.188)	(78.260)
Juros pagos		(363.510)	(511.977)	(364.416)	(533.504)
Passivo atuarial pago		(131.742)	(197.800)	(131.742)	(197.800)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		1.454.318	285.884	1.971.824	509.618
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários	9	-	775.677	(81.616)	(42.844)
Compras de imobilizado	16	(515.714)	(337.267)	(646.236)	(405.141)
Valor recebido pela venda de imobilizado		5.163	36.180	9.141	39.512
Aumento de capital em subsidiária		-	-	(26)	-
Compras de intangíveis	18	(31.876)	(25.440)	(35.215)	(28.382)
Dividendos recebidos		377.693	472.715	224.946	340.955
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		(164.734)	921.865	(529.006)	(95.900)

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Ingressos de empréstimos e financiamentos e debêntures		4.861.018	-	4.811.557	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures		(5.845.703)	(389.153)	(5.850.504)	(951.206)
Pagamento de tributos parcelados	23	-	(131)	-	(132)
Liquidação de operações de swap		356	14	(5.507)	14
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	28	(172.305)	(55.255)	(255.464)	(125.469)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		(1.156.634)	(444.525)	(1.299.918)	(1.076.793)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		3.276	(708)	3.276	(708)
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		136.226	762.516	146.176	(663.783)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	765.638	3.122	1.106.790	1.770.573
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	901.864	765.638	1.252.966	1.106.790
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		136.226	762.516	146.176	(663.783)

Demonstrações do valor adicionado
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		15.466.411	15.289.583	18.841.146	17.499.783
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	31	23.567	(34.481)	18.120	(41.918)
Outras receitas		401.872	364.320	409.003	371.247
		15.891.850	15.619.422	19.268.269	17.829.112
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(12.464.155)	(11.681.532)	(14.063.875)	(12.865.579)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(793.054)	(946.737)	(1.072.278)	(1.189.480)
		(13.257.209)	(12.628.269)	(15.136.153)	(14.055.059)
Valor adicionado bruto		2.634.641	2.991.153	4.132.116	3.774.053
Depreciação, amortização e exaustão	31	(827.884)	(854.048)	(991.785)	(1.029.535)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		1.806.757	2.137.105	3.140.331	2.744.518
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	457.489	249.747	180.735	260.350
Receitas financeiras	34	533.133	1.095.567	622.022	1.169.147
Receitas cambiais	34	14.148	38.655	76.144	62.026
Ganhos e perdas atuariais	27	(45.103)	(29.380)	(45.004)	(29.380)
		959.667	1.354.589	833.897	1.462.143
Valor adicionado a distribuir		2.766.424	3.491.694	3.974.228	4.206.661

Demonstrações do valor adicionado
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal e encargos				
Salários e encargos	559.291	561.502	964.503	866.268
FGTS	59.854	58.033	81.766	77.256
Remuneração da Administração	22.823	28.045	31.115	35.817
Participação dos empregados nos lucros	22.257	48.495	39.736	65.206
Planos de aposentadoria	2.933	3.253	3.270	3.572
	<u>667.158</u>	<u>699.328</u>	<u>1.120.390</u>	<u>1.048.119</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais (i)	86.135	464.685	136.438	634.157
Estaduais	649.019	432.079	1.041.313	476.244
Municipais	68.690	64.127	80.305	73.657
Incentivos fiscais	7.090	6.400	11.086	7.661
	<u>810.934</u>	<u>967.291</u>	<u>1.269.142</u>	<u>1.191.719</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	869.687	856.867	944.997	915.426
Despesas cambiais	209.547	244.269	261.312	225.421
Outras	(4.167)	(2.719)	1.696	(2.719)
	<u>1.075.067</u>	<u>1.098.417</u>	<u>1.208.005</u>	<u>1.138.128</u>
Remuneração de capitais próprios				
Lucros (prejuízos) retidos	213.265	726.658	213.265	726.658
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	-	-	163.426	102.037
	<u>213.265</u>	<u>726.658</u>	<u>376.691</u>	<u>828.695</u>
Valor adicionado distribuído	<u>2.766.424</u>	<u>3.491.694</u>	<u>3.974.228</u>	<u>4.206.661</u>

(i) Inclui os encargos previdenciários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contexto operacional

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("USIMINAS", "Usiminas", "Controladora" ou "Companhia"), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma companhia aberta e tem suas ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (USIM3, USIM5 e USIM6).

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas ("Empresas Usiminas") têm como principal objeto a exploração da indústria siderúrgica e outras atividades correlatas, como extração de minério de ferro, transformação do aço, fabricação de bens de capital e logística. Atualmente, possui duas usinas siderúrgicas com capacidade nominal de produção de 9,5 milhões (não auditado) de toneladas por ano de produtos laminados, localizadas nas cidades de Ipatinga, Estado de Minas Gerais e Cubatão, Estado de São Paulo, além de reservas de minério de ferro, centros de serviços e distribuição, portos marítimos e terminais de cargas, estrategicamente localizados em diversas regiões do país.

Visando a ampliação de seu ramo de atividade, a Companhia mantém participação, direta ou indireta, em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentadas:

(a) Empresas controladas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Mineração Usiminas S.A. (MUSA)	70	70	Belo Horizonte/MG	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de <i>pellet feed</i> , <i>sinter feed</i> e granulados.
Soluções em Aço Usiminas S.A.	68,88	68,88	Belo Horizonte/MG	Transformação de produtos siderúrgicos, além da atuação como centro de distribuição.
Usiminas Mecânica S.A. (UMSA)	99,99	100	Belo Horizonte/MG	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.
Usiminas Europa A/S	100	100	Copenhague/Dinamarca	Opera como <i>trading company</i> , intermediando as exportações dos produtos da Companhia, além de fomentar o comércio no exterior.
Usiminas International Ltd.	100	100	Principado de Luxemburgo	Detém os investimentos da Companhia no exterior, além de captação de recursos no mercado externo.
Rios Unidos Logística e Transporte de Aço Ltda.	100	100	Itaquaquecetuba/SP	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas.
Usiminas Participações e Logística S.A. (UPL) (i) (ii)	100	100	Belo Horizonte/MG	Investimento na MRS Logística S.A.

(i) Participação direta da Companhia de 16,7% e indireta, via MUSA, de 83,3%.

(ii) Participação direta da Companhia no capital votante de 50,10% e indireta, via MUSA, de 49,90%.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Unigal Ltda.	70	70	Belo Horizonte/MG	Transformação de bobinas laminadas a frio em bobinas galvanizadas por imersão a quente.
Modal Terminal de Granéis Ltda.	50	50	Itaúna/MG	Operações de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério de ferro e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas.
Usiroll - Usiminas Court Tecnologia de Acabamento Superficial Ltda.	50	50	Ipatinga/MG	Prestação de serviços, especialmente para retificação de cilindros e de rolos de laminação.

(c) Investimentos em coligadas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Codeme Engenharia S.A.	30,77	30,77	Betim/MG	Fabricação e montagem de construções em aço.
MRS Logística S.A. (i)	11,41	19,92	Rio de Janeiro/RJ	Prestação de serviços de transporte ferroviário e logísticos.
Terminal de Cargas Paraopeba	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.
Terminal de Cargas Sarzedo	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.

(i) Participação direta da Companhia de 0,28% e indireta, via UPL, de 11,13%.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2020.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

Políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à Controladora, controladas, coligadas e controladas em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas foram ajustadas para atender a este critério.

3.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, além do exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”) foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), na Controladora e no Consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência disso, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

(a) Controladas

As controladas são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade do direito a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para as Empresas Usiminas. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os saldos e ganhos não realizados e demais transações entre as Empresas Usiminas são eliminados.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia classifica os seus empreendimentos da seguinte forma:

- coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detêm o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas; e
- controladas em conjunto são as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Os exercícios sociais das coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da USIMINAS. Contudo, exceto para as coligadas (diretas e indiretas) Codeme, Metform e Terminal Sarzedo, e para a controlada em conjunto Modal, a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC 18 (R2) e IAS 28, demonstrações financeiras elaboradas em 30 de novembro de 2019.

A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da sua participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de um *impairment* do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e das controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Caso a participação societária na coligada seja reduzida, mas seja mantida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Operações e participações de acionistas não controladores

As Empresas Usiminas tratam as transações com participações de acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos das Empresas Usiminas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais foram apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. As Empresas Usiminas estão organizadas em quatro segmentos operacionais: Siderurgia, Mineração e Logística, Transformação do Aço e Bens de Capital. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

3.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das Empresas Usiminas.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

(b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo.

3.6 Ativos financeiros

3.6.1 Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

3.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, as Empresas Usiminas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

3.6.3 Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

As Empresas Usiminas avaliam no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pelas Empresas Usiminas para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
- probabilidade do devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

3.6.4 Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa proveniente de um ativo ou executa um acordo de repasse e não o transfere ou o retém substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.7 Passivos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as suas eventuais mudanças, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos. Empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

3.7.2 Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

3.7.3 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são compostos de juros, além de outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

3.7.4 Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado.

3.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

3.10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

3.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os gastos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado caso ele seja maior do que seu valor recuperável estimado.

A Companhia possui peças e sobressalentes de reposição destinadas à manutenção de itens do ativo imobilizado, que possuem vida útil estimada superior a 12 meses. Desta forma, o saldo dos estoques dessas peças e sobressalentes está classificado no grupo do ativo imobilizado.

3.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são registrados pelo valor de aquisição e deduzidos com base na exaustão das reservas minerais.

Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.

A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das reservas minerais.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.

3.13 Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.14 Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando as Empresas Usiminas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

3.15 Provisão para recuperação ambiental

A provisão para gastos com recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos e leva em conta as estimativas da Administração da controlada Mineração Usiminas S.A.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.17 Benefícios a empregados

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia e suas controladas participam de planos de aposentadoria, administrados pela Previdência Usiminas, que proveem a seus empregados benefícios complementares de aposentadoria e pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. Para o plano de contribuição definida (Cosiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência complementar em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Para os empregados que se aposentaram na extinta controlada Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa, até 30 de abril de 2002, foram oferecidos benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de aposentadoria de benefício definido.

Adicionalmente, a Companhia registra as obrigações de acordo com a legislação vigente, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de 1 ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos 10 anos, o prazo para permanência é indefinido.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

(c) Participação nos lucros e resultados

As Empresas Usiminas provisionam a participação de empregados nos lucros e resultados, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

(d) Remuneração com base em ações

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, a ser liquidado com ações preferenciais em tesouraria, o qual permite que membros da Administração e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram as suas ações. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.

Quando as opções são exercidas, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal).

3.18 Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como pela eliminação das vendas entre as Empresas Usiminas para efeitos de consolidação. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

As Empresas Usiminas, beneficiam, fabricam e vendem diversos produtos e matérias-primas, tais como aços planos, minério de ferro, peças estampadas de aço para a indústria automobilística e produtos para a construção civil e indústria de bens de capital.

A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

(b) Venda de serviços

As Empresas Usiminas realizam a prestação de serviços de transferência de tecnologia no segmento de siderurgia, no gerenciamento de projetos e na prestação de serviços na área de construção civil e indústria de bens de capital, transporte rodoviário de aços planos, galvanização de aço por imersão a quente e texturização e cromagem de cilindros.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

(c) Receita de encomendas em curso

A receita de encomendas em curso é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). A receita é calculada e contabilizada com base na aplicação, sobre o preço de venda atualizado, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e o custo total orçado atualizado, ajustada por provisão para reconhecer perdas de encomendas em processo de execução, quando aplicável. Os valores faturados além da execução física de cada projeto são reconhecidos como serviços faturados a executar no passivo circulante.

A variação entre o custo final efetivo e o custo total orçado, atualizado e revisado periodicamente, tem se mantido em parâmetros considerados razoáveis pela Administração. Os contratos de encomenda contêm cláusulas de garantia de fabricação dos equipamentos após entrada em funcionamento por períodos variáveis de tempo; os custos eventualmente incorridos são absorvidos diretamente no resultado.

As receitas de encomenda em curso fazem parte exclusivamente das operações realizadas pela controlada Usiminas Mecânica S.A. que, além desse tipo de receita, efetua a venda de serviços. As receitas da Usiminas Mecânica compreendem os montantes reportados na Nota 29 no segmento de bens de capital.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras das Empresas Usiminas ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de acionistas.

O benefício tributário dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuaram a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia reconheceu a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais, conforme descrito nas Notas 16 e 24. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudou, uma vez que a Companhia passou a reconhecer uma depreciação dos ativos de direito de uso e uma despesa financeira sobre as obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento.

A Companhia adotou alguns expedientes práticos trazidos por esta nova norma na avaliação e mensuração dos seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, relacionados principalmente a prazo, valor e taxa de desconto. Os elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos não foram considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado um ativo de direito de uso no montante de R\$45.536 na Controladora e R\$129.410 no Consolidado, um passivo circulante de arrendamento de R\$12.514 na Controladora e R\$33.328 no Consolidado e um passivo não circulante de arrendamento de R\$19.293 na Controladora e R\$75.942 no Consolidado. A Companhia adotou esta norma em 1º de janeiro de 2019 sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

3.21 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019

- (i) Alterações ao IAS 1 "Presentation of Financial Statements" e IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors"

Em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual.

(ii) Alterações ao IFRS 3 "Business Combinations"

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020.

A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir *inputs* e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de *outputs*; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de *outputs*, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

4.1 Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(a) Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos e financiamentos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado seja o CDI e a TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica "Efeitos monetários", no Resultado financeiro (Nota 34).

(b) Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

4.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

(a) Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 17).

(b) Imposto de renda e contribuição social

A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto à possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica (Nota 13 (b)).

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica S.A. utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data de elaboração do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

(e) Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 27.

(f) Provisões para demandas judiciais

Como descrito na Nota 25, as Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, das Empresas Usiminas.

(g) Provisão para recuperação ambiental

Como parte das atividades de mineração da controlada Mineração Usiminas S.A., a Companhia reconhece no Consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

(h) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

5 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades das Empresas Usiminas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros, risco de preços de *commodities* e risco de preço do aço).

A gestão dos riscos financeiros é realizada pela Diretoria Corporativa Financeira, segundo orientações do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração. Essa equipe avalia, acompanha e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as demais unidades, entre elas, unidades operacionais, suprimentos, planejamento, dentre outras das Empresas Usiminas.

5.2 Política de utilização dos instrumentos financeiros

A política de gestão de ativos e passivos financeiros tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. As Empresas Usiminas monitoram os riscos aos quais está exposta e avalia a necessidade da contratação de operações de derivativos visando minimizar os impactos sobre os seus ativos e passivos financeiros. Adicionalmente, avalia as operações de derivativos para reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa causado pela exposição cambial, para minimizar o descasamento entre moedas e os efeitos dos preços de *commodities*, dentre outros.

As Empresas Usiminas não possuem contratos de instrumentos financeiros sujeitos a margens de garantia.

5.3 Política de gestão de riscos financeiros

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos e aplicações em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

A política de vendas das Empresas Usiminas se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, o Comitê de Crédito avalia e acompanha o risco dos clientes. Essa ação é obtida por meio de análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial e por meio da diversificação de suas contas a receber de clientes (pulverização do risco).

A Companhia conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 10.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, as Empresas Usiminas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha. São aceitos somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais.

(b) Risco de liquidez

A política responsável e conservadora de gestão de ativos e passivos financeiros envolve uma análise criteriosa das contrapartes das Empresas Usiminas por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e *rating* visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar risco de liquidez.

A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. Essa previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento da dívida das Empresas Usiminas. Nesse trabalho, é observado o cumprimento de cláusulas de *covenants* e recomendação interna do nível de alavancagem. A tesouraria monitora as previsões contidas no fluxo de caixa direto da Companhia, diariamente, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, de investimentos e ao devido cumprimento de pagamento de suas obrigações.

O caixa mantido pelas Empresas Usiminas é investido em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações em Compromissadas, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados que atendam à liquidez adequada, conforme demonstrado na Nota 8.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos das Empresas Usiminas e os passivos financeiros derivativos que são realizados, pelo saldo líquido, por essas mesmas empresas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.405.831	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	14.935	14.402	38.638	10.041
Debêntures	119.992	126.560	1.687.274	692.300
<i>Bonds</i>	177.603	177.603	532.808	3.378.230
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	613.803	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.038.083	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	817.012	766.270	3.455.143	1.907.327
Debêntures	151.671	141.963	632.094	345.160
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	965.927	-	-	-

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.518.270	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	19.476	17.899	41.518	10.041
Debêntures	119.992	126.560	1.687.274	692.300
<i>Bonds</i>	177.603	177.603	532.808	3.378.230
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	613.803	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.133.763	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	822.557	770.812	3.461.515	1.907.331
Debêntures	151.671	141.963	632.094	345.160
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	965.927	-	-	-

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.

(c) Risco cambial

(i) Exposição em moeda estrangeira

As Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	38.879	49.059	209.017	170.717
Títulos e valores mobiliários	-	-	16.352	9.036
Contas a receber	147.457	233.168	142.974	342.424
Adiantamentos a fornecedores	147	3.720	955	4.407
	<u>186.483</u>	<u>285.947</u>	<u>369.298</u>	<u>526.584</u>
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	(3.028.237)	(1.272.702)	(3.028.744)	(1.272.702)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(356.322)	(338.289)	(369.244)	(361.804)
Adiantamento de clientes	(4.410)	(13.740)	(8.814)	(17.480)
Demais contas a pagar	(1.904)	(23.760)	(1.900)	(23.756)
	<u>(3.390.873)</u>	<u>(1.648.491)</u>	<u>(3.408.702)</u>	<u>(1.675.742)</u>
Exposição cambial	<u>(3.204.390)</u>	<u>(1.362.544)</u>	<u>(3.039.404)</u>	<u>(1.149.158)</u>

Os valores dos empréstimos e financiamentos e das debêntures das Empresas Usiminas são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Real	2.067.619	4.562.381	2.077.494	4.577.088
Dólar norte-americano	3.028.237	1.272.702	3.028.744	1.272.702
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	<u>5.095.856</u>	<u>5.835.083</u>	<u>5.106.238</u>	<u>5.849.790</u>

(ii) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no fim do período, considerando o câmbio vigente em 31 de dezembro de 2019. O cenário I considerou desvalorização do real em 5% sobre o cenário atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração do real em 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor da moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Moeda	31/12/2019			
	Taxa de câmbio final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	4,0307	4,2322	5,0384	6,0461
EUR	4,5305	4,7570	5,6631	6,7958
JPY	0,0372	0,0390	0,0464	0,0557

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

Moeda	Consolidado		
	31/12/2019		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	(151.695)	(758.473)	(1.516.945)
EUR	(246)	(1.228)	(2.455)
JPY	(30)	(152)	(303)

(d) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros

(i) Composição dos empréstimos e financiamentos por taxa de juros

O risco de taxa de juros das Empresas Usiminas decorre das taxas de juros utilizadas nas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures.

A composição dos empréstimos e financiamentos e das debêntures contratados, por tipo de taxa de juros, no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2019	%	31/12/2018	%	31/12/2019	%	31/12/2018	%
Empréstimos e financiamentos								
Pré-fixada	3.044.400	60	20.420	1	3.054.782	60	35.127	1
TJLP	-	-	336.902	6	-	-	336.902	6
Libor	-	-	1.133.228	19	-	-	1.133.228	19
CDI	-	-	3.324.139	57	-	-	3.324.139	57
Outras	45.189	1	130.374	2	45.189	1	130.374	2
	<u>3.089.589</u>	<u>61</u>	<u>4.945.063</u>	<u>85</u>	<u>3.099.971</u>	<u>61</u>	<u>4.959.770</u>	<u>85</u>
Debêntures								
CDI	<u>2.006.267</u>	<u>39</u>	<u>890.020</u>	<u>15</u>	<u>2.006.267</u>	<u>39</u>	<u>890.020</u>	<u>15</u>
	<u>5.095.856</u>	<u>100</u>	<u>5.835.083</u>	<u>100</u>	<u>5.106.238</u>	<u>100</u>	<u>5.849.790</u>	<u>100</u>

(ii) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos indexados a taxas de juros, em aberto no fim do período, considerando como cenário provável o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2019. O cenário I considera um aumento de 5% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2019.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

<u>Indexador</u>	<u>31/12/2019</u>			
	<u>Taxa ao final do exercício</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
CDI	4,4%	4,6%	5,5%	6,6%

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

<u>Indexador</u>	<u>Consolidado</u>		
	<u>31/12/2019</u>		
	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
CDI	(902)	(4.510)	(9.020)

As taxas de juros a que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos empréstimos e financiamentos e debêntures, estão apresentadas na Nota 20 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e são principalmente compostas por Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa Referencial (TR).

A operação de instrumento financeiro derivativo de taxa de juros, contratada com o objetivo de minimizar o impacto da oscilação das taxas de juros no resultado da Companhia, foi incluída na análise de sensibilidade de ativos e passivos. Esta operação está demonstrada na Nota 6.

5.4 Gestão de capital

Os objetivos das Empresas Usiminas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A seguir está demonstrado o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos e financiamentos, debêntures e tributos parcelados	5.100.168	5.839.261	5.110.552	5.853.970
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	<u>(901.864)</u>	<u>(765.638)</u>	<u>(1.921.141)</u>	<u>(1.693.349)</u>
Dívida líquida	<u>4.198.304</u>	<u>5.073.623</u>	<u>3.189.411</u>	<u>4.160.621</u>
Total do patrimônio líquido	14.043.423	14.266.298	15.565.684	15.697.391
Total do capital	<u>18.241.727</u>	<u>19.339.921</u>	<u>18.755.095</u>	<u>19.858.012</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>23%</u>	<u>26%</u>	<u>17%</u>	<u>21%</u>

5.5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa seja próximo de seu valor justo devido ao seu curto vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para as Empresas Usiminas para instrumentos financeiros similares.

Para as operações de *swap*, as posições ativas e passivas são calculadas pela Companhia de forma independente, utilizando a metodologia de marcação a mercado de acordo com as taxas praticadas e verificadas em divulgações do *site* da B3, *Broadcast* e *Bloomberg*. No caso de não existir negociação para o prazo do portfólio da Companhia, é utilizada a metodologia de interpolação para encontrar as taxas referentes aos prazos específicos. Em ambos os casos, é calculado o valor presente dos fluxos. A diferença entre os valores a pagar e a receber é o valor justo das operações.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (preços não observáveis);
- Nível 2: Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis).

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, que maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis. Esses instrumentos compreendem investimentos em CDB's e instrumentos financeiros derivativos (*swap*), que estão demonstrados na Nota 7.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros passivos. A tabela a seguir apresenta os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

(i) Controladora

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Ativo		
Instrumentos financeiros derivativos	7.712	3.900

(ii) Consolidado

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Ativos		
Títulos e valores mobiliários	668.175	586.559
Instrumentos financeiros derivativos	<u>7.712</u>	<u>3.900</u>
Total do ativo	<u>675.887</u>	<u>590.459</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelos Níveis 1 e 3.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos e debêntures

Nas operações de mercado de capitais, debêntures e *Bonds*, o valor justo reflete o valor praticado no mercado. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, considerando a premissa de recompra desses títulos, é apurada de acordo com taxas divulgadas no *site* da Brasil Bolsa Balcão (B3), *Broadcast* e *Bloomberg* e pode ser assim sumariada:

	31/12/2019		Controladora 31/12/2018	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	-	-	1.272.702	1.272.702
Empréstimos bancários – moeda nacional	61.352	61.352	3.672.361	3.672.361
Debêntures – moeda nacional	2.006.267	2.025.011	890.020	896.477
<i>Bonds</i>	3.028.237	3.157.217	-	-
	<u>5.095.856</u>	<u>5.243.580</u>	<u>5.835.083</u>	<u>5.841.540</u>

	31/12/2019		Consolidado 31/12/2018	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	-	-	1.272.702	1.272.702
Empréstimos bancários – moeda nacional	71.227	71.227	3.687.068	3.687.068
Debêntures – moeda nacional	2.006.267	2.025.011	890.020	896.477
<i>Bonds</i>	3.028.744	3.157.217	-	-
	<u>5.106.238</u>	<u>5.253.455</u>	<u>5.849.790</u>	<u>5.856.247</u>

(c) Demais ativos e passivos financeiros

O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge significativamente dos valores contábeis desses, na medida em que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia participa em operações de *swap* com o objetivo de proteger e gerenciar, principalmente, o risco da taxa de juros. Essas operações visam reduzir a volatilidade da taxa de juros dos seus empréstimos. A Companhia não possui instrumentos financeiros com fins especulativos. A Companhia tem por política não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui operações de instrumentos financeiros derivativos, a qual está apresentada a seguir:

(a) Controladora

Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocial)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período	
	31/12/2019		31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	
	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)	
PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)										
Bradesco	04/15 a 04/25	TR + 9,8000% a.a.	95,00% do CDI	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	7.712	3.900	4.167
Resultado financeiro no período									4.167	
Saldo contábil (posição ativa líquida da posição passiva)								7.712	3.900	

(b) Consolidado

Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nominal)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período	
	31/12/2019		31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	
	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)	
PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)										
Bradesco	04/15 a 04/25	TR + 9,8000% a.a.	95,00% do CDI	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	7.712	3.900	4.167
Itau BBA	09/19			-	-	-	-	-	-	(5.863)
Resultado financeiro no período									(1.696)	
Saldo contábil (posição ativa líquida da posição passiva)								7.712	3.900	

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2019	31/12/2018		
Ativo circulante	762	347		
Ativo não circulante	<u>6.950</u>	<u>3.553</u>		
	<u>7.712</u>	<u>3.900</u>		
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
No resultado financeiro	4.167	2.719	(1.696)	2.719

(a) Controladora

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	901.864	-	901.864	765.638	-	765.638
Contas a receber de clientes	1.481.330	-	1.481.330	1.686.815	-	1.686.815
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	-	7.712	7.712	-	3.900	3.900
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	747.418	-	747.418	1.049.440	-	1.049.440
	3.130.612	7.712	3.138.324	3.501.893	3.900	3.505.793

	31/12/2019	31/12/2018
	Passivos ao custo amortizado	Passivos ao custo amortizado
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	5.095.856	5.835.083
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.405.831	1.038.083
Títulos a pagar – <i>Forfaiting</i>	613.803	965.927
	7.115.490	7.839.093

(b) Consolidado

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.252.966	-	1.252.966	1.106.790	-	1.106.790
Títulos e valores mobiliários	-	668.175	668.175	-	586.559	586.559
Contas a receber de clientes	2.069.892	-	2.069.892	1.958.349	-	1.958.349
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	-	7.712	7.712	-	3.900	3.900
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	838.895	-	838.895	1.118.387	-	1.118.387
	4.161.753	675.887	4.837.640	4.183.526	590.459	4.773.985

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	<u>Passivos ao custo amortizado</u>	<u>Passivos ao custo amortizado</u>
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	5.106.238	5.849.790
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.518.270	1.133.763
Títulos a pagar – <i>Forfaiting</i>	<u>613.803</u>	<u>965.927</u>
	<u>7.238.311</u>	<u>7.949.480</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bancos conta movimento	29.455	19.706	40.490	52.551
Bancos conta movimento exterior	38.879	49.059	209.017	170.717
Certificado de depósito bancário (CDB) e aplicações em compromissadas	<u>833.530</u>	<u>696.873</u>	<u>1.003.459</u>	<u>883.522</u>
	<u>901.864</u>	<u>765.638</u>	<u>1.252.966</u>	<u>1.106.790</u>

As aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) e as aplicações em compromissadas possuem liquidez imediata, além de rendimentos cuja variação média é de 92,96% (31 de dezembro de 2018 – 99,88%) do certificado de depósito interbancário (CDI) na Controladora e 97,67% (31 de dezembro de 2018 – 100,39%) do CDI no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2019, as Empresas Usiminas não possuem contas garantidas.

9 Títulos e valores mobiliários

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Certificado de depósito bancário (CDB)	651.823	577.523
Aplicações financeiras no exterior	<u>16.352</u>	<u>9.036</u>
	<u>668.175</u>	<u>586.559</u>

As aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) possuem rendimentos cuja variação média é de 97,67% (31 de dezembro de 2018 – 100,39%) do certificado de depósito interbancário (CDI) no Consolidado.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Controladora não possui saldos de aplicações financeiras classificados como títulos e valores mobiliários.

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes:				
Em moeda nacional	1.181.268	1.187.944	2.074.709	1.747.854
Em moeda estrangeira	83.644	203.923	79.161	313.179
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	(118.569)	(141.908)	(168.058)	(185.964)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.146.343	1.249.959	1.985.812	1.875.069
Contas a receber de partes relacionadas				
Em moeda nacional	267.922	403.075	17.015	49.499
Em moeda estrangeira	67.065	33.781	67.065	33.781
Contas a receber de partes relacionadas	334.987	436.856	84.080	83.280
	<u>1.481.330</u>	<u>1.686.815</u>	<u>2.069.892</u>	<u>1.958.349</u>
Ativo circulante	1.396.884	1.669.763	1.938.440	1.894.291
Ativo não circulante	84.446	17.052	131.452	64.058

(i) Do total de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na Controladora e no Consolidado, o saldo de R\$3.252 (R\$4.536 – 31 de dezembro de 2018) refere-se a contas a receber de clientes em moeda estrangeira.

A análise de vencimentos das contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Valores a vencer	1.329.630	1.325.683	1.840.150	1.753.909
Vencidos:				
Até 30 dias	138.042	332.515	201.927	173.611
Entre 31 e 60 dias	11.448	11.896	14.985	5.527
Entre 61 e 90 dias	2.222	-	3.248	2.769
Entre 91 e 180 dias	7.008	293	12.328	5.368
Acima de 181 dias	111.549	158.336	165.312	203.129
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(118.569)	(141.908)	(168.058)	(185.964)
	<u>1.481.330</u>	<u>1.686.815</u>	<u>2.069.892</u>	<u>1.958.349</u>

Em 31 de dezembro de 2019, as contas a receber de clientes nos montantes de R\$151.700 na Controladora e R\$229.742 no Consolidado encontravam-se vencidas, mas não *impaired* (31 de dezembro de 2018 – R\$361.132 e R\$204.440, respectivamente). Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente ou cujos saldos em aberto possuem garantias.

As contas a receber de clientes das Empresas Usiminas são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Real	1.333.873	1.453.647	1.926.918	1.615.925
Dólar	145.337	228.741	140.854	337.997
Euro	2.120	4.427	2.120	4.427
	<u>1.481.330</u>	<u>1.686.815</u>	<u>2.069.892</u>	<u>1.958.349</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes das Empresas Usiminas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(141.908)	(108.544)	(185.964)	(145.526)
(Adições) reversões ao resultado	23.567	(34.481)	18.120	(41.918)
Baixas contra clientes	-	1.776	14	2.139
Variação cambial	(228)	(659)	(228)	(659)
Saldo final	<u>(118.569)</u>	<u>(141.908)</u>	<u>(168.058)</u>	<u>(185.964)</u>

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes *impaired* foram registradas no resultado do exercício como “Despesas com vendas”. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título de contas a receber de clientes sob qualquer modalidade de garantia.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber apresentadas. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título como garantia de contas a receber.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante				
Produtos acabados	690.399	775.025	896.320	929.661
Produtos em elaboração	954.477	745.192	974.228	764.214
Matérias-primas	807.542	709.731	1.165.404	1.196.015
Suprimentos e sobressalentes	521.390	533.253	585.850	589.732
Importações em andamento	62.377	327.054	63.086	327.062
Provisão para perdas	(94.092)	(86.172)	(106.900)	(102.837)
Outros	223.910	179.913	217.844	176.788
	<u>3.166.003</u>	<u>3.183.996</u>	<u>3.795.832</u>	<u>3.880.635</u>
Ativo não circulante				
Produtos em elaboração (i)	-	-	47.766	26.899
	<u>3.166.003</u>	<u>3.183.996</u>	<u>3.843.598</u>	<u>3.907.534</u>

(i) Refere-se a estoque de produtos da controlada Mineração Usiminas S.A..

12 Impostos a recuperar

			Controladora	
	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS (i)	26.274	13.536	72.683	76.143
COFINS (i)	423.022	102.363	322.859	348.202
ICMS	76.983	30.256	46.360	20.419
IPI	13.783	-	26.595	-
Crédito Exportação – Reintegra	1.760	-	6.115	-
Outros	9	1.865	3.671	8.004
	541.831	148.020	478.283	452.768
	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS (i)	46.025	14.060	83.324	76.161
COFINS (i)	513.022	104.793	371.246	348.285
ICMS	135.320	31.463	90.737	21.679
IPI	30.774	-	48.371	-
Crédito Exportação – Reintegra	1.760	-	6.115	-
INSS a recuperar	3.405	-	13.671	-
Outros	743	2.020	4.267	8.159
	731.049	152.336	617.731	454.284

(i) ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS conforme descrito na Nota 25 (c).

13 Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, na Controladora e no Consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.821	1.016.711	442.672	1.235.316
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro calculados às alíquotas nominais	(959)	(345.682)	(150.508)	(420.007)
Ajustes para apuração dos tributos sobre o lucro:				
Equivalência patrimonial	143.469	94.034	61.451	88.518
Juros sobre capital próprio recebidos	(38.094)	(26.749)	(12.198)	(12.925)
Juros sobre capital próprio pagos	576	31.378	11.674	37.303
Exclusões (adições) permanentes	(26.664)	23.889	(36.512)	21.077
Créditos fiscais não reconhecidos	132.116	(68.710)	38.979	(113.068)
Incentivo fiscal	-	1.787	7.061	4.030
Lucro não tributável e diferenças de alíquota de controladas no exterior	-	-	14.072	(11.549)
Tributos sobre o lucro apurados	<u>210.444</u>	<u>(290.053)</u>	<u>(65.981)</u>	<u>(406.621)</u>
Corrente	-	(31.319)	(138.960)	(98.228)
Diferido	<u>210.444</u>	<u>(258.734)</u>	<u>72.979</u>	<u>(308.393)</u>
Tributos sobre o lucro (prejuízo) no resultado	<u>210.444</u>	<u>(290.053)</u>	<u>(65.981)</u>	<u>(406.621)</u>
Imposto de renda	154.758	(212.795)	(44.236)	(302.708)
Contribuição social	<u>55.686</u>	<u>(77.258)</u>	<u>(21.745)</u>	<u>(103.913)</u>
Alíquotas efetivas	-	29%	15%	33%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, ativo e passivo, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:

(i) Controladora

	31/12/2018	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2019
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	2.354.187	-	139.984	2.494.171
Créditos fiscais não reconhecidos	(1.029.191)	-	132.116	(897.075)
Provisões temporárias				
Provisão para passivo atuarial	300.523	-	73.119	373.642
Provisão para demandas judiciais	160.595	-	63.039	223.634
Provisão para ajustes de estoque	29.298	-	2.693	31.991
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	212.343	-	4.542	216.885
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	190.110	180.158	(371.482)	(1.214)
Outros	176.560	-	(58.204)	118.356
Total ativo	<u>2.394.425</u>	<u>180.158</u>	<u>(14.193)</u>	<u>2.560.390</u>
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	11.227	-	(2.358)	8.869
Depreciação fiscal	357.294	-	(23.477)	333.817
Ajuste de imobilizado – IAS 29	55.767	-	(5.737)	50.030
Correção monetária sobre depósitos judiciais	44.073	-	889	44.962
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	191.499	-	(191.499)	-
Resultado nos contratos de <i>swap</i> valor de mercado	110	-	164	274
Outros	8.030	-	(2.619)	5.411
Total passivo	<u>668.000</u>	<u>-</u>	<u>(224.637)</u>	<u>443.363</u>
Total líquido	<u>1.726.425</u>	<u>180.158</u>	<u>210.444</u>	<u>2.117.027</u>

(ii) Consolidado

	31/12/2018	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2019
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	2.567.127	-	89.718	2.656.845
Créditos fiscais não reconhecidos	(1.098.130)	-	39.022	(1.059.108)
Provisões temporárias				
Provisão para passivo atuarial	307.856	-	71.916	379.772
Provisão para demandas judiciais	201.156	-	54.656	255.812
Provisão para ajustes de estoques	51.501	-	1.519	53.020
Ágio/aquisição de empresas	301.095	-	(3.163)	297.932
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	731.890	-	(4.698)	727.192
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	190.108	199.291	(371.482)	17.917
Outros	237.553	-	(44.388)	193.165
Total ativo	3.490.156	199.291	(166.900)	3.522.547
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	11.227	-	(2.358)	8.869
Depreciação taxa fiscal	375.187	-	(29.408)	345.779
Ajuste de imobilizado – IAS 29	55.767	-	(5.737)	50.030
Correção monetária sobre depósitos judiciais	48.680	-	1.175	49.855
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	191.499	-	(191.499)	-
Outros	42.440	-	(12.052)	30.388
Total passivo	724.800	-	(239.879)	484.921
Total líquido	2.765.356	199.291	72.979	3.037.626

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia reverteu provisão para perda de créditos fiscais no montante de R\$132.116 na Controladora e de R\$39.022 no Consolidado (31 de dezembro de 2018 – constituição de R\$68.710 e R\$113.068, respectivamente). O total de créditos fiscais diferidos não reconhecidos nas demonstrações financeiras foi de R\$897.075 na Controladora e de R\$1.059.108 no Consolidado (31 de dezembro de 2018 – R\$1.029.191 e R\$1.098.130, respectivamente). A Administração da Companhia continuará monitorando esse montante não reconhecido, o qual poderá ser contabilizado tão logo seja provável a sua utilização.

A expectativa de realização dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	180.545	-	211.258
2020	145.642	200.106	209.918	234.692
2021	208.862	167.353	240.820	206.002
2022	226.083	213.346	260.639	256.513
2023	265.768	241.157	292.542	258.192
2024 até 2026	818.362	713.653	898.352	995.224
2027 até 2029	895.671	900.467	1.000.938	1.328.109
2030 até 2032	800.824	741.468	913.990	797.558
Após 2033 (i)	96.253	65.521	764.456	300.738
Ativo	3.457.465	3.423.616	4.581.655	4.588.286
Créditos fiscais não reconhecidos	(897.075)	(1.029.191)	(1.059.108)	(1.098.130)
Ativo	2.560.390	2.394.425	3.522.547	3.490.156
Passivo	(443.363)	(668.000)	(484.921)	(724.800)
Posição líquida	2.117.027	1.726.425	3.037.626	2.765.356

(i) No consolidado os valores referem-se substancialmente a créditos fiscais oriundos de ágio na incorporação, apurados na Mineração Usiminas. Esses créditos fiscais estão sendo aproveitados com base na expectativa de vida útil das minas, cuja exaustão total foi estimada para o ano de 2053.

O reconhecimento dos créditos tributários é fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O estudo de expectativa de lucros tributários futuros, adota os mesmos dados e premissas do estudo utilizado no teste de valor recuperável dos ativos (*Impairment*) (Nota 17).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros das Empresas Usiminas.

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda			
Receita (despesa) corrente	(23.007)	(97.919)	(76.399)
Antecipações e compensações do período	<u>23.007</u>	<u>86.755</u>	<u>73.776</u>
	-	(11.164)	(2.623)
Contribuição social			
Receita (despesa) corrente	(8.312)	(40.963)	(21.829)
Antecipações e compensações do período	<u>8.312</u>	<u>37.031</u>	<u>21.153</u>
	-	<u>(3.932)</u>	<u>(676)</u>
Total IR e CSLL a pagar	<u>-</u>	<u>(15.096)</u>	<u>(3.299)</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Controladora não apresentou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, uma vez que apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Adicionalmente, não houve antecipações ou compensações no período mencionado.

14 Depósitos judiciais

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	177.017	(106.138)	70.879	177.007	(106.138)	70.869
IR e CSLL	152.847	(57.089)	95.758	152.847	(57.089)	95.758
INSS	66.162	(7.265)	58.897	72.559	(7.265)	65.294
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.384	(26.384)	-
ICMS	10.377	-	10.377	10.115	-	10.115
COFINS	2.544	-	2.544	2.472	-	2.472
Trabalhistas	193.825	-	193.825	180.945	-	180.945
Cíveis	34.821	(16)	34.805	37.736	(16)	37.720
Outras	1.100	-	1.100	2.057	-	2.057
Provisão para perdas (i)	(88.493)	-	(88.493)	(97.453)	-	(97.453)
	<u>576.584</u>	<u>(196.892)</u>	<u>379.692</u>	<u>564.669</u>	<u>(196.892)</u>	<u>367.777</u>

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	177.017	(106.138)	70.879	177.007	(106.138)	70.869
IR e CSLL	158.787	(57.089)	101.698	158.787	(57.089)	101.698
INSS	75.228	(7.265)	67.963	81.068	(7.265)	73.803
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.384	(26.384)	-
ICMS	11.539	-	11.539	11.257	-	11.257
COFINS	23.130	-	23.130	22.299	-	22.299
Trabalhistas	262.773	-	262.773	249.158	-	249.158
Cíveis	35.883	(16)	35.867	49.995	(16)	49.979
Outras	58.302	-	58.302	41.947	-	41.947
Provisão para perdas (i)	(88.493)	-	(88.493)	(97.453)	-	(97.453)
	<u>740.550</u>	<u>(196.892)</u>	<u>543.658</u>	<u>720.449</u>	<u>(196.892)</u>	<u>523.557</u>

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	564.669	713.763	720.449	872.492
Adições	109.141	43.345	157.391	124.757
Juros/atualizações	5.120	10.074	8.322	14.922
Reversões	(102.346)	(105.060)	(145.612)	(194.269)
Provisão para perdas (i)	-	(97.453)	-	(97.453)
Saldo final	<u>576.584</u>	<u>564.669</u>	<u>740.550</u>	<u>720.449</u>

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

15 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

(i) Controladora

	31/12/2018	Adições (baixas)	Equivalência patrimonial (i)	Juros sobre capital próprio e dividendos	Lucros não realizados nos estoques	Passivo Atuarial	Outros	31/12/2019
Controladas								
Mineração Usiminas	2.468.185	-	335.076	(144.014)	-	(1.576)	-	2.657.671
Soluções Usiminas	646.174	-	37.728	(17.921)	30.146	(3.901)	-	692.226
Usiminas Europa	114.768	-	15.017	-	-	-	-	129.785
Usiminas International	39.389	-	9.879	-	-	-	-	49.268
Usiminas Mecânica	279.109	-	(102.135)	-	5.374	(29.289)	-	153.059
UPL	75.441	-	9.305	(3.867)	-	(30)	-	80.849
Outros (ii)	10.049	-	-	-	-	-	14.672	24.721
	3.633.115	-	304.870	(165.802)	35.520	(34.796)	14.672	3.787.579
Controladas em conjunto								
Unigal	593.854	-	122.825	(196.000)	-	(721)	-	519.958
Usiroll	10.113	-	1.912	(1.000)	-	(333)	-	10.692
	603.967	-	124.737	(197.000)	-	(1.054)	-	530.650
Coligadas								
Codeme (iii)	12.778	16.000	(8.163)	-	-	-	-	20.615
MRS	10.740	-	1.407	(346)	-	(4)	-	11.797
	23.518	16.000	(6.756)	(346)	-	(4)	-	32.412
	4.260.600	16.000	422.851	(363.148)	35.520	(35.854)	14.672	4.350.641

(i) Do resultado de equivalência patrimonial apresentado nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa da Controladora, que totaliza R\$457.489, quando comparado à receita de R\$422.851 demonstrada na movimentação dos investimentos, deve-se adicionar as perdas de passivo a descoberto da controlada Rios Unidos no valor de R\$882 e o lucro não realizado nos estoques no valor de R\$35.520 apurado com as controladas Soluções Usiminas e Usiminas Mecânica.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi registrada reversão da perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*) no montante de R\$16.731 que, líquida da amortização do direito minerário de R\$2.059, totalizou R\$14.672. Essa reversão é referente a preço de aquisição da controlada Mineração Usiminas S.A. alocado em direitos minerários.

(iii) A adição do período refere-se a aumento de capital na Codeme S.A. sem alteração no percentual de participação societária da Companhia.

(ii) Consolidado

				Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo atuarial	Outros	
	31/12/2018	Adições (baixas)	Equivalência patrimonial				31/12/2019
Controladas em conjunto							
Modal	2.626	-	2.302	(2.379)	-	-	2.549
Unigal	593.854	-	122.825	(196.000)	(721)	-	519.958
Usiroll	10.113	-	1.912	(1.000)	(333)	-	10.692
Ágio em controladas em conjunto (i)	7.736	(3.068)	-	-	-	-	4.668
	614.329	(3.068)	127.039	(199.379)	(1.054)	-	537.867
Coligadas							
Codeme (ii)	12.778	16.000	(8.163)	-	-	-	20.615
MRS	438.761	-	57.491	(14.140)	(182)	-	481.930
Terminal Paraopeba	891	44	(15)	-	-	-	920
Terminal Sarzedo	1.558	(18)	4.444	(3.855)	-	10	2.139
Outros	2.528	-	(61)	-	-	-	2.467
Ágio em coligadas	17.249	-	-	-	-	(10.049)	7.200
	473.765	16.026	53.696	(17.995)	(182)	(10.039)	515.271
	1.088.094	12.958	180.735	(217.374)	(1.236)	(10.039)	1.053.138

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi registrada perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*), no montante de R\$3.068, referente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Modal.

(ii) A adição do período refere-se a aumento de capital na Codeme S.A. sem alteração no percentual de participação societária da Companhia.

(b) Informações financeiras das coligadas

A seguir, está demonstrada a participação da Companhia nos resultados das principais coligadas, em 31 de dezembro de 2019:

	<u>País de constituição</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro</u>	<u>% de participação</u>
Codeme	Brasil	271.235	195.862	75.373	91.464	15.483	30,77%
MRS (i)	Brasil	10.724.750	6.502.344	4.222.406	3.200.809	503.688	11,41%

(i) Participação direta de 0,28% e indireta, por meio da UPL, de 11,13%.

A participação nos lucros foi calculada após o imposto de renda e a contribuição social e após a participação dos acionistas não controladores em coligadas.

O capital votante nas empresas coligadas corresponde ao mesmo percentual do capital social total, exceto para a empresa MRS, cujo percentual do capital votante é de 19,92%. A USIMINAS participa do grupo de controle e tem influência significativa, o que classifica esse investimento como coligada.

As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto estão demonstradas a seguir.

(i) Balanços patrimoniais resumidos

	31/12/2019			31/12/2018		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.538	40.778	5.718	2.680	54.186	3.845
Contas a receber	869	65.896	3.605	785	93.295	3.019
Estoques	-	42.232	481	-	49.031	531
Impostos a recuperar	-	10.353	-	-	78.961	-
Outros	8	(238)	95	8	363	42
Total do ativo circulante	3.415	159.021	9.899	3.473	275.836	7.437
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo	-	3.465	317	-	2.705	-
Imobilizado	2.385	840.560	13.405	2.446	860.767	13.942
Intangível	-	391	4	-	133	7
Total do ativo não circulante	2.385	844.416	13.726	2.446	863.605	13.949
Total do ativo	5.800	1.003.437	23.625	5.919	1.139.441	21.386
Passivo e Patrimônio líquido						
Empréstimos	-	25	-	-	37	-
Fornecedores	123	18.954	196	113	11.282	237
Contingências	-	2.546	-	-	1.377	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	212.533	-	-	196.419	-
Outros	580	19.117	2.045	554	68.613	923
Patrimônio líquido	5.097	750.262	21.384	5.252	861.713	20.226
Total do passivo e patrimônio líquido	5.800	1.003.437	23.625	5.919	1.139.441	21.386

(ii) Demonstrações dos resultados resumidas

	31/12/2019			31/12/2018		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Receita líquida de vendas e serviços	8.951	318.655	17.286	9.355	467.508	12.961
Custo produtos e serviços vendidos	(3.333)	(109.879)	(9.539)	(2.912)	(104.990)	(6.353)
Receitas (despesas) operacionais	(87)	1.197	(2.183)	(37)	28.358	(1.537)
Receitas (despesas) financeiras	121	19.323	310	124	38.047	289
Provisão IRPJ e CSLL	(1.048)	(59.721)	(2.051)	(1.097)	(124.880)	(1.934)
Lucro líquido do exercício	4.604	169.575	3.823	5.433	304.043	3.426

16 Imobilizado

		Controladora					
		31/12/2019			31/12/2018		
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.069.429	(1.323.470)	745.959	2.068.343	(1.279.908)	788.435
Máquinas e equipamentos	5	21.024.823	(13.592.823)	7.432.000	21.005.476	(12.927.316)	8.078.160
Instalações	4	946.461	(318.382)	628.079	933.009	(276.725)	656.284
Móveis e utensílios	18	53.508	(45.259)	8.249	50.018	(42.622)	7.396
Equipamentos de informática	22	206.163	(179.571)	26.592	190.729	(174.767)	15.962
Veículos	14	34.809	(34.752)	57	36.915	(36.773)	142
Ferramentas e aparelhos	19	207.024	(186.279)	20.745	196.204	(179.898)	16.306
Direito de Uso		45.536	(14.964)	30.572	-	-	-
Impairment (i)		-	-	-	(428.974)	-	(428.974)
		<u>24.587.753</u>	<u>(15.695.500)</u>	<u>8.892.253</u>	<u>24.051.720</u>	<u>(14.918.009)</u>	<u>9.133.711</u>
Terrenos		<u>274.985</u>	-	<u>274.985</u>	<u>395.279</u>	-	<u>395.279</u>
Total em operação		<u>24.862.738</u>	<u>(15.695.500)</u>	<u>9.167.238</u>	<u>24.446.999</u>	<u>(14.918.009)</u>	<u>9.528.990</u>
Em obras							
Obras em andamento		511.963	-	511.963	559.185	-	559.185
Imobilizado em processamento		79.431	-	79.431	65.642	-	65.642
Importações em andamento		21.570	-	21.570	8.705	-	8.705
Adiantamentos a fornecedores		22.220	-	22.220	79	-	79
Encargos de empréstimos capitalizados		13.865	-	13.865	5.763	-	5.763
Outros		<u>76.026</u>	-	<u>76.026</u>	<u>79.860</u>	-	<u>79.860</u>
Total em obras		<u>725.075</u>	-	<u>725.075</u>	<u>719.234</u>	-	<u>719.234</u>
		<u>25.587.813</u>	<u>(15.695.500)</u>	<u>9.892.313</u>	<u>25.166.233</u>	<u>(14.918.009)</u>	<u>10.248.224</u>

(i) Refere-se a perda por *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

(i) Refere-se a perda por *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Controladora									
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	Impairment	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	788.435	8.078.160	656.284	16.306	395.279	719.234	-	(428.974)	23.500	10.248.224
Adições (i)	2.287	29.342	3.738	364	-	479.803	-	-	180	515.714
Adoção IFRS 16	-	-	-	-	-	-	45.536	-	-	45.536
Baixas	-	(1.661)	-	(26)	(3)	(65)	-	-	-	(1.755)
Depreciação	(43.664)	(693.266)	(41.657)	(6.457)	-	-	(14.964)	-	(7.553)	(807.561)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	13.865	-	-	-	13.865
Impairment (iii)	-	(93.517)	-	-	-	(335.462)	-	428.974	5	-
Transferências	(1.099)	112.002	9.714	10.558	-	(149.946)	-	-	18.771	-
Transferências para propriedade para investimento	-	-	-	-	(120.291)	-	-	-	-	(120.291)
Outros	-	940	-	-	-	(2.354)	-	-	(5)	(1.419)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	745.959	7.432.000	628.079	20.745	274.985	725.075	30.572	-	34.898	9.892.313

- (i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R\$515.714.
(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.
(iii) Refere-se a *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota nº17.

Controladora									
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Impairment	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	807.333	8.571.693	672.960	22.242	419.550	680.092	-	18.941	11.192.811
Adições (i)	3.029	15.550	2.411	4	-	315.935	-	338	337.267
Baixas	-	(6.577)	-	(16)	(24.271)	(3.166)	-	-	(34.030)
Depreciação	(43.462)	(726.933)	(43.797)	(6.998)	-	-	-	(10.657)	(831.847)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	5.763	-	-	5.763
Impairment (iii)	-	-	-	-	-	-	(428.974)	-	(428.974)
Transferências	21.535	223.488	23.775	1.074	-	(284.750)	-	14.878	-
Outros	-	939	935	-	-	5.360	-	-	7.234
Saldos em 31 de dezembro de 2018	788.435	8.078.160	656.284	16.306	395.279	719.234	(428.974)	23.500	10.248.224

- (i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R\$337.267.
(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.
(iii) Refere-se a *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota nº17.

	Consolidado									
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	Impairment	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	946.442	8.460.588	1.034.390	28.632	774.412	900.075	-	(575.109)	145.592	11.715.022
Adições (i)	2.539	34.966	3.738	364	-	604.420	-	-	8.929	654.956
Adoção IFRS 16	-	-	-	-	-	-	129.411	-	-	129.411
Baixas	(1.205)	(2.102)	(1)	(39)	(3)	(65)	-	-	(39)	(3.454)
Depreciação	(57.758)	(772.514)	(104.050)	(9.343)	-	-	(23.087)	16.759	(13.514)	(963.507)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	13.865	-	-	-	13.865
Impairment (iii)	-	(93.517)	-	-	-	(335.462)	-	428.974	5	-
Transferências	(1.099)	112.002	9.714	11.458	-	(151.041)	-	-	18.966	-
Transferências para propriedade para investimento	-	-	-	-	(120.291)	-	-	-	-	(120.291)
Outros	25.093	26.874	11.042	588	-	(67.344)	-	-	2.436	(1.311)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	914.012	7.766.297	954.833	31.660	654.118	964.448	106.324	(129.376)	162.375	11.424.691

(i) As adições do imobilizado no Consolidado compreendem compras à vista no valor de R\$646.236.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

(iii) Refere-se a *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

	Consolidado								
	Edifica- ções	Máquinas e equipa- mentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Impairment	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	982.032	9.006.245	1.100.068	36.549	798.335	851.449	(7.224)	115.164	12.882.618
Adições (i)	3.121	30.437	2.503	52	150	367.971	-	30.094	434.328
Baixas	(536)	(10.433)	(209)	(276)	(24.271)	(3.175)	-	(98)	(38.998)
Depreciação	(60.400)	(805.658)	(107.947)	(9.786)	-	-	-	(16.287)	(1.000.078)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	5.763	-	-	5.763
Impairment (iii)	-	-	-	-	-	-	(567.885)	-	(567.885)
Transferências	21.535	223.488	23.775	1.074	-	(284.750)	-	14.878	-
Outros	690	16.509	16.200	1.019	198	(37.183)	-	1.841	(726)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	946.442	8.460.588	1.034.390	28.632	774.412	900.075	(575.109)	145.592	11.715.022

(i) As adições do imobilizado no Consolidado compreendem compras à vista no valor de R\$405.141.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

(iii) Refere-se a *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

Em 31 de dezembro de 2019, as adições do imobilizado referem-se, principalmente, aos gastos incorridos na reforma geral da caldeira 130/2 e na construção do novo gasômetro, em Ipatinga (MG), bem como demais obras com o objetivo de garantir a capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do imobilizado em andamento, no montante de R\$910.386, no Consolidado, refere-se a projetos de melhoria nos processos industriais e de manutenção da capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2019, foram capitalizados juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos no imobilizado, cujo montante foi de R\$13.865 na Controladora e no Consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Em 31 de dezembro de 2019, a depreciação na Controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Outras receitas (despesas) operacionais”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, nos montantes de R\$585.085, R\$212.500, R\$2.997 e R\$6.979 (31 de dezembro de 2018 – R\$557.163, R\$262.349, R\$3.067 e R\$9.268), respectivamente. No Consolidado, nessa mesma data, a depreciação foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Outras receitas (despesas) operacionais”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$708.673, R\$240.130, R\$4.105 e R\$10.599 (31 de dezembro de 2018 - R\$674.185, R\$307.884, R\$4.093 e R\$13.916), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos e processos judiciais (Nota 40).

17 Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros

Para o cálculo do valor recuperável de cada segmento de negócio, as Empresas Usiminas utilizam o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação das empresas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

As Empresas Usiminas possuem quatro unidades geradoras de caixa ou segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Essas unidades geradoras de caixa são determinadas com base no menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa e não existem segmentos e unidades geradoras de caixa diferentes dentro de uma mesma empresa.

As quatro unidades geradoras de caixa e/ou segmentos reportáveis identificados na Companhia são Mineração e Logística, Siderurgia, Transformação do Aço e Bens de Capital (Nota 28).

(a) Premissas e critérios gerais

Os cálculos de valor em uso utilizam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Diretoria Executiva. Estimamos que o valor justo líquido de despesas de alienação, sejam inferiores ao valor em uso, razão pela qual este foi utilizado para a apuração do valor recuperável.

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos, considerando participação de mercado, variação de preços internacionais, evolução do dólar e da inflação, com base em relatórios de mercado. Também foram considerados a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.

Para os anos posteriores foram adotadas taxas de crescimento em função de estimativa da inflação de longo prazo e taxa de câmbio.

A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Para projeção das taxas anuais de câmbio (real/dólar), foram consideradas as taxas de inflação norte-americana e brasileira de longo prazo.

A taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos projetados foi de 3,49% a.a.

As taxas de desconto aplicadas nas projeções de fluxos de caixa futuros representam uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A Companhia adotou taxas distintas para cada segmento de negócio testado de forma a refletir sua estrutura de capital. As taxas nominais utilizadas para descontar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa variaram entre 12,57% e 12,83% a.a.

Os cenários utilizados nos testes são baseados nas melhores estimativas das Empresas Usiminas para os resultados e a geração de caixa futuros em seus segmentos de negócio.

(b) Valor recuperável e perdas reconhecidas

(i) Ativos intangíveis com vida útil indefinida

As seguintes unidades geradoras de caixa possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) para as quais os testes para verificação de *impairment* são realizados anualmente:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Mineração e logística	11.868	14.936
Transformação do aço	2.433	2.433
	14.301	17.369

Em 31 de dezembro de 2019, como resultado dos testes de valor recuperável, as seguintes perdas por *impairment* foram reconhecidas no resultado da Companhia, na rubrica de outras receitas e despesas operacionais (Nota 32 (b)):

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mineração e logística	-	(3.068)	(6.465)
Siderurgia	(110.343)	-	(110.343)
	(110.343)	(3.068)	(116.808)

As unidades de Siderurgia e de Bens de Capital não possuíam ativos intangíveis com vida útil indefinida.

(ii) Outros ativos de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia efetuou testes de recuperabilidade dos ativos das suas unidades geradoras de caixa, e as seguintes (perdas) reversões por *impairment* foram reconhecidas no resultado da Companhia, na rubrica de outras receitas e despesas operacionais (Nota 32 (b)):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mineração e logística				
Estoque	-	-	-	74.548
Direitos minerários	-	-	-	131.518
Siderurgia				
Investimentos (i)	16.731	10.049	-	10.049
Imobilizado	-	(428.974)	-	(428.974)
Propriedades para investimento	(30.089)	-	(30.089)	-
Intangível (i)	-	-	16.731	-
Bens de capital				
Intangível	-	-	-	(4.209)
Imobilizado	-	-	-	(138.911)
	<u>(13.358)</u>	<u>(418.925)</u>	<u>(13.358)</u>	<u>(355.979)</u>

(i) Na Controladora, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$16.731 refere-se a valor pago na aquisição de controlada, que no Consolidado é reclassificado para o intangível.

Os ativos de longo prazo da unidade de Transformação do Aço foram revisados, não sendo verificado indicadores de *impairment*.

(c) Testes de *impairment* do segmento de mineração

O valor em uso do segmento Mineração foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro obtido com o beneficiamento e comercialização do minério de ferro, com base em projeções de preço de venda, gastos e investimentos. Tal avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da *commodity* e eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxos de caixa futuros representou uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A taxa real utilizada foi de 8,74% a.a. A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Os preços projetados para o minério de ferro (CFR China 62% Fe) foram entre USD62,00/t e USD65,00/t. Os preços utilizados no cálculo dos fluxos de caixa futuros encontram-se dentro do intervalo das estimativas publicadas pelos analistas de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a perda por *impairment* remanescente no valor de R\$1.422.988 (R\$54.464 nos estoques e R\$1.368.524 em direitos minerários), continua sendo monitorada pela Companhia e será revertida na medida que as projeções futuras possibilitarem.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 foram registradas perdas por *impairment* no valor de R\$3.068 (31 de dezembro de 2018 – R\$6.465) relacionadas ao ágio no investimento na controlada em conjunto, Modal.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave deste segmento de negócio.

(d) Testes de *impairment* do segmento de siderurgia

O valor em uso do segmento Siderurgia foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro.

A revisão nas estimativas dos volumes de vendas futuros combinado com as projeções de aumento dos custos de matérias primas atrelados ao dólar, diminuiram o valor recuperável líquido estimado dos ativos testados, resultando em perda por *impairment*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi registrada perda por *impairment* no segmento Siderurgia no valor de R\$30.089, correspondente à perda em propriedades para investimento e reversão de *impairment* de de R\$16.731 correspondente ao ativo intangível.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi registrada perda por *impairment* no segmento Siderurgia no valor de R\$539.317, correspondente à perda no imobilizado de R\$428.974 e ao ágio pago na aquisição de ativos incorporados pela Controladora no valor de R\$110.343.

A perda no imobilizado no valor de R\$428.974, mencionada acima, foi integralmente alocada em imobilizado em obras e máquinas e equipamentos cujos projetos e utilização foram descontinuados pela companhia.

A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2020, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas.

(e) Testes de *impairment* do segmento bens de capital

A Usiminas Mecânica utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de bens de capital, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a perda por *impairment* remanescente no valor de R\$132.381 (R\$3.005 no intangível e R\$129.376 no imobilizado), continua sendo monitorada pela Companhia e será revertida na medida que as projeções futuras possibilitarem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada perda por *impairment* no segmento no valor de R\$143.120, sendo R\$138.911 referente à totalidade do saldo do imobilizado e R\$4.209 sobre a totalidade do intangível, reflexo da forte retração do mercado de bens de capital que não retomou o crescimento com geração de resultado sustentável para a companhia.

Os ativos de longo prazo da unidade de Bens de Capital foram revisados, com projeções e premissas atualizados, cujo resultado não indicou reversão de *impairment*.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave deste segmento de negócio.

18 Intangível

A composição do ativo intangível pode ser demonstrada conforme a seguir:

		Controladora					
		31/12/2019			31/12/2018		
	Taxa média ponderada de amortização anual %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	31	254.145	(213.071)	41.074	242.080	(192.748)	49.332
Intangível em processamento	-	49.281	-	49.281	29.011	-	29.011
		<u>303.426</u>	<u>(213.071)</u>	<u>90.355</u>	<u>271.091</u>	<u>(192.748)</u>	<u>78.343</u>
		Consolidado					
		31/12/2019			31/12/2018		
	Taxa média ponderada de amortização anual %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	31	317.803	(268.410)	49.393	337.003	(278.193)	58.810
Ágio	-	2.433	-	2.433	2.433	-	2.433
Direitos Minerários (i)	-	2.176.535	(96.217)	2.080.318	2.168.545	(82.985)	2.085.560
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	-	(1.457.058)	-	(1.457.058)	(1.482.998)	-	(1.482.998)
Outros	-	55.171	(3.335)	51.836	42.915	(11.124)	31.791
		<u>1.094.884</u>	<u>(367.962)</u>	<u>726.922</u>	<u>1.067.898</u>	<u>(372.302)</u>	<u>695.596</u>

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas a uma taxa média de R\$2,19 por tonelada (taxa ajustada de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*).

A movimentação do ativo intangível pode ser demonstrada conforme a seguir:

	Controladora		
	Software adquirido	Intangível em processamento	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	49.332	29.011	78.343
Adições	855	31.021	31.876
Transferências	11.210	(11.210)	-
Amortização	(20.323)	-	(20.323)
Outros	-	459	459
Saldos em 31 de dezembro de 2019	41.074	49.281	90.355
Custo total	254.145	49.281	303.426
Amortização acumulada	(213.071)	-	(213.071)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	41.074	49.281	90.355
Taxas anuais de amortização %	31	-	-

(i) Refere-se a *impairment* dos ativos intangíveis conforme demonstrado na Nota nº17.

	Controladora			
	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Intangível em processamento	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	110.343	72.274	4.049	186.666
Adições	-	-	25.440	25.440
(Constituição) reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>) (i)	(110.343)	-	-	(110.343)
Transferências	-	(741)	741	-
Amortização	-	(22.201)	-	(22.201)
Outros	-	-	(1.219)	(1.219)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	49.332	29.011	78.343
Custo total	-	242.080	29.011	271.091
Amortização acumulada	-	(192.748)	-	(192.748)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	-	49.332	29.011	78.343
Taxas anuais de amortização %	-	32	-	-

(i) Refere-se a *impairment* dos ativos intangíveis conforme demonstrado na Nota nº17.

	Consolidado				
	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	602.562	2.433	58.810	31.791	695.596
Adições	-	-	2.852	32.363	35.215
Transferências	-	-	11.637	(11.637)	-
Amortização	(4.023)	-	(23.115)	(1.140)	(28.278)
(Constituição) reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>) (ii)	16.731	-	-	-	16.731
Outros	7.990	-	(791)	459	7.658
Saldos em 31 de dezembro de 2019	623.260	2.433	49.393	51.836	726.922
Custo total	719.477	2.433	317.803	55.171	1.094.884
Amortização acumulada	(96.217)	-	(268.410)	(3.335)	(367.962)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	623.260	2.433	49.393	51.836	726.922
Taxas anuais de amortização %	-	-	31	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas a uma taxa média de R\$2,19 por tonelada (taxa ajustada de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*).

(ii) Refere-se a reversão de *impairment* dos ativos intangíveis conforme demonstrado na Nota nº17.

	Consolidado				
	Direitos minerários	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	473.470	112.776	83.289	7.655	677.190
Adições	-	-	2.502	25.880	28.382
Transferências	-	-	(615)	615	-
Amortização	(2.426)	-	(25.891)	(1.140)	(29.457)
(Constituição) reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>) (i)	131.518	(110.343)	(4.209)	-	16.966
Outros	-	-	3.734	(1.219)	2.515
Saldos em 31 de dezembro de 2018	602.562	2.433	58.810	31.791	695.596
Custo total	685.547	2.433	337.003	42.915	1.067.898
Amortização acumulada	(82.985)	-	(278.193)	(11.124)	(372.302)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	602.562	2.433	58.810	31.791	695.596
Taxas anuais de amortização %	-	-	32	-	-

(i) Refere-se a reversão (constituição) de *impairment* dos ativos intangíveis conforme demonstrado na Nota nº17.

A amortização na Controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$217 e R\$20.106 (31 de dezembro de 2018 - R\$260 em “Custos das vendas” e R\$21.941 em “Despesas gerais e administrativas”), respectivamente. No Consolidado, nessa mesma data, a amortização foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$5.653, R\$57 e R\$22.568 (31 de dezembro de 2018 - R\$4.452, R\$57 e R\$24.948), respectivamente.

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e dos passivos (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2019, foi reconhecida no resultado das demonstrações financeiras da Controladora uma reversão de *impairment* no valor de R\$16.731 (31 de dezembro de 2018 – R\$131.518 na controlada Mineração Usiminas), conforme Nota 17 (b) (ii).

19 Fornecedores, empreiteiros e fretes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
No país	966.044	677.663	1.194.580	786.660
No exterior	56.256	27.126	69.178	50.641
Valores a pagar a empresas ligadas	383.531	333.294	254.512	296.462
	<u>1.405.831</u>	<u>1.038.083</u>	<u>1.518.270</u>	<u>1.133.763</u>

20 Empréstimos e financiamentos

20.1 Composição dos empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

(a) Controladora

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2019		31/12/2018	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDDES	R\$	2025	TJLP + 3,48%, 3,88% e 4,88% a.a.	-	-	26.888	306.493
BNDDES	R\$	2025	TJLP	-	-	279	3.242
FINAME	R\$	2020 a 2024	2,5% a 9,5% a.a.	4.233	11.930	4.298	16.122
Banco do Brasil	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	-	-	177.991	2.051.333
Bradesco	R\$	2025	TR + 9,8% a.a.	8.515	37.845	8.334	43.418
Bradesco	R\$	2023	CDI + 3% a.a.	-	-	39.190	451.095
Itaú BBA	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	-	-	48.321	556.209
Comissões e Outros Custos	-	-	-	(321)	(850)	(12.728)	(48.124)
				<u>12.427</u>	<u>48.925</u>	<u>292.573</u>	<u>3.379.788</u>

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2019		31/12/2018	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	-	-	1.711	19.699
BNDDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	-	-	10.070	115.943
Nippon Usiminas	US\$	2025	Libor + 2,83% a.a.	-	-	14.113	164.448
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,55% a.a.	-	-	37.537	439.680
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,885% a.a.	-	-	37.779	439.672
Bonds	US\$	2026	5,875% a.a.	79.921	3.023.025	-	-
Comissões e outros custos	-	-	-	-	(74.709)	(1.657)	(6.293)
				<u>79.921</u>	<u>2.948.316</u>	<u>99.553</u>	<u>1.173.149</u>
Em moeda nacional				<u>12.427</u>	<u>48.925</u>	<u>292.573</u>	<u>3.379.788</u>
				<u>92.348</u>	<u>2.997.241</u>	<u>392.126</u>	<u>4.552.937</u>

(b) Consolidado

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2019		31/12/2018	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDDES	R\$	2025	TJLP + 3,48%, 3,88% e 4,88% a.a.	-	-	26.888	306.493
BNDDES	R\$	2025	TJLP	-	-	279	3.242
FINAME	R\$	2020 a 2024	2,5% a 9,5% a.a.	5.511	12.569	6.263	18.034
Banco do Brasil	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	-	-	177.991	2.051.333
Bradesco	R\$	2025	TR + 9,8% a.a.	8.515	37.845	8.334	43.418
Bradesco	R\$	2023	CDI + 3% a.a.	-	-	39.190	451.095
Itaú BBA	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	-	-	48.321	556.209
Outros	-	-	-	2.690	5.268	2.708	8.122
Comissões e outros custos	-	-	-	(321)	(850)	(12.728)	(48.124)
				<u>16.395</u>	<u>54.832</u>	<u>297.246</u>	<u>3.389.822</u>

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2019		31/12/2018	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	-	-	1.711	19.699
BNDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	-	-	10.070	115.943
Nippon Usiminas	US\$	2025	Libor + 2,83% a.a.	-	-	14.113	164.448
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,55% a.a.	-	-	37.537	439.680
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,885% a.a.	-	-	37.779	439.672
Bonds	US\$	2026	5,875% a.a.	79.921	3.023.025	-	-
Comissões e outros custos	-	-	-	-	(74.202)	(1.657)	(6.293)
				<u>79.921</u>	<u>2.948.823</u>	<u>99.553</u>	<u>1.173.149</u>
Em moeda nacional				<u>16.395</u>	<u>54.832</u>	<u>297.246</u>	<u>3.389.822</u>
				<u>96.316</u>	<u>3.003.655</u>	<u>396.799</u>	<u>4.562.971</u>

20.2 Escalonamento dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	346.521	-	350.649
2021	9.865	649.990	13.013	653.137
2022	10.002	939.551	12.732	942.281
2023	10.304	939.853	10.329	939.878
2024	9.799	939.348	9.803	939.352
2025 e 2026	<u>2.957.271</u>	<u>737.674</u>	<u>2.957.778</u>	<u>737.674</u>
	<u>2.997.241</u>	<u>4.552.937</u>	<u>3.003.655</u>	<u>4.562.971</u>

20.3 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	4.945.063	5.075.898	4.959.770	5.686.414
Ingressos de empréstimos e financiamentos (i)	2.861.018	-	2.811.557	-
Juros provisionados	317.700	329.072	318.326	331.627
Variação monetária	54.470	96.115	54.719	96.274
Variação cambial	178.648	185.818	228.109	170.875
Amortizações de encargos	(308.077)	(427.460)	(308.983)	(448.987)
Amortizações/baixas de principal (i)	(4.952.154)	(328.812)	(4.956.955)	(890.865)
Diferimento de comissões	(7.079)	14.432	(6.572)	14.432
Saldo final	3.089.589	4.945.063	3.099.971	4.959.770

(i) Refere-se, substancialmente, à renegociação de dívidas conforme demonstrado na Nota 20.5.

20.4 Covenants

(a) Das debêntures e dos Bonds

Em relação aos *covenants* financeiros, a Companhia está obrigada ao cumprimento do seguinte índice, calculado em uma base consolidada:

(i) Dívida Líquida / EBITDA ajustado:

- menor que 3,5x nas medições trimestrais para os *Bonds* e semestrais (dezembro e junho) para as debêntures.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou o seguinte índice, conforme demonstrado a seguir:

Indicador	Índice contratado	Índice apurado
Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,5	1,6

Em relação aos *covenants* não financeiros, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram verificados descumprimentos desses *covenants*.

20.5 Renegociação de dívidas

Em 11 de julho de 2019, a Companhia concluiu a precificação dos títulos representativos de dívida emitidos por sua subsidiária integral Usiminas International S.à r.l. no mercado internacional, no montante de US\$ 750 milhões, com cupom (juros) de 5,875% a.a., a serem pagos semestralmente, definidos a um preço de emissão de 98,594% do montante principal, com taxa de rendimento (*yield*) de 6,125% a.a. e vencimento em 18 de julho de 2026. Com os recursos desta emissão, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aos bancos credores japoneses, bem como o pré-pagamento parcial de sua dívida junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.

Em 24 de outubro de 2019, a Companhia concluiu a operação da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de setembro de 2019. Esta Emissão, referente a 2.000.000 (dois milhões) de debêntures e que totalizou R\$2 bilhões, possui juros remuneratórios semestrais correspondentes a CDI + 1,7% a.a. para as debêntures da 1ª série, no montante de R\$700.000, cujo vencimento será em 30 de setembro de 2023; e CDI + 2,1% a.a. para as debêntures da 2ª série, no montante de R\$1.300.000, cujos vencimentos ocorrerão em 30 de setembro de 2024 e em 30 de setembro de 2025, sendo pagos 50% em cada amortização. Com os recursos desta operação, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida remanescente junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.

Durante o exercício de 2019, na Controladora e no Consolidado, foi amortizado/baixado o montante de R\$4.632.140 referente à empréstimos e financiamentos renegociados junto a esses credores.

21 Debêntures

Em 24 de outubro de 2019, a Companhia concluiu a operação da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Essa operação compõe a renegociação de dívidas da Companhia, conforme mencionado na Nota 20.5.

Durante o exercício de 2019, na Controladora e no Consolidado, foi amortizado/baixado o montante de R\$836.954 referente à renegociação das debêntures.

A movimentação das debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	890.020	949.365
Ingressos	2.000.000	-
Encargos provisionados	51.060	69.686
Variação monetária	14.169	15.827
Amortização de encargos	(55.433)	(84.517)
Amortização de principal (i)	(893.549)	(60.341)
Saldo final (ii)	2.006.267	890.020
Passivo circulante	25.017	70.237
Passivo não circulante	1.981.250	819.783

(i) Refere-se, substancialmente, à renegociação de dívidas conforme demonstrado na Nota 20.5.

(ii) Saldo apresentado líquido, após deduzido o valor de R\$18.750 (31 de dezembro de 2018 - R\$6.467), referente ao diferimento de custos da transação, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 08 - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2019, os encargos sobre as debêntures no montante de R\$25.017 estão registrados no passivo circulante (31 de dezembro de 2018 - R\$1.589).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Controladora e Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	61.769
2021	-	116.769
2022	-	169.269
2023	693.438	169.269
2024	643.906	169.269
2025	643.906	133.438
	1.981.250	819.783

22 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ICMS	27.693	52.633	32.769	57.499
IPI	27.403	23.664	29.424	27.127
IRRF	9.144	20.044	11.315	21.787
ISS	1.876	1.612	5.905	4.050
PIS e COFINS	2.726	1.965	5.192	3.395
Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)	-	-	11.119	5.869
Outros	1.169	1.233	3.873	3.186
	<u>70.011</u>	<u>101.151</u>	<u>99.597</u>	<u>122.913</u>

23 Tributos parcelados

A composição dos tributos parcelados pode ser apresentada como segue:

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	7.265	(7.265)	-
IPI	104.391	(100.079)	4.312	104.257	(100.079)	4.178
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	<u>201.204</u>	<u>(196.892)</u>	<u>4.312</u>	<u>201.070</u>	<u>(196.892)</u>	<u>4.178</u>

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	7.265	(7.265)	-
IPI	104.391	(100.079)	4.312	104.257	(100.079)	4.178
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
PERT	2	-	2	2	-	2
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	<u>201.206</u>	<u>(196.892)</u>	<u>4.314</u>	<u>201.072</u>	<u>(196.892)</u>	<u>4.180</u>

A movimentação do saldo de tributos parcelados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial (i)	201.070	204.518	201.072	217.386
Adições	-	-	-	3
Provisão (reversão) de juros	134	179	134	179
Liquidação com a utilização de prejuízos fiscais (ii)	-	-	-	(12.868)
Compensação com precatório – Lei 11.941	-	(3.627)	-	(3.627)
Amortização de principal	-	(131)	-	(132)
Recuperação de crédito	-	131	-	131
Subtotal	201.204	201.070	201.206	201.072
Saldo compensação depósito judicial	(196.892)	(196.892)	(196.892)	(196.892)
Saldo final	4.312	4.178	4.314	4.180

(i) Ao total de tributos parcelados apresentado no balanço patrimonial, deve-se diminuir o valor de R\$196.892 (31 de dezembro de 2018 – R\$196.892) na Controladora e no Consolidado, referente a compensação com depósitos judiciais.

(ii) Liquidação com base em adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Em 31 de dezembro de 2019, conforme os respectivos prazos de exigibilidade, o saldo dos tributos parcelados está integralmente registrado no passivo circulante.

24 Passivos de arrendamento

Para a adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para o prazo dos seus contratos. As taxas utilizadas no cálculo variaram de 7,34% a.a. e 10,53% a.a..

Em 31 de dezembro de 2019, a movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na tabela abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Adoção IFRS 16 / CPC 06 (R2)	45.536	87.298
Adições por novos arrendamentos	-	42.112
Pagamentos	(17.096)	(25.907)
Juros	<u>3.367</u>	<u>5.767</u>
Saldo final	<u>31.807</u>	<u>109.270</u>
Circulante	12.514	33.328
Não circulante	<u>19.293</u>	<u>75.942</u>

Em 31 de dezembro de 2019, os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento, estão demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>			
	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Total</u>
Contratos de arrendamentos	13.707	12.226	11.124	37.057
Ajuste a valor presente	<u>(2.222)</u>	<u>(1.496)</u>	<u>(1.532)</u>	<u>(5.250)</u>
	<u>11.485</u>	<u>10.730</u>	<u>9.592</u>	<u>31.807</u>
	<u>Consolidado</u>			
	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Total</u>
Contratos de arrendamentos	38.499	38.695	52.217	129.411
Ajuste a valor presente	<u>(8.004)</u>	<u>(6.244)</u>	<u>(5.893)</u>	<u>(20.141)</u>
	<u>30.495</u>	<u>32.451</u>	<u>46.324</u>	<u>109.270</u>

O quadro a seguir demonstra o valor estimado do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, o qual está embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
<u>Fluxo de caixa</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	33.629	28.865	117.441	99.163
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>3.428</u>	<u>2.942</u>	<u>11.970</u>	<u>10.107</u>
	<u>37.057</u>	<u>31.807</u>	<u>129.411</u>	<u>109.270</u>

25 Provisão para demandas judiciais

Controladora						
	31/12/2019			31/12/2018		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
ICMS	52.385	-	52.385	50.581	-	50.581
Trabalhistas	460.002	(145.080)	314.922	361.516	(123.414)	238.102
Cíveis	146.931	(19.432)	127.499	62.009	(28.453)	33.556
	659.318	(164.512)	494.806	474.106	(151.867)	322.239

Consolidado						
	31/12/2019			31/12/2018		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
INSS	57	(57)	-	54	(54)	-
ICMS	53.444	(1.234)	52.210	67.269	(1.194)	66.075
PIS/COFINS	2.009	-	2.009	1.927	-	1.927
Trabalhistas	556.585	(200.861)	355.724	460.227	(175.995)	284.232
Cíveis	157.620	(35.584)	122.036	78.650	(44.453)	34.197
Outras	7.671	(2.699)	4.972	27.424	(21.435)	5.989
	777.386	(240.435)	536.951	635.551	(243.131)	392.420

A Companhia possui ainda depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante, para os quais não existem provisões relacionadas (Nota 14).

A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	474.106	481.924	635.551	668.964
Adições	246.742	223.764	294.430	235.244
Juros/atualizações	156.073	98.082	176.634	109.787
Amortizações/baixas	(111.409)	(219.134)	(143.867)	(254.668)
Reversões de principal	(51.557)	(68.236)	(92.509)	(84.426)
Reversões de juros	(54.637)	(42.294)	(57.738)	(43.438)
Transferências entre circulante e não circulante	-	-	(35.115)	4.088
Saldo final	<u>659.318</u>	<u>474.106</u>	<u>777.386</u>	<u>635.551</u>

(a) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. As causas mais relevantes em 31 de dezembro de 2019 estão descritas a seguir:

(i) Provisões da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2019	31/12/2018
		Saldo	Saldo
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	133.041	50.502
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	298.882	296.218
Ação pleiteando indenização por danos materiais (pensão, gastos médicos fixos etc.) e danos morais por exposição ao gás benzeno durante o horário de trabalho.	Aguardando julgamento.	8.105	12.368
Divergências em relação ao preço pago pelas ações quando da aquisição de empresa incorporada na Soluções Usiminas.	Aguardando o prosseguimento do feito.	3.920	14.467
Ações anulatórias de decisões administrativas do CADE (Usiminas e antiga Cosipa).	Em trâmite perante o Tribunal Regional Federal 1ª Região.	117.829	11.668
Ação anulatória ajuizada para discussão de autos de infração lavrados pelo estado do Rio Grande do sul para exigência de ICMS supostamente devido pela Usiminas.	Aguardando julgamento pelos tribunais superiores	45.566	43.884
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	17.078	23.506
Outras ações de natureza trabalhista.	-	28.079	14.796
Outras ações de natureza tributária.	-	6.818	6.697
		<u>659.318</u>	<u>474.106</u>

(ii) Provisões da controlada Soluções Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2019	31/12/2018
		Saldo	Saldo
Auto de Infração exigindo ICMS/RS em razão de suposta irregularidade na tomada de créditos presumidos.	Aguardo prosseguimento do feito em segunda instância judicial.	1.059	16.688
Ações trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	62.628	61.399
Outras ações de natureza cível.	-	7.403	8.693
Outras ações de natureza tributária.	-	9.365	10.453
		<u>80.455</u>	<u>97.233</u>

	31/12/2019	31/12/2018
Provisões da Controladora	659.318	474.106
Provisões da Soluções Usiminas	80.455	97.233
Provisões das demais empresas	<u>37.613</u>	<u>64.212</u>
Total do Consolidado	<u>777.386</u>	<u>635.551</u>

(b) Contingências possíveis

Adicionalmente, a Controladora, e algumas de suas controladas figuram como parte em processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

(i) Contingências da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2019	31/12/2018
		Saldo	Saldo
Ação contestando a não homologação da compensação de débitos de tributos federais com créditos de IRPJ apurados após revisão do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	95.577	93.680
Execuções fiscais pleiteando o estorno de créditos de ICMS/SP em razão de divergência entre o Fisco e a Usiminas referente à classificação de materiais.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	42.398	41.698
Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para verificação do cumprimento de obrigações tributárias relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial e administrativa.	48.071	41.573
Execuções fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS/SP de materiais considerados como de uso e consumo (refratários e outros).	Diversos autos, ações declaratórias e execuções fiscais, suspensos ou aguardando decisão dos tribunais superiores.	1.251.279	1.216.891
Execução fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS/SP aproveitados pela Usiminas quando da contratação de serviços de transporte.	Aguardando julgamento na primeira instância judicial.	54.437	53.109
Ação contestando o indeferimento da desistência ao parcelamento do IRPJ da Lei nº 11.941/09.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial.	-	96.741
Autuação fiscal visando à cobrança de ICMS/SP sobre operações de exportação, sob a alegação de que as empresas destinatárias não constavam como habilitadas na SECEX.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	40.993	40.305
Execuções fiscais visando à cobrança de ICMS/SP incidente sobre mercadorias remetidas ao exterior, sem a efetiva comprovação da exportação.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	644.131	625.856
Pedido de compensação de débitos de IPI e de PIS e COFINS com crédito proveniente de pagamento indevido de CSL, não homologado.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	47.620	48.340
Arbitramento do adicional à contribuição previdenciária relativa ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais, saúde e segurança do trabalho.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	50.981	50.016
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS em virtude de aproveitamento indevido de créditos pela aquisição de uso e consumo utilizado na exportação de mercadorias.	Aguardando decisão na esfera administrativa e primeira instância judicial.	315.085	306.624

Descrição	Posição	31/12/2019	31/12/2018
		Saldo	Saldo
Ação anulatória ajuizada para discussão dos autos de infração lavrados para exigir estorno de créditos presumidos que teriam sido tomados quando a Usiminas estava supostamente em situação fiscal irregular – ICMS/RS.	Aguardando julgamento pelos tribunais superiores	109.538	105.427
Autuação fiscal visando a cobrança de IRPJ e CSLL referentes aos lucros auferidos no exterior.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	115.433	115.433
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente a suspensão do imposto nas remessas de combustíveis para à Usina Termoeletrica (industrialização por transformação).	Encerrada esfera administrativa e iniciada discussão judicial	62.701	60.187
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente aproveitamento de créditos pela aquisição de mercadorias de uso e consumo.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	33.159	32.226
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	539.686	372.344
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	279.147	276.608
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Companhia ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	-	57.414
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Cosipa (atualmente, planta da Usiminas de Cubatão) ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	-	51.847
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente ao não recolhimento da antecipação do imposto, devido na entrada de mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação (diferencial de alíquotas).	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	466.716	86.925
Manifestações de Inconformidades apresentadas em face de Despacho Decisório que reconheceram apenas parcialmente o direito creditório advindo de ação judicial transitada em julgada que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS-Importação	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	1.111.807	-
ICMS - Execução fiscal ajuizada pelo Estado de São Paulo para cobrança do débito, decorrente da indicação da Zona Franca de Manaus como destino de mercadorias sem a respectiva comprovação do seu internamento na área incentivada.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	47.285	-
Auto de infração lavrado para cobrança de multa de um por cento sobre o valor aduaneiro da mercadoria, prevista no art. 84 da Medida Provisória nº 2.158-35/01 c/c art. 69, § 1º, da Lei nº 10.833/03 e no art. 711, inciso III, do Regulamento Aduaneiro	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	24.761	-
Taxa de Ocupação incidente sobre os terrenos de marinha referente ao imóvel onde está localizado o porto de Praia Mole/ES	Processo em fase de realização de perícia.	41.555	34.753
Ação solicitado reajuste de contrato anual pactuado e os pagamentos devidos.	-	31.485	-
Ação solicitado reajuste de contrato anual pactuado e os pagamentos devidos.	-	14.411	-
Execução Fiscal movida pela Fazenda Nacional, que objetiva a cobrança de créditos tributários referentes à inscrição em dívida ativa aplicada pela extinta Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB.	-	13.987	-
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	89.229	136.226
Outras ações de natureza trabalhista.	-	65.655	43.048
Outras ações de natureza tributária.	-	427.006	686.869
		6.064.133	4.674.140

(ii) **Contingências da Usiminas Mecânica**

Descrição	Posição	31/12/2019	31/12/2018
		Saldo	Saldo
Ação pleiteando ressarcimento de gastos diretos e indiretos apurados nas etapas de fabricação e fornecimento por motivo de desacordo entre a Usiminas Mecânica e o cliente.	Aguardando julgamento.	719.962	661.686
Ação Civil Pública relativa a construção de ponte, pleiteando o ressarcimento ao cliente de valores acrescidos por meio de aditamento ao contrato da empreitada.	Aguardando julgamento.	627.647	557.636
Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público contra a Usiminas Mecânica, pleiteando o ressarcimento dos supostos danos causado ao cliente em razão de valores com gastos indevidos na construção de ponte.	Aguardando decisão sobre pedido de nulidade de perícia.	129.246	115.264
ICMS/SP exigido pelo Governo do Estado em razão de infrações diversas relacionadas à emissão e escrituração de notas fiscais emitidas para industrialização.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	14.980	13.240
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	166.353	96.629
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	40.532	37.022
Outras ações de natureza tributária.	-	27.122	25.981
		<u>1.725.842</u>	<u>1.507.458</u>

(iii) Contingências da Soluções Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2019	31/12/2018
		Saldo	Saldo
Diversos autos de infração decorrentes de não homologação da compensação de PIS com outros tributos como: COFINS, FINSOCIAL, ICMS e INCRA.	Autuação foi impugnada.	17.617	16.943
Processos trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	150.847	100.966
Outras ações de natureza tributária.	-	80.815	76.373
Outras ações de natureza cível.	-	14.434	14.056
		<u>263.713</u>	<u>208.338</u>

(iv) Contingências da Mineração Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2019	31/12/2018
		Saldo	Saldo
Procedimento arbitral, por meio da qual a Requerente pretende o reembolso dos prejuízos e custos adicionais alegadamente suportados durante a execução das obras de construção da Nova ITM Friável - Flotação no Município de Itatiaiuçu-MG.	Perícia realizada e manifestação das partes sobre laudos.	-	11.269
Autuação fiscal visando a cobrança de PIS e COFINS referentes ao aproveitamento de créditos de serviços relacionados à atividade da pessoa jurídica.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	37.663	36.081
Ação judicial que discute a exclusão das despesas com frete e seguro, incorridas na fase de comercialização do produto mineral, na apuração e recolhimento da CFEM.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial	29.962	-
Outras ações de natureza cível.	-	12.728	17.916
Outras ações de natureza trabalhista.	-	6.014	10.069
Outras ações de natureza tributária.	-	3.923	12.045
		<u>90.290</u>	<u>87.380</u>

	31/12/2019	31/12/2018
Contingências da Controladora	6.064.133	4.674.140
Contingências da Usiminas Mecânica	1.725.842	1.507.458
Contingências da Soluções Usiminas	263.713	208.338
Contingências da Mineração Usiminas	90.290	87.380
Contingências das demais empresas	<u>23.897</u>	<u>23.117</u>
Total do Consolidado	<u>8.167.875</u>	<u>6.500.433</u>

(c) Contingências ativas

A seguir estão apresentados os principais processos nos quais a Companhia figura como parte ativa em 31 de dezembro de 2019:

(i) Empréstimo compulsório - Eletrobras

A Companhia figura como parte ativa no processo visando receber o valor integral recolhido pela Usiminas, nas suas filiais de Cubatão e Ipatinga, à Eletrobras, a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.

O processo referente à filial de Cubatão, no qual a Companhia pleiteia o montante de R\$868.195, teve sua ação declaratória transitada em julgado. Em 25 de novembro de 2019, a 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro emitiu despacho reconhecendo o montante de R\$305.848 como incontroverso para cumprimento de sentença, tendo em vista que a própria Eletrobras requereu expressamente a homologação deste montante, atualizado monetariamente até 30 de agosto de 2019. Desta forma, a Companhia registrou esse valor em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no ativo circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$117.337 e R\$188.511, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia continua pleiteando judicialmente o valor não reconhecido, o qual entende ser devido pela Eletrobras.

O processo referente à filial de Ipatinga, no qual a Companhia pleiteia o montante de R\$1.387.296, teve sua ação declaratória transitada em julgado. Em 19 de dezembro de 2018, a 2ª Vara Federal do Distrito Federal emitiu despacho reconhecendo o montante de R\$676.023 como incontroverso para cumprimento de sentença, tendo em vista que a própria Eletrobras requereu expressamente a homologação deste montante, atualizado monetariamente até 1º de julho de 2016. Desta forma, a Companhia registrou esse valor em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, na rubrica “Valores a receber - Eletrobras”, no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$186.010 e R\$490.013, respectivamente. Em 16 de outubro de 2019, a Companhia recebeu da Eletrobras este valor que, atualizado monetariamente, totalizou R\$751.404. Adicionalmente, a Companhia continua pleiteando judicialmente o valor não reconhecido, o qual entende ser devido pela Eletrobras.

(ii) PIS e COFINS - Importação

A Companhia também figurou no polo ativo do processo que discutiu a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS e das próprias contribuições nas bases de cálculo do PIS e da COFINS Importação. A sentença, transitada em julgado em agosto de 2015, reconheceu o direito à compensação dos valores efetivamente recolhidos a maior. A Companhia habilitou créditos junto à Delegacia da Receita Federal, dos quais R\$794.104 foram compensados até 31 de dezembro de 2018. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não realizou compensações.

(iii) ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Em maio de 2018, transitou em julgado o Mandado de Segurança impetrado em 2010 pela Companhia, sua controlada Usiminas Mecânica S.A. e sua controlada em conjunto Unigal Ltda., que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Com esta decisão favorável, referente ao período de junho de 2005 a dezembro de 2014, a Companhia apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, em especial a Solução de Consulta Interna nº. 13 - COSIT da Receita Federal do Brasil, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, na Controladora, foi registrado o montante de R\$789.160 em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, na rubrica “Impostos a recuperar”, sendo R\$364.815 no ativo circulante e R\$424.345 no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$410.932 e R\$378.228, respectivamente. No Consolidado, no mesmo período, foi registrado o montante de R\$803.249 na rubrica “Impostos a recuperar”, sendo R\$378.904 no ativo circulante e R\$424.345 no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$418.744 e R\$384.505, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou compensações nos montantes de R\$425.255 na Controladora e R\$445.533 no Consolidado.

No exercício de 2019, houve trânsito em julgado de outras ações judiciais da Companhia, suas controladas Usiminas Mecânica S.A. e Mineração Usiminas S.A. e sua controlada em conjunto Unigal Ltda., que também questionavam a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Com esta decisão favorável, referente a períodos diversos desde novembro de 2001, a Companhia apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, em especial a Solução de Consulta Interna nº 13 - COSIT da Receita Federal do Brasil, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, na Controladora, foi registrado o montante de R\$115.899 em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na rubrica “Impostos a recuperar” no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$63.266 e R\$52.633, respectivamente. No Consolidado, no mesmo período, foi registrado o montante de R\$156.561 na rubrica “Impostos a recuperar”, sendo R\$37.782 no ativo circulante e R\$118.779 no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$ 86.860 e R\$69.702, respectivamente.

26 Provisão para recuperação ambiental

A controlada Mineração Usiminas S.A. possui provisão para recuperação ambiental de áreas em exploração cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$231.591 (31 de dezembro de 2018 – R\$203.707).

Os gastos com a recuperação ambiental foram registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida da provisão que suportará tais gastos, e levam em conta as estimativas da Administração da Companhia. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.

27 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:				
Benefícios de planos de aposentadoria	815.365	546.681	828.332	546.681
Benefícios de saúde pós-emprego	<u>702.997</u>	<u>487.159</u>	<u>746.464</u>	<u>487.547</u>
	<u>1.518.362</u>	<u>1.033.840</u>	<u>1.574.796</u>	<u>1.034.228</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado com (Notas 33 (b) e 34)				
Benefícios de planos de aposentadoria	(41.738)	(53.957)	(41.738)	(53.957)
Benefícios de saúde pós-emprego	<u>(44.169)</u>	<u>(37.960)</u>	<u>(44.005)</u>	<u>(37.960)</u>
	<u>(85.907)</u>	<u>(91.917)</u>	<u>(85.743)</u>	<u>(91.917)</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes	(660.118)	(309.014)	(662.557)	(309.031)
Aumento (redução) devido ao efeito de combinação de negócios / desinvestimento / transferência	34.165	-	34.165	-
Redução (aumento) no ativo (<i>asset ceiling</i>) nos outros resultados abrangentes - parágrafo 58 CPC 33 e IAS 19	<u>240.386</u>	<u>249.865</u>	<u>240.386</u>	<u>249.865</u>
Ganhos (perdas) atuariais acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes (i)	<u>(385.567)</u>	<u>(59.149)</u>	<u>(388.006)</u>	<u>(59.166)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2019, o total da Controladora inclui o valor de R\$35.852 (31 de dezembro de 2018 – \$137) e do consolidado inclui o valor de R\$2.439 (31 de dezembro de 2018 – R\$17) referente aos ganhos (perdas) atuariais de empresas controladas e controladas em conjunto, registradas pelo método de equivalência patrimonial.

27.1 Planos de suplementação de aposentadoria

A Companhia instituiu, em agosto de 1972, a Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA).

Em 29 de março de 2012, a PREVIC, aprovou a incorporação da Fundação Cosipa de Seguridade Social (FEMCO), instituída em agosto de 1975, pela Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA), ambas entidades fechadas de previdência complementar sem fins lucrativos. Com essa aprovação, a Administradora dos planos previdenciários das Empresas Usiminas passou a se chamar Previdência Usiminas.

A Previdência Usiminas, em consonância com a legislação aplicável, tem como finalidade principal a administração e a execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Planos Administrados pela Previdência Usiminas

As reservas técnicas dos planos de benefícios administrados pela Previdência Usiminas são calculadas por atuário independente contratado pela Companhia e representam a obrigação assumida de benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários.

(i) Plano de Benefícios 1 (PB1)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde novembro de 1996.

Oferece os seguintes benefícios convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial, pensão por morte. Além disso, os participantes deste plano têm direito a suplementação de auxílio-doença, auxílio-reclusão e auxílio-funeral.

(ii) Plano de Benefícios 2 (USIPREV)

Trata-se de um plano de benefícios de Contribuição Variável (CV), ativo em funcionamento desde agosto de 1998, oferecido aos colaboradores das empresas patrocinadoras. Atualmente é o único Plano aberto a novas adesões das Empresas Usiminas.

Durante a fase de acumulação o participante do USIPREV define sua contribuição mensal para a constituição da sua reserva de poupança. No momento da concessão do benefício, o participante pode optar em receber o seu benefício em uma renda mensal entre 0,5% a 1,5% do seu Saldo de Conta, ou em uma renda mensal por prazo determinado, entre 60 e 360 meses. O “Participante Fundador” - inscrito no plano até 13 de abril de 2011, também poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).

Os benefícios assegurados por este plano abrangem: aposentadoria programada, benefícios decorrentes da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefícios gerados por recursos portados, aposentadoria por invalidez; auxílio doença e pensão por morte - antes e após aposentadoria. São ainda assegurados os

Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(iii) Plano de Benefício Definido (PBD)

É um plano de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões desde dezembro de 2000.

Oferece os seguintes tipos de benefício convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e pensão por morte. Oferece também, auxílio doença, auxílio reclusão e auxílios natalidade e funeral.

Além disso, os participantes deste plano têm direito aos Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(iv) COSIPREV

Trata-se de um plano de contribuição definida fechado para novas adesões desde 30 de abril de 2009.

Os benefícios de aposentadoria oferecidos são: aposentadoria programada, pecúlio por invalidez total e permanente, pecúlio por morte e auxílio doença.

Além disso, os participantes desse plano têm direito aos Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

27.2 Dívidas contratadas – requisitos de fundamentos mínimos

A Companhia possui dívidas contratadas que representam requisitos de fundamentos mínimos para pagamento de contribuições com o objetivo de cobrir a defasagem existente em relação aos serviços já recebidos.

Em razão de algum eventual superávit não ser recuperável, as dívidas contratadas são reconhecidas como um passivo adicional na apuração do passivo atuarial líquido.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor das referidas dívidas da Companhia com os planos PB1 e PBD junto à Previdência Usiminas era de R\$705.618 (31 de dezembro de 2018- R\$550.748).

A seguir estão descritas as características gerais das dívidas que foram consideradas nos cálculos atuariais.

A Companhia, bem como as demais patrocinadoras do plano PB1, vem efetuando mensalmente as contribuições normais, necessárias para cobertura da insuficiência de reserva apurada em dezembro de 1994. Essa insuficiência de reserva está sendo amortizada pelas patrocinadoras no prazo de 19 anos, desde 2002, incorrendo em taxa de juros de 6% a.a. e atualização mensal pelo IGP-M.

A Companhia ajuizou Tutela Cautelar Antecedente, requerendo a suspensão, junto à Previdência Usiminas, da exigibilidade de pagamento das parcelas mensais previstas no Instrumento Particular de Confissão de Dívida, o qual tinha por objeto o programa de amortização da insuficiência de reservas do Plano de Benefícios PB1, bem como que a Previdência se abstenha de promover a reversão dos valores alocados nos Fundos Previdenciais constituídos em 2016, 2017 e 2018, até o julgamento da lide principal. A tutela requerida foi integralmente deferida, encontrando-se suspensa a exigibilidade de pagamento das parcelas previstas. A Companhia aguarda o julgamento da lide principal, cujo objeto é a revisão do programa de amortização da insuficiência das reservas do Plano de Benefícios PB1, uma vez que o referido Plano possui condição superavitária. Atualmente, a Companhia encontra-se em fase de negociação com a Previdência Usiminas, buscando uma solução definitiva para o tema.

O saldo devedor da dívida do plano PBD é estabelecido no encerramento de cada exercício, com base em reavaliação atuarial direta das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. No decorrer do exercício subsequente, conforme definido na sistemática de reavaliação atuarial, o valor da dívida é ajustado pelo *superávit* ou *déficit* mensal apurado no plano PBD e pelo pagamento das parcelas a vencer no período. O saldo devedor dessa dívida deverá ser amortizado em 172 parcelas, que correspondem ao valor das prestações mensais calculadas com base na “Tabela Price”, com juros equivalentes a 6% (seis por cento) ao ano e atualização mensal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A dívida do plano PBD está garantida por bens patrimoniais da Companhia, cujo valor de mercado é de aproximadamente R\$146.058 em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

27.3 Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria

Os valores apurados, conforme laudo atuarial, e reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2019				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(4.733.936)	(2.006.045)	(1.259.467)	(1.716)	(8.001.164)
Valor justo dos ativos	5.677.901	1.637.148	1.125.747	24.658	8.465.454
	943.965	(368.897)	(133.720)	22.942	464.290
Ativo de benefício (<i>asset ceiling</i>)	(1.280.686)	-	23.587	(22.556)	(1.279.655)
	(336.721)	(368.897)	(110.133)	386	(815.365)
	Controladora e Consolidado				
	31/12/2018				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(3.957.061)	(1.724.394)	(1.056.430)	(2.431)	(6.740.316)
Valor justo dos ativos	4.991.783	1.574.446	1.102.517	28.320	7.697.066
	1.034.722	(149.948)	46.087	25.889	956.750
Ativo de benefício (<i>asset ceiling</i>)	(1.034.722)	-	(42.585)	(25.324)	(1.102.631)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(400.800)	-	-	-	(400.800)
	(400.800)	(149.948)	3.502	565	(546.681)

As patrocinadoras do USIPREV são solidárias entre si no que concerne às obrigações relativas à cobertura de benefícios de risco oferecidos pela Previdência Usiminas aos participantes e respectivos beneficiários deste Plano.

Os planos USIPREV e COSIPREV possuem um Fundo Previdencial, formado por recursos dos saldos de conta de patrocinadoras não utilizados na concessão dos benefícios. Esse Fundo, com base nos regulamentos dos planos, poderá ser utilizado no futuro como fonte de custeio desses planos. Em 31 de dezembro de 2019, a parcela do Fundo Previdencial atribuído às Empresas Usiminas é de R\$41.721 (31 de dezembro de 2018 – R\$59.941).

A movimentação na obrigação de benefício definido nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(6.740.316)	(6.225.952)
Custo do serviço corrente	(713)	(591)
Custo dos juros	(602.939)	(587.060)
Benefícios pagos	557.656	540.953
Ganhos (perdas) atuariais	(1.214.852)	(467.666)
	<u>(8.001.164)</u>	<u>(6.740.316)</u>

A movimentação no valor justo dos ativos do plano nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	7.697.066	7.290.766
Retorno esperado dos ativos	1.153.433	760.665
Contribuições reais durante o ano	120.846	186.588
Benefícios pagos	(557.656)	(540.953)
Ganhos (perdas) atuariais	51.765	-
Saldo final	<u>8.465.454</u>	<u>7.697.066</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Custo do serviço corrente	(713)	(591)
Custo dos juros	(742.869)	(755.404)
Retorno esperado dos ativos	701.844	702.038
	<u>(41.738)</u>	<u>(53.957)</u>

Os encargos demonstrados foram reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” e no “Resultado financeiro”, na demonstração do resultado.

As contribuições esperadas dos planos de benefício pós-emprego para o exercício de 2020 totalizam R\$17.949.

Premissas Atuariais

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto	(i)	(i)
Taxa de inflação	3,60%	4,30%
Retorno esperado sobre os ativos – PB1 e PBD	6,92%	9,31%
Retorno esperado sobre os ativos – USIPREV	7,12%	9,41%
Retorno esperado sobre os ativos – COSIPREV	6,4%	8,99%
Crescimentos salariais futuros	De 1,10% a 2,90%	De 1,66% a 3,04%
Crescimento dos benefícios da Previdência Social	3,60%	4,30%

(i) Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 3,20%; PBD, 3,20%; USIPREV, 3,40%; e COSIPREV, 2,60%.

(ii) Em 31 de dezembro de 2018, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 4,8%; PBD, 4,8%; USIPREV, 4,90%; e COSIPREV, 4,45%.

As premissas referentes à mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com estatísticas publicadas e sua experiência, conforme Nota 27.5.

27.4 Ajustes de experiências

Os efeitos dos ajustes de experiências apurados no período são apresentados como segue:

Controladora e Consolidado						
31/12/2019						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.733.936)	(2.006.045)	(1.259.467)	(1.716)	(8.001.164)	(702.997)
Valor justo dos ativos do plano	5.677.901	1.637.148	1.125.747	24.658	8.465.454	-
(Déficit) excedente no plano	943.965	(368.897)	(133.720)	22.942	464.290	(702.997)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	37.452	11.031	20.118	275	68.876	39.497
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	472.100	2.757	(17.332)	(5.995)	451.530	-
Controladora e Consolidado						
31/12/2018						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.957.061)	(1.724.394)	(1.056.430)	(2.431)	(6.740.316)	(487.159)
Valor justo dos ativos do plano	4.991.783	1.574.446	1.102.517	28.320	7.697.066	-
(Déficit) excedente no plano	1.034.722	(149.948)	46.087	25.889	956.750	(487.159)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(16.196)	16.609	(53.972)	613	(52.946)	(6.610)
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	(39.891)	89.857	7.674	977	58.617	-

27.5 Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade

Hipóteses atuariais significativas	Controladora e Consolidado			
	31/12/2019			
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV
Valor presente da obrigação	(4.733.936)	(2.006.045)	(1.259.467)	(1.716)
Taxa de desconto aplicada aos passivos do plano	6,92%	6,92%	7,12%	6,92%
Tábua de Mortalidade aplicada aos planos (i)	BREMS 2015	At-2000 suavizada em 10%	AT-2000, suav. 50% (M) e 40%(F)	AT-2000, suavizada 30%
Tábua de Mortalidade de inválidos (i)	AT-83 Basic	AT-83 Basic	AT-83 Basic	n/a
<u>Análise de sensibilidade sobre a taxa de desconto dos passivos do plano</u>				
1% de aumento sobre a taxa real	(514.870)	(214.476)	(159.026)	(64)
1% de redução sobre a taxa real	432.290	180.548	128.775	59
<u>Análise de sensibilidade sobre a Tábua de Mortalidade</u>				
Suavizada em 10%	(145.346)	(61.576)	(22.412)	40

(i) Segregadas por sexo.

Os resultados apresentados na análise de sensibilidade das obrigações atuariais foram preparados considerando apenas a variação sobre a taxa de desconto e sobre a tábua de mortalidade aplicada aos passivos dos planos.

27.6 Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

(a) COSaúde

O Plano Cosaúde foi criado com o objetivo de proporcionar aos seus participantes a cobertura de despesas médico-hospitalares. Os recursos financeiros do Plano, que foi fechado para novas adesões em março de 2010, são constituídos por meio de contribuições mensais dos usuários.

O Plano possui o Fundo de Saúde – COSaúde, destinado a administrar as despesas que são custeadas pelos usuários. Essas despesas referem-se a internações hospitalares, clínicas e/ou cirúrgicas, além de outros procedimentos ambulatoriais de alto custo previstos no regulamento do Plano. O Fundo de Saúde – COSaúde é um plano de saúde não regulamentado e está registrado na ANS como custo operacional. A sua gestão é realizada integralmente por empresa operadora de planos de saúde, portanto sem a participação da Companhia.

Adicionalmente, para os procedimentos não cobertos pelo Cosaúde, há um subsídio concedido pela Companhia aos participantes que se aposentaram até 2002, bem como aos seus respectivos pensionistas e dependentes. Esse benefício, que é de 20% a 40% do custo médico, varia de acordo com o somatório do benefício do INSS mais o benefício da Previdência Usiminas.

(b) Saúde Usiminas

A Usiminas instituiu em 2010 o Plano Saúde Usiminas. Um Plano aberto a novas adesões e abrangente a todos os empregados e aposentados. As principais características do Saúde Usiminas são:

- (i) Plano regulamentado pela Lei nº 9.656/98 com coberturas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, de acordo com o rol de coberturas estabelecido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- (ii) Plano contratado junto a operadora de Planos de Saúde Fundação São Francisco Xavier, na modalidade de pré-pagamento;
- (iii) Precificado por faixa etária, subsidiado pela Companhia em 60, 70 ou 80% do valor da mensalidade, de acordo com a faixa salarial do empregado;
- (iv) Os desligados, por demissão ou aposentadoria, podem permanecer no Plano, de acordo com o disposto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98, desde que assumam integralmente os valores das mensalidades.

Além das características apresentadas, o Plano Saúde Usiminas possui relevante premissa atuarial relacionada ao aumento de longo prazo nos custos dos serviços médicos, que totalizou 7,69% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial, conforme laudo atuarial, foram determinados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(487.159)	(401.464)	(487.547)	(401.464)
Custo do serviço corrente	1.014	1.216	1.178	1.216
Custo dos juros	(45.183)	(39.176)	(45.347)	(39.176)
Benefícios pagos	10.896	11.223	10.896	11.223
Ganhos (perdas) atuariais	(182.565)	(58.958)	(225.644)	(59.346)
Saldo final	<u>(702.997)</u>	<u>(487.159)</u>	<u>(746.464)</u>	<u>(487.547)</u>

27.7 Ativos dos planos de aposentadoria

Os ativos dos planos de aposentadoria são compostos como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%
Ações da Companhia	336.663	4	390.216	5
Títulos do Governo Federal	4.932.586	58	4.523.932	60
Renda fixa	2.364.235	28	2.100.621	27
Investimentos imobiliários	98.509	2	266.777	3
Outros	733.461	8	415.520	5
	<u>8.465.454</u>	<u>100</u>	<u>7.697.066</u>	<u>100</u>

Os ativos do plano de aposentadoria incluem 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$336.663 (31 de dezembro de 2018 – 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$390.216).

O retorno esperado sobre os ativos dos planos corresponde à taxa de desconto definida com base nos títulos do governo federal de longo prazo que são relacionados à inflação, alinhados com o prazo médio ponderado pelo fluxo futuro de pagamentos de benefícios ora avaliados.

28 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia, que totaliza R\$13.200.295, é composto por 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.752.163 ações preferenciais classe A e 66.261 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais Classe A</u>	<u>Preferenciais Classe B</u>	<u>Total</u>
Total de ações em 31 de dezembro de 2019	705.260.684	547.752.163	66.261	1.253.079.108
Total de ações em tesouraria	(2.526.656)	(20.962.367)	-	(23.489.023)
Total de ações ex-tesouraria	702.734.028	526.789.796	66.261	1.229.590.085

Conforme Estatuto Social, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social da Companhia mediante a emissão de até 11.396.392 em ações preferenciais de classe já existente.

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e as ações preferenciais não têm direito a voto, mas (i) receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (ii) têm o direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, de quaisquer bonificações votadas em Assembleia Geral; (iii) têm a prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (iv) adquirirão direito a voto nas assembleias se a Companhia deixar de pagar dividendos preferenciais durante três exercícios consecutivos.

As ações preferenciais não podem ser convertidas em ordinárias.

Os titulares de ações preferenciais Classe B gozarão de prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais Classe A gozarão da mesma prioridade, porém, somente após o atendimento da prioridade conferida às ações preferenciais Classe B. As ações preferenciais Classe B poderão, a qualquer tempo e a exclusivo critério do acionista, ser convertidas em ações preferenciais Classe A.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos da lei societária.

(b) Reservas

Em 31 de dezembro de 2019, as reservas são assim compostas:

- Valor excedente na subscrição de ações – constituída no processo de incorporação, em conformidade com o art. 14, parágrafo único da Lei nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, resgate, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias, incorporação ao capital social e pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (art. 200 da Lei nº 6.404/76).
- Ações em tesouraria – em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 2.526.656 ações ordinárias e 20.962.367 ações preferenciais Classe A, em tesouraria (em 31 de dezembro de 2018 – 2.526.656 ações ordinárias e 21.250.817 ações preferenciais Classe A).
- Reserva especial de ágio – refere-se ao reconhecimento do benefício fiscal da incorporação reversa efetuada pela controlada Mineração Usiminas. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros.
- Opções outorgadas reconhecidas - refere-se ao reconhecimento das ações outorgadas conforme Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 39).
- Reserva legal – constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.
- Reserva para investimentos e capital de giro – a sua constituição não poderá ultrapassar o limite de 95% do capital social e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações ou ainda capitalizado.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

- (i) Resultado de transação de capital: corresponde ao resultado de alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o saldo credor de R\$845.238, refere-se, substancialmente, a operação de reestruturação societária da Mineração Usiminas.
- (ii) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19 (Nota 27). Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$1.351.197 (31 de dezembro de 2018 – R\$965.630).
- (iii) Correção monetária do ativo imobilizado: corresponde a aplicação do IAS 29. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo credor dessa conta totaliza R\$98.922 (31 de dezembro de 2018 – R\$110.062).

(d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio propostos, relativos ao resultado do exercício de 2019, podem ser demonstrados conforme a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	213.265	726.658
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(10.663)</u>	<u>(36.333)</u>
Base de cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio	<u>202.602</u>	<u>690.325</u>
Dividendos mínimos e juros sobre capital próprio propostos (25%), líquidos de IRRF	<u>50.650</u>	<u>172.581</u>
Dividendos propostos	50.650	80.294
Juros sobre capital próprio propostos	-	92.287
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	11.455
Total	<u>50.650</u>	<u>184.036</u>
Valor por ação ON (i)	R\$0,039500	R\$0,143559
Valor por ação PN (i)	R\$0,043450	R\$0,157914

(i) Em 31 de dezembro de 2018, calculado com base no montante bruto de R\$184.036.

De acordo com a Deliberação CVM 683/12, os juros sobre capital próprio foram imputados ao montante dos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido, deduzidos do imposto de renda na fonte correspondente.

A movimentação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Dividendos a pagar no início do exercício	<u>172.762</u>	<u>55.479</u>	<u>202.809</u>	<u>75.644</u>
Pagamento de impostos e dos juros sobre capital próprio	(172.305)	(55.255)	(255.464)	(125.469)
Juros sobre capital próprio e dividendos propostos	50.650	172.581	120.469	252.677
Dividendos prescritos	-	(43)	-	(43)
Total dos dividendos líquidos a pagar no fim do exercício	<u>51.107</u>	<u>172.762</u>	<u>67.814</u>	<u>202.809</u>

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos prescrevem em favor da Companhia.

29 Informações por segmento de negócios

As Empresas Usiminas possuem quatro segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Estes segmentos são determinados com base em empresas jurídicas distintas e não existem segmentos diferentes dentro de uma mesma empresa.

O resumo a seguir descreve as principais operações de cada um dos segmentos reportáveis das Empresas Usiminas:

<u>Segmentos reportáveis</u>	<u>Operações</u>
Mineração e logística	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de <i>pellet feed</i> , <i>sinter feed</i> e granulados. Armazenamento, movimentação, transporte de cargas e operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários. As vendas de minério de ferro são destinadas principalmente para o segmento Siderurgia.
Siderurgia	Fabricação e venda de produtos siderúrgicos. Parte das vendas é destinada para os segmentos Transformação do aço e Bens de capital.
Transformação do aço	Transformação e distribuição de produtos siderúrgicos.
Bens de capital	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.

A Administração revisa os relatórios gerenciais internos de cada segmento periodicamente.

Informações sobre lucro (prejuízo) operacional, ativos e passivos por segmento reportável

	31/12/2019						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	2.150.683	15.553.347	4.731.633	460.960	22.896.623	(4.718.056)	18.178.567
Vendas de produtos	2.150.683	15.516.560	4.670.634	153.463	22.491.340	(4.602.706)	17.888.634
Vendas de serviços	-	36.787	60.999	307.497	405.283	(115.350)	289.933
Deduções	(161.524)	(2.834.175)	(1.001.287)	(49.056)	(4.046.042)	816.194	(3.229.848)
Receita	1.989.159	12.719.172	3.730.346	411.904	18.850.581	(3.901.862)	14.948.719
Custo das vendas	(1.144.277)	(11.774.272)	(3.540.125)	(388.438)	(16.847.112)	3.772.983	(13.074.129)
Lucro (prejuízo) bruto	844.882	944.900	190.221	23.466	2.003.469	(128.879)	1.874.590
(Despesas)/receitas operacionais	(180.382)	(444.925)	(100.210)	(39.446)	(764.963)	(157.116)	(922.079)
Despesas com vendas	(116.163)	(109.302)	(45.430)	(13.144)	(284.039)	(4.476)	(288.515)
Despesas gerais e administrativas	(24.387)	(333.053)	(57.323)	(26.908)	(441.671)	14.766	(426.905)
Outras (despesas) e receitas	(100.343)	(275.789)	2.543	667	(372.922)	(14.472)	(387.394)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	60.511	273.219	-	(61)	333.669	(152.934)	180.735
Lucro (prejuízo) operacional	664.500	499.975	90.011	(15.980)	1.238.506	(285.995)	952.511
Resultado financeiro	4.443	(496.228)	(6.898)	2.585	(496.098)	(13.741)	(509.839)
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuição social	668.943	3.747	83.113	(13.395)	742.408	(299.736)	442.672
Imposto de renda e contribuição social	(171.709)	186.075	(28.337)	(88.742)	(102.713)	36.732	(65.981)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	497.234	189.822	54.776	(102.137)	639.695	(263.004)	376.691
Atribuível aos							
Acionistas controladores	350.855	189.822	37.729	(102.137)	476.269	(263.004)	213.265
Acionistas não controladores	146.379	-	17.047	-	163.426	-	163.426
Ativos	4.690.187	24.016.527	1.621.282	429.350	30.757.346	(4.420.314)	26.337.032
O total do ativo inclui:							
Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	473.194	32.475	-	2.403	508.071	-	508.071
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	166.644	686.406	14.329	8.803	876.182	(12.576)	863.606
Passivos circulante e não circulante	709.654	9.915.126	489.123	276.021	11.389.924	(618.576)	10.771.348

	31/12/2018						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	1.227.958	15.365.081	4.165.297	409.091	21.167.427	(4.303.322)	16.864.105
Vendas de produtos	1.227.958	15.344.132	4.103.698	192.292	20.868.080	(4.211.921)	16.656.159
Vendas de serviços	-	20.949	61.599	216.799	299.347	(91.401)	207.946
Deduções	(142.911)	(2.794.713)	(927.424)	(56.373)	(3.921.421)	794.096	(3.127.325)
Receita	1.085.047	12.570.368	3.237.873	352.718	17.246.006	(3.509.226)	13.736.780
Custo das vendas	(748.797)	(10.605.498)	(3.044.476)	(349.829)	(14.748.600)	3.226.906	(11.521.694)
Lucro (prejuízo) bruto	336.250	1.964.870	193.397	2.889	2.497.406	(282.320)	2.215.086
(Despesas)/receitas operacionais	3.805	(898.313)	(106.347)	(186.412)	(1.187.267)	114.452	(1.072.815)
Despesas com vendas	(87.787)	(186.890)	(46.251)	(11.667)	(332.595)	(4.809)	(337.404)
Despesas gerais e administrativas	(26.124)	(334.802)	(57.862)	(35.243)	(454.031)	14.009	(440.022)
Outras (despesas) e receitas	55.006	(440.056)	(2.234)	(139.432)	(526.716)	(29.023)	(555.739)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	62.710	63.435	-	(70)	126.075	134.275	260.350
Lucro (prejuízo) operacional	340.055	1.066.557	87.050	(183.523)	1.310.139	(167.868)	1.142.271
Resultado financeiro	23.997	81.926	12.719	5.293	123.935	(30.890)	93.045
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuição social	364.052	1.148.483	99.769	(178.230)	1.434.074	(198.758)	1.235.316
Imposto de renda e contribuição social	(81.466)	(404.120)	(34.978)	15.886	(504.678)	98.057	(406.621)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	282.586	744.363	64.791	(162.344)	929.396	(100.701)	828.695
Atribuível aos							
Acionistas controladores	200.713	744.363	44.627	(162.344)	827.359	(100.701)	726.658
Acionistas não controladores	81.873	-	20.164	-	102.037	-	102.037
Ativos	4.294.012	24.543.528	1.718.978	435.876	30.992.394	(4.468.543)	26.523.851
O total do ativo inclui: Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	430.474	23.580	-	2.462	456.516	-	456.516
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	77.133	408.960	93.509	10.586	590.188	(2.721)	587.467
Passivos circulante e não circulante	598.830	10.195.809	609.913	151.121	11.555.673	(729.213)	10.826.460

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes.

O faturamento é pulverizado, e a Companhia e suas controladas não possuem clientes terceiros que representam individualmente mais de 10% do faturamento.

30 Receita

As normas contábeis estabelecem que a Companhia deve divulgar a receita por produto e por área geográfica, a menos que as informações necessárias não estejam disponíveis ou o custo da sua elaboração seja excessivo. A maior parte da receita líquida individual e consolidada é proveniente do mercado interno e a Administração considera que as informações por produto e por área geográfica dentro do Brasil não são relevantes na tomada de decisões e, portanto, não podem ser utilizadas como instrumento de análise sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produto e por área geográfica não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que a própria Administração não faz uso destas informações gerencialmente, a Companhia não está divulgando tais informações nestas demonstrações financeiras.

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vendas de produtos				
Mercado interno	14.241.225	13.701.027	15.157.487	14.230.571
Mercado externo	1.275.335	1.642.896	2.731.147	2.425.588
	<u>15.516.560</u>	<u>15.343.923</u>	<u>17.888.634</u>	<u>16.656.159</u>
Vendas de serviços				
Mercado interno	32.207	18.131	285.485	205.128
Mercado externo	4.448	2.818	4.448	2.818
	<u>36.655</u>	<u>20.949</u>	<u>289.933</u>	<u>207.946</u>
Receita bruta	<u>15.553.215</u>	<u>15.364.872</u>	<u>18.178.567</u>	<u>16.864.105</u>
Deduções da receita	<u>(2.834.144)</u>	<u>(2.794.793)</u>	<u>(3.229.848)</u>	<u>(3.127.325)</u>
Receita líquida	<u>12.719.071</u>	<u>12.570.079</u>	<u>14.948.719</u>	<u>13.736.780</u>

31 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depreciação, amortização e exaustão	(827.884)	(854.048)	(991.785)	(1.029.535)
Despesas e benefícios a empregados	(853.425)	(863.268)	(1.371.421)	(1.268.092)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(8.840.720)	(8.069.548)	(8.584.897)	(7.808.345)
Despesas com manutenções programadas	(159.132)	(111.461)	(163.216)	(108.572)
Frete e seguros	(462.844)	(380.099)	(869.818)	(608.628)
Custo de distribuição	(80.047)	(98.840)	(201.632)	(193.198)
Serviços de terceiros	(833.672)	(900.505)	(1.061.410)	(1.088.516)
Encargos judiciais	(26.929)	(28.165)	(39.250)	(34.748)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(195.185)	(155.528)	(201.921)	(146.767)
Resultado na venda energia elétrica excedente (i)	46.416	9.530	47.753	12.058
Resultado na venda/baixa de imobilizado, intangível e investimento	3.408	2.781	5.687	(267)
Créditos fiscais PIS/COFINS importação	-	36.063	-	36.063
(Perda) Reversão de valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>), líquidos	(13.358)	(529.268)	(16.426)	(472.787)
Créditos Eletrobras	117.337	186.010	117.337	186.010
ICMS na base de cálculo PIS e COFINS	63.266	410.932	86.860	418.744
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.567	(34.481)	18.120	(41.918)
Outras	<u>(606.751)</u>	<u>(459.025)</u>	<u>(950.924)</u>	<u>(706.361)</u>
	<u>(12.645.953)</u>	<u>(11.838.920)</u>	<u>(14.176.943)</u>	<u>(12.854.859)</u>
Custo das vendas	(11.930.865)	(10.861.424)	(13.074.129)	(11.521.694)
Despesas com vendas	(109.302)	(186.890)	(288.515)	(337.404)
Despesas gerais e administrativas	(321.265)	(322.966)	(426.905)	(440.022)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(284.521)</u>	<u>(467.640)</u>	<u>(387.394)</u>	<u>(555.739)</u>
	<u>(12.645.953)</u>	<u>(11.838.920)</u>	<u>(14.176.943)</u>	<u>(12.854.859)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía créditos a receber pela venda de energia elétrica excedente no valor R\$36.122 na Controladora e R\$37.678 no Consolidado (31 de dezembro de 2018 – R\$23.202 e R\$23.685, respectivamente), os quais estão registrados na rubrica de Outros Ativos Circulantes.

32 Despesas e benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários e encargos	(629.513)	(631.664)	(1.063.988)	(963.407)
Encargos previdenciários	(126.724)	(120.871)	(186.963)	(173.206)
Benefícios de planos de aposentadoria e saúde pós-emprego	(45.103)	(29.380)	(45.004)	(29.380)
Abonos	(12.455)	(15.916)	(13.396)	(15.934)
Participação dos empregados nos lucros	(22.257)	(48.495)	(39.736)	(65.206)
Custos de planos de aposentadoria	(2.933)	(3.253)	(3.270)	(3.572)
Outras	(14.440)	(13.689)	(19.064)	(17.387)
	<u>(853.425)</u>	<u>(863.268)</u>	<u>(1.371.421)</u>	<u>(1.268.092)</u>

As despesas com benefícios a empregados são registradas nas rubricas de “Custo das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

33 Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal	(27.032)	(29.268)	(66.642)	(66.918)
Serviços de terceiros	(13.323)	(13.632)	(17.863)	(17.432)
Depreciação e amortização	(2.997)	(3.067)	(4.162)	(4.150)
Custo de distribuição	(80.047)	(98.840)	(201.632)	(193.198)
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	23.567	(34.481)	18.120	(41.918)
Despesas gerais	(9.470)	(7.602)	(13.336)	(13.788)
	<u>(109.302)</u>	<u>(186.890)</u>	<u>(288.515)</u>	<u>(337.404)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(155.683)	(145.600)	(197.996)	(192.273)
Serviços de terceiros	(74.147)	(80.071)	(104.675)	(114.114)
Depreciação e amortização	(27.085)	(31.209)	(33.168)	(38.864)
Honorários da Administração	(22.823)	(28.045)	(31.115)	(35.817)
Despesas gerais	(41.527)	(38.041)	(59.951)	(58.954)
	<u>(321.265)</u>	<u>(322.966)</u>	<u>(426.905)</u>	<u>(440.022)</u>

(b) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras receitas operacionais				
Receita com venda de Energia Elétrica	395.035	359.440	401.251	365.836
Créditos fiscais PIS/COFINS importação (i)	-	36.063	-	36.063
Recuperação de impostos em processos judiciais	1.988	3.786	2.056	5.867
Alienação de investimentos, imobilizado e intangível	11.216	36.180	14.864	39.512
Recuperação de custo	20.184	3.539	31.305	7.861
Recuperação de gastos com sinistros	95.609	29.440	95.609	29.440
Recuperação de despesas	12.348	14.592	17.428	23.611
Receita de vendas diversas	6.837	4.880	7.752	5.411
Projeto Reintegra	-	13.155	-	13.155
Créditos Eletrobras	117.337	186.010	117.337	186.010
ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS (ii)	63.266	410.932	86.860	418.744
Outras receitas	16.518	9.028	13.117	3.507
	<u>740.338</u>	<u>1.107.045</u>	<u>787.579</u>	<u>1.135.017</u>
Outras despesas operacionais				
Custo com a venda de energia	(312.430)	(316.662)	(316.733)	(319.938)
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	(13.358)	(529.268)	(16.426)	(472.787)
Despesas com ociosidade	(219.119)	(271.194)	(276.862)	(364.040)
Despesas com seguros e sinistros	(8.251)	(9.669)	(8.253)	(9.808)
Encargos judiciais	(26.929)	(28.165)	(39.250)	(34.748)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(195.185)	(155.528)	(201.921)	(146.767)
PIS e COFINS sobre venda de energia	(36.189)	(33.248)	(36.765)	(33.840)
Pesquisas Tecnológicas	(29.101)	(25.891)	(29.101)	(25.891)
Custo na venda/baixa de imobilizado, investimento e intangível	(7.808)	(33.399)	(9.177)	(40.312)
Tributos (INSS, ICMS, IPTU etc.)	(12.984)	(9.526)	(24.264)	(19.294)
Controle ambiental	(9.859)	(3.246)	(9.859)	(3.246)
Benefícios de planos de pensão e saúde pós emprego	(45.103)	(29.380)	(45.004)	(29.380)
Ajuste de estoque	(29.290)	(21.475)	(29.290)	(21.475)
Provisões para perdas com tributos	-	(55.825)	(27.889)	(96.760)
Despesas de pré-projeto	(35.490)	(21.048)	(35.490)	(21.048)
Outras despesas	<u>(43.763)</u>	<u>(31.161)</u>	<u>(68.689)</u>	<u>(51.422)</u>
	<u>(1.024.859)</u>	<u>(1.574.685)</u>	<u>(1.174.973)</u>	<u>(1.690.756)</u>
	<u>(284.521)</u>	<u>(467.640)</u>	<u>(387.394)</u>	<u>(555.739)</u>

(i) Refere-se à compensação de créditos habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme Nota 25 (c).

(ii) Conforme descrito na Nota 25 (c).

34 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Juros de clientes	14.276	16.954	24.875	34.487
Receita de aplicações financeiras	25.976	35.517	73.467	64.286
Efeitos monetários	8.091	12.050	20.256	26.939
Correção dos créditos fiscais PIS/COFINS Importação (i)	-	19.636	-	19.636
Juros sobre créditos Eletrobras (ii)	263.892	490.013	263.892	490.013
Correção dos depósitos judiciais	5.120	10.074	8.322	14.922
Juros sobre créditos fiscais	16.741	5.193	18.827	8.902
ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS (ii)	52.633	378.228	69.702	384.505
Realização do ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	81.248	71.859	81.248	71.859
Reversão de provisão de juros de demandas judiciais	54.637	42.294	57.738	43.438
Outras receitas financeiras	10.519	13.749	3.695	10.160
	533.133	1.095.567	622.022	1.169.147
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos e tributos parcelados	(366.533)	(387.220)	(366.120)	(389.755)
Resultado das operações de <i>swap</i>	4.167	2.719	(1.696)	2.719
Efeitos monetários	(68.112)	(112.302)	(88.294)	(128.823)
PIS/COFINS sobre JSCP	(10.364)	(7.278)	(10.364)	(7.278)
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(18.700)	(45.651)	(21.653)	(47.692)
Juros sobre provisões para demandas judiciais	(156.073)	(98.082)	(176.634)	(109.787)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(71.626)	(46.172)	(92.410)	(68.802)
Encargos sobre passivo atuarial	(40.803)	(62.537)	(40.803)	(62.537)
Comissões e outros encargos sobre financiamentos	(127.246)	(19.474)	(128.353)	(19.474)
Outras despesas financeiras	(10.230)	(78.151)	(20.366)	(81.278)
	(865.520)	(854.148)	(946.693)	(912.707)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos	(195.399)	(205.614)	(185.168)	(163.395)
	(527.786)	35.805	(509.839)	93.045

(i) Refere-se à correção de créditos habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme Nota 25 (c).

(ii) Conforme descrito na Nota 25 (c).

35 Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 28).

A Companhia não possui dívida conversível em ações. O Plano de Outorga de Opção de Ações não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição (Nota 39).

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico e diluído						
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido (prejuízo) disponível aos acionistas controladores	116.877	96.388	213.265	398.334	328.324	726.658
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações, excluindo ações em tesouraria	702.734.028	526.711.832	1.229.445.860	702.734.028	526.009.649	1.228.743.677
Lucro (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído	0,17	0,18	-	0,57	0,62	-

36 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui compromissos diversos com terceiros cujo montante totaliza R\$3.823.326 na Controladora e R\$4.406.170 no Consolidado. A previsão de realização destes compromissos está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Previsão de realização dos compromissos				
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	277.350	86.340	-	-	363.690
Com fornecedores	1.201.685	1.012.251	510.701	734.999	3.459.636
	<u>1.479.035</u>	<u>1.098.591</u>	<u>510.701</u>	<u>734.999</u>	<u>3.823.326</u>
	Consolidado				
	Previsão de realização dos compromissos				
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	436.412	89.810	-	-	526.222
Com fornecedores	801.715	664.099	553.135	734.999	2.753.948
Arrendamentos mercantis operacionais	51.000	154.000	154.000	767.000	1.126.000
	<u>1.289.127</u>	<u>907.909</u>	<u>707.135</u>	<u>1.501.999</u>	<u>4.406.170</u>

(a) Compromissos para aquisição de ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, os compromissos para aquisição de ativo imobilizado totalizam R\$363.690 na Controladora e R\$526.222 no Consolidado e estão destinados, principalmente, à adequação, reformas e melhorias nas áreas primárias de Ipatinga, aumento da qualidade, redução de custos, manutenção, atualização tecnológica de equipamentos e proteção ambiental.

(b) Compromissos com fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, os compromissos com fornecedores totalizam R\$3.459.636 na Controladora e R\$2.753.948 no Consolidado e decorrem principalmente de contratos na modalidade *take or pay*, contratos de aquisição de energia e de aquisição de matérias primas.

(c) Arrendamentos mercantis operacionais

Os arrendamentos mercantis operacionais da Companhia estão vinculados a arrendamentos de direitos minerários. Em 31 de dezembro de 2019, o montante destinado corresponde a R\$1.126.000 no Consolidado.

37 Transações com partes relacionadas

A posição acionária da Companhia apresenta a seguinte composição:

31/12/2019						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Steel Corporation (i)	220.320.979	31,24	3.138.758	0,57	223.459.737	17,83
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Confab Industrial S.A. (i)	36.502.746	5,18	1.283.203	0,23	37.785.949	3,02
Prosid Investments S.C.A. (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Ternium Argentina S.A. (i) (ii)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,11	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,05	59.048	0,01	7.508.592	0,60
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	20.962.367	3,83	23.489.023	1,87
Demais acionistas	161.021.803	22,83	513.847.837	93,80	674.869.640	53,86
Total	705.260.684	100,00	547.818.424	100,00	1.253.079.108	100,00

31/12/2018						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. ("Nippon Usiminas") (i)	119.969.788	17,01	2.830.832	0,52	122.800.620	9,80
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	100.351.191	14,23	307.926	0,06	100.659.117	8,03
Confab Industrial S.A. (i)	36.502.746	5,17	1.283.203	0,23	37.785.949	3,01
Prosid Investments S.C.A. (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Ternium Argentina S.A. (i) (ii)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,11	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,06	-	-	7.449.544	0,59
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	21.250.817	3,88	23.777.473	1,91
Demais acionistas	161.021.803	22,83	513.618.435	93,75	674.640.238	53,84
Total	705.260.684	100,00	547.818.424	100,00	1.253.079.108	100,00

(i) Acionistas controladores, por meio de Acordo de Acionistas.

(ii) A Siderar S.A.I.C. alterou razão social para Ternium Argentina S.A

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

(a) Ativo

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	10.220	-	1.651	22.033	-	2.355
Acionistas não controladores	2.369	-	-	-	-	-
Controladas	251.727	40.220	100.223	354.235	71.255	97.740
Controladas em conjunto	90	-	-	68	-	-
Coligadas	4.047	-	-	26.076	346	-
Outras partes relacionadas (i)	66.534	-	-	34.444	-	-
Total	334.987	40.220	101.874	436.856	71.601	100.095
Circulante	334.987	40.220	46.384	420.856	71.601	55.026
Não Circulante	-	-	55.490	16.000	-	45.069
Total	334.987	40.220	101.874	436.856	71.601	100.095

(i) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber de clientes refere-se, principalmente, à venda de produtos laminados ao Grupo Ternium (R\$66.187).

	Consolidado				
	31/12/2019		31/12/2018		
	Contas a receber de clientes	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	10.220	1.651	22.033	-	2.355
Acionistas não controladores	2.369	-	-	-	-
Controladas em conjunto	90	-	68	-	-
Coligadas	4.054	-	26.588	13.562	-
Outras partes relacionadas (i)	67.346	-	34.591	-	-
Total	84.079	1.651	83.280	13.562	2.355
Circulante	84.079	-	67.280	13.562	13
Não Circulante	-	1.651	16.000	-	2.342
Total	84.079	1.651	83.280	13.562	2.355

(i) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber de clientes refere-se, principalmente, à venda de produtos laminados ao Grupo Ternium (R\$66.999).

As contas a receber de clientes classificadas como partes relacionadas são principalmente decorrentes de operações de vendas. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foram constituídas provisões para as contas a receber de partes relacionadas.

(b) Passivo

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	291	2.300	-	398	23.795	178.561
Controladas	168.297	104.335	3.087.316	70.413	96.905	-
Controladas em conjunto	69.332	-	-	96.073	-	-
Coligadas	698	-	-	2.313	1.356	-
Outras partes relacionadas (i)	142.543	70	-	138.937	-	-
Total	381.161	106.705	3.087.316	308.134	122.056	178.561
Circulante	381.161	2.370	79.921	308.134	25.160	2.934
Não Circulante	-	104.335	3.007.395	-	96.896	175.627
Total	381.161	106.705	3.087.316	308.134	122.056	178.561

(i) Em 31 de dezembro de 2019, contas a pagar refere-se a compra de placas da Ternium Brasil Ltda..

	Consolidado				
	31/12/2019		31/12/2018		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	341	2.300	200	23.793	178.561
Acionistas não controladores	-	8.394	-	19.957	-
Controladas em conjunto	70.135	-	96.807	-	-
Coligadas	37.707	123.254	34.674	136.305	-
Outras partes relacionadas (i)	142.543	5.489	138.937	6.667	-
Total	250.726	139.437	270.618	186.722	178.561
Circulante	250.726	17.599	270.618	52.468	2.934
Não Circulante	-	121.838	-	134.254	175.627
Total	250.726	139.437	270.618	186.722	178.561

(i) Em 31 de dezembro de 2019, contas a pagar refere-se a compra de placas da Ternium Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2018, está registrado um empréstimo com a Nippon Usiminas Co. Ltd., acionista controlador da Usiminas, no montante de R\$178.651.

(c) Resultado

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	313.229	6.395	(11.186)	265.161	23.010	(37.947)
Acionistas não controladores	481.910	-	-	-	-	-
Controladas	4.020.220	674.694	(234.703)	3.818.817	493.177	(17.840)
Controladas em conjunto	-	375.823	(6.337)	198	528.122	(2.713)
Coligadas	27.269	120.241	315	35.677	143.110	30
Outras partes relacionadas (i) (ii)	244.858	1.982.769	(1.917)	389.190	2.850.151	43.726
Total	5.087.486	3.159.922	(253.828)	4.509.043	4.037.570	(14.744)

(i) Em 31 de dezembro de 2019, o total das vendas para outras partes relacionadas refere-se, principalmente, a venda da Usiminas S.A. para o grupo Ternium, no valor de R\$201.768.

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	313.229	6.607	(11.186)	265.161	25.735	(37.864)
Acionistas não controladores	481.919	-	-	362	61.514	-
Controladas em conjunto	1.904	380.968	(6.337)	2.428	533.447	(2.713)
Coligadas	27.661	320.873	315	65.211	283.934	(22.600)
Outras partes relacionadas (i) (ii)	247.603	1.982.769	(1.924)	391.476	2.851.728	44.948
Total	1.072.316	2.691.217	(19.132)	724.638	3.756.358	(18.229)

(i) Em 31 de dezembro de 2019, o total das vendas para outras partes relacionadas refere-se, principalmente, a venda da Usiminas S.A. para o grupo Ternium, no valor de R\$204.308.

(ii) Em 31 de dezembro de 2019, o total das compras de outras partes relacionadas refere-se, principalmente, a compra de placas de aço da Ternium Brasil Ltda no valor de R\$1.981.882.

A natureza das principais operações da Companhia com partes relacionadas estão descritas na Nota 37 (e).

O resultado financeiro com partes relacionadas refere-se, substancialmente, a encargos sobre empréstimos e financiamentos relacionados no item (b) anteriormente descrito.

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Honorários	15.248	13.785
Encargos sociais	3.934	3.863
Planos de aposentadoria	343	236
Provisão (reversão) de remuneração variável	3.298	10.161
	<u>22.823</u>	<u>28.045</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R\$17.908 (31 de dezembro de 2018 – R\$22.290).

(e) Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Venda de produtos para a Confab destinados à produção de tubos de grande diâmetro e equipamentos industriais.
- Compra de serviços da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation, que inclui fornecimento de tecnologia industrial avançada, serviços de assistência técnica e treinamento de empregados.
- Venda de produtos para a Ternium Argentina S.A.
- Compra de minério de ferro da Mineração Usiminas para utilização no processo produtivo.
- Venda de produtos para Soluções Usiminas para transformação e distribuição.
- Venda de produtos para Usiminas Eletro galvanizado e Usiminas Galvanizado, para fomentar o comércio com clientes no exterior.
- Venda de produtos para a Usiminas Mecânica e compra de serviços, como a industrialização de produtos siderúrgicos e equipamentos.
- Compra de serviços de galvanização por imersão a quente e de resfriamento para a produção de chapas e bobinas galvanizadas laminadas a quente da Unigal.
- Compra de serviços de texturização e cromagem de cilindros utilizados nas laminações da Usiroll.

- Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro.
- Compra de serviços de estocagem e carregamento de minério da Modal e da Terminal Sarzedo.
- Empréstimo financeiro junto à Nippon Usiminas (Nota 20).
- Venda de minério de ferro da Mineração Usiminas para a Sumitomo Corporation.
- Compra de placas da Ternium Brasil Ltda.

As transações com partes relacionadas são, substancialmente, contratadas em condições de mercado, considerando preços e prazos.

38 Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pela Companhia e por algumas controladas proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e algumas de suas controladas possuíam seguros para prédios, mercadorias e matérias-primas, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia, da Usiminas Mecânica, da Unigal e da Usiroll, tendo como valor em risco US\$12.941.209 mil (31 de dezembro de 2018 – US\$12.002.992 mil), uma apólice de seguro de riscos operacionais (*All Risks*) com limite máximo de indenização de US\$600.000 mil por sinistro. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a franquia máxima para danos materiais era de US\$7.500 mil, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 30 dias (tempo de espera). O término desse seguro ocorrerá em 30 de dezembro de 2020.

39 Plano de outorga de opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2011, foi aprovado pelos acionistas o Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia ("Plano"). Os principais objetivos do Plano são:

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas;
- incentivo à criação de valor sustentável;
- atração e retenção de talentos; e
- manutenção da competitividade com as práticas de mercado.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com a assessoria do Comitê de Recursos Humanos, observadas as limitações constantes do Plano.

Em 31 de dezembro de 2019, o Plano possui 4 programas vigentes:

- Programa 2011, lançado em 03 de outubro de 2011;
- Programa 2012, lançado em 28 de novembro de 2012;
- Programa 2013, lançado em 28 de novembro de 2013; e
- Programa 2014, lançado em 27 de novembro de 2014.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Administração da Companhia decidiu não lançar novos programas.

(a) Modalidades das Opções de Outorga

As Opções foram concedidas em duas diferentes modalidades:

- (i) Outorga Básica – em que o número de Opções concedidas será baseado na estratégia da Usiminas, sendo que cada Opção concedida conferirá ao seu titular direito a adquirir ou subscrever uma ação preferencial da Companhia.
- (ii) Outorga Bonificada – a qual deverá ser atrelada a um investimento voluntário do Participante que destinar parte do valor líquido da remuneração variável para a aquisição de ações preferenciais.

(b) Principais características dos programas

As Opções a serem concedidas aos diretores executivos e estatutários (“Participantes”) da Companhia, mediante “Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações”, possuem as seguintes características:

Programa	Data de outorga	Preço de exercício (USIM5)	Prazo de carência	Opções outorgadas		
				Básicas	Bonificadas	Total
2011	03/10/2011	R\$11,98	3 anos, 33% para cada ano	2.589.451	402.302	2.991.753
2012	28/11/2012	R\$10,58		3.576.963	83.598	3.660.561
2013	28/11/2013	R\$11,47		2.784.155	143.178	2.927.333
2014	27/11/2014	R\$6,14		4.778.483	370.948	5.149.431
				13.729.052	1.000.026	14.729.078

Adicionalmente, o Plano faculta pela destinação de até 50% da remuneração variável para compra de ações da Usiminas. Em contrapartida, a Companhia concede a outorga das opções bonificadas. O prazo máximo de exercício das opções é de 7 (sete) anos.

(c) Valor justo das Opções

O valor justo na data da outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black & Scholes foram as seguintes:

Programa 2011

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 4,83	R\$ 5,07	R\$ 5,27
Preço da ação	R\$ 11,45	R\$ 11,45	R\$ 11,45
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 11,98	R\$ 11,98	R\$ 11,98
Volatilidade do preço da ação	50,70%	50,70%	50,70%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	2,94%	2,94%	2,94%
Taxa de retorno livre de risco	11,62% a.a.	11,65% a.a.	11,69% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2012

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 4,06	R\$ 4,32	R\$ 4,61
Preço da ação	R\$ 10,38	R\$ 10,38	R\$ 10,38
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 10,58	R\$ 10,58	R\$ 10,58
Volatilidade do preço da ação	37,95%	37,95%	37,95%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0,63%	0,63%	0,63%
Taxa de retorno livre de risco	8,13% a.a.	8,25% a.a.	8,37% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2013

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 5,87	R\$ 6,30	R\$ 6,58
Preço da ação	R\$ 11,88	R\$ 11,88	R\$ 11,88
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 11,47	R\$ 11,47	R\$ 11,47
Volatilidade do preço da ação	43,38%	43,38%	43,38%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	11,34% a.a.	11,37% a.a.	11,40% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2014

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 2,66	R\$ 2,85	R\$ 3,02
Preço da ação	R\$ 5,70	R\$ 5,70	R\$ 5,70
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 6,14	R\$ 6,14	R\$ 6,14
Volatilidade do preço da ação	43,41%	43,41%	43,41%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	12,10% a.a.	12,11% a.a.	12,12% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

(*) Não houve distribuição de dividendos nos 12 meses anteriores à data de outorga.

O preço de exercício foi determinado com base na média da cotação diária no exercício de 30 dias anteriores à concessão da Opção.

A volatilidade do preço da ação prevista é baseada na volatilidade histórica ajustada dos 36 meses anteriores à data da outorga.

A movimentação da quantidade de opções vigentes do Plano de Outorga está demonstrada a seguir:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Programa			Programa		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Opções:						
Em aberto no início do exercício	609.259	866.064	764.176	1.821.875	1.242.005	1.280.031
Realizadas durante o exercício	(288.452)	-	-	(952.917)	(28.626)	(161.826)
Canceladas durante o exercício	-	-	-	(259.699)	(347.315)	(354.029)
Expiradas durante o exercício	-	-	(764.176)	-	-	-
Em aberto no fim do exercício	<u>320.807</u>	<u>866.064</u>	<u>-</u>	<u>609.259</u>	<u>866.064</u>	<u>764.176</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não houve impacto decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado da Controladora e do Consolidado, uma vez que as despesas, considerando os prazos de cada programa vigente, foram integralmente apropriadas até 31 de outubro de 2017. Foi ainda revertido o montante de R\$820 à conta de “Lucros (prejuízos) acumulados” em decorrência do exercício de opções ocorridos ao longo do ano de 2019 (cancelamentos e exercícios de opções em 31 de dezembro de 2018 - R\$10.343). Com isso, esse montante resultou em impacto nas reservas de capital constituídas pela Companhia.

De acordo com o regulamento do Plano, que estabelece sete anos de vigência para cada programa, em novembro de 2019, encerrou-se o prazo do direito ao exercício das opções do Programa 2012. Desta forma, o saldo remanescente do referido Programa, no total de R\$3.309, foi integralmente revertido à conta de “Lucros (prejuízos) acumulados”.

40 Garantias

A composição dos ativos dados em garantia pode ser apresentada conforme a seguir:

Ativos em garantia	Passivos garantidos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	Processos judiciais	40.547	40.000	40.547	40.000
Estoques	Processos judiciais	669	145.374	669	145.374
Imobilizado (i)	Processos judiciais	504.453	593.878	548.366	642.888
Imobilizado	Empréstimos e financiamentos	3.571	3.829.345	25.632	3.851.406
		<u>549.240</u>	<u>4.608.597</u>	<u>615.214</u>	<u>4.679.668</u>

(i) A Companhia possui bens patrimoniais, avaliados a valor de mercado, em garantia de dívida junto à Previdência Usiminas referente ao plano de aposentadoria PBD, conforme apresentado na Nota 27.2.

41 Transações sem efeito de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas transações de investimentos e financiamentos sem efeitos de caixa, sendo as principais as seguintes: (i) juros e encargos de empréstimos e financiamentos capitalizados no ativo imobilizado no montante de R\$13.865 (Controladora e Consolidado); (ii) compensação de depósitos judiciais em contrapartida de provisão para demandas judiciais no montante de R\$30.969 (Controladora) e R\$50.049 (Consolidado); e (iii) provisão para recuperação ambiental em contrapartida do imobilizado no montante de R\$8.720 (Consolidado).

Conselho de Administração

Ruy Roberto Hirschheimer
Presidente

Elias de Matos Brito
Conselheiro

Luiz Carlos de Miranda Faria
Conselheiro

Oscar Montero Martinez
Conselheiro

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
Conselheira

Ronald Seckelmann
Conselheiro

Yoshiaki Shimada
Conselheiro

Yuichi Akiyama
Conselheiro

Conselho Fiscal

Wanderley Rezende de Souza
Presidente

Fabricio Santos Debortoli
Conselheiro

Paulo Frank Coelho da Rocha
Conselheiro

Sérgio Carvalho Campos
Conselheiro

Tácito Barbosa Coelho Monteiro Filho
Conselheiro

Diretoria Executiva

Sergio Leite de Andrade
Diretor Presidente

Alberto Akikazu Ono
Diretor Vice-Presidente de Finanças e
Relações com Investidores

Kohei Kimura
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Miguel Angel Homes Camejo
Diretor Vice-Presidente Comercial

Takahiro Mori
Diretor Vice-Presidente de Planejamento
Corporativo

Túlio César do Couto Chipoletti
Diretor Vice-Presidente Industrial

Lucas Marinho Sizenando Silva
Contador CRC-MG 080.788/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias examinou (i) o Relatório da Administração; (ii) Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e (iii) Destinação dos Resultados de 2019, incluindo a data para pagamento dos dividendos (29 de maio de 2020) e o orçamento de capital. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes (PwC) sem ressalvas, até o momento, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2020.

Wanderley Rezende de Souza
Presidente

Fabrizio Santos Debortoli

Tacito Monteiro Filho

Lúcio de Lima Pires

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC), relativamente às demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2020.

Sérgio Leite de Andrade

Diretor Presidente

Alberto Akikazu Ono

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Kohei Kimura

Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Miguel Angel Homes Camejo

Diretor Vice-Presidente Comercial

Takahiro Mori

Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

Túlio César do Couto Chipoletti

Diretor Vice-Presidente Industrial

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2020.

Sérgio Leite de Andrade

Diretor Presidente

Alberto Akikazu Ono

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Kohei Kimura

Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Miguel Angel Homes Camejo

Diretor Vice-Presidente Comercial

Takahiro Mori

Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

Túlio César do Couto Chipoletti

Diretor Vice-Presidente Industrial

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2019, o EBITDA Ajustado totalizou R\$2,0 bilhões, uma redução de 26,7% em relação ao ano de 2018 (R\$2,7 bilhões). Este resultado decorre principalmente de: (i) menor reconhecimento de créditos fiscais relativos à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$332 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário); (ii) menor reconhecimento de créditos a receber da Eletrobras em R\$69 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário); (iii) menor volume de vendas de aço no período; parcialmente compensados por: (iv) maiores volumes e preços de venda de minério de ferro; e (v) maiores preços de venda de aço. A margem do EBITDA Ajustado em 2019 atingiu 13,2%, contra 19,6% em 2018. A dívida bruta consolidada no ano de 2019 era de R\$5,1 bilhões, contra R\$5,9 bilhões em 31/12/2018, uma redução de 12,7%. Esta redução deve-se principalmente ao pré-pagamento de dívidas junto aos bancos brasileiros (Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.) e aos debenturistas da 6ª Emissão, ocorrido em 23/10/19, com a utilização, principalmente, do montante de R\$751 milhões recebido da Eletrobras em 16/10/19. A dívida líquida consolidada em 31/12/19 era de R\$3,2 bilhões, uma redução de 23,3% em relação a 31/12/18 (R\$4,2 bilhões), em função do pré-pagamento de dívidas (detalhado no parágrafo anterior) e ao maior saldo em Caixa e Equivalentes de Caixa em 13,5% na comparação anual. Quanto à composição da dívida por prazo de vencimento: (i) em 31/12/19 era de 2% no curto prazo e 98% no longo prazo e (ii) em 31/12/18, de 8% e 92%, respectivamente. O indicador dívida líquida/EBITDA encerrou o ano em 1,6x, estável em relação a 2018.

Em 2018, o EBITDA Ajustado foi de R\$2,7 bilhões, contra R\$2,2 bilhões em 2017, uma elevação de 23,2%, principalmente em função dos maiores preços e volumes de aço e de minério de ferro no período, do reconhecimento do valor do principal de créditos fiscais relativos à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$418,7 (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário) e do reconhecimento do valor do principal a receber da Eletrobras em R\$186,0 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário). A margem do EBITDA Ajustado em 2018 atingiu 19,6%, contra 20,4% em 2017. A dívida consolidada no ano de 2018 era de R\$5,9 bilhões, contra R\$6,7 bilhões no ano de 2017, uma redução de 12,1% principalmente em função do pagamento integral das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. em 2008 (*Eurobonds*) no valor total de US\$400 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário), e do pagamento do valor correspondente à totalidade do excedente de caixa ("*cash sweep*"), referentes ao período encerrado em 31/12/2017, no montante total de R\$378,8 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário). A dívida líquida consolidada em 31/12/2018 era de R\$4,2 bilhões, contra R\$4,3 bilhões em 2017, uma redução de 4,2%. O indicador dívida líquida/EBITDA encerrou o ano de 2018 em 1,6x, contra 2,0x em 2017. Ao final de 2018, a composição da dívida por prazo de vencimento era de 8% no curto prazo e 92% no longo prazo.

No ano de 2017, o EBITDA Ajustado foi de R\$2,2 bilhões, contra R\$660,4 milhões em 2016, principalmente devido ao melhor desempenho das Unidades de Negócio de Siderurgia, Mineração e Transformação do Aço. A margem de EBITDA Ajustado no ano de 2017 atingiu 20,4%, contra 7,8% em 2016. No ano de 2017 a dívida líquida consolidada foi de R\$4,3 bilhões, 8,5% inferior quando comparada com a dívida líquida de 31/12/2016, que foi de R\$4,7 bilhões. A dívida bruta consolidada (empréstimos, financiamentos e debêntures) foi de R\$6,7 bilhões, contra R\$6,9 bilhões em 2016, uma redução de 2,9%, principalmente em razão da amortização de dívida no período, referente a antecipação relativa ao pagamento correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos *Eurobonds*. Em função da renegociação da dívida e da pequena desvalorização cambial média de 1,5% no ano, que afetou negativamente a parcela da dívida em moeda estrangeira. A composição da dívida por

prazo de vencimento era de 15,2% no curto prazo e 84,8% no longo prazo. Esta composição continua sendo resultado da conclusão da renegociação de aproximadamente 92% da dívida total da Companhia. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 2017 alcançou 2,38x, contra 3,66x, em 2016, em boa parte pela transferência dos valores de empréstimos e financiamentos e das debêntures do longo prazo para o curto prazo, correspondente ao *cash sweep* acordado entre a Companhia e seus credores.

b) Estrutura de capital

O passivo total da Companhia, que compreende o total de obrigações com terceiros refletiu decréscimo em 2019 conforme demonstrado no quadro abaixo. Em 2018, houve acréscimo do passivo total, quando comparado com 2017. A relação entre capital próprio e de terceiros, líquido de caixa e valores mobiliários, pode ser assim sumarizada:

Em milhares de reais			
	2019	2018	2017
Passivo Total	10.771.348	10.826.460	10.800.513
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	1.921.141	1.693.349	2.314.288
Passivo Total Líquido (A)	8.850.207	9.133.111	8.486.225
Patrimônio líquido (B)	15.565.684	15.697.391	15.183.964
Relação (A) / (B)	57%	58%	56%

i. Hipóteses de resgate

O estatuto social da Companhia não contém disposição a respeito, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula em acordo com as disposições legais.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um caixa de R\$1,9 bilhões (R\$1,7 bilhão em 2018 e R\$2,3 bilhões em 2017). Sua dívida apresenta um prazo médio de 4,7 anos em 2019 (3,5 anos em 2018 e 4 anos em 2017). A concentração da dívida no curto prazo em 2019 é de 2% do total da dívida (8% em 2018 e 15% em 2017). Esta composição é resultado da conclusão da nova renegociação da dívida em 2019, compreendendo o encerramento de toda a dívida renegociada em 2016 e a contratação dos *Bonds* e das debêntures. Com isso foram obtidos 7 anos de carência para os *Bonds* e uma média de 5 anos de carência para as debêntures, sendo que dessa forma o pagamento de principal e foi adequado seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos, conforme detalhado abaixo.

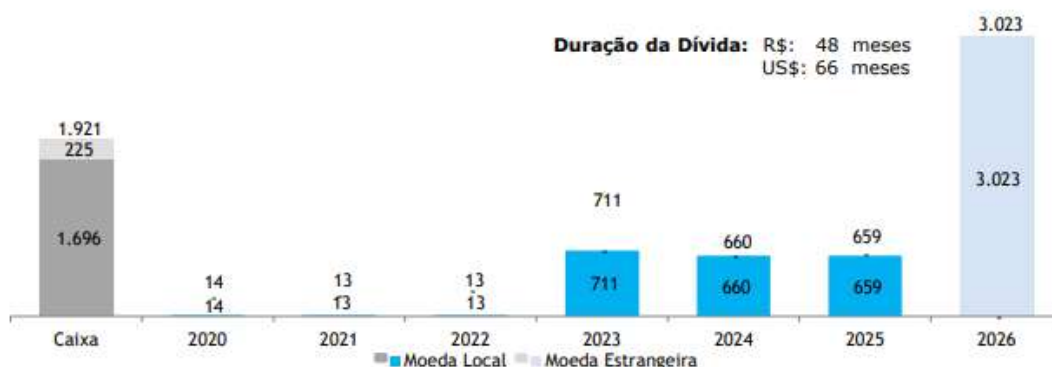
Em 11 de julho de 2019, a Companhia concluiu a precificação dos títulos representativos de dívida emitidos por sua subsidiária integral Usiminas International S.à r.l. no mercado internacional, no montante de US\$ 750 milhões, com cupom (juros) de 5,875% a.a., a serem pagos semestralmente, definidos a um preço de emissão de 98,594% do montante principal, com taxa de rendimento (*yield*) de 6,125% a.a. e vencimento em 18 de julho de 2026. Com os recursos desta emissão, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aos bancos credores japoneses, bem como o pré-pagamento parcial de sua dívida junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.

Em 24 de outubro de 2019, a Companhia concluiu a operação da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de setembro de 2019. Esta Emissão, referente a 2.000.000 (dois milhões) de debêntures e que totalizou R\$2 bilhões, possui juros remuneratórios semestrais correspondentes a CDI +

1,7% a.a. para as debêntures da 1ª série, no montante de R\$700.000, cujo vencimento será em 30 de setembro de 2023; e CDI + 2,1% a.a. para as debêntures da 2ª série, no montante de R\$1.300.000, cujos vencimentos ocorrerão em 30 de setembro de 2024 e em 30 de setembro de 2025, sendo pagos 50% em cada amortização. Com os recursos desta operação, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida remanescente junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.

Com esta nova renegociação, a Usiminas supera mais uma importante etapa de sua reestruturação financeira junto aos credores, com vistas à geração de resultados sustentáveis para a Companhia.

Perfil da Dívida - Consolidado



d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes são: geração de caixa operacional; linhas de bancos de desenvolvimento; empréstimos e financiamentos bancários; e emissão de títulos de dívida.

e) Fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes com o objetivo de mitigar a insuficiência de liquidez.

Conforme descrito no item (c), a Companhia buscará na administração de seu caixa, capital de giro e investimentos as fontes para possíveis coberturas de deficiência de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

As Empresas Usiminas possuíam, em 2019, empréstimos e financiamentos contratados no montante de R\$3,1 bilhões (R\$5,0 bilhões em 2018 e R\$5,7 bilhões em 2017) e R\$2,0 bilhões de debêntures (R\$890,0 milhões em 2018 e R\$949,0 milhões em 2017).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Após a nova renegociação ocorrida em 2019, as principais operações de financiamentos são:

- Diversos contratos de empréstimos com o BNDES e FINAME com a finalidade de financiamento dos investimentos da Companhia, que foram encerrados em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2019, em termos consolidados, a Companhia possuía saldo devedor destas operações no montante de R\$18,1 milhões (R\$501 milhões em 2018 e R\$516 milhões em 2017);
 - Contratos de empréstimos com o JBIC e bancos comerciais japoneses para financiamento da construção da Central Termelétrica de Ipatinga, Coqueria em Ipatinga, Laminador de Tiras a Quente em Cubatão, que foram encerrados em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2019, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor destas operações (R\$1,1 bilhão em 2018 e R\$1,0 bilhão em 2017);
 - Em 1º de outubro de 2013, as subsidiárias da Companhia sediadas na Dinamarca adquiriram US\$124,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2016 e US\$220,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2018, emitidos pelas companhias Cosipa Commercial Ltda. e Usiminas Commercial Ltda., ambas controladas pela Companhia. A operação permitiu melhor alocação dos recursos da Companhia, além de diminuir a sua alavancagem bruta e reduzir os desembolsos financeiros projetados até o vencimento dos mencionados títulos. Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia exerceu a cláusula de resgate antecipado (*Early Redemption*) do título de dívida com vencimento em 2016, e dessa forma recomprou a totalidade dos títulos emitidos. O resgate antecipado também foi feito com o objetivo de reduzir a alavancagem bruta e os desembolsos financeiros projetados. Em junho de 2016 a Companhia procedeu a liquidação financeira dos títulos de dívida emitidos pela Cosipa Commercial Ltda com vencimento em 2016, mencionados anteriormente;
- Em junho de 2017, a Companhia reduziu o capital desta controlada no exterior Usiminas Europa e transferiu para sua titularidade os *Eurobonds* que essa controlada possuía em carteira, que em 31 de dezembro de 2017 correspondia ao montante de R\$775,7 milhões. A partir desta redução de capital, a Companhia passou a deter ativos e passivos financeiros nas mesmas bases, com a Usiminas Commercial como contraparte. Desta forma, a Companhia apresentou esse ativo e passivo financeiros pelo montante líquido no passivo circulante nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho e 30 de setembro de 2017. Em 12 de dezembro de 2017, a Companhia liquidou o contrato de mútuo junto à Usiminas Commercial no montante total de US\$400 milhões. Portanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha apenas o ativo financeiro junto à Usiminas Commercial no montante de R\$775,7 milhões. Em 18 de janeiro de 2018, a Usiminas Commercial efetuou o pagamento integral dos referidos títulos *Eurobonds* aos seus respectivos credores, sendo que do total pago, R\$775,7 milhões foram revertidos ao caixa da Companhia que baixou o referido ativo financeiro. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor destas operações (R\$591 milhões em 2017);
- Em 11 de julho de 2019, a Companhia concluiu a precificação dos títulos representativos de dívida emitidos por sua subsidiária integral Usiminas International S.à r.l. no mercado internacional, no montante de US\$ 750 milhões, com cupom (juros) de 5,875% a.a., a serem pagos semestralmente, definidos a um preço de emissão de 98,594% do montante principal, com taxa de rendimento (*yield*) de 6,125% a.a. e vencimento em 18 de julho de 2026. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía, em termos consolidados, o saldo devedor de R\$3,1 bilhões;
 - 6ª emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2025 e taxa de 3% a.a. + 100% do CDI, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia. As referidas debêntures foram encerradas em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2019, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor destas operações (R\$890 milhões em 2018 e R\$949 milhões em 2017);
 - Em 24 de outubro de 2019, a Companhia concluiu a operação da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme aprovado pelo Conselho de Administração

em 20 de setembro de 2019. Esta Emissão, referente a 2.000.000 (dois milhões) de debêntures e que totalizou R\$2 bilhões, possui juros remuneratórios semestrais correspondentes a CDI + 1,7% a.a. para as debêntures da 1ª série, no montante de R\$700.000, cujo vencimento será em 30 de setembro de 2023; e CDI + 2,1% a.a. para as debêntures da 2ª série, no montante de R\$1.300.000, cujos vencimentos ocorrerão em 30 de setembro de 2024 e em 30 de setembro de 2025, sendo pagos 50% em cada amortização. Em 31 de dezembro de 2019, em termos consolidados, a Companhia possuía saldo devedor destas operações no montante de R\$2,0 bilhões;

- Contratos de financiamento de capital de giro com o Itaú BBA que foram encerrados em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2019, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor destas operações (R\$600 milhões em 2018 e R\$640 milhões em 2017);
- Contrato de financiamento de capital de giro com o Banco do Brasil que foi encerrado em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2019, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor desta operação (R\$2,2 bilhões em 2018 e R\$2,3 bilhões em 2017);
- Contrato de financiamento de capital de giro com o Bradesco que foi encerrado em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2019, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor desta operação (R\$487 milhões em 2018 e R\$519 milhões em 2017).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não houve outras relações de longo prazo com instituições financeiras adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Após a reestruturação das dívidas ocorrida em 2019, não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como o cumprimento destas restrições

Os contratos financeiros citados no item f) i. exigem o cumprimento de determinadas condições e cláusulas contratuais, calculados em uma base consolidada:

Dívida Líquida / EBITDA ajustado:

- menor que 3,5x nas medições trimestrais para os *Bonds* e semestrais (dezembro e junho) para as debêntures.

Em relação aos *covenants* não financeiros estabelecidos nos instrumentos de dívida, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram verificados descumprimentos desses *covenants*.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados ainda:

Em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017, a Companhia não possuía nenhum montante disponível junto ao BNDES, uma vez que o cancelamento foi solicitado integralmente e uma das condições da renegociação impõem que a Companhia não obtenha nenhum novo ingresso de dívida.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

ATIVO	Em milhares de reais							
	31/12/2019	AV (%) 2019	31/12/2018	AV (%) 2018	31/12/2017	AV (%) 2017	Análise Horizontal 2019 x 2018	Análise Horizontal 2018 x 2017
Caixa e equivalentes de caixa	1.252.966	5%	1.106.790	4%	1.770.573	7%	13%	-37%
Títulos e valores mobiliários	668.175	3%	586.559	2%	543.715	2%	14%	8%
Contas a receber de clientes	1.938.440	7%	1.894.291	7%	1.555.494	6%	2%	22%
Estoques	3.795.832	14%	3.880.635	15%	2.763.496	11%	-2%	40%
Impostos a recuperar	779.545	3%	747.928	3%	362.465	1%	4%	106%
Dividendos a receber	0	0%	13.562	0%	139.078	1%	-100%	-90%
Instrumentos financeiros derivativos	762	0%	347	0%	12	0%	120%	2792%
Valores a receber Eletrobras	305.848	1%	0	0%	0	0%	0%	0%
Demais contas a receber	119.714	0%	94.205	0%	119.922	0%	27%	-21%
Total do ativo circulante	8.861.282	34%	8.324.317	31%	7.254.755	28%	6%	15%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.037.626	12%	2.765.356	10%	3.046.112	12%	10%	-9%
Valores a receber de empresas ligadas	1.651	0%	2.342	0%	3.147	0%	-30%	-26%
Depósitos judiciais	543.658	2%	523.557	2%	675.600	3%	4%	-23%
Instrumentos financeiros derivativos	6.950	0%	3.553	0%	1.184	0%	96%	200%
Impostos a recuperar	152.336	1%	454.284	2%	54.881	0%	-66%	728%
Valores a receber Eletrobras	0	0%	676.023	3%	0	0%	-100%	0%
Demais contas a receber	438.576	2%	275.707	1%	334.938	0%	59%	-18%
Propriedade para Investimentos	90.202	0%	0	0%	0	0%	0%	0%
Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas	1.053.138	4%	1.088.094	4%	1.054.052	4%	-3%	3%
Imobilizado	11.424.691	43%	11.715.022	44%	12.882.618	50%	-2%	-9%
Intangível	726.922	3%	695.596	3%	677.190	3%	5%	3%
Total do ativo não circulante	17.475.750	66%	18.199.534	69%	18.729.722	72%	-4%	-3%
TOTAL DO ATIVO	26.337.032	100%	26.523.851	100%	25.984.477	100%	-1%	2%

Balanço Patrimonial nos anos 2019, 2018 e 2017 e suas variações

Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2019	AV (%) 2019	31/12/2018	AV (%) 2019	31/12/2017	AV (%) 2018	Análise Horizontal 2019 x 2018	Análise Horizontal 2018 x 2017
Passivo circulante								
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.518.270	6%	1.133.763	4%	976.917	4%	34%	16%
Empréstimos e financiamentos	96.316	0%	396.799	1%	927.946	4%	-76%	-57%
Debêntures	25.017	0%	70.237	0%	62.031	0%	-64%	13%
Adiantamentos de clientes	57.757	0%	63.484	0%	81.394	0%	-9%	-22%
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	613.803	2%	965.927	4%	475.251	2%	-36%	103%
Salários e encargos sociais	198.416	1%	205.583	1%	188.735	1%	-3%	9%
Tributos a recolher	114.693	0%	126.212	0%	95.089	0%	-9%	33%
Tributos parcelados	4.314	0%	4.180	0%	20.494	0%	3%	-80%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15.096	0%	3.299	0%	1.434	0%	358%	130%
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	67.814	0%	202.809	1%	75.644	0%	-67%	168%
Demais contas a pagar	178.242	1%	163.377	1%	141.485	1%	9%	15%
Total do passivo circulante	2.889.738	11%	3.335.670	13%	3.046.420	12%	-13%	9%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	3.003.655	11%	4.562.971	17%	4.758.468	18%	-34%	-4%
Debêntures	1.981.250	8%	819.783	3%	887.334	3%	142%	-8%
Valores a pagar a empresas ligadas	121.838	0%	134.254	1%	143.170	1%	-9%	-6%
Provisão para demandas judiciais	777.386	3%	635.551	2%	668.964	3%	22%	-5%
Provisão para recuperação ambiental	231.591	1%	203.707	1%	158.333	1%	14%	29%
Benefícios pós-emprego	1.574.796	6%	1.034.228	4%	1.050.324	4%	52%	-2%
Demais contas a pagar	191.094	1%	100.296	0%	87.500	0%	91%	15%
Total do passivo não circulante	7.881.610	30%	7.490.790	28%	7.754.093	30%	5%	-3%
TOTAL DO PASSIVO	10.771.348	41%	10.826.460	41%	10.800.513	42%	-1%	0%
Patrimônio líquido								
Capital social	13.200.295	50%	13.200.295	50%	13.200.295	51%	0%	0%
Reservas de capital	307.033	1%	309.391	1%	311.747	1%	-1%	-1%
Reservas de lucros	943.132	4%	766.942	3%	202.207	1%	23%	279%
Ajustes de avaliação patrimonial	-407.037	-2%	-10.330	0%	60.546	0%	3840%	-117%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	14.043.423	53%	14.266.298	54%	13.774.795	53%	-2%	4%
Participação dos acionistas não controladores	1.522.261	6%	1.431.093	5%	1.409.169	5%	6%	2%
Total do patrimônio líquido	15.565.684	59%	15.697.391	59%	15.183.964	58%	-1%	3%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.337.032	100%	26.523.851	100%	25.984.477	100%	-1%	2%

A seguir estão demonstradas as alterações significativas nas linhas que representam mais de 2% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação entre os exercícios.

2019 - 2018 COMENTÁRIOS

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

O aumento de R\$228 milhões no ano de 2019, refere-se, basicamente, a geração de caixa livre oriunda das operações da Companhia.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tiveram um aumento de 10%, correspondente a R\$272 milhões, principalmente devido às movimentações relacionadas ao passivo atuarial.

Demais contas a receber

O saldo de demais contas a receber apresentou um acréscimo de 59% no comparativo entre os períodos, passando de R\$276 milhões em 2018, para R\$439 milhões em 2019. Esta variação ocorreu principalmente devido ao registro de valores a receber de seguradora, referente ao sinistro do gasômetro em Ipatinga de R\$125 milhões.

Intangível

O Intangível apresentou aumento de 4,5%, o equivalente a R\$31,3 milhões, principalmente devido aos maiores investimentos em CAPEX no ano de 2019 e a reversão de *impairment* de R\$16,7 milhões.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

Em 2019, a elevação de 34% em fornecedores, empreiteiros e fretes, equivalente a R\$385 milhões em relação a 2018, é decorrente, principalmente, das compras de placas para laminação, bem como pelo do aumento de volumes e preços na aquisição de *comodities* como minério de ferro e zinco.

Títulos a pagar *forfating*

Em 2019, redução em títulos a pagar - *forfating* de R\$352 milhões, devido à diminuição nas operações realizadas, como parte da gestão de caixa da Companhia.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$1,6 bilhões refere-se principalmente ao encerramento da dívida renegociada em 2016, que totalizava R\$4,6 bilhões em 31 de dezembro de 2018, contra a emissão da nova dívida oriunda da renegociação de 2019, correspondente, basicamente, aos *Bonds* e que totalizava R\$3,0 bilhões em 31 de dezembro de 2019. A aumento das debêntures no longo prazo em R\$1,2 bilhões refere-se ao encerramento da 6ª emissão, que totalizava R\$819,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, contra a nova dívida correspondente a 7ª emissão, que totalizava R\$2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2019.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais cresceu 22% no comparativo entre os períodos, passando de R\$636 milhões em 2018, para R\$777 milhões em 2019. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia, além de adições trabalhistas e cíveis.

Benefícios pós-emprego

O passivo de benefícios pós-emprego aumentou 52%, correspondente a R\$541 milhões, principalmente devido à redução da taxa de desconto, que acompanhou a redução das taxas de juros no mercado brasileiro em 2019. Outra premissa que também influenciou o aumento do passivo de benefícios pós-emprego foi o custo dos juros.

2018 - 2017 COMENTÁRIOS

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

A redução de R\$621 milhões no ano de 2018, refere-se, basicamente, ao efeito líquido do pagamento em 18 de janeiro de 2018 efetuado pela Usiminas Commercial dos *Eurobonds*, que totalizavam USD400 milhões.

Contas a receber de clientes

O aumento no contas a receber na Usiminas R\$339 milhões, deve-se ao aumento do prazo médio de recebimento de clientes.

Estoques

Aumento no saldo de Estoques em R\$1,1 bilhão em função, principalmente, da elevação de preços de matérias primas, em destaque o carvão e placas adquiridas.

Impostos a recuperar

Em 2018, o aumento de R\$385 milhões, que representou variação de 106% na comparação com 2017, foi decorrente, principalmente, do reconhecimento do montante referente a ação judicial que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e que transitou em julgado com decisão favorável às Empresas Usiminas.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos tiveram uma redução de 9% principalmente devido à constituição de diferido passivo sobre depreciação fiscal, no valor de R\$356 milhões.

Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou uma redução de 23% no comparativo entre os períodos, passando de R\$676 milhões em 2017, para R\$524 milhões em 2018. Esta variação ocorreu principalmente devido à provisão para perda de IR/CSLL (expurgo Plano Verão) e INSS (autônomos) de R\$98 milhões; e levantamento de depósito referente a execução fiscal para cobrança de contribuição previdenciária (INSS) sobre abono único de R\$43 milhões.

Impostos a recuperar

Em 2018, o aumento de R\$399 milhões, que representou variação de 728% na comparação com 2017, foi decorrente, principalmente, do reconhecimento do montante referente a ação judicial que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia

Valores a receber Eletrobras

Em 2018, transitou em julgado, com decisão favorável à Companhia, ação judicial que visava receber o valor integral recolhido pela Usiminas junto à Eletrobras a título de empréstimo compulsório. Esse valor, que foi integralmente reconhecido, totalizou R\$676 milhões. Em 2017, não havia registro referente a esse tema nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imobilizado

O Imobilizado apresentou redução de 9%, o equivalente a R\$1,2 bilhão, principalmente devido a depreciação do período e a perda por *impairment*. Os investimentos em CAPEX no ano de 2018 foram de R\$463 milhões, compensando em parte a citada redução.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

Em 2018, a elevação de 16% em fornecedores, empreiteiros e fretes, equivalente a R\$157 milhões em relação a 2017, é decorrente, principalmente, dos gastos relacionados com a aquisição de coque verde de petróleo junto a Petrobrás Distribuidora.

Títulos a pagar *forfating*

Em 2018, aumento em títulos a pagar - *forfating* em R\$491 milhões, devido à gestão de caixa da Companhia, para alongamento de prazo de pagamento com fornecedores.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$195 milhões refere-se principalmente a transferência de cerca de R\$310 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2019. O aumento do dólar em mais de 17% impactou a parcela da dívida correspondente a esta moeda, compensando em parte a citada redução.

A redução das debêntures no longo prazo em R\$68 milhões refere-se à transferência de aproximadamente R\$56 milhões de longo prazo para curto prazo, relativos ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2019.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais reduziu 5% no comparativo entre os períodos, passando de R\$669 milhões em 2017, para R\$636 milhões em 2018. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia, além de adições trabalhistas e reversões tributárias e cíveis.

2017 - 2016 COMENTÁRIOS

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

O aumento de R\$1,1 bilhão verificado em caixa e equivalentes de caixa no ano de 2017, ocorreu, basicamente, pelo recebimento por parte da Usiminas Commercial, em 12 de dezembro de 2017, dos *Eurobonds*, que totalizavam USD400 milhões.

Contas a receber de clientes

O aumento no contas a receber na Usiminas em R\$376 milhões, deve-se a melhora do mercado e aumento de preços.

Estoques

Os estoques apresentaram aumento de 6,1%, equivalentes a R\$159 milhões, decorrentes do aumento nos custos de produção, em função de maiores custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

O investimento em coligadas e controladas apresentou redução de 6%, o equivalente a R\$72 milhões, decorrente principalmente, do registro de perda por valor recuperável de ativos (*impairment*), referente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Modal e da coligada Codeme.

Imobilizado

O Imobilizado apresentou redução de 6%, o equivalente a R\$866 milhões, principalmente devido a depreciação do período. Os investimentos em CAPEX no ano de 2017 foram de R\$216 milhões, não contribuindo, significativamente, para o aumento do ativo.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

A elevação de 15% em fornecedores, empreiteiros e fretes, equivalente a R\$131 milhões, deve-se, principalmente, aos gastos relacionados ao aumento das exportações na Unidade de Mineração, que resultaram em maiores gastos com frete marítimo, ferroviário e carregamento portuário. Adicionalmente, na Unidade Mineração, houve a retomada da produção em duas instalações de tratamento de minério, que gerou gastos pulverizados entre diversos fornecedores.

Empréstimos e financiamentos e debêntures

O aumento dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$866 milhões refere-se principalmente a transferência de cerca de R\$587 milhões da dívida da Usiminas Commercial de longo prazo para o curto prazo e da transferência de cerca de R\$319 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018. O aumento das debêntures no curto prazo em R\$56 milhões refere-se à transferência de aproximadamente R\$60 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$1,1 bilhão refere-se principalmente a transferência de cerca de R\$587 milhões da dívida da Usiminas Commercial de longo prazo para o curto prazo; da transferência de cerca de R\$319 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018, e ao pagamento de parcela de principal no valor de R\$244 milhões referente a antecipação relativa ao pagamento correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos *Eurobonds*, em função da renegociação da dívida.

A redução das debêntures no longo prazo em R\$105 milhões refere-se a transferência de cerca de R\$60 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018 e ao pagamento de parcela de principal no valor de R\$46 milhões referente a antecipação relativa ao pagamento correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos *Eurobonds*, em função da renegociação da dívida.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 10% no comparativo entre os períodos, passando de R\$608 milhões em 2016 para R\$669 milhões em 2017. Esta variação ocorreu, basicamente, devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia e adições tributárias, principalmente em relação a ação anulatória de autos de infração lavrados pelo estado do Rio Grande do sul para exigência de ICMS.

Benefícios pós-emprego

A redução das provisões para Benefícios pós-emprego no valor de R\$292 milhões em 31 de dezembro de 2017, quando comparado com 31 de dezembro de 2016, refere-se principalmente às amortizações dos passivos com os planos no valor total de R\$230 milhões e, também, pela reversão do Fundo Previdencial do Plano de Benefício Definido (PBD) no valor de R\$157 milhões. Esta redução foi parcialmente compensada por R\$97 milhões de constituição de novas provisões, principalmente no Plano de Saúde, dentre outras variações.

Demonstrações do resultado dos anos 2019, 2018 e 2017 e suas variações

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31/12/2019	AV (%) 2019	31/12/2018	AV (%) 2018	31/12/2017	AV (%) 2017	Em milhares de reais	
							Análise Horizontal 2019 x 2018	Análise Horizontal 2018 x 2017
Receita de bens e serviços	14.948.719	100%	13.736.780	100%	10.734.118	100%	9%	28%
Custo dos Bens e Serviços	-13.074.129	-87%	-11.521.694	-84%	-9.099.024	-85%	13%	27%
Resultado Bruto	1.874.590	13%	2.215.086	16%	1.635.094	15%	-15%	35%
Despesas Receitas operacionais	-922.079	-6%	-1.072.815	-8%	-751.224	-7%	-14%	43%
Despesas com Vendas	-288.515	-2%	-337.404	-2%	-250.950	-2%	-14%	34%
Despesas Gerais e Administrativas	-426.905	-3%	-440.022	-3%	-404.393	-4%	-3%	9%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-387.394	-3%	-555.739	-4%	-250.777	-2%	-30%	122%
Resultado de Equivalência Patrimonial	180.735	1%	260.350	2%	154.896	1%	-31%	68%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	952.511	6%	1.142.271	8%	883.870	8%	-17%	29%
Resultado Financeiro	-509.839	-3%	93.045	1%	-462.920	-4%	-648%	-120%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	442.672	3%	1.235.316	9%	420.950	4%	-64%	193%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-65.981	0%	-406.621	-3%	-105.870	-1%	-84%	284%
Lucro (Prejuízo) líquido do Período	376.691	3%	828.695	6%	315.080	3%	-55%	163%

2019 - 2018 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

Em 2019, a receita líquida totalizou R\$14,9 bilhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2018 (R\$13,7 bilhões), em função principalmente de maiores volumes e preços de venda na Unidade de Mineração e maiores preços praticados na Unidade de Siderurgia.

No ano de 2018, a receita líquida foi de R\$13,7 bilhões, uma elevação de 28% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$10,7 bilhões, em função de maiores preços médios e volumes de aço e de minério de ferro ao longo do ano. Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,2 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2018 (4,0 milhões de toneladas em 2017), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 6,5 milhões de toneladas de minério de ferro no mesmo período (3,7 milhões de toneladas em 2017).

Custo dos bens ou serviços vendidos

No ano de 2019, o custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$13,1 bilhões, elevação de 13,5% quando comparado ao ano de 2018, que foi de R\$11,5 bilhões.

No ano de 2018, o CPV foi de R\$11,5 bilhões, contra R\$9,1 bilhões em 2017, uma elevação de 26,6%, principalmente em função ao maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. A margem bruta em 2018 foi de 16,1%, contra 15,2% em 2017.

Despesas com vendas

Em 2019, as despesas com vendas foram de R\$289 milhões, contra R\$337,4 milhões em 2018, uma redução de 14,5%. Esta variação, deve-se principalmente a reversões de provisão para devedores duvidosos registradas em 2019, frente ao registro de provisões para devedores duvidosos em 2018, parcialmente compensados por maiores custos com distribuição associados principalmente ao maior volume de exportação de minério de ferro.

No ano de 2018, as despesas com vendas totalizaram R\$337,4 milhões, contra R\$251,0 milhões em 2017, uma elevação de 34,5% em função principalmente de maiores custos de distribuição decorrente do maior volume de vendas e da maior provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Despesas gerais e administrativas

Em 2019, as despesas gerais e administrativas foram de R\$427,0 milhões, uma redução de 3,0% em relação ao ano de 2018, que foram de R\$440,0 milhões, principalmente em função de maiores despesas com serviços de terceiros (despesas advocatícias).

Em 2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$440,0 milhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2017, que foram de R\$404,4 milhões, principalmente em função de maiores despesas com serviços de terceiros (despesas advocatícias).

Despesas e receitas operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas foram negativas em R\$387 milhões em 2019 (2018: R\$556 milhões negativas), uma redução de 30,3% principalmente em função de:

- Efeitos de *impairment* registrados em 2019 no montante de R\$16 milhões (2018: R\$473 milhões);
- Redução de R\$87 milhões nas despesas com ociosidade, que totalizaram R\$277 milhões em 2019 (2018: R\$364 milhões), principalmente em função da renegociação do contrato de arrendamento de área de terceiros na Unidade de Mineração e de menor depreciação na Unidade de Siderurgia;
- Menor saldo de provisão para perda de depósitos judiciais em R\$56 milhões. Esta provisão, registrada em 2018, não se repetiu no ano de 2019;
- Melhor resultado na venda de energia elétrica em R\$36 milhões, que foi de R\$48 milhões positivos em 2019 (2018: R\$12 milhões positivos).

Parcialmente compensados por:

- Menor valor de principal de créditos fiscais reconhecido no período em R\$332 milhões, relativo à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (vide Nota ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS). Em 2019, tais créditos totalizaram R\$87 milhões (2018: R\$419 milhões);
- Menores créditos reconhecidos associados ao empréstimo compulsório à Eletrobras (vide nota Empréstimo compulsório – Eletrobras) em R\$69 milhões. Em 2019, a Companhia reconheceu R\$117 milhões (2018: R\$186 milhões);
- Maior saldo de provisões para contingências registrado no ano de 2019 em R\$55 milhões. Em 2019, tais provisões totalizaram R\$202 milhões (2018: R\$147 milhões);
- Menores créditos fiscais relacionados a PIS/COFINS de importação em R\$36 milhões. Este montante foi registrado no ano de 2018, e não houve evento desta natureza em 2019.

Assim, as receitas (despesas) operacionais líquidas foram negativas em R\$1,1 bilhão em 2019 (2018: R\$1,3 bilhão negativas).

Outras despesas e receitas operacionais em 2018 foram negativas em R\$555,7 milhões, contra R\$250,8 milhões negativas no ano de 2017, um aumento de 121,6% principalmente devido a:

- Perda por *impairment*, no valor de R\$529,3 milhões na Unidade de Siderurgia, de R\$143,1 milhões na Unidade de Bens de Capital, parcialmente compensados pela reversão de *impairment* no valor de R\$199,6 milhões na Unidade de Mineração em 2018. No ano de 2017, houve *impairment* de ativos no valor de R\$73,0 milhões Unidade de Siderurgia e de R\$1,9 milhões na Unidade de Mineração;
- Menores créditos fiscais relacionados ao valor do principal relativo ao PIS/COFINS de importação em R\$201,4 milhões, que foram de R\$36,1 milhões em 2018, contra R\$237,5 milhões em 2017;
- Reconhecimento de R\$201,1 milhões, líquido de despesas, pela Mineração Usiminas no ano de 2017, referente ao Acordo com a Porto Sudeste. Não houve tal efeito em 2018;
- Provisão para perda de depósitos judiciais em R\$55,8 milhões;
- Provisão de R\$37,5 milhões de créditos fiscais decorrente da expectativa de não recuperação futura.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Reconhecimento do valor do principal de créditos fiscais no montante de R\$410,9 milhões na Unidade de Siderurgia e R\$7,8 milhões na Unidade de Bens de Capital relacionados ao processo transitado em julgado relativo à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário);
- Reconhecimento do valor do principal do montante a receber de R\$186,0 milhões relativos a processo transitado em julgado relacionado a empréstimo compulsório à Eletrobras, no ano de 2018, na Unidade de Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário).

Resultado financeiro

Em 2019, o resultado financeiro foi negativo em R\$510 milhões (2018: R\$93 milhões positivo) em função de:

- Menor valor reconhecido como juros relativos ao processo de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (vide nota ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS) em R\$315 milhões. Em 2019 tal evento totalizou R\$70 milhões (2018: R\$385 milhões);
- Menor saldo reconhecido como correção monetária sobre créditos a receber da Eletrobras (vide nota Empréstimo compulsório – Eletrobras) em R\$226 milhões. Em 2019, a Companhia registrou R\$264 milhões relacionados ao tema (2018: R\$490 milhões);
- Maiores despesas com comissões sobre financiamentos em função da operação de emissão de títulos representativos de dívida no exterior e da emissão de debêntures ocorridas no ano em R\$109 milhões. Em 2019 tais despesas totalizaram R\$128 milhões (2018: R\$19 milhões);
- Elevação do saldo de correção sobre provisões para demandas judiciais em R\$67 milhões, totalizando R\$177 milhões no ano de 2019 (2018: R\$110 milhões).

Em 2018, o resultado financeiro foi de R\$93,0 milhões positivo, contra R\$462,9 milhões negativo em 2017, principalmente em função do reconhecimento de correção monetária sobre créditos a receber da Eletrobras no montante de R\$490,0 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário) e ao reconhecimento de juros relativos ao processo de inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$384,5 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário), parcialmente compensados pela perda cambial de R\$163,4 milhões em 2018, contra perda de R\$21,6 milhões em 2017.

2018 - 2017 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

No ano de 2018, a receita líquida foi de R\$13,7 bilhões, uma elevação de 28% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$10,7 bilhões, em função de maiores preços médios e volumes de aço e de minério de ferro ao longo do ano. Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,2 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2018 (4,0 milhões de toneladas em 2017), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 6,5 milhões de toneladas de minério de ferro no mesmo período (3,7 milhões em 2017).

Custo dos bens ou serviços vendidos

No ano de 2018, o CPV foi de R\$11,5 bilhões, contra R\$9,1 bilhões em 2017, uma elevação de 26,6%, principalmente em função ao maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. A margem bruta em 2018 foi de 16,1%, contra 15,2% em 2017.

Despesas com vendas

No ano de 2018, as despesas com vendas totalizaram R\$337,4 milhões, contra R\$251,0 milhões em 2017, uma elevação de 34,5% em função principalmente de maiores custos de distribuição decorrente do maior volume de vendas e da maior provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Despesas gerais e administrativas

Em 2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$440,0 milhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2017, que foram de R\$404,4 milhões, principalmente em função de maiores despesas com serviços de terceiros (despesas advocatícias).

Despesas e receitas operacionais

Outras despesas e receitas operacionais em 2018 foram negativas em R\$555,7 milhões, contra R\$250,8 milhões negativas no ano de 2017, um aumento de 121,6% principalmente devido a:

- Perda por impairment, no valor de R\$529,3 milhões na Unidade de Siderurgia, de R\$143,1 milhões na Unidade de Bens de Capital, parcialmente compensados pela reversão de impairment no valor de R\$199,6 milhões na Unidade de Mineração em 2018. No ano de 2017, houve impairment de ativos no valor de R\$73,0 milhões Unidade de Siderurgia e de R\$1,9 milhões na Unidade de Mineração;
- Menores créditos fiscais relacionados ao valor do principal relativo ao PIS/COFINS de importação em R\$201,4 milhões, que foram de R\$36,1 milhões em 2018, contra R\$237,5 milhões em 2017;
- Reconhecimento de R\$201,1 milhões, líquido de despesas, pela Mineração Usiminas no ano de 2017, referente ao Acordo com a Porto Sudeste. Não houve tal efeito em 2018;
- Provisão para perda de depósitos judiciais em R\$55,8 milhões;
- Provisão de R\$37,5 milhões de créditos fiscais decorrente da expectativa de não recuperação futura.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Reconhecimento do valor do principal de créditos fiscais no montante de R\$410,9 milhões na Unidade de Siderurgia e R\$7,8 milhões na Unidade de Bens de Capital relacionados ao processo transitado em julgado relativo à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário);
- Reconhecimento do valor do principal do montante a receber de R\$186,0 milhões relativos a processo transitado em julgado relacionado a empréstimo compulsório à Eletrobras, no ano de 2018, na Unidade de Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário).

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

No ano de 2018, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas totalizou R\$260,4 milhões, contra R\$154,9 milhões no ano de 2017, principalmente em função da maior contribuição da Unigal e da MRS Logística e do menor impacto do resultado negativo da Codeme.

Resultado financeiro

Em 2018, o resultado financeiro foi de R\$93,0 milhões positivo, contra R\$462,9 milhões negativo em 2017, principalmente em função do reconhecimento de correção monetária sobre créditos a receber da Eletrobras no montante de R\$490,0 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário) e ao reconhecimento de juros relativos ao processo de inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$384,5 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário), parcialmente compensados pela perda cambial de R\$163,4 milhões em 2018, contra perda de R\$21,6 milhões em 2017.

2017 – 2016 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

No ano de 2017, a receita líquida foi de R\$10,7 bilhões, contra R\$8,5 bilhões em 2016, um crescimento de 27,0% em função de maior volume de venda de aço e minério de ferro, bem como da elevação dos preços médios ao longo do ano. Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,0 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2017 (3,7 milhões de toneladas em 2016), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 3,7 milhões de toneladas de minério de ferro (3,2 milhões em 2016).

Custo dos bens ou serviços vendidos

Em 2017, o CPV foi de R\$9,1 bilhões, contra R\$8,0 bilhões em 2016, um crescimento de 14,2% principalmente em função ao maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. A margem bruta no ano de 2017 foi de 15,2%, contra 5,8% em 2016.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2017, as despesas com vendas foram de R\$251,0 milhões, contra R\$272,7 milhões em 2016, principalmente devido a menor provisão para devedores duvidosos em R\$31,3 milhões, parcialmente compensada por maiores custos de distribuição devido à maior exportação de aço e minério de ferro no período.

As despesas gerais e administrativas em 2017 foram de R\$404,4 milhões, contra R\$354,2 milhões em 2016, representando uma elevação de 14,2%, em função de maiores despesas com mão de obra própria e de terceiros, bem como de despesas gerais.

Outras despesas e receitas operacionais foram de R\$250,8 milhões negativos em 2017 contra R\$224,8 milhões negativos em 2016, em função de:

- *Impairment* de ativos no valor de R\$74,9 milhões em 2017, relativo ao ágio proveniente da aquisição da Controlada Rios Unidos, Controlada Modal e Coligada Codeme, contra uma reversão de *impairment* de R\$358,3 milhões em 2016 na unidade de Mineração; Vale destacar que o EBITDA Ajustado não é impactado por eventos de *impairment* de ativos;
- Resultado de venda e baixa de ativos negativo no valor de R\$1,2 milhão em 2017, contra R\$71,5 milhões positivo em 2016;
- Maiores provisões para demandas judiciais em R\$73,1 milhões, que foram de R\$138,1 milhões em 2017 contra R\$65,0 milhões em 2016.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Recebimento decorrente do Acordo firmado no processo de arbitragem contra o Porto Sudeste, no valor de R\$201,1 milhões líquido de despesas no ano de 2017;
- Resultado de venda de energia elétrica de R\$14,0 milhões positivo em 2017, contra R\$132,8 milhões negativo em 2016;
- Créditos fiscais de R\$237,5 milhões em 2017, contra R\$176,3 milhões em 2016;
- Menores despesas com custos não absorvidos de equipamentos parados no valor de R\$403,8 milhões, dos quais R\$349,1 milhões foram relativos a depreciação, contra R\$485,1 milhões em 2016, dos quais R\$427,9 milhões foram relativos a depreciação;
- Evento extraordinário, não recorrente, referente a despesa pela antecipação de término de contrato com fornecedor de R\$70,7 milhões em 2016. Não houve evento desta natureza em 2017;
- Maior receita com o Programa Reintegra que foi de R\$25,4 milhões em 2017, contra R\$0,8 milhão em 2016.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

O resultado de equivalência patrimonial em coligadas e controladas foi de R\$154,9 milhões em 2017, contra R\$142,9 milhões em 2016, principalmente decorrente do desempenho da Unigal e da MRS Logística.

Resultado financeiro

No ano de 2017, o resultado financeiro líquido foi de R\$462,9 milhões negativos, contra R\$30,1 milhões negativos em 2016, principalmente em função da desvalorização do Real frente ao Dólar de 1,5% em 2017, contra uma valorização de 16,5% em 2016, que resultou em perdas cambiais de R\$21,6 milhões em 2017 contra ganhos cambiais de R\$639,1 milhões em 2016. Adicionalmente, o ano de 2017 apresentou despesas com operações de swap de R\$0,1 milhão contra despesas de R\$302,1 milhões em 2016, em função da renegociação das dívidas da Companhia iniciada em 2016, onde alguns contratos, alvos da renegociação, foram encerrados e substituídos por novos instrumentos de dívidas colaborando assim para o aumento destas despesas.

10.2. Os diretores devem comentar sobre

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada principalmente pela venda de produtos siderúrgicos, como chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, placas e galvanizados (Unidade de Siderurgia).

A Usiminas apresenta também em suas demonstrações financeiras consolidadas receitas provenientes das unidades de Mineração, Transformação do Aço e Bens de Capital. A receita destas unidades é gerada principalmente por:

- Mineração: Venda de minério de ferro através da Mineração Usiminas S.A.;
- Transformação do Aço: Beneficiamento e distribuição de produtos siderúrgicos através da Soluções Usiminas S.A.;
- Bens de Capital: Fabricação de Estruturas Metálicas, Equipamentos Industriais, Fundação e Vagões Ferroviários e Serviços de Montagens Industriais através da Usiminas Mecânica S.A.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Usiminas é afetado principalmente pela demanda, que influencia o volume vendido e os preços de nossos produtos e pelas taxas de câmbio que podem facilitar a importação de produtos e dificultar nossa competitividade.

Em 2019, a receita líquida totalizou R\$14,9 bilhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2018 (R\$13,7 bilhões), em função principalmente de maiores volumes e preços de venda na Unidade de Mineração e maiores preços praticados na Unidade de Siderurgia. A distribuição desta receita foi de 82% no mercado interno e 18% no mercado externo.

No ano de 2019, a receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,7 bilhões, em linha com o resultado apresentado em 2018 (R\$12,6 bilhões). Em 2019, o *cash cost* por tonelada foi de R\$2.267/t, uma elevação de 9,9% em relação a 2018 (R\$2.063/t), principalmente devido a: (i) maiores custos com minério de ferro e pelotas, devido ao forte movimento de aumento de preços dessas *commodities* e valorização do dólar frente ao real no período; (ii) maior custo com carvão e coque, principalmente devido à valorização dessa matéria-prima no mercado internacional; parcialmente compensados por: (iii) menor custo com placa adquirida. Na Unidade Mineração a receita líquida totalizou R\$2,0 bilhões em 2019, uma elevação de 83,3% em relação ao ano de 2018 (R\$1,1 bilhão), principalmente em função dos maiores preços e volumes vendidos, além da desvalorização do Real frente ao dólar no período. No ano de 2019, o *cash cost* por tonelada foi de R\$64,5/t, um aumento de 6,0% em relação a 2018 (R\$60,8/t), relacionado principalmente a maiores custos com matéria-prima utilizada nas plantas. Na Unidade Transformação do Aço a receita líquida alcançou R\$3,7 bilhões, uma elevação de 15,2% em relação ao ano de 2018 (R\$3,2 bilhões), devido, principalmente, aos maiores volumes e preços de venda. Por fim, a receita líquida da Unidade Bens de Capital totalizou R\$412 milhões, uma elevação de 16,8% em relação ao ano de 2018 (R\$353 milhões), refletindo o crescimento nos segmentos de Montagens Industriais e Equipamentos.

No ano de 2018, a receita líquida foi de R\$13,7 bilhões, uma elevação de 28% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$10,7 bilhões, em função de maiores preços médios e volumes de aço e de minério de ferro ao longo do ano. A distribuição desta receita foi de 83% no mercado interno e 17% no mercado externo.

No ano de 2018, a receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,6 bilhões, contra R\$10,0 bilhões em 2017, uma elevação de 26,0% principalmente em função de melhores preços no mercado interno e externo e de maiores volumes no mercado interno. Na Unidade de Mineração, totalizou R\$1,1 bilhão, uma elevação de 106,8% em relação à de 2017, que foi de R\$524,8 milhões, principalmente devido ao maior volume de vendas em 76,1%,

destacando-se a retomada das exportações, e os melhores preços no mercado internacional. No ano de 2018, o *cash cost* por tonelada foi de R\$60,8/t, contra R\$58,9/t no ano de 2017, uma elevação de 3,2%, principalmente em função de maiores custos de mão-de-obra, serviços de manutenção, energia elétrica e combustível. Na Unidade Transformação do Aço a receita líquida foi R\$3,2 bilhões, 29,7% superior à de 2017, que foi de R\$2,5 bilhões, devido principalmente ao maior preço médio em aproximadamente 16,8% no período e maiores volumes de venda e serviços. Por fim, a receita líquida da Unidade Bens de Capital foi de R\$352,7 milhões, contra R\$287,6 milhões em 2017, uma elevação de 22,6%, em função do crescimento no segmento de Vagões Ferroviários.

No ano de 2017, a receita líquida consolidada da Companhia foi de R\$10,7 bilhões contra R\$8,5 bilhões em 2016, um crescimento de 27,0% em função de maiores volumes de venda de aço e minério de ferro, bem como da elevação dos preços médios ao longo do ano. A distribuição desta receita foi de 86% no mercado interno e 14% no mercado externo. Na Unidade de Negócio Siderurgia, a receita líquida foi de R\$10,0 bilhões, 32,7% superior à de 2016, que foi de R\$7,5 bilhões, principalmente devido aos maiores volumes e preços de venda de aço. Na Unidade de Mineração, a receita líquida foi de R\$524,8 milhões, contra R\$366,1 milhões em 2016, um crescimento de 43,3%, em função do maior volume de vendas e do maior preço de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços *Platts* ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$72,3/t em 2017, contra US\$54,4/t em 2016, uma elevação de 33,0%. Na Unidade Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$2,5 bilhões, contra R\$1,9 bilhão em 2016, um crescimento de 34,7%, devido ao maior volume de vendas e serviços e pelo maior preço médio em cerca de 16% no período. Por fim, da Unidade Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$287,6 milhões, contra R\$568,3 milhões em 2016, uma redução de 49,4%, principalmente decorrente da redução de sua carteira de projetos de equipamentos, estruturas e montagens em razão da estagnação de projetos nos setores de óleo e gás e infraestrutura no país.

Demonstração de Resultado por Unidades de Negócios

R\$ milhões		Siderurgia*	Mineração	Transformação do Aço	Bens de Capital	Eliminações e Ajustes	Consolidado
2019	Receita Líquida de:	12.719	1.989	3.731	412	(3.902)	14.949
	Mercado Interno	11.443	607	3.730	412	(3.902)	12.290
	Mercado Externo	1.276	1.382	1	-	-	2.659
2018	Receita Líquida de:	12.570	1.085	3.238	353	(3.509)	13.737
	Mercado Interno	10.935	385	3.238	353	(3.509)	11.402
	Mercado Externo	1.635	700	-	-	-	2.335
2017	Receita Líquida de:	9.980	525	2.497	288	(2.556)	10.734
	Mercado Interno	8.635	344	2.496	287	(2.556)	9.207
	Mercado Externo	1.346	180	1	1	-	1.527

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Volumes de vendas

Indicadores	2019	AV (%) 2019	2018	AV (%) 2018	2017	AV (%) 2017	Var. 2019/2018	Var. 2018/2017
Vendas físicas de aço (t mil)	4.105	100%	4.198	100%	4.026	100%	-2%	4%
Mercado Interno	3.681	90%	3.650	87%	3.441	85%	1%	6%
Mercado Externo	424	10%	548	13%	585	15%	-23%	-6%
Vendas de minério (t mil)	8.616	100%	6.474	100%	3.676	100%	33%	76%
Mercado Interno - Para Terceiros	1.800	21%	759	12%	293	8%	137%	159%
Mercado Externo	4.631	54%	3.274	50%	891	24%	41%	267%
Mercado Interno - Usiminas	2.185	25%	2.441	38%	2.492	68%	-10%	-2%

Em 2019, o volume total de vendas alcançou 4,1 milhões de toneladas, uma redução de 2,3% em relação ao ano de 2018, que foi de 4,2 milhões de toneladas. As vendas no mercado interno foram de 3,7 milhões de toneladas, estável ao comparar com os 3,7 milhões de toneladas em 2018. No mercado externo as vendas totalizaram 424 mil toneladas, uma redução de 22,6% em relação ao ano de 2018, que foi de 548 mil toneladas. O volume de vendas foi 90% destinado ao mercado interno e 10% às exportações em 2019. Na Unidade de Mineração, em 2019, o volume de vendas totalizou 8,6 milhões de toneladas em 2019, contra 6,5 milhões de toneladas em 2018, uma elevação de 33,1% principalmente devido ao maior volume das exportações e ao maior volume de vendas no mercado doméstico.

Em 2018, o volume total de vendas alcançou 4,2 milhões de toneladas, uma elevação de 4,3% em relação ao ano de 2017, que foi de 4,0 milhões de toneladas. As vendas no mercado interno foram de 3,7 milhões de toneladas, contra 3,4 milhões de toneladas em 2017, um aumento de 6,1%. No mercado externo as vendas totalizaram 549 mil toneladas, uma redução de 6,2% em relação ao ano de 2017, que foi de 585 mil toneladas. O volume de vendas foi 87% destinado ao mercado interno e 13% às exportações em 2018. Na Unidade de Mineração, em 2018, o volume de vendas totalizou 6,5 milhões de toneladas em 2018, contra 3,7 milhões de toneladas em 2017, uma elevação de 76,1% principalmente devido à retomada das exportações e ao maior volume de vendas no mercado doméstico.

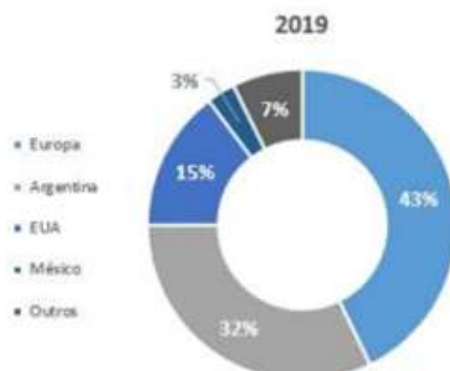
No ano de 2017, o volume total de vendas foi de 4,0 milhões de toneladas, contra 3,7 milhões de toneladas em 2016, representando um crescimento de 10,2%. O mercado interno, com maior representatividade, registrou vendas de 3,4 milhões de toneladas em 2017, contra 3,2 milhões em 2016, um crescimento de 8,4% na comparação com o ano anterior, principalmente impulsionado pela recuperação da demanda nos setores automotivo, setores ligados à safra tais como máquinas agrícolas e silos, e setores exportadores. As exportações foram de 584,3 mil toneladas, uma elevação de 22,6% em relação às de 2016. A participação das vendas no mercado doméstico representou 85% das vendas totais, em 2017. Em relação às vendas de minério, o volume total foi de 3,7 milhões de toneladas em 2017, contra 3,2 milhões em 2016, um aumento de 14,6%, principalmente devido à retomada das exportações no terceiro trimestre do ano.

A seguir, o volume de vendas da Siderurgia em 2019, 2018 e 2017:

Detalhamento das Vendas Físicas da Siderurgia por Produto

Mil toneladas	2019		2018		2017		Var. 2019/2018	Var. 2018/2017
VENDAS FÍSICAS TOTAIS	4.105	100%	4.198	100%	4.026	100%	-2%	4%
Chapas Grossas	453	11%	467	11%	481	12%	-3%	-3%
Laminados a Quente	1.245	30%	1.273	30%	1.139	28%	-2%	12%
Laminados a Frio	1.236	31%	1.341	32%	1.319	33%	-8%	2%
Galvanizados	1.107	27%	1.086	26%	1.028	26%	2%	6%
Produtos Processados	3	0%	4	0%	-	-	-25%	-
Placas	61	1%	27	1%	59	1%	126%	-54%

Os principais destinos das exportações em 2019 foram:



Vendas

No ano de 2019, a receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,7 bilhões, em linha com o resultado apresentado em 2018 (R\$12,6 bilhões). As vendas totais atingiram 4,1 milhões de toneladas de aço, uma redução de 2,2% em relação ao ano de 2018 (4,2 milhões de toneladas). No mercado interno, as vendas foram de 3,7 milhões de toneladas em 2019, estáveis em relação ao ano anterior. As vendas para o mercado externo atingiram 424 mil toneladas, inferiores em 22,5% em relação a 2018 (548 mil toneladas). O volume de vendas foi 90% destinado ao mercado interno e 10% às exportações em 2019. No Segmento Mineração em 2019, a receita líquida totalizou R\$2,0 bilhões, uma elevação de 83,3% em relação ao ano de 2018 (R\$1,1 bilhão), principalmente em função dos maiores preços e volumes vendidos, além da desvalorização do Real frente ao dólar no período. O volume de vendas totalizou 8,6 milhões de toneladas em 2019, uma elevação de 33,1% em relação ao ano de 2018 (6,5 milhões de toneladas), representando o recorde de vendas de minério de ferro, também associada à retomada da Planta Samambaia.

No ano de 2018, o preço de vendas médio dos produtos siderúrgicos apresentou uma elevação em relação a 2017. A receita líquida por tonelada foi superior em 20,8% na comparação com 2017, sendo uma elevação de 19,4% nos preços médios das vendas para o mercado interno e 29,7% nos preços médios das vendas para o mercado externo. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2018 foi 17,4% superior à receita líquida por tonelada do ano de 2017, em função da elevação do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$69,5/t em 2016, contra US\$72,3/t em 2017, uma redução 2,6%.

O preço de vendas médio dos produtos siderúrgicos em 2017, apresentou uma elevação em relação a 2016. A receita líquida por tonelada foi superior em 20,4% na comparação com 2016, sendo uma elevação de 20,5% nos preços médios das vendas para o mercado interno e 20,4% nos preços médios das vendas para o mercado externo. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2017 foi 25% superior à receita líquida por tonelada do ano de 2016, em função da elevação do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$72,3/t em 2016 contra US\$54,4/t em 2016, uma elevação de 33,0%.

c) Impactos da inflação, da variação de preços, dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variações no custo das vendas

O Custo dos Produtos Vendidos – CPV para a Unidade Siderurgia foi de R\$11,8 bilhões em 2019, uma elevação de 11,0% em relação a 2018 (R\$10,6 bilhões). O CPV por tonelada foi de R\$2.868/t em 2019, um aumento de 13,5% em relação a 2018 (R\$2.526/t), principalmente devido

ao aumento dos custos com matérias-primas, destacando-se minério de ferro e carvão. Na Unidade Mineração o custo do produto vendido – CPV totalizou R\$1,1 bilhão em 2019, 52,8% superior ao de 2018 (R\$749 milhões), em função do aumento do volume de vendas no ano. Em termos unitários, o CPV/t foi de R\$132,6/t, um aumento de 14,9% em comparação a 2018 (R\$115,4/t), em função do aumento das vendas na modalidade CFR (*Cost and Freight*).

O Custo de venda para a Unidade de Siderurgia em 2018 foi de R\$10,6 bilhões em 2018, contra R\$8,5 bilhões em 2017, uma elevação de 24,9%. O CPV por tonelada foi de R\$2.526/t em 2018, um aumento de 19,8% em relação a 2017, que foi de R\$2.109/t, principalmente devido ao aumento dos custos com matérias primas, destacando-se placas adquiridas, carvão e minério de ferro. Na Unidade da Mineração, o custo do produto vendido em 2018 foi de R\$748,8 milhões, contra R\$342,9 milhões em 2017, uma elevação de 118,4%, principalmente relacionado aos maiores volumes de vendas e fretes associados à exportação.

Em 2017, o custo de venda para a Unidade de Siderurgia foi de R\$8,5 bilhões, superior em 19,9% em relação a 2016, principalmente em função do maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. Em relação à Unidade de Mineração, o custo de venda foi de R\$343,0 milhões, uma elevação de 15,9% em relação a 2016, principalmente em função do maior volume vendido em 14,6%. O custo de matérias primas corresponde a mais da metade do custo de vendas da Companhia, principalmente placas adquiridas, carvões e minérios de ferro. Os preços destes itens seguem a dinâmica de oferta e demanda de mercado, acompanhando evolução do índice PLATTS. Combustíveis, energia e utilidades tem uma participação de cerca de 10% do custo de vendas. Os preços de combustíveis, majoritariamente gás natural, são definidos pelas agências reguladoras estaduais, enquanto o valor de utilidades segue fórmula paramétrica definida em contrato. Já o preço da energia elétrica, para a qual a Companhia possui contratos específicos que asseguram o fornecimento, é reajustado pelo índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato, sem impacto das variações de mercado. Por fim, o custo de mão de obra representa aproximadamente 9% do custo de vendas, seguindo os acordos coletivos negociados em cada localidade. Os demais itens de custo comportam-se em sua maioria de acordo com a inflação.

Variação cambial

Adicionalmente ao comentado no item anterior, as Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. As operações de derivativos têm como objetivo principal diminuir a volatilidade no fluxo de caixa oriunda da variação das moedas estrangeiras em relação ao Real. Como medida protetiva de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap* e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados moeda externa, conforme demonstrado a seguir:

Em reais mil	2019	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	209.017	170.717	1.478.473
Títulos e valores mobiliários	16.352	9.036	8.428
Contas a receber	142.974	342.424	297.966
Adiantamentos a fornecedores	955	4.407	5.404
Ativos em moeda estrangeira	369.298	526.584	1.790.271
Empréstimos e financiamentos	(3.028.744)	(1.272.702)	(1.747.954)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(369.244)	(361.804)	(219.628)
Adiantamento de clientes	(8.814)	(17.480)	(13.699)
Demais contas a pagar	(1.900)	(23.756)	(18.159)
Passivos em moeda estrangeira	(3.408.702)	(1.675.742)	(1.999.440)
Exposição líquida	(3.039.404)	(1.149.158)	(209.169)

A variação cambial sobre a posição líquida passiva da Companhia gerou perdas de R\$185,2 milhões em 2019, R\$163,4 milhões em 2018, R\$21,6 milhões em 2017.

Variação da taxa de juros

Durante os anos de 2019, 2018 e 2017, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em real (R\$) e dólar (USD) dos Estados Unidos. As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos podem ser demonstradas conforme a seguir:

Em reais mil	2019	%	2018	%	2017	%
Empréstimos e financiamentos						
Pré-fixada	3.054.782	60	35.127	1	636.251	9
TJLP	-	-	336.902	6	359.896	5
Libor	-	-	1.133.228	19	1.032.430	16
CDI	-	-	3.324.139	57	3.549.410	54
Outras	45.189	1	130.374	2	108.427	2
Total Empréstimos e financiamentos	3.099.971	61	4.959.770	85	5.686.414	86
Debêntures						
CDI	2.006.267	39	890.020	15	949.365	14
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	5.106.238	100	5.849.790	100	6.635.779	100

Em 2019, 2018 e 2017, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos e tributos parcelados da Companhia, impactaram o seu resultado negativamente em R\$366 milhões, R\$390 milhões e R\$637 milhões, respectivamente.

Impactos no resultado financeiro

Em reais mil	2019	2018	2017
Efeitos monetários ativos, basicamente sobre aplicações financeiras corrigidas com base na variação do CDI	20.256	46.575	203.256
Correção monetária dos depósitos judiciais	8.322	14.922	31.612
Efeitos monetários passivos, principalmente sobre empréstimos e financiamentos indexados pelo CDI e TJLP	(88.294)	(128.823)	(116.573)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos, decorrentes de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira (empréstimos e financiamentos, fornecedores, aplicações financeiras e clientes)	(185.168)	(163.395)	(21.601)

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do emissor e seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Administração da Companhia faz a gestão do negócio através de 4 unidades de negócios: Siderurgia, Mineração, Transformação do Aço e Bens de Capital. Não ocorreram alterações nesta composição nos últimos 3 exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos últimos 3 exercícios sociais.

c) Eventos ou operações não usuais

2019

i. Renegociação das dívidas

Em 11 de julho de 2019, a Companhia concluiu a precificação dos títulos representativos de dívida emitidos por sua subsidiária integral Usiminas International S.à r.l. no mercado internacional, no montante de US\$ 750 milhões, com cupom (juros) de 5,875% a.a., a serem pagos semestralmente, definidos a um preço de emissão de 98,594% do montante principal, com taxa de rendimento (*yield*) de 6,125% a.a. e vencimento em 18 de julho de 2026. Com os recursos desta emissão, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aos bancos credores japoneses, bem como o pré-pagamento parcial de sua dívida junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.

Em 24 de outubro de 2019, a Companhia concluiu a operação da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de setembro de 2019. Esta Emissão, referente a 2.000.000 (dois milhões) de debêntures e que totalizou R\$2 bilhões, possui juros remuneratórios semestrais correspondentes a CDI + 1,7% a.a. para as debêntures da 1ª série, no montante de R\$700.000, cujo vencimento será em 30 de setembro de 2023; e CDI + 2,1% a.a. para as debêntures da 2ª série, no montante de R\$1.300.000, cujos vencimentos ocorrerão em 30 de setembro de 2024 e em 30 de setembro de 2025, sendo pagos 50% em cada amortização. Com os recursos desta operação, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida remanescente junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.

2018

i. Renegociação das dívidas

Em 18 de janeiro de 2018, ocorreu o vencimento dos títulos de dívida ("*Eurobonds*") originalmente emitidos em 2008 pela controlada no exterior Usiminas Commercial Ltd., com o pagamento integral do valor total de US\$400 milhões aos detentores destes *Eurobonds*. Deste montante, cerca de US\$220 milhões retornaram ao caixa da Companhia.

2017

i. Redução de Capital na Mineração Usiminas

Em 03 de março de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária da MUSA, foi aprovada, por unanimidade de votos dos seus acionistas, a redução do capital social da MUSA no valor de R\$1,0 bilhão, dos quais R\$700,0 milhões foram entregues à Companhia em 19/05/17, proporcionalmente à sua participação no capital social da MUSA.

ii. Acordo entre a Mineração Usiminas S.A. e a Porto Sudeste do Brasil S.A.

Em 27 de maio de 2015, a Mineração Usiminas S.A. notificou a Porto Sudeste do Brasil S.A. (atual denominação social de MMX Porto Sudeste Ltda.) sobre a imediata rescisão do contrato de prestação de serviços de operação portuária de recebimento, movimentação, armazenagem e embarque de minério de titularidade da Mineração Usiminas no Terminal da Porto Sudeste, nas modalidades *Take or Pay* e *Delivery or Pay*, em razão do reiterado inadimplemento, pela Porto Sudeste, de sua obrigação de concluir e de colocar o porto em operação, bem como pelo não pagamento de penalidades contratuais. A Companhia adotou as providências cabíveis para resguardar os seus direitos, inclusive em processo de arbitragem, pleiteando o pagamento das multas, o ressarcimento de lucros cessantes, além de demais perdas e danos, previstos

em contrato. O referido contrato foi assinado com vigência de 5 anos a contar do primeiro embarque, previsto inicialmente para abril de 2012. Em 06 de junho de 2017, a Mineração Usiminas celebrou um acordo com a Porto Sudeste para encerrar o processo de arbitragem, resultando no distrato do referido contrato e na renúncia de todos os direitos que ambos ainda pudessem ter em relação ao contrato. O acordo estabelece um pagamento da Porto Sudeste para a Mineração Usiminas no montante de R\$205.106. Nesta mesma data, também foi celebrado um novo contrato de prestação de serviços de operações portuárias, que prevê que a Mineração Usiminas terá o direito, mas não a obrigação, de movimentar pelos próximos anos um volume total de até 17,5 milhões de toneladas de minério de ferro pelo Terminal Portuário da Porto Sudeste, localizado no município de Itaguaí - RJ. Em 12 de julho de 2017, a controlada Mineração Usiminas S.A. recebeu o montante de R\$205.106 da Porto Sudeste do Brasil S.A., decorrente da celebração do acordo para encerrar o processo de arbitragem. Com este recebimento, cujos efeitos contábeis foram registrados no resultado de 30 de junho de 2017, o contrato de prestação de serviços de operação portuária, celebrado em 11 de fevereiro de 2011, e o processo arbitral encontram-se extintos. A Sentença que homologou o acordo entre as partes foi proferida em 05 de setembro de 2017.

iii. Renegociação das dívidas

Em 15 de dezembro de 2017, a Usiminas realizou perante os Bancos Brasileiros, os Bancos Japoneses e os Debenturistas (conforme definidos nos Fatos Relevantes de 09 e 12.09.2016 e, em conjunto, "Credores"), o pagamento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd., de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US\$89.897.000,00.

10.4 Comentários dos diretores sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

2019

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a Norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Norma IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuaram a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia reconheceu, a partir de 2019, novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais, conforme descrito nas Notas 16 e 24. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudou, uma vez que a Companhia passou a reconhecer uma depreciação dos ativos de direito de uso e uma despesa financeira sobre as obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento.

A Companhia adotou alguns expedientes práticos trazidos por esta nova norma na avaliação e mensuração dos seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, relacionados principalmente a prazo, valor e taxa de desconto. Os elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos não foram considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia

possui registrado um ativo de direito de uso no montante R\$129.410, um passivo circulante de arrendamento de R\$33.328 e um passivo não circulante de arrendamento de R\$75.942. A Companhia adotou esta norma em 1º de janeiro de 2019 sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019

(i) Alterações ao IAS 1 "Presentation of Financial Statements" e IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors"

Em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual.

(ii) Alterações ao IFRS 3 "Business Combinations"

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020.

A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir *inputs* e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de *outputs*; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de *outputs*, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos.

2018

Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes.

• IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 substituiu as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir:

- a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e
- a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção da IFRS 9 em suas operações e não identificou impactos significativos.

- IFRS 15 / CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

A IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações.

A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos. No caso da venda de produtos, as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos.

No caso da venda de serviços, as receitas continuarão sendo reconhecidas com base nos serviços efetivamente realizados até a data do balanço, uma vez que o valor justo e os preços de venda dos serviços individuais são relativamente semelhantes.

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

- IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPIC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração revisou todos os contratos de arrendamento das Empresas Usiminas e concluiu que a maior parte se refere a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais as Empresas Usiminas não controlam o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. Com relação aos demais arrendamentos, sujeitos ao escopo da nova Norma, as Empresas Usiminas esperam reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de aproximadamente R\$11 milhões em 1º de janeiro de 2019. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudará em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que serão reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos.

As Empresas Usiminas pretendem aplicar a abordagem de transição simplificada e não irão reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

2017

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estavam em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A adoção antecipada das normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros existentes e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. No entanto, a Administração realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e nas relações de *hedge* identificadas em 2017 no âmbito da IAS 39 e concluiu que não haverá impactos significativos. A Administração também avaliou o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros e chegou à mesma conclusão de que não haverá impactos significativos, uma vez que a Companhia já vem trabalhando com um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas.

- IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes

O IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma, quais sejam: identificação do contrato com o cliente, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço da transação e reconhecimento da receita. Com base nesta análise, a Administração concluiu que não haverá impactos significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

- IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, exceto pelas novas normas adotadas descritas no item (a) acima.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios do auditor independente referentes às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não apresentaram ressalvas e ênfases.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos e financiamentos

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado seja o CDI e a TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro.

Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

ESTIMATIVAS E PREMISSAS

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados pelos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, Unidades

Geradoras de Caixa (UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Imposto de renda e contribuição social

A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto à possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica S.A. utiliza o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data de elaboração do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Provisões para demandas judiciais

As Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, das Empresas Usiminas.

Provisão para recuperação ambiental

Como parte das atividades de mineração da controlada Mineração Usiminas S.A., a Companhia reconhece provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Mineração Usiminas S.A (MUSA) possui contrato vigente junto à MBL – Materiais Básicos Ltda., assinado em julho de 2011, no valor contratual estimado de US\$300 milhões referente ao arrendamento de direitos minerários na região de Serra Azul, Minas Gerais. O arrendamento tem duração de 30 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2012, data em que o contrato de arrendamento foi autorizado pela Agência Nacional de Mineração (ANM) ou até a exaustão das reservas minerais.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

A Companhia possui os seguintes contratos operacionais relevantes para compras futuras:

Contratos de Fornecimento de Minério de Ferro

O principal fornecedor de minério de ferro para a Usiminas em 2019 foi a Mineração Usiminas S/A – MUSA. O contrato entre a Usiminas e a Mineração Usiminas – MUSA é válido de Jan/2011 a Dez/2048. O compromisso de compras até 2016 foi de 4 milhões de toneladas (base seca) de minério de ferro por ano em regime *take or pay*. Para 2017 foi acordado entre as partes um volume de compras de 2,4 milhões de toneladas (base úmida), o que foi cumprido em sua plenitude. A partir de 2018 e até o fim de 2021 o volume de *take or pay* anual passa a ser 2,3 milhões de toneladas (base seca), conforme comunicado ao mercado divulgado em 5 de dezembro de 2017.

Em complemento ao volume estabelecido com a Mineração Usiminas - MUSA para suprir a demanda necessária de minério de ferro a Usiminas realizou compras regulares com terceiros, destacando como principais fornecedores no ano de 2019 Vallourec, Bemisa e Comisa. Adicionalmente, a Usiminas manteve em 2019 um contrato de logística de transporte de minério com a VLI no valor de aproximadamente R\$200 milhões.

Contratos de Fornecimento de Carvão e Coque Verde de Petróleo 2019

O carvão mineral utilizado nas atividades de siderurgia provém apenas do exterior, devido à inexistência de carvão com as especificações ideais para a aplicação no processo siderúrgico no Brasil.

A Usiminas celebrou contratos de longo prazo e spot de compra de carvão importado e Coque Verde de Petróleo (CVP) nacional no ano calendário 2019, correspondente a aproximadamente 2,18 milhões de toneladas, equivalentes a 100% do volume de carvão previsto para o atendimento das atividades da usina siderúrgica em Ipatinga até dezembro de 2019. A compra de coque verde de petróleo no mercado nacional e do carvão para injeção (PCI) e antracito no mercado internacional estão computados nesses dados.

Dentre os principais fornecedores de carvão, antracito e coque verde de petróleo no ano de 2019, destacam-se Petrobrás Distribuidora, Blackhawk, Contura, Xcoal, Vale, Teck e Jellinbah (Lake Vermont), responsáveis por aproximadamente 85% do fornecimento de carvão e CVP para a Usiminas no referido período.

Em 2019, o montante total estimado aproximado para as compras de carvão mineral somaram R\$947 milhões, e para as compras de CVP (Coque Verde de Petróleo) o valor aproximado foi de R\$253 milhões.

Em 2019, a Usiminas comprou cargas regulares de coque metalúrgico nacional (140kt) no valor de R\$228 milhões.

*Carvão mineral = carvão para coqueria, carvão para injeção (PCI) e antracito para sinterização.

**valores FOB sem impostos e sem encargos financeiros, cambio R\$3,95 (média 2019).

***valor coque metalúrgico nacional CIF Ipatinga, sem impostos e encargos financeiros.

Contratos de Fornecimento de Energia

Em 2020 a Usiminas iniciou um novo ciclo de contratos de energia elétrica para a Usina de Ipatinga, marcado pela diversificação dos fornecedores. Os novos contratos de fornecimento de energia possuem diferentes vigências e contra partes, colocando a companhia em um cenário de aproximadamente 90% (em torno de 155 MW médios) para o consumo previsto até 2023. Os principais fornecedores são Engie, CTG, AES, CEMIG e Statkraft. Os contratos têm *take or pay* de 100%, ou seja, há obrigação de retirada do todo o valor contratado anual, contudo, eventuais excedentes são revendidos no mercado de energia.

Para o período de 2017 a 2030, foi celebrado um termo de cessão de energia entre White Martins e Usiminas com interveniência da Cemig GT. O termo de cessão foi fruto de acordo comercial feito na negociação do TOP do contrato de criogênicos da Usina de Cubatão. O volume contrato de 65,408 MW médios possui obrigação de retirada de 32 MW médios (48,92% da energia contratada) e com uso exclusivo da Usina de Cubatão.

Esses contratos perfazem cerca de R\$1,9 bilhão para o período de 01/01/2020 a 31/12/2030.

Contrato de Fornecimento de Gás com a COMGÁS

A USIMINAS e a COMGÁS celebraram em 13/05/2002 o contrato de fornecimento firme de gás natural para sua Usina de Cubatão. Esse contrato foi renovado de 01/06/2019 até 31/05/2020 com a previsão de fornecimento de 250.000 m³/dia de gás natural. Em 2019 foram gastos R\$116 milhões (valores sem impostos recuperáveis).

Contrato de Fornecimento de Gás com a GASMIG

A USIMINAS e a GASMIG possuem um contrato firme com volume atual contratado de 235.000 m³/dia. Foi celebrado em 01/09/2017 e possui renovações automáticas. Eventualmente e conforme disponibilidade a Usiminas celebra contratos de compra de gás *spot* para consumos acima do contratado. Em 2019 foram desembolsados R\$287 milhões (valores sem impostos recuperáveis) com gás natural da Gasmig.

Contrato de prestação de serviços com a MRS

A Mineração Usiminas S.A. (MUSA) possui contrato vigente junto à companhia MRS Logística S.A. (assinado em 01 de janeiro de 2011) para a prestação de serviços de transporte ferroviário de minério de ferro a partir dos terminais de carga até à Usina de Cubatão, em São Paulo, e os Terminais Portuários, no Rio de Janeiro, com vigência até 30 de novembro de 2026. Este contrato foi renegociado com a MRS, eliminando as condições de *take or pay*, o que gerou um pagamento de indenização de 10 parcelas anuais de R\$31,5 milhões, a partir de 30 de janeiro de 2017, totalizando R\$315,5 milhões. Para fins de contabilização desta indenização, em 31 de dezembro de 2016 foi considerado o montante de R\$184,1 milhões, equivalente ao valor presente do fluxo de pagamento mencionado, em 31 de dezembro de 2016 este valor equivale à R\$184,1 milhões, em 31 de dezembro de 2017 este valor equivale à R\$174,7 milhões e em 31 de dezembro de 2018 este valor equivale à R\$165,8 milhões.

Contrato de Fornecimento de Gás com a White Martins

A Companhia possui alguns contratos vigentes com a White Martins Gases Industriais para fornecimento de gases industriais a todas as empresas do Grupo Usiminas, sendo os mais significativos os contratos de plantas on-site.

Para a planta de Ipatinga o contrato, assinado em abril de 1996, originalmente teve vigência de 21,5 anos, com valor contratual estimado em R\$2,8 bilhões. Este contrato refere-se ao fornecimento dos gases para a produção de aço. Seguindo as regras do contrato, o mesmo foi renovado com a WM por mais 15 anos, cujo vencimento agora é dezembro de 2032. A planta de gases em Ipatinga era composta por equipamentos da White Martins Gases e da Usiminas, sendo que na negociação foram vendidos os equipamentos da Usiminas à White Martins Gases por R\$70 milhões. Transação ocorrida em 2016.

Para a planta de Cubatão, atualmente a Usiminas possui apenas um contrato de fornecimento de gases para a produção de aço. O contrato foi assinado em julho/2009 e tem vigência de 23 anos (até junho/2032). O valor contratual estimado para este contrato é de R\$697 milhões.

Até 2018 havia, ainda, um contrato com fornecimento de gases exclusivo para os Altos-Fornos, porém, com a paralisação das áreas primárias este contrato foi encerrado antecipadamente.

Em Cubatão temos um contrato vigente para fornecimento de hidrogênio líquido para a Laminação a Frio com data de vigência até janeiro/2021. O valor contratual estimado para este contrato é de R\$8,5 milhões. O fornecimento ocorre por meio de carretas.

O grupo Usiminas possui contrato corporativo de fornecimento de gases envasados, sendo líquidos e gasosos. Em outubro de 2015 foi firmada uma nova parceria com a White Martins Gases para continuidade deste fornecimento a todas as empresas do grupo com vigência por mais 5 anos. O valor total estimado do novo contrato corporativo de gases envasados é de R\$18 milhões considerando todas as empresas do grupo.

iv. Contratos de construção não terminada

MRS

A Companhia possui diversos contratos relacionados a investimentos em suas usinas e na empresa Mineração Usiminas, que somam o montante de R\$80,1 milhões.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As despesas do contrato de arrendamento operacional anteriormente mencionado (MBL) são apropriadas ao resultado operacional da Companhia mensalmente pelo prazo do contrato e de acordo com o volume extraído.

Os custos dos contratos de fornecimentos são imputados ao resultado à medida em que são consumidos no processo de produção.

As receitas de vendas relacionadas aos contratos da Usiminas Mecânica são imputadas ao resultado conforme a evolução de cada item construído.

b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da Companhia em manter estes contratos é garantir os fornecimentos necessários para o processo de produção.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados a favor do emissor em decorrência da operação

Informações mencionadas anteriormente no item 10.6.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O volume total de investimentos da Usiminas e das controladas no ano de 2019 foi de R\$548 milhões frente ao montante de R\$463 milhões em 2018.

Foram concluídos 39 projetos industriais destinados, principalmente, a manutenção da capacidade produtiva, segurança do trabalho e meio ambiente.

Encontram-se em andamento 117 projetos nas áreas industriais. Destes projetos 39% referem a projetos de sustaining e 47% a projetos relativos à segurança, meio ambiente e compliance.

Os principais projetos concluídos foram:

USINA DE IPATINGA

Melhoria de Produtividade

- Aciaria - Refino primário - Dessiliciação de gusa em torpedo (UIP2AD1001). Início de operação: abril/2019;
- Prologamento da viga da ponte rolante G19 (UIP2QCD001). Início de operação: março/2019;
- Sinterização - Sistema de Pesagem da Sinterização, pátios de matérias primas e sinter (UIP2RG1001). Início de operação: julho/2019;
- CRADE (Recirculação do Desgaseificador à vácuo 3) - Instalação das Torres de Resfriamento 301A/B (UIP2UA2001). Início de operação: novembro/2019.

Sustaining

- Desmontagem do Gasômetro de 150.000m³ (UIP3US1001). Início de operação: janeiro/2019;
- Prolongamento da vida útil do tiras à frio - Digitalização do Master e Controles de Velocidade (UIP3FL1002). Início de operação: abril/2019;
- Substituição do Sistema de Automação da Decapagem 4 (UIP3FD4001). Início de operação: maio/2019;

- CRAAF (Centro de Recirculação de Água dos Altos Fornos) - Substituição do PLC (Controlador Lógico Programável) (UIP3UA2002). Início de operação: julho/2019;
- Qualidade - Adequação Tecnológica das Máquinas de Tração 092 e 093 para liberação de produtos (UIP3DG0001). Início de operação: outubro/2019;
- CAPL (Linha de Recozimento Contínuo de Tiras a Frio) - Atualização dos drives da seção de entrada (UIP3FR2001). Início de operação: novembro/2019;
- Alto Forno 2 - Substituição do acionamento elétrico dos carros de carregamento (UIP3RF2009). Início de operação: novembro/2019.

Compliance, Meio Ambiente, Saúde e Segurança

- Aquisição de medidor de pontos de dureza em chapas grossas - Eddy Current (UIP4QC0002). Início de operação: maio/2019;
- Troca da Tubulação dos 4 *headers* de distribuição de gás misto do subsolo da coqueria 3 (UIP4RC3001). Início de operação: maio/2019;
- Instalações do sistema de ar respirável para os Altos-fornos (UIP4RF0001). Início de operação: maio/2019;
- Sinterizações - Lavador de pneus nos pátios primários (UIP4RM1002). Início de operação: maio/2019;
- Aciaria 1 - Adequação da sala elétrica “H” (UIP4AG1004). Início de operação: setembro/2019.
- Adequações na Cozinha Central e Restaurantes de Ipatinga (UIP4HA0001). Início de operação: setembro/2019;
- Energia - Adequação do ERAC (Esquema Regional de Alívio de Carga). Início de operação: dezembro/2019.

Outros Investimentos

- Adequação Sala Faturamento no Pátio das Transportadoras (UIP5YF0001). Início de operação: março/2019;
- Pesquisa e Desenvolvimento - Aquisição de Máquina de Solda para Homologação de Produto – MFDC (Máquina de solda a pontos do tipo estacionária) (UIP5PG0001). Início de operação: abril/2019.

USINA DE CUBATÃO

Melhoria de Produtividade

- Máquina Automática de Embalar Bobinas (UCB2FA2002). Início de operação: agosto/2019.

Sustaining

- Laminação à quente 2 - Substituição dos Servidores do Sistema de Automação/Nível 2 por Cluster (UCB3QQ0001). Início de operação: abril/2019;
- Laminação a frio - Recozimento 5 - Atualização Tecnológica do Sistema de Nível 1 e 2 (UCB3FR1001). Início de operação: maio/2019;

- Laminação a frio Modernização do Drive da Cadeira 2 (UCB3FL1002). Início de operação: maio/2019;
- Laminação a frio - Atualização Tecnológico do Linha de Inspeção 1 (UCB3FA2002). Início de operação: julho/2019;
- Novo encaminhamento de cabos para Linhas de inspeção, LE01 e Pontes Rolantes (UCB3FL0001). Início de operação: novembro/2019;
- Retrofit da Retífica de Cilindros F2 (UCB3FO1001). Início de operação: dezembro/2019.

Compliance, Meio Ambiente, Saúde e Segurança

- Segurança - Alteração de rota de tubulações na área do antigo HCL (planta de recuperação de ácido clorídrico) (UCB4GG1004). Início de operação: janeiro/2019;
- Expedição Cubatão: Adaptação de controles remotos nas pontes rolantes (UCB4LE0001). Início de operação: fevereiro/2019;
- Adequação dos postos de comando das pontes rolantes pontes rolantes 459, 460 e 471 do Laminador Acabador/Linha Divisória (UCB4FQ3002). Início de operação: julho/2019;
- Substituição da Escada de Concreto de Acesso da Sala Elétrica do Laminador Acabador/Linha Divisória (UCB4FQ3001). Início de operação: agosto/2019;
- Porto Cubatão: Adaptação de controles remotos nas pontes rolantes (UCB4LP0004). Início de operação: outubro/2019.

Outros Investimentos

- Pesquisa e Desenvolvimento - Estação de Corrosão Atmosférica Marinha (UCB5PG0001). Início de operação: dezembro/2019.

SEDE, PORTOS E CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO

Compliance, Meio Ambiente, Saúde e Segurança

- Centro de Distribuição Utinga: Adaptação de controles remotos nas pontes rolantes (UOU4LS0004). Início de operação: fevereiro/2019;
- Centro de Distribuição TESP: Adaptação de controles remotos nas pontes rolantes (UOU4LS0005). Início de operação: março/2019;
- Centro de Distribuição Imbiruçu: Adaptação de controles remotos nas pontes rolantes (UOU4LS0006). Início de operação: maio/2019;
- SEDE – Adequações para obtenção do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) (UOU4HS0003). Início de operação: novembro/2019;
- Controle de acesso do terminal de produtos siderúrgicos - Porto de Vitória (UOU4LV0001). Início de operação: dezembro/2019.

Os investimentos previstos para o ano de 2020, conforme o plano de negócios da Companhia, focam na manutenção operativa e adequação das instalações das usinas para atender às normas ambientais e de segurança, na reforma na área dos Altos Fornos, Aciaria (Usina de

lpatinga), salas elétricas e implantação de sistemas de automação e de gestão industrial objetivando melhoria na produtividade.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Usiminas tem como política diversificar as suas fontes de captação e contratar financiamentos de longo prazo para suprir suas necessidades e de suas empresas controladas. A Administração da Companhia adota uma posição conservadora de captação de recursos, contratando os empréstimos e financiamentos com antecedência em relação aos investimentos previstos para os anos seguintes. Dentre as principais fontes de financiamento, destacam-se as operações com mercado bancário, mercado de capitais, instituições do governo e agências de fomento à exportação.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No ano de 2019 não houve desinvestimentos relevantes que alterem a capacidade produtiva da companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2019 não houve aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia.

c) Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento de aços de alta resistência para o setor automotivo, incluindo aços laminados a quente, laminados a frio e revestidos, juntamente com o desenvolvimento de sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços estruturais para a construção civil e fabricação de estruturas offshore. Desenvolvimento da engenharia de aplicação de aços para os setores de tubos de grande diâmetro, construção naval e de máquinas e equipamentos. Desenvolvimento de uma nova concepção de liga para aços de ultra alta resistência mecânica, com e sem revestimento, para conformação a quente, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de novo revestimento metálico para aço destinado à estampagem a quente, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços para atender a requisitos de expansão de furo demandados pelos setores automotivo e de autopeças, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de engenharia de aplicação de aços produzidos por laminação controlada seguida de resfriamento acelerado para aplicações offshore e torres eólicas. Desenvolvimento de engenharia de aplicação de aço API expostos a ambientes sour e sweet. Desenvolvimento de aços com elevada resistência ao desgaste, juntamente com sua engenharia de aplicação. Avaliação de novo processo de têmpera e partição para produção de aços de alta resistência. Desenvolvimento de novos métodos e técnicas experimentais visando suporte tanto ao desenvolvimento de novos produtos quanto à sua aplicação pelos clientes.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2019, a Companhia investiu aproximadamente R\$7,28 milhões com as atividades de pesquisa relacionadas acima.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A estratégia comercial de uma empresa pode ser medida por sua capacidade de geração de novos produtos que estejam alinhados às necessidades do mercado. Com a Usiminas não é diferente, o que tem exigido um constante monitoramento do mercado e de suas demandas, assim como uma atenta observância à concorrência.

Os produtos que tiveram seus projetos de desenvolvimento concluídos no ano de 2019 e passaram a fazer parte da carteira de produtos Usiminas, são abaixo descritos:

Laminados a Quente

Aço USI-LN-900: Aço avançado de alta resistência, desenvolvido para atender a aplicações estruturais que exigem limite de escoamento acima de 900 MPa de resistência, boa conformação a frio e tenacidade a baixas temperaturas. Material desenvolvido para atender a aplicações demandadas pelo setor de implementos rodoviários e setor automotivo linha pesada.

Chapas Grossas

Aço USI-RAVUR-400: Aço resistente ao desgaste com garantia de dureza no centro da espessura e tenacidade a baixas temperaturas. Desenvolvido para atender demandas de setores da indústria pesada, em aplicações como lâminas de ferramentas de penetração ao solo, barra chata de usinas de açúcar, caçambas de caminhões, peças de mineração e cimenteiras.

10.9. Fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não foram identificados ou comentados nos demais itens

2019

Durante o exercício de 2019, transitaram em julgado, com êxito para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, novas ações judiciais relacionadas ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e à recuperação de empréstimos compulsórios à Eletrobras.

No exercício de 2019, houve o trânsito em julgado de outras ações judiciais favoráveis às Empresas Usiminas, que também questionavam a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, para períodos diversos desde novembro de 2001. Como resultado dessa evolução, foram registrados em 2019 créditos tributários no montante de R\$156.561 mil.

Em relação ao processo judicial visando a recuperação dos montantes recolhidos a título de empréstimos compulsórios à Eletrobras, desta vez relativos à filial de Cubatão, no qual a Companhia figura no polo ativo, em 25 de novembro de 2019 houve despacho do juízo responsável, reconhecendo como incontroverso o montante de R\$305.848 mil, que fora objeto de pedido de homologação por parte da Eletrobras.

2018

Durante o exercício de 2018, transitaram em julgado, com êxito para as Empresas Usiminas, ações judiciais relacionadas ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e à recuperação de empréstimos compulsórios à Eletrobras.

Em maio de 2018, houve o trânsito em julgado do mandado de segurança impetrado em 2010 pelas Empresas Usiminas, que pleiteava o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos compreendidos entre junho de 2004 a dezembro de 2014. Como resultado dessa evolução, foram registrados em 2018 créditos tributários no montante de R\$802.955 mil.

Em relação ao processo judicial visando a recuperação dos montantes recolhidos a título de empréstimos compulsórios à Eletrobras, relativos à filial de Ipatinga, no qual a Companhia figura no polo ativo, em 19 de dezembro de 2018, houve despacho do juízo responsável, reconhecendo como incontroverso o montante de R\$676.023 mil que fora objeto de pedido de homologação por parte da Eletrobras.

2017

Ao longo de 2017, a Companhia concluiu algumas ações importantes como a adequação dos desembolsos financeiros, a priorização da geração de caixa operacional e a administração estrita do capital de giro e de investimentos de capital.

Entre estas ações destacam-se, principalmente, os eventos relacionados ao processo da renegociação da dívida financeira, listados a seguir:

- A aprovação, em 3 de março de 2017, da redução de capital social da controlada Mineração Usiminas no montante de R\$1.000.000, dos quais R\$700.000 foram entregues à Companhia em 19 de maio de 2017;
- Em 15 de dezembro de 2017, pagamento do valor correspondente a 50% do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US\$89,9 milhões;
- O pagamento integral das Notas emitidas pela controlada Usiminas Commercial Ltd., este efetuado em janeiro de 2018, no valor total de US\$400 milhões, dos quais cerca de US\$220 milhões deste montante retornaram ao caixa da Companhia, em razão da operação de recompra de parte das Notas, realizada em 2013;
- Em 15 de março de 2018, em cumprimento às obrigações assumidas nos Instrumentos Definitivos assinados perante os Bancos Brasileiros, os Bancos Japoneses e os Debenturistas, a Companhia realizou o pagamento do valor correspondente à totalidade do Excedente de Caixa (*"Cash Sweep"*), calculado com base nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro 2017, no montante total de R\$378.798.701,11, a título de amortização parcial dos valores de principal devidos pela Usiminas aos Credores.

Com estes eventos, a Usiminas supera mais uma importante etapa de sua reestruturação financeira junto aos Credores, com vistas à geração de resultados sustentáveis para a Companhia.

**FORMULÁRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS – DFP ARQUIVADO NA
CVM EM 14/02/2020**

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS
CNPJ/MF 60.894.730/0001-05
NIRE 313.000.1360-0
Companhia Aberta

Ata da Reunião do Comitê de Auditoria da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, realizada na sede da Companhia em Belo Horizonte/MG, no dia 11 de fevereiro de 2020, às 10:00 horas.

Presenças: Yuichi Akiyama - Coordenador do Comitê (por videoconferência). Demais membros: Samuel Tadayuki Kaji, Thiago da Fonseca Rodrigues (por videoconferência), Gino Ritagliati (por videoconferência) e Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca.

Estiveram também presentes o senhor Ruy Roberto Hirschheimer, Presidente do Conselho de Administração, os senhores Hiroaki Miyanishi e Atsushi Fujioka, como assessores do Coordenador; Julio Mendez Arroyo, Adriane Vieira Albuquerque, Lucas Marinho Sizenando Silva e Leonardo Karam Rosa, como representantes da Vice-Presidência de Finanças da Usiminas; Guilherme Campos Silva e Raphael Mozart, como representantes dos Auditores Independentes (PwC); Stella Maris Praeiro Coelho, Flavia Garcia Marzagao, Wanessa Carvalho Klauhs Schmidt e Leonardo Frizeiro, como representantes do Departamento de Auditoria Interna da Usiminas; Leonardo Frizeiro, Thomaz Assis Silva e Maira Hosken Vieira De Carvalho Munayer, como representantes do Departamento de Integridade; Lilian Drummond Diniz, Camila Wanderley, Marcella de Miranda Falcão e Guilherme Retto Veiga, como representantes do Departamento Jurídico da Usiminas; e Fernanda de Mattos Paixão, como Secretária.

Ordem do Dia:

I – Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido, incluindo suas premissas que também suportam o teste impairment; Relatório da Administração; Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e Destinação dos Resultados de 2019 - O Comitê revisou o Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido, incluindo suas premissas que também suportam o teste *impairment*; o Relatório da Administração; as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e, a proposta de destinação dos Resultados de 2019 (incluindo o Orçamento de Capital) e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração, conforme material disponível no Portal do Comitê.

Encerramento - Nada mais sendo tratado, deu-se por encerrada a reunião, sendo a ata respectiva lavrada no Livro CM-01, com a assinatura dos presentes e da secretária. Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2020.

Yuichi Akiyama
Coordenador

Samuel Tadayuki Kaji

Thiago da Fonseca Rodrigues

Gino Ritagliati

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca

Fernanda de Mattos Paixão
Secretária

ANEXO 6 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ANEXO 9-1-II À INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009 E PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2020

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento à Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS descreve, a seguir, as informações requeridas no Anexo 9-1-II da mencionada Instrução.

1. Informar o lucro líquido do exercício

	2019	2018	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	213.265	726.658	233.015	(669.952)

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2019	2018	2017	2016
Dividendos a pagar				
Montante global	50.650	80.294	55.341	
Valor por ação ON	R\$0,039500	R\$0,062634	R\$0,043211	
Valor por ação PN	R\$0,043450	R\$0,068898	R\$0,047532	
Juros sobre capital próprio a pagar				
Montante global		92.287		
Valor por ação ON		R\$0,071989		
Valor por ação PN		R\$0,079188		

Em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017, exercícios em que foi apurado lucro líquido, não houve a distribuição antecipada de dividendos e juros sobre capital próprio declarados.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

	2019	2018	2017	2016
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos em relação ao lucro líquido do exercício	25%	25%	25%	

Em 31 de dezembro de 2016, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo na sua demonstração do resultado do exercício.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Informação não aplicável, uma vez que os dividendos integralmente distribuídos nos quatro últimos exercícios sociais referem-se à totalidade dos dividendos mínimos obrigatórios apurados na demonstração do resultado de cada exercício. Portanto, não há a distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Valor bruto de dividendo a pagar	2019	2018	2017	2016
Valor global	50.650	80.294	55.341	
Valor por ação ON	R\$0,039500	R\$0,062634	R\$0,043211	
Valor por ação PN	R\$0,043450	R\$0,068898	R\$0,047532	
Montante global	50.650	80.294	55.341	
Valor bruto de dividendo - ação ON	27.758	44.015	26.353	
Valor bruto de dividendo - ação PN	22.892	36.279	28.988	

Em 31 de dezembro de 2016, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo na sua demonstração do resultado do exercício.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Forma de pagamento

Os acionistas que mantêm domicílio bancário no Bradesco ou outros bancos, que comunicaram essa condição, possibilitam que os seus créditos sejam lançados automaticamente no primeiro dia do pagamento e recebem o aviso de crédito. Os demais acionistas que estiverem com endereço devidamente cadastrado e não informaram domicílio bancário para recebimento, recebem via correio o formulário AVISO PARA RECEBIMENTO - PROVENTOS DE AÇÕES ESCRITURAIS, devendo, para o recebimento, apresentarem-se na Agência Bradesco de sua preferência, munidos, além do formulário, de documento de identidade e CPF - Cadastro de Pessoa Física. Caso o acionista não receba o AVISO DE CRÉDITO ou AVISO PARA RECEBIMENTO, deverá dirigir-se a uma agência Bradesco para receber o crédito e atualizar seus dados cadastrais.

Prazo de pagamento

O prazo de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio é proposto pela Administração da Companhia e submetido à aprovação em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o Estatuto da Companhia, o direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio prescreve em três anos a contar da data de início do seu respectivo pagamento.

	2019	2018	2017	2016
Data de início do pagamento	29/05/2020	31/05/2019	30/05/2018	

Em 31 de dezembro de 2016, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo na sua demonstração do resultado do exercício.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Informação não aplicável sobre os dividendos e juros sobre capital próprio da Companhia.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

	2019	2018	2017	2016
Data de declaração de pagamento aos	28/04/2020	23/04/2019	25/04/2018	

Em 31 de dezembro de 2016, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo na sua demonstração do resultado do exercício.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Informações não aplicáveis, uma vez que a Companhia não declara dividendos e juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	213.265	726.658	233.015	(669.952)
Lucro líquido do exercício / total de ações ON (-)	R\$0,3035	R\$1,0340	R\$0,3316	
Lucro líquido do exercício / total de ações PN (-)	R\$0,4048	R\$1,3800	R\$0,4435	

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Dividendos a pagar				
Valor global	50.650	80.294	55.341	
Valor por ação ON	R\$0,039500	R\$0,062634	R\$0,043211	
Valor por ação PN	R\$0,043450	R\$0,068898	R\$0,047532	
Juros sobre capital próprio a pagar				
Valor global		92.287		
Valor por ação ON		R\$0,071989		
Valor por ação PN		R\$0,079188		

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

	2019	2018	2017	2016
Constituição da reserva legal (5%)	(10.663)	(36.333)	(11.651)	

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

	2019	2018	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	213.265	726.658	233.015	(669.952)
Constituição da reserva legal (5%)	(10.663)	(36.333)	(11.651)	
Base de cálculo dos dividendos	202.602	690.325	221.364	

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Informações não aplicáveis, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

A seguir, a transcrição, na íntegra, do Parágrafo 5º do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia:

“Do lucro líquido do exercício, conforme ajustado na forma do disposto nas alíneas “i” e “ii” abaixo, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas, sendo que os titulares de ações preferenciais receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. Para fins deste Parágrafo 5º deste Artigo 24, o lucro líquido do exercício social será ajustado pelo:

(i) acréscimo de quaisquer valores resultantes da reversão, no exercício social, de reservas para contingências anteriormente criadas; e resultantes da realização, no exercício social, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para a reserva de lucros a realizar; e

(ii) decréscimo dos valores destinados, no exercício social, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências e da reserva de lucros a realizar. Os dividendos determinados de acordo com este Parágrafo 5º deste Artigo 24 poderão ser pagos com base nos lucros do próprio exercício social com base no qual o valor de tais dividendos foi calculado, ou com base em reservas de lucros pré-existentes, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso.”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório referente ao presente exercício será pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Informação não aplicável, uma vez que a Companhia não retém dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Informações não aplicáveis, uma vez que não há a retenção de dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia.

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Informações não aplicáveis, uma vez que não há a destinação de resultado para reserva de contingências.

- a. Identificar o montante destinado a reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Informações não aplicáveis, uma vez que não há a destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O Parágrafo 4º do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia assim dispõe:

“O Conselho de Administração poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar para deduzir do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, um montante que não exceda 50% (cinquenta por cento) de tal lucro líquido para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios:

(a) sua constituição não poderá prejudicar o direito dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no Parágrafo 5º deste Artigo 24;

(b) seu saldo não pode ultrapassar a 95% (noventa e cinco por cento) do capital social da Companhia;

(c) a reserva terá por finalidade assegurar a disponibilidade de fundos para investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas a orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado:

(i) para absorção de prejuízos, sempre que necessário; (ii) para distribuição de dividendos, a qualquer momento; (iii) para operações de resgate, reembolso ou recompra de ações, autorizadas por lei; (iv) para incorporação ao capital social, inclusive mediante a emissão de ações bonificadas. “

b. Identificar o montante destinado à reserva

Destinação de 50% do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal, conforme previsto no Estatuto da Companhia. A Reserva Para Investimentos e Capital de Giro não poderá ultrapassar 95% do capital social e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou recompra de ações, ou ainda capitalizado. Em 31 de dezembro de 2019, o valor destinado à constituição dessa reserva foi de R\$101.301.

c. Descrever como o montante foi calculado

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Destinações do lucro líquido do exercício:				
Reserva Estatutária (50% da base de cálculo legal)	(101.301)	(345.163)	(110.683)	
Orçamento de Capital (artigo 196 - Lei 6.404)	<u>(50.651)</u>	<u>(161.126)</u>	<u>(55.341)</u>	
	(151.952)	(506.289)	(166.024)	
Outras destinações que não transitaram pelo lucro líquido do exercício:				
Dividendos prescritos		(43)		
Plano de opção de ações	(4.129)	(10.343)	(6.708)	
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo	(11.140)	(11.727)	(17.825)	
Juros sobre capital próprio complementares	<u>1.694</u>			
	(13.575)	(22.113)	(24.533)	
Total destinado à Reserva para Investimentos e	<u>(165.527)</u>	<u>(528.402)</u>	<u>(190.556)</u>	

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Será destinado o montante de R\$50.651, a título de retenção nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com base em orçamento de capital aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de fevereiro de 2020 e submetido à Assembleia Geral Ordinária. Seguem abaixo os montantes objeto de retenção com base em orçamento de capital nos últimos exercícios sociais:

	2019	2018	2017	2016
Montante retido	(50.651)	(161.126)	(55.341)	

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL DE 2020 (custeado pela retenção dos resultados de 2019)

Em milhares de reais

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS

Reforma do Alto Forno #3	76.696
--------------------------	--------

Total	76.696
--------------	---------------

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Informações não aplicáveis, uma vez que não há a destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado a reserva

Explicar a natureza da destinação

ANEXO 7 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ART. 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

13. Remuneração dos Administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A elaboração da verba anual de remuneração dos Administradores (Diretores Estatutários e Conselheiros de Administração) é prática da Usiminas e tem por objetivo fixar a verba anual de remuneração dos administradores da Companhia para aprovação na Assembleia Geral Ordinária - AGO, além de determinação do orçamento e previsibilidade de custos destinados aos administradores. A proposta é elaborada abrangendo os seguintes itens: honorários, encargos, remuneração variável, benefícios (diretos/indiretos e de expatriação para os estrangeiros). Também é analisada a prática salarial de mercado, através de pesquisas periódicas realizadas com consultorias renomadas, para coerência e embasamento da proposta. Posteriormente, esta verba é submetida à aprovação do Comitê de Recursos Humanos e levada para apreciação e votação em AGO.

Não há remuneração para os membros dos Comitês da Usiminas.

Para a Diretoria não Estatutária os componentes fixos e variáveis são periodicamente revistos no sentido de alinhamento às melhores práticas de mercado vigentes.

b) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Para o Conselho de Administração: honorários, conforme verba aprovada na Assembleia Geral Ordinária. Não há prática de remuneração variável. Para o Presidente do Conselho de Administração são concedidos planos médico e odontológico, como benefícios.

Para o Conselho Fiscal: a remuneração mensal dos membros efetivos é fixada em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa atribuída aos Diretores Estatutários da Companhia, nos termos do parágrafo 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Não há prática de remuneração variável.

Para os Diretores Estatutários: o valor total da remuneração anual (fixa e variável) é determinado através de decisão do Conselho de Administração, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos. A remuneração fixa é paga mensalmente ao longo do ano. A remuneração variável, atrelada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas relacionadas à performance global da Companhia, é paga a título de bônus após apuração final dos parâmetros de performance com base no Balanço Anual Auditado e aprovado pelo Conselho de Administração. A Companhia possui também um plano de remuneração baseado em ações para seus Diretores Estatutários, vigente até novembro de 2021, porém, sem outorgas desde 2015. Em 2019 foi lançado o novo programa de remuneração variável de longo prazo, no qual são outorgadas unidades virtuais aos Diretores Estatutários, com base no patrimônio líquido divulgado, dividido pelo número de ações da companhia. A quantidade de unidades virtuais outorgadas para cada Diretor Estatutário é definida conforme regras do programa aprovado no Conselho de Administração em 25 de julho de 2019. Adicionalmente, são concedidos benefícios de automóvel e motorista, planos médico e odontológico, seguro de vida e previdência privada, apresentados como benefícios diretos e indiretos (remuneração fixa) nos quadros de remuneração do item 13.2.

Para os Diretores Não Estatutários: A remuneração fixa é paga mensalmente ao longo do ano, acrescida de 13º, férias e adicional de retorno de férias. A remuneração variável, atrelada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas relacionadas à performance global da Companhia e performance individual, é paga a título de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) Executiva, após comitês de moderação, que avaliam a performance individual de cada Executivo. A Companhia possui também um plano de remuneração baseado em ações para seus Diretores Não Estatutários, vigente até novembro de 2021, porém, sem outorgas desde 2015. Em 2019 foi lançado o novo programa de remuneração variável de longo prazo, no qual são outorgadas unidades virtuais aos Diretores Não Estatutários, com base no patrimônio líquido divulgado, dividido pelo número de ações da companhia. A quantidade de unidades virtuais outorgadas para cada Diretor Não Estatutário é definida conforme regras do programa aprovado. Adicionalmente, são concedidos benefícios de planos médico e odontológico, seguro de vida e previdência privada.

ii. *A proporção de cada elemento na remuneração total – conforme acima*

Exercício social encerrado em 31/12/2017

Para os Diretores Estatutários: a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é:

- Para Diretor Presidente 40,00% referente a remuneração fixa, 20,00% referente a remuneração variável de bônus anual e 40,00% referente a remuneração variável baseada em ações.
- Para Diretor Vice-Presidente: 45,28% referente a remuneração fixa, 22,64% referente a remuneração variável de bônus anual e 32,08% referente remuneração variável baseada em ações.
- Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

Exercício social encerrado em 31/12/2018

Para os Diretores Estatutários: a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é:

- Para Diretor Presidente 33,33% referente a remuneração fixa, 33,33% referente remuneração variável de bônus anual e 33,33% referente remuneração variável baseada em ações.
- Para Diretor Vice-Presidente: 36,92% referente a remuneração fixa, 36,92% referente remuneração variável de bônus anual e 26,15% referente remuneração variável baseada em ações.
- Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

Exercício social encerrado em 31/12/2019

Para os Diretores Estatutários: a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é:

- Para Diretor Presidente 44,44% referente a remuneração fixa, 44,44% referente remuneração variável de bônus anual e 11,12% referente ao novo programa de remuneração variável de longo prazo.
- Para Diretor Vice-Presidente: 44,44% referente a remuneração fixa, 44,44% referente remuneração variável (*target*) de bônus anual e 11,12% referente ao novo programa de remuneração variável (*target*) de longo prazo.

- Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração fixa - a metodologia utilizada para cálculo/reajuste da remuneração fixa dos administradores da Companhia (Conselho de Administração, Diretores Estatutários e Não Estatutários) baseia-se na avaliação das práticas de mercado e da conjuntura econômica vigente. Tal metodologia visa assegurar que a política adotada pela Companhia seja competitiva e esteja em linha com o mercado e com os interesses dos Acionistas da Usiminas.

Remuneração Variável (Diretores Estatutários e Não Estatutários) - a metodologia aplicável à remuneração variável de curto prazo tem como base o estabelecimento de indicadores econômicos, financeiros, quantitativos e qualitativos atrelados à performance global da Companhia e ao cumprimento de metas coletivas e individuais. Anualmente, o Conselho de Administração, com base em recomendação de seu Comitê de Recursos Humanos, promove a revisão do conjunto de indicadores e metas a fim de adequá-los às práticas de mercado, à conjuntura econômica global, aos interesses dos Acionistas e, também, objetivando incentivar a performance sustentável da Companhia no curto e longo prazo. Adicionalmente a Companhia possui um Programa de Remuneração Variável de Longo Prazo, no qual o valor do patrimônio líquido do momento da outorga é comparado a um valor futuro (vesting de 3 anos), possuindo uma condição de performance (valor do patrimônio líquido não decrescer em mais de 5% em relação ao momento da outorga) para que haja pagamento. A Companhia possui ainda um Plano de Remuneração baseado em ações, conforme detalhado no item 13.4. A última outorga de opções ocorreu em 2014.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia entende que o equilíbrio da remuneração nos componentes fixos e variáveis atende aos princípios de mercado e permite a avaliação do desempenho de seus executivos alinhada à performance global da Companhia, alinhando os interesses dos Executivos e Acionistas, reconhecendo os resultados de longo prazo e estimulando a integração e corresponsabilidade pelos resultados e pela perenidade da empresa..

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados pelo emissor nas Diretorias Estatutária e Não Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Os membros dos Comitês da Usiminas não recebem remuneração pela participação em tais comitês.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa leva em consideração valores de mercado obtidos através de consultorias especializadas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável de curto prazo leva em consideração indicadores quantitativos e qualitativos, determinados anualmente com base em estudos de mercado, aspectos conjunturais da economia global e são propostos pela área de Planejamento Estratégico da Companhia. São exemplos de Indicadores quantitativos: EBITDA, Custo de Produção, entre outros. Os Indicadores qualitativos estão atrelados à contribuição específica de cada Diretor ao resultado de sua área para a Companhia.

A remuneração variável de longo prazo mede a variação da relação entre o valor do patrimônio líquido e o número de ações da companhia ao longo do tempo, sendo que, quanto mais valorização ocorrer, maior o ganho do Executivo. E a remuneração variável de longo prazo baseada em ações leva em consideração os objetivos estratégicos, em conformidade com as melhores práticas de

mercado, atrelado ao desempenho da Companhia frente ao mercado financeiro, seguindo programa desenhado em conjunto com Consultoria de renome internacional.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia entende que a prática de remuneração condicionada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas (conforme explicitado no item anterior), permite que a evolução de cada uma das dimensões de seu interesse seja adequadamente medida a partir de indicadores de desempenho aos quais são atribuídos pesos de ponderação para avaliação de performance e determinação da remuneração variável. A ponderação relativa de cada indicador de desempenho é validada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazos

A prática de remuneração se encontra alinhada, da seguinte forma:

No curto prazo a remuneração está baseada no monitoramento periódico de mercado do salário base de cada cargo, conforme painel de empresas congêneres a sua área de atuação, assegurando uma remuneração fixa adequada e alinhada com metas de desempenho definidas anualmente para cada negócio e que visam alavancar a performance global da Companhia. As metas são repactuadas anualmente. E, no longo prazo, a partir de 2011 a Companhia adotou o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. O plano possuía o objetivo de alinhamento de interesses no Longo Prazo, tendo em vista o potencial de valorização das ações, na busca pelos resultados da Companhia. O Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 14/04/2011 e a última outorga de opções ocorreu em 2014. A partir de 2019, a companhia aprovou o Programa de Remuneração Variável de Longo Prazo, aprovado em reunião do Conselho de Administração em 25/07/2019, tendo por objetivo o alinhamento de interesses entre Acionistas e Executivos, equilíbrio dos componentes de remuneração fixa e variável, além de estimular a integração e corresponsabilidade pela perenidade da Empresa no Longo Prazo. O programa consiste na outorga de unidades virtuais aos Executivos, baseadas no valor do Patrimônio Líquido, dividido pelo número de ações que a empresa possui e com uma condição de performance para que ocorra pagamento (redução máxima de 5% do valor da unidade virtual).

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns Administradores recebem remuneração de Controladores da Companhia, conforme discriminado no item 13.15.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A verba dos administradores é elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas e Inovação, aprovada pelo Comitê de Recursos Humanos em reunião formal e, posteriormente, submetida para aprovação do Conselho de Administração e AGO, onde é votada.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

São utilizados os seguintes critérios para elaboração da proposta de verba anual:

- Quantidade de posições para o Conselho de Administração
- Quantidade de posições para a Diretoria Estatutária.
- Remuneração anual – honorários x 12 meses
- Bônus Target
- Impostos/Encargos
- Benefícios para os elegíveis: carro e motorista, plano médico e odontológico, previdência privada.
- Benefícios de expatriação: conforme política aprovada no Conselho de Administração.
- Remuneração variável de Longo Prazo: valor target + custo de encargos.
- Estudos de Mercado são utilizados para comparação das práticas de remuneração, avaliando a competitividade frente a concorrência e embasando a proposta.

Para o Conselho Fiscal, utilizam-se os termos do parágrafo 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76, que fixa a remuneração mensal atribuída aos membros efetivos do Conselho Fiscal em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da prática de remuneração do emissor

A remuneração dos administradores é revisada anualmente, com base em elaboração de proposta e pesquisas periódicas de mercado, com consultorias renomadas, para avaliação de práticas salariais.

A proposta é levada para apreciação do Comitê de Recursos Humanos e, posteriormente, ao Conselho de Administração, que examina os itens constantes e submete para aprovação na AGO.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2017

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (****)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (***)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	4,25	5.759.832,08	544.491,91	N/A	1.493.973,47	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	212.082,10	8.010.379,56
Conselho de Administração	11,00	3.906.666,66	7.169,34	N/A	625.500,00	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	4.539.336,00
Conselho Fiscal	5,00	682.072,54	-	N/A	136.414,50	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	818.487,04
Total	20,25	10.348.571,28	551.661,25	N/A	2.255.887,97	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	212.082,10	13.368.202,60

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários.

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia.

*** Não houve pagamento de remuneração variável em 2017, com base na avaliação de desempenho do exercício de 2016.

****O valor da remuneração baseada em ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.

A remuneração total contabilizada em 2017, incluindo provisão de remuneração variável com encargos sociais totalizou R\$ 17,1 milhões.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2017 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 19,8 milhões para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2017 e de 2018.

Exercício social encerrado em 31/12/2018

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (****)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (***)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	5,25	7.434.828,00	1.253.412,66	N/A	3.172.589,37	4.603.800,00	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	16.464.630,03
Conselho de Administração	8,92	3.389.166,67	20.577,08	N/A	538.166,74	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	3.947.910,49
Conselho Fiscal	5,08	761.440,91	-	N/A	152.288,14	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	913.729,05
Total	19,25	11.585.435,58	1.273.989,74	N/A	3.863.044,25	4.603.800,00	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	-	21.326.269,57

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

*** Corresponde ao bônus pago em 2018, calculado com base no atingimento das metas de 2017

****O valor da Remuneração baseada em Ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes. Desde outubro de 2017, os programas de Stock Options vigentes não possuem mais valores de contabilização.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2018 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 30,3 milhões para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2018 e de 2019.

Exercício social encerrado em 31/12/2019

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (****)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (***)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	6,00	8.467.212,00	2.412.480,51	N/A	2.687.062,69	2.849.788,40	N/A	N/A	N/A	2.066.276,85	N/A	N/A	N/A	18.482.820,45
Conselho de Administração	8,08	3.025.000,00	23.228,20	N/A	444.999,92	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	3.493.228,12
Conselho Fiscal	5,00	705.601,20	-	N/A	141.120,00	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	846.721,20
Total	19,08	12.197.813,20	2.435.708,71	N/A	3.273.182,61	2.849.788,40	N/A	N/A	N/A	2.066.276,85	N/A	N/A	-	22.822.769,77

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia e provisão de valor correspondente ao novo programa de Incentivo de Longo Prazo lançado em 2019.

*** Corresponde ao bônus efetivamente reconhecido no exercício de 2019.

****O valor da Remuneração baseada em Ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes. Desde outubro de 2017, os programas de Stock Options vigentes não possuem mais valores de contabilização.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 23 de abril de 2019 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 31,2 milhões para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2019 e de 2020.

Remuneração prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2020

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (****)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (***)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	6,00	8.467.212,00	3.340.976,07	N/A	2.370.819,36	8.467.212,00	N/A	N/A	N/A	4.609.926,53	N/A	N/A	N/A	27.256.145,96
Conselho de Administração	8,00	3.000.000,00	27.000,00	N/A	600.000,00	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	3.627.000,00
Conselho Fiscal	5,00	705.601,20	-	N/A	141.120,24	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	846.721,44
Total	19,00	12.172.813,20	3.367.976,07	N/A	3.111.939,60	8.467.212,00	N/A	N/A	N/A	4.609.926,53	N/A	N/A	-	31.729.867,40

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia e provisão de valor correspondente ao novo programa de Incentivo de Longo Prazo lançado em 2019.

*** Corresponde ao bônus, calculado com base no atingimento do *target*.

****O valor da Remuneração baseada em Ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes. Desde Outubro de 2017, os programas de Stock Options vigentes não possuem mais valores de contabilização.

A ser aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2020 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 32.427.303 para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2020 e de 2021.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2017	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho de Administração</u> (**)	<u>Conselho Fiscal</u> (**)
Número de membros (***)	4,25	11,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$ 5.479.335,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 0,00	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir do atingimento/superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual definida em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se ao período compreendido entre as Assembleias.

Exercício social a encerrar em 31/12/2018	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho de Administração (*)</u>	<u>Conselho Fiscal (**)</u>
Número de membros (***)	5,25	8,92	5,08
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$ 10.958.670,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido (****)	R\$ 4.603.800,00	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir atingimento/superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável - Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(***) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(****) Corresponde ao bônus pago em 2018, calculado conforme a avaliação de desempenho do ano de 2017

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se ao período compreendido entre as Assembleias.

Exercício social a encerrar em 31/12/2019	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho de Administração (*)</u>	<u>Conselho Fiscal (**)</u>
Número de membros (*)	6,00	8,08	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 12.700.818	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas (***)	R\$ 8.467.212	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 2.849.788	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A

Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A
--------------------------------	-----	-----	-----

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir do cumprimento/ superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se ao período compreendido entre as Assembleias.

Remuneração Variável Prevista para Exercício de 2020

Exercício social a encerrar em 31/12/2020	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho de Administração</u> (**)	<u>Conselho Fiscal</u> (**)
Número de membros (*)	6,00	8,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 12.700.818	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas (***)	R\$ 8.467.212	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável

(***) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da do cumprimento / superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de abril de 2011 o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia (“Plano”). Neste mesmo ano, na primeira elegibilidade do Programa foram contemplados os componentes da Diretoria Estatutária, demais Diretores e Gerentes Gerais da Companhia.

Para o exercício social de 2019, continuaram em operação as regras do Plano aprovado em 14 de abril de 2011.

a) Termos e condições gerais

As regras gerais do Plano são formalmente aprovadas pelos acionistas. Após a aprovação, o Plano é gerenciado pelo Conselho de Administração, que tem o suporte do Comitê de Recursos Humanos para este fim. O Conselho de Administração e o Comitê são assessorados em aspectos técnicos e operacionais pelas áreas de recursos humanos, jurídica e financeira da Usiminas, ou consultores externos. Somente o Conselho de Administração tem poderes deliberativos sobre o Plano, dentro dos limites aprovados pelos acionistas.

Todos os executivos e empregados são potencialmente elegíveis ao Plano. Contudo, os efetivamente eleitos a receber outorgas deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração, a partir de recomendação do Comitê de Recursos Humanos.

O Plano tem outorgas de opções anuais (programas), respeitadas as regras e, principalmente, o capital autorizado (número de ações) pelos acionistas. Todos os programas anuais deverão ser previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

b) principais objetivos do Plano

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas
- Incentivar criação de valor sustentável
- Atração e retenção
- Competitividade com as práticas de mercado

c) forma como o Plano contribui para esses objetivos

O Plano é considerado o elo entre os objetivos dos Administradores e os objetivos da Companhia.

d) como o Plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano faz parte da estratégia de remuneração total da Usiminas, sendo um importante elemento para manutenção da competitividade das práticas da Companhia frente ao mercado, bem como ferramenta de atração e retenção de profissionais importantes para o negócio.

e) como o Plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazos

O Plano de *stock options* concede aos eleitos o direito de comprar ações da Usiminas a um preço (preço de exercício das opções) e prazos (carência para compra das ações) determinados. O preço predeterminado alinha o interesse de valorização das ações e os prazos de liberação para compra garantem decisões sólidas na busca de resultados de médio e longo prazos.

f) número máximo de ações abrangidas

O total máximo de ações abrangidas a serem outorgadas para todos os empregados elegíveis é de 50.689.310 ações preferenciais (USIM5), representando 5% do Capital total da Usiminas em 6 programas a serem realizados de 2011 a 2016.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

A quantidade máxima de opções outorgadas em cada ano para o total de Administradores elegíveis foi:

Outorga 2011 - 1.638.515 opções, representando 0,162% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2012 - 1.740.556 opções, representando 0,172% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2013 - 1.784.802 opções, representando 0,176% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2014 - 1.197.493 opções, representando 0,118% do total de ações de emissão da Companhia.

Nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 não houve outorga de Opções.

h) condições de aquisição de ações

A Opção deverá ser exercida mediante a aquisição ou subscrição das ações subjacentes em contrapartida do pagamento à Companhia do valor correspondente ao Preço de Exercício ("Preço de Exercício"), nos termos do Contrato de Opção.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração define o preço de exercício de cada Opção no momento em que a mesma é concedida, o qual é equivalente à cotação média ponderada de fechamento das Ações Preferenciais aplicáveis na Brasil Bolsa Balcão (B3) no mês anterior à data da concessão das Opções.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

O Conselho de Administração poderá fixar prazo a partir do qual a Opção passará a ser exercível ("Período de Carência") e também poderá estabelecer que a Opção venha a ser exercível em parcelas. Salvo deliberação em sentido diverso do Conselho de Administração, (i) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício um ano após a data de sua concessão, (ii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício dois anos após a data de sua concessão e (iii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício três anos após a data de sua concessão.

O Conselho de Administração poderá determinar o período máximo subsequente à data de concessão durante o qual a Opção poderá ser exercida ("Período de Exercício"), ressalvado que as Opções não poderão ser exercidas após 7 (sete) anos da data de sua concessão.

k) forma de liquidação

O preço de exercício de cada ação objeto da Opção será pago à vista integralmente pelo empregado eleito na data do exercício da opção, isto é, da celebração do Contrato de Compra e Venda entre o empregado eleito e a Usiminas ou da assinatura do respectivo boletim de subscrição, conforme o caso.

l) restrições à transferência das ações

Durante o Período de Exercício, é vedado ao participante alienar as Opções a ele concedidas ou constituir quaisquer ônus sobre tais Opções.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do Plano

O Conselho de Administração poderá alterar, suspender ou cancelar o Plano ou qualquer parte dele à qualquer tempo, desde que em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis. A suspensão, alteração ou extinção do Plano também se dá diante da cessação de vínculo entre o elegível ao programa de remuneração baseada em ações e a Companhia, conforme mesmos critérios/eventos descritos no item a seguir.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

(a) Desligamento Sem Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho sem justa causa ou destituição de seu cargo de administrador não motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (b) Desligamento por Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho por justa causa ou destituição de seu cargo de administrador motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, todas as Opções ainda não exercidas, independentemente de serem passíveis de exercício ou não, serão extintas de pleno direito e canceladas na respectiva Data de Desligamento ou na data do evento que deu origem à demissão ou destituição do Participante, o que primeiro ocorrer. (c) Desligamento Voluntário - Na hipótese de desligamento voluntário de qualquer Participante da Companhia ou de suas Controladas, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (d) Desligamento por Aposentadoria - Na hipótese de Aposentadoria, o Participante poderá exercer suas Opções passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (e) Falecimento - Em caso de falecimento de um Participante, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e seus herdeiros ou sucessores, por sucessão legal ou testamentária, poderão exercê-las no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (f) Desligamento por Invalidez Permanente - No caso de um Participante encontrar-se em licença de trabalho contínua e autorizada causada por invalidez permanente, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e estas poderão ser exercidas no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (g) Desligamento Após Alienação de Controle da Companhia - Em caso de alienação, direta ou indireta, de ações que representem o controle acionário da Usiminas, o Participante que, nos

primeiros 12 (doze) meses subsequentes à alienação do controle da Usiminas, for demitido sem justa causa ou cuja destituição do cargo de administrador não tenha sido motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista terá o direito ao exercício antecipado de todas as Opções a ele concedidas e poderá exercê-las no período de 30 dias após a respectiva Data de Desligamento, findado o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito.

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

A Companhia reconhece as despesas provenientes dos programas de outorga de opções de compra consoantes as Normas Contábeis CPC10 (R1) e ICPC05, que orientam a apuração e registro de acordo com o período de carência em que a Opção se tornar exercível.

Remuneração baseada em ações referente aos exercícios sociais encerrados em 2017, 2018 e 2019:

Programa 2017

Não houve outorga de opções no ano de 2017.

Programa 2018

Não houve outorga de opções no ano de 2018.

Programa 2019

Não houve outorga de opções no ano de 2019.

Movimentação das opções outorgadas dos 3 últimos exercícios sociais

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*	Total
Exercício social encerrado em 2017			
a Das opções em aberto no início do exercício social	1.604.529	242.957	1.847.486
Outorga Programa 2017	-	-	-
b Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
c Das opções exercidas durante o exercício social	(93.522)	(53.004)	(146.526)
d Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Das opções em aberto no fim do exercício social	1.511.007	189.953	1.700.960
Exercício social encerrado em 2018			
a Das opções em aberto no início do exercício social	1.511.007	189.953	1.700.960
Outorga Programa 2018	-	-	-
b Das opções perdidas durante o exercício social	(407.712)	-	(407.712)
c Das opções exercidas durante o exercício social	(187.043)	(26.502)	(213.545)
d Das opções expiradas durante o exercício social	(152.113)	(31.494)	(183.607)
Das opções em aberto no fim do exercício social	764.139	131.957	896.096
Exercício social encerrado em 2018			
a Das opções em aberto no início do exercício social	764.139	131.957	896.096
Outorga Programa 2019	-	-	-
b Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
c Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
d Das opções expiradas durante o exercício social	(239.631)	(46.112)	(285.743)
Das opções em aberto no fim do exercício social	524.508	85.845	610.353
Das opções em aberto exercíveis**	524.508	85.845	610.353
Das opções em aberto não exercíveis	-	-	-

* Outorga em função de ser empregado da Companhia, e não como membro do Conselho de Administração.

** Inclui o saldo de opções de programas anteriores a 2016.

As despesas incorridas referentes aos membros da Administração da Companhia reconhecidas nos resultados dos exercícios 2016 e 2017 encontram-se informadas no item 13.2. De acordo com as normas contábeis que orientam sobre o registro de Stock Options, desde outubro de 2017 as despesas não são mais apropriadas ao resultado da Companhia.

13.6. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Referente ao Programa 2017

Não houve outorga de opções no ano de 2017.

Referente ao Programa 2018

Não houve outorga de opções no ano de 2018.

Referente ao Programa 2019

Não houve outorga de opções no ano de 2019.

Exercício social encerrado em 31/12/2019

a. órgão	b. número de membros	c. número de membros remunerados	d. em relação às opções exercidas, informar:			e. em relação às ações entregues informar:		
			i. número de ações	ii. preço médio ponderado de exercício	iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	i. número de ações	ii. preço médio ponderado de aquisição	iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas
Diretoria Estatutária	6,00	6,00	-	-	-	N/A	N/A	N/A
Conselho de Administração	8,08	8,08	-	-	-	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	5,00	5,00	-	-	-	N/A	N/A	N/A

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Nos anos de 2017 e de 2019 não foram exercidas opções de compra de ações. Para o ano de 2018 foram exercidas 26.502 opções por membro do conselho de administração e 187.043 por membros da diretoria estatutária, totalizando 213.545 opções. As respectivas ações entregues representam a mesma quantidade de opções exercidas.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

As principais premissas utilizadas de acordo com o Modelo de Precificação Black-Scholes dos programas de outorgas foram as seguintes:

Outorga 2017: Não houve outorga de opções no ano de 2017.

Outorga 2018: Não houve outorga de opções no ano de 2018.

Outorga 2019: Não houve outorga de opções no ano de 2019.

i. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Metodologia Black-Scholes. Não existe exercício antecipado das opções, o *vesting* é de 33% por ano após o 1º, 2º e 3º ano da data da outorga do programa.

ii. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para cálculo da volatilidade foi considerada o histórico ajustado de 36 meses anteriores à outorga.

iii. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foi incorporada nenhuma outra característica na mensuração do valor justo.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Quantidade de Valores Mobiliários em 31/12/2019

Empresa	Valor Mobiliário	Conselho de Administração (*)	Diretoria	Conselho Fiscal (*)
Usiminas	Ação Ordinária	-	-	-
Usiminas	Ação Preferencial Classe A	76.035	43.789	-

* O saldo de ações inclui os membros efetivos e suplentes dos conselhos de Administração e Fiscal.

- As opções outorgadas e não exercidas não compõem a quantidade de valores mobiliários de emissão da Companhia detidos por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal.
- Todos os membros efetivos da Diretoria Estatutária, Conselhos de Administração e Fiscal são remunerados.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários							
Órgão	Nº Membros	Nome do Plano	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Condições para se aposentar antecipadamente	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores (*)	Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições (**)
Conselho de Administração	0	N/A	N/A	N/A	R\$ -	R\$ -	N/A
Diretoria Estatutária	4	USIPREV	1	N/A	R\$ 2.183.400,58	R\$ 492.189,98	Nenhum dos Administradores
(*) Foram consideradas somente as contribuições mensais para os benefícios programados, que foram pagas no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019, pela reversão mensal dos recursos existentes no Fundo de Reserva. As contribuições mensais para benefícios de risco e despesas administrativas não foram consideradas neste levantamento, por se tratarem de contas coletivas.							
(**) O Resgate antecipado pode ser requerido somente por participantes que cessaram seu contrato de trabalho e não estejam em gozo de benefício. O resgate corresponde a 100% do saldo de conta do participante acrescido de um percentual aplicável sobre o saldo de conta da patrocinadora, variando de 10 a 80%, conforme o tempo de inscrição no plano (3 anos completos 10%, aumento de 10% a cada ano, até o limite de 80% a partir dos 10 anos).							

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: órgão, número de membros, valor da maior remuneração individual, valor da menor remuneração individual e valor médio de remuneração individual.

As informações apresentadas neste item estão de acordo com os dados informados no item 13.2.

	Valores em reais								
	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Número de membros	6,00	5,25	4,25	8,08	8,92	11,00	5,00	5,08	5,00
Valor da maior remuneração (reais)	4.931.845,64	3.538.135,81	1.956.634,76	841.301,65	855.669,72	845.942,38	136.960,92	142.212,71	132.588,11
Valor da menor remuneração (reais)	1.902.584,15	1.764.898,67	983.321,37	300.000,00	287.786,32	287.932,32	136.960,92	142.212,71	132.588,11
Valor médio da remuneração (reais)	3.080.470,08	3.136.120,01	1.884.795,19	432.330,21	442.590,86	412.666,91	169.344,24	179.867,92	163.697,41

Observações:

(a) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

(b) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

(c) O valor da maior remuneração anual individual é relativo a um membro que exerceu suas funções na Companhia por 12 meses em 2019.

- Todos os membros efetivos da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Fiscal são remunerados.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

No contrato de um membro da Diretoria Executiva há uma cláusula de não-concorrência que veda a possibilidade de desempenho de funções na indústria de produção de aços planos do Brasil, pelo período de 12 meses, após término das suas funções na Companhia. Em função desta vedação, a Companhia se comprometeu ao pagamento de valor compensatório equivalente a 3 vezes o valor dos honorários mensais por ano de permanência no cargo.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	Exercício social encerrado (2019)	Exercício social encerrado (2018)	Exercício social encerrado (2017)
Conselho de Administração	51%	54%	28%
Conselho Fiscal	71%	60%	50%
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Órgão	Valores em reais		
	Exercício Social encerrado (2019)	Exercício Social encerrado (2018)	Exercício Social encerrado (2017)
Conselho de Administração	-	-	22.230,01
Conselho Fiscal	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	-	-

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Órgão	Valores em reais		
	Exercício Social encerrado (2018)	Exercício Social encerrado (2017)	Exercício Social encerrado (2016)
Conselho de Administração	28.651.851,21	22.000.736,76	27.243.870,72
Conselho Fiscal	829.582,64	754.436,75	637.217,22
Diretoria	2.463.386,85		803.177,00

-Valores de 2018 convertidos para reais, com a taxa do dólar de 24/05/2019 e com a taxa do iene de 23/05/2019.
 -Valores de 2017 convertidos para reais, com a taxa do dólar de 28/05/2018 e com a taxa do iene de 28/05/2018.
 -Valores de 2016 convertidos para reais, com a taxa do dólar de 25/05/2017 e com a taxa do iene de 25/05/2017.
 -Não tiveram valores pagos por controladas ou sociedades sob controle comum.

13.16. Outras informações que a Companhia julga relevantes.

Os administradores provenientes do exterior, terão direito de exercer a totalidade das opções de compra de ações outorgadas conforme o plano de opções da Companhia, contando com um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data do término do seu vínculo contratual. (A cláusula 10.1 do plano de opções não será aplicada). Conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

ANEXO 8 – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AO CONSELHO FISCAL

Conselho de Administração

1 – Candidatos ao Conselho de Administração indicados pelos Acionistas Controladores

- Membros Efetivos:

a. nome	Ruy Roberto Hirschheimer
b. data de nascimento	07/10/1948
c. profissão	Administrador de empresas
d. CPF ou número do passaporte	385.211.488-87
e. cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim, é membro independente tendo em vista que não preenche nenhuma das hipóteses de comprometimento de sua independência previstas e sugeridas no item 2.2.1 do Código Brasileiro de Governança Corporativa, bem como quaisquer outras hipóteses que se assemelhem às situações ali descritas.
l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	a) Electrolux AB, Stockholm Setor de atividade: Eletrodomésticos b) Pinacoteca do Estado de São Paulo Setor de atividade: Museus c) Museu de Arte Moderna de São Paulo Setor de atividade: Museus
• cargo	a) Electrolux AB, Stockholm 1998 até 2016 Cargo: Conselheiro de Administração; Diretor Presidente da América Latina b) Pinacoteca do Estado de São Paulo

	2014 até a presente data Cargo: Conselheiro de Administração c) Museu de Arte Moderna de São Paulo 2014 até a presente data Cargo: Conselheiro de Administração
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	a) Electrolux AB, Stockholm Não integra o grupo econômico e nem é controlada b) Pinacoteca do Estado de São Paulo Não integra o grupo econômico e nem é controlada c) Museu de Arte Moderna de São Paulo Não integra o grupo econômico e nem é controlada
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	a) Pinacoteca do Estado de São Paulo 2014 até a presente data Cargo: Conselheiro, Conselho de Administração b) Museu de Arte Moderna de São Paulo 2014 até a presente data Cargo: Conselheiro, Conselho de Administração
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Yuichi Akiyama
b. data de nascimento	12/07/1967
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TS3327370
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)

g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Coordenador do Comitê de Auditoria
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não se aplica
l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	a) Nippon Steel Corporation Setor de Atividade: Siderurgia b) Nippon Steel América do Sul Ltda. Setor de Atividade: Siderurgia c) Unigal Ltda. Setor de Atividade: Siderurgia d) Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A. Setor de Atividade: Siderurgia e) Nippon Usiminas Co., Ltd. * A empresa encerrou suas atividades e foi liquidada em Março de 2020. f) Nippon Steel Brasil Investimento Ltda.
• cargo	a) Janeiro de 2015 até a presente data Cargo: Gerente Geral b) Setembro de 2018 até a presente data Cargo: Diretor Presidente c) Abril de 2019 até a presente data Cargo: Membro da Comissão Dirigente d) Maio de 2019 até a presente data Cargo: Membro suplente do Conselho de Administração e) Março de 2016 a março de 2018 Cargo: Diretor

	<p>f) Janeiro de 2019 até a presente data</p> <p>Cargo: Administrador</p>
<p>• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>a) Nippon Steel Corporation</p> <p>Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor.</p> <p>b) Nippon Steel América do Sul Ltda.</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p> <p>c) Unigal Ltda.</p> <p>Integra do grupo econômico do emissor</p> <p>d) Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p>
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Nippon Steel América do Sul Ltda.</p> <p>Setembro de 2018 até a presente data</p> <p>Posição: Presidente</p> <p>Unigal Ltda.</p> <p>Abril de 2019 até a presente data</p> <p>Posição: Membro do Comitê de Gestão</p> <p>Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.</p> <p>Março de 2019 até a presente data</p> <p>Cargo: Membro Suplente do Conselho de Administração</p> <p>Nippon Steel Brasil Investimento Ltda.</p> <p>Janeiro de 2019 até a data deste documento</p> <p>Cargo: Administrador</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não há condenação criminal.</p>
<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p>	<p>Não há condenação em processo administrativo da CVM.</p>
<p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial</p>	<p>Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.</p>

qualquer	
a. nome	Hiroshi Ono
b. data de nascimento	11/01/1967
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TK7727838
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não se aplica
l. número de mandatos consecutivos	Não se aplica
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	a) Baosteel-NSC Automotive Steel Sheets Co.,Ltd. Setor de Atividade: Siderurgia b) Nippon Steel Corporation Setor de Atividade: Siderurgia c) Nippon Steel North America, INC. Setor de Atividade: Siderurgia d) Nippon Steel Australia, Pty, LTD. Setor de Atividade: Siderurgia

	<p>e) Nippon Steel Southeast Asia, PTE. Setor de Atividade: Siderurgia</p> <p>f) Nippon Steel Vietnam, CO., LTD. Setor de Atividade: Siderurgia</p> <p>g) Nippon Steel Consulting (BEIJING) CO., LTD. Setor de Atividade: Siderurgia</p> <p>h) Nippon Steel India Private LTD. Setor de Atividade: Siderurgia</p> <p>i) PT. Nippon Steel Indonesia Setor de Atividade: Siderurgia</p> <p>j) Nippon Steel Europe GmbH Setor de Atividade: Siderurgia</p> <p>k) Nippon Steel North America, INC. Setor de Atividade: Siderurgia</p>
• cargo	<p>a) janeiro de 2015 até dezembro de 2015: Posição: Vice- Gerente Geral</p> <p>b) janeiro de 2015 até março de 2020: Posição: Gerente Geral</p> <p>Abril de 2020 até a presente data: Posição: Conselheiro Executivo</p> <p>c) abril de 2019 até março de 2020: Cargo: Diretor</p> <p>d) abril de 2019 até março de 2020: Cargo: Diretor</p> <p>e) abril de 2019 até março de 2020: Cargo: Diretor</p> <p>f) abril de 2019 até março de 2020: Cargo: Auditor</p> <p>g) abril de 2019 até a conclusão do processo de renúncia: previsão para depois de abril de 2020 Cargo: Auditor</p> <p>h) abril de 2019 até a conclusão do processo de renúncia: previsão para depois de abril de 2020</p>

	<p>Cargo: Diretor</p> <p>i) agosto de 2019 até a conclusão do processo de renúncia: previsão para depois de abril de 2020</p> <p>Cargo: Auditor</p> <p>j) outubro de 2019 até março de 2020</p> <p>Cargo: Auditor</p> <p>k) abril de 2020 até a presente data</p> <p>Posição: Presidente e CEO</p>
<p>• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>a) Baosteel-NSC Automotive Steel Sheets Co.,Ltd.</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p> <p>b) Nippon Steel Corporation</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p> <p>c) Nippon Steel North America, INC.</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p> <p>d) Nippon Steel Australia, Pty, LTD.</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p> <p>e) Nippon Steel Southeast Asia, PTE.</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p> <p>f) Nippon Steel Vietnam, CO., LTD.</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p> <p>g) Nippon Steel Consulting (BEIJING) CO., LTD.</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p> <p>h) Nippon Steel India Private LTD.</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p> <p>i) PT. Nippon Steel Indonesia</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p> <p>j) Nippon Steel Europe GmbH</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada</p>

	<p>por acionista do emissor.</p> <p>k) Nippon Steel North America, INC.</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p>
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<p>Nippon Steel North America, INC.</p> <p>De Abril de 2020 até a presente data</p> <p>Posição: Presidente e CEO</p>
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
b. data de nascimento	07/01/1970
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	790.197.496-68
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no	Membro dos Comitês de Auditoria e de

emissor	Recursos Humanos
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	5 mandatos
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	<p>a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A – USIMINAS</p> <p>Setor de Atividade: Siderurgia</p> <p>b) FEMCO – Fundação Cosipa de Seguridade Social</p> <p>c) Caixa dos Empregados da Usiminas (atual Previdência Usiminas)</p> <p>Setor de atividade: Previdência Complementar Fechada</p> <p>d) Previdência Usiminas</p> <p>Setor de atividade: Previdência Complementar Fechada</p>
• cargo	<p>a) Superintendente no setor de Planejamento Corporativo, M&A e Investimentos e Membro do Comitê de Auditoria</p> <p>b) Diretora Financeira e Diretora Presidente</p> <p>c) Diretora Financeira</p> <p>d) Diretora Presidente</p>
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do	<p>a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A – USIMINAS</p> <p>Trata-se do próprio emissor.</p> <p>b) FEMCO – Fundação Cosipa de Seguridade Social</p> <p>Não integra o grupo econômico do emissor</p> <p>c) - d) Previdência Usiminas</p> <p>Não integra o grupo econômico e é acionista</p>

emissor	do emissor
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Membro do Conselho Deliberativo da Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (representando a Previdência Usiminas).
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Oscar Montero Martinez
b. data de nascimento	03/08/1960
c. profissão	Engenheiro Industrial
d. CPF ou número do passaporte	AAD960333
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não se aplica
l. número de mandatos consecutivos	3 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	<p>a) Ternium México S.A. de C.V., Tenigal S. de R.L. de C.V., Ternium USA Inc., Acerus S.A. de C.V., APM, S.A. de C.V., Ternium Gas México S.A. de C.V., Ferropak Servicios S.A. de C.V., Ferropak Servicios S.A. de C.V., IMSA Monclova S.A. de C.V., Las Encinas S.A. de C.V., Acedor S.A. de C.V., Ferropak Comercial S.A. de C.V., Treasury Services S.A. de C.V.;</p> <p>b) Consorcio Minero Benito Juarez Peña Colorada, S.A. de C.V.</p> <p>c) Ternium S.A.</p>
• cargo	<p>a) Membro do Conselho de Administração</p> <p>b) Membro suplente do Conselho de Administração</p> <p>c) Diretor Geral de Planejamento e Operações</p>
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não Informado
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou	Não Informado

organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Ronald Seckelmann
b. data de nascimento	26/02/1956
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	894.486.428-49
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não

l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – USIMINAS Setor de atividade: Siderurgia
• cargo	a) Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A – USIMINAS Trata-se do próprio emissor.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não se aplica.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	
---	--

a. nome	Elias de Matos Brito
b. data de nascimento	28/07/1965
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	816.669.777-72
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	3 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	a) Brookfield Incorporações S. A., Companhia de Seguros Aliança da Bahia, HRT Participações em Petróleo S. A., e PROFARMA S. A. b) 18ª Vara Cível da Capital – RJ, na 2ª Vara Empresarial da Capital – RJ, e na 1ª Vara Cível da Barra da Tijuca – RJ

	<p>c) Associação dos Peritos do Estado do Rio de Janeiro</p> <p>d) Exato Assessoria Contábil Ltda.</p>
• cargo	<p>a) Membro do Conselho Fiscal</p> <p>b) Perito Judicial</p> <p>c) Diretor</p> <p>d) Sócio</p>
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não Informado
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

- Membros Suplentes:

a. nome	Tatsuya Miyahara
b. data de nascimento	27/04/1963
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TK9238844
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	a) Nippon Steel Corporation Setor de Atividade: Siderurgia b) Nippon Steel América do Sul Ltda. Setor de Atividade: Siderurgia c) Nippon Usiminas.Co., Ltd. * A empresa encerrou suas atividades e foi liquidada em março de 2020
• cargo	a) Janeiro de 2015 até a presente data Cargo: Gerente Geral b) Janeiro de 2015 a Maio de 2016 Cargo: Diretor c) Abril de 2018 até Dezembro de 2019 Cargo: Diretor

<p>• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>a) Nippon Steel Corporation</p> <p>Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor.</p> <p>b) Nippon Steel América do Sul Ltda.</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p> <p>c) Nippon Usiminas.Co., Ltd.</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p>
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não há condenação criminal.</p>
<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p>	<p>Não há condenação em processo administrativo da CVM.</p>
<p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.</p>

a. nome	Yusuke Tajiri
b. data de nascimento	03/06/1980
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	243.999.858-36
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia

j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	Não se aplica
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	a) Nippon Steel Corporation Setor de Atividade: Siderurgia b) Nippon Steel América do Sul Ltda. Setor de Atividade: Siderurgia
• cargo	a) Janeiro de 2015 até maio de 2016 Cargo: Gerente b) Junho de 2016 até a presente data Cargo: Gerente Sênior c) Janeiro de 2020 até a presente data Cargo: Diretor
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	a) Nippon Steel Corporation Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor. b) Nippon Steel América do Sul Ltda. Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Nippon Steel América do Sul Ltda. Janeiro de 2020 até a presente data Cargo: Diretor
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera	Não há condenação transitada em julgado nas

judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	esferas judiciais e administrativa.
---	-------------------------------------

a. nome	Henrique de Rezende Vergara
b. data de nascimento	19/02/1964
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	016.734.217-76
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim, é membro independente tendo em vista que não preenche nenhuma das hipóteses de comprometimento de sua independência previstas e sugeridas no item 2.2.1 do Código Brasileiro de Governança Corporativa, bem como quaisquer outras hipóteses que se assemelhem às situações ali descritas.
l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	a) Henrique Vergara Advocacia b) BSM Supervisão de Mercados c) Global Legal Entity Foundation – GLEIF d) Motta Fernandes Advogados

<p>• cargo</p>	<p>a) Julho de 2018 até a presente data Cargo: Sócio único</p> <p>b) Novembro de 2014 até a presente data Cargo: Membro do Conselho Fiscal</p> <p>c) Outubro de 2017 até a presente data Cargo: Membro do Conselho de Administração</p> <p>d) Outubro de 2013 a Abril de 2018 Cargo: Sócio sênior</p>
<p>• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não há condenação criminal.</p>
<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p>	<p>Não há condenação em processo administrativo da CVM.</p>
<p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.</p>

a. nome	Gileno Antonio de Oliveira
b. data de nascimento	10/09/1957
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	441.159.206-10
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Gerente Geral de Engenharia Industrial
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	3 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas Setor de Atividade: Siderurgia b) Previdência Usiminas Setor de atividade: Previdência Complementar Fechada c) Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais - ABM
• cargo	a) Gerente Geral de Engenharia de Processos e Gerente Geral de Engenharia Industrial b) Presidente do Conselho Deliberativo c) Comissão master da ABM Week (Congresso Anual)

<p>• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A – USIMINAS</p> <p>Trata-se do próprio emissor.</p> <p>b) Previdência Usiminas</p> <p>Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor</p> <p>c) Não integra o grupo econômico do emissor</p>
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Não se aplica</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não há condenação criminal.</p>
<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p>	<p>Não há condenação em processo administrativo da CVM.</p>
<p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.</p>

<p>a. nome</p>	<p>Guilherme Poggiali Almeida</p>
<p>b. data de nascimento</p>	<p>22/01/1979</p>
<p>c. profissão</p>	<p>Advogado</p>
<p>d. CPF ou número do passaporte</p>	<p>045.496.266-58</p>
<p>e. cargo eletivo ocupado</p>	<p>Membro Suplente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)</p>

f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	a) Manucci Advogados Setor de atividade: Prestação de serviços
• cargo	a) Sócio
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	a) Manucci Advogados Não integra o grupo econômico do emissor
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou	Não se aplica

organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Mario Giuseppe Antonio Galli
b. data de nascimento	07/05/1951
c. profissão	Graduado em Filosofia
d. CPF ou número do passaporte	YA0314245
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não

l. número de mandatos consecutivos	5 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	a) Grupo Techint b) Comitê de Comunicação da Associação Mundial do Aço c) Tenaris d) Tenaris Confab Hastes de Bombeio e) Ternium Brasil S.A.
• cargo	a) Diretor de Comunicação Corporativa b) Presidente (2009 – 2011) c) Diretor Corporativo de Comunicações d) Diretor e) Membro do Conselho de Administração
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não Informado
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não informado
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação	Não há condenação criminal.

criminal	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Fernando Duelo Van Deusen
b. data de nascimento	05/04/1966
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	17.863.583 [Argentina]
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os	

últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Ternium
• cargo	Diretor Jurídico
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Membro de diferentes conselhos e/ou conselhos fiscais de afiliadas da Ternium
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

2. – Candidatos ao Conselho de Administração indicados pelo Acionista Minoritário
Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações

- Membro Efetivo:

a. nome	Tiago Curi Isaac
b. data de nascimento	16/06/1982
c. profissão	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	303.612.048-33
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não informado
l. número de mandatos consecutivos	Não se aplica
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	a) B3 – BMF & Bovespa b) BBM Logística c) Mercaprev d) Abrasca e) ABVCAP
• cargo	a) de Junho de 2013 a Janeiro de 2016

	<p>Superintendente de Empresas Listadas</p> <p>De Fevereiro de 2016 a Julho de 2019</p> <p>Head – Debt and Equity Capital Markets</p> <p>b) Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria</p> <p>c) Membro do Conselho de Administração</p> <p>d) Membro do Conselho de Administração</p> <p>e) Membro do Conselho Consultivo</p>
<p>• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	Não informado
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	Não informado
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	Não há condenação criminal.
<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p>	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
<p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial</p>	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

qualquer	
-----------------	--

- Membro Suplente:

a. nome	Adriana de Andrade Solé
b. data de nascimento	27/07/1960
c. profissão	Engenheira Eletricista
d. CPF ou número do passaporte	378.627.316-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim
l. número de mandatos consecutivos	Não se aplica
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Conselheira de administração certificada pelo IBGC desde 2010. Consultoria associada do Instituto de Desenvolvimento de Mercado de Capital. Fundadora do canal de youtube Governança Já. Co-autora de livros de Governança Corporativa: Fundamento, Desenvolvimento, Tendência; Rd. Atlas, sétima edição, 2014. São Paulo e Gestão Integrada do Território: Economia, Sociedade, Ambiente e Cultura, IBIO, 2012. Rio de Janeiro. Código de Conduta: Evolução,

	<p>Essência e Elaboração. A ponto entre a Ética e a Organização, ed. Fórum 2019. Co-autora de cartilhas Código de Boas Práticas em Empresas de capital misto pelo IBGC e de Compliance: Guia para os Organizações Brasileiras – junho de 2016 e novembro 2018. Pesquisadora dos temas Governança, Compliance e Risco e Governança Corporativa, Stakeholders e RI e Complicance e Ética. Professora do IBMEC/MG das disciplinas Governança Corporativa e Administração Estratégica. Professora da FUMEC das disciplinas Governança Corporativa, Compliance e Estratégia. Consultoria, Treinamento Corporativo, docência internacional em espanhol sobre o Gobierno Corporativo Grupo Merck América Latina – México e Ecuaciel – Equador. Consultoria e Treinamento corporativo sobre Governança em Cooperativas de crédito, Instituições Públicas como TRT MG, ENA Fundação Escola de Governo do estado de Santa Catarina e Fundo para o desenvolvimento agropecuário do Estado de Goiás. Palestrante e Consultora sobre Governança Corporativa e Governança em Instituições Públicas e Privadas. Assessora da Presidência e Diretoria Executiva-CEO e Gerente para Planejamento Corporativo do Sistema Usiminas, 1991 – 2009.</p>
• cargo	
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os	

últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

3- Representante dos Empregados

- Membro Efetivo

a. nome	Luiz Carlos de Miranda Faria
b. data de nascimento	29/09/1954
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	153.159.836-68
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	06/02/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim - Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado
l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os	

últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	a) Força Sindical de Minas Gerais b) Prefeitura de Belo Horizonte
• cargo	a) Presidente b) Assessor
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

- Membro Suplente

a. nome	Edílio Ramos Veloso
b. data de nascimento	05/04/1966
c. profissão	Engenheiro Mecânico
d. CPF ou número do passaporte	24/08/1960

e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	06/02/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim - Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado
l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas
• cargo	De Setembro/2010 a Junho/2012 – Gerente de Segurança e Medicina do Trabalho; De julho/2012 a Agosto/2014 – Gerente de Segurança e Medicina do Trabalho – Usina de Cubatão De Setembro/2014 a Novembro/2016 – Engenheiro Especialista de Segurança do Trabalho; De dezembro/2016 até outubro/2019 – Gerente de Segurança do Trabalho
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas - Emissor

indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

Conselho Fiscal

1 – Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelos Acionistas Controladores

- Membros Efetivos:

a. nome	Wanderley Rezende de Souza
b. data de nascimento	24/05/1961
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	634.466.267-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)

f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim, é membro independente tendo em vista que não preenche nenhuma das hipóteses de comprometimento de sua independência previstas e sugeridas no item 2.2.1 do Código Brasileiro de Governança Corporativa, bem como quaisquer outras hipóteses que se assemelhem às situações ali descritas.
l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas Setor de atividade: Siderurgia b) Kepler Weber S.A. Setor de atividade: Agronegócio
• cargo	a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas Abr/2015 à Abr/2016 Cargo: Membro suplente do Conselho Fiscal Abr/2016 à Oct/2016 Cargo: Membro efetivo do Conselho Fiscal Out/2016 à Abr/2018 Cargo: Membro titular do Conselho de Administração

	<p>Abr/2018 à Abr/2020</p> <p>Cargo: Membro efetivo do Conselho Fiscal</p> <p>b) Abr/2019 à Abr/2020</p> <p>Cargo: Membro suplente do Conselho Fiscal</p>
<p>• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas</p> <p>Trata-se do próprio emissor</p> <p>b) Kepler Weber S.A.</p> <p>Não integra o grupo econômico e nem é controlada pelo emissor.</p>
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Não há</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	<p>---</p>
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não há condenação criminal.</p>
<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p>	<p>Não há condenação em processo administrativo da CVM.</p>
<p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.</p>
<p>a. nome</p>	<p>Sérgio Carvalho Campos</p>
<p>b. data de nascimento</p>	<p>05/03/1960</p>

c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	392.964.316-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	Previdência Usiminas Setor de atividade: Entidade Fechada de Previdência Complementar
• cargo	Diretor Financeiro
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Previdência Usiminas Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Paulo Frank Coelho da Rocha
b. data de nascimento	09/03/1971
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	151.450.238-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não

l. número de mandatos consecutivos	8 mandatos
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	a) Demarest e Almeida – Prestação de Serviços b) Cravath, Swaine & Moore
• cargo	a) Sócio b) Foreign Associate
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Membro da International Bar Association, do Advisory Board do "Working Group on Legal Opinions" da American Bar Association; e da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	
--	--

- Membros Suplentes

a. nome	Samuel Tadayuki Kaji
b. data de nascimento	08/09/1974
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	032.919.556-50
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Auditoria
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	Não se aplica
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	a) Nippon Steel América do Sul Ltda. Setor de Atividade: Siderurgia b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas Setor de atividade: Siderurgia

• cargo	<p>a) Maio de 2008 ate a presente data</p> <p>Cargo: Gerente Administrativo e Jurídico</p> <p>b) Abril 2018 até a presente data</p> <p>Cargo: Membro Efetivo do Comitê de Auditoria</p>
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	<p>a) Nippon Steel América do Sul Ltda.</p> <p>Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p> <p>b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas</p> <p>Trata-se do próprio emissor</p>
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Lucio de Lima Pires
b. data de nascimento	19/03/1971

c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	812.099.596-15
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	Previdência Usiminas Setor: Previdência Complementar Fechada
• cargo	Gerente de Controladoria
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Previdência Usiminas Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe	Não se aplica

em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	João Paulo Bueno Minetto
b. data de nascimento	23/08/1982
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	298.700.968-24
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não

l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	Demarest Advogados
• cargo	Sócio
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não aplicável
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

qualquer	
----------	--

2 – Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelo Acionista Minoritário Geração Futuro

L. Par Fundo de Investimento em Ações

- Membro Efetivo

a. nome	Fabricio Santos Debortoli
b. data de nascimento	06/06/1979
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	027.664.219-80
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não.
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Critério não informado.
l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	--
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	--
• nome e setor de atividade da empresa	a) Videolar Innova b) Centrais Elétricas de Santa Catarina c) Eternit S.A. d) Usiminas S.A.

	<p>e) Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN</p> <p>f) GASPART Participações S.A.</p>
• cargo	<p>a) Financial Controller</p> <p>b) Abr/2016 à Abr/2017</p> <p>Cargo: Membro efetivo do Conselho Fiscal</p> <p>Abr/2017 à Abr/2018</p> <p>Cargo: Membro do Conselho de Administração</p> <p>Março/2019 até a presente data</p> <p>Cargo: Membro do Conselho de Administração</p> <p>c) Abr/2018 à Abr/2019</p> <p>Cargo: Membro do Conselho Fiscal</p> <p>d) Abr/2019 até a presente data</p> <p>Cargo: Membro do Conselho Fiscal</p> <p>e) Março/2020 até a presente data</p> <p>Cargo: Membro do Conselho de Administração</p> <p>f) Fev/2019 até a presente data</p> <p>Cargo: Vice-Presidente</p>
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não informado.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não informado.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	--
i. qualquer condenação	Não há condenação criminal.

criminal	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

- Membro Suplente

a. nome	Wilsa Figueiredo
b. data de nascimento	08/01/1963
c. profissão	Engenheira e Matemática
d. CPF ou número do passaporte	457.398.546-87
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2020 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não.
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Critério não informado.
l. número de mandatos consecutivos	Não se aplica.

m. informações sobre:	--
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	--
• nome e setor de atividade da empresa	a) Banco do Brasil b) Celpe e Coelba c) Neoenergia d) LOG Z e) Embraer f) Fundação Banco do Brasil
• cargo	a) Out/2013 à Fev/2015 Cargo: Gerente Executiva – Diretoria de Mercado de Capitais Março/2015 à Jun/2015 Cargo: Gerente Geral da Unidade Private Bank Jun/2015 à Out/2016 Cargo: Diretora Estatutária – Diretoria Soluções para Atacado Out/2016 à Out/2017 Cargo: Diretora Estatutária – Diretoria Controles Internos b) Março/2014 a Março/2015 Cargo: Membro titular do Conselho de Administração c) Março/2014 a Março/2015 Cargo: Membro suplente do Conselho de Administração d) Jun/2015 a Fev/2016 Cargo: Membro titular do Conselho de Administração e) Março/2016 a Março/2020 Cargo: Membro titular do Conselho Fiscal f) Jan/2020 a Jan/2020 Cargo: Membro titular do Conselho Fiscal
• se a empresa integra (i)	Não informado.

o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não informado.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	--
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

Nos termos do Item 10.2.12, letra d, do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020, informamos que nenhum dos presentes candidatos, indicados aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo Acionistas Controladores, declarou ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definição prevista no artigo 3º-B da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, e alterações decorrentes da Instrução CVM nº 463, de 08 de janeiro de 2008. A Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações não informou se algum de seus candidatos é pessoa politicamente exposta.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Conselho de Administração	Total de reuniões realizadas	% de participação do membro
Ruy Roberto Hirschheimer	21	100%
Yuichi Akiyama	21	100%
Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca	21	100%
Oscar Montero Martínez	21	86%
Ronald Seckelmann	21	90%
Elias de Matos Brito	21	100%
Luiz Carlos de Miranda Faria	18	100%
Guilherme Poggiali de Almeida	21	24%
Edilio Ramos Veloso	21	14%
Fernando Duelo Van Deusen	21	0%

Conselho Fiscal	Total de reuniões realizadas	% de participação do membro
Wanderley Rezende de Souza	5	100%
Sérgio Carvalho Campos	2	100%
Paulo Frank Coelho da Rocha	5	100%
Lúcio de Lima Pires	5	60%
Fabricio Santos Debortoli	2	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Comitê de Auditoria	Total de reuniões realizadas	% de participação do membro
Yuichi Akiyama	6	100%
Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca	7	100%
Samuel Tadayuki Kaji	7	100%

Comitê de Recursos Humanos	Total de reuniões realizadas	% de participação do membro
Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca	8	100%

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e administradores da Companhia.

b) (i) Administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não aplicável.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

(i) O candidato a membro titular do Conselho de Administração Oscar Montero Martinez ocupa o cargo de Diretor Geral de Planejamento e Operações da Ternium S.A., e ainda é membro do Conselho de Administração de diversas subsidiárias da Ternium;

(ii) O candidato a membro suplente Conselho de Administração Guilherme Poggiali Almeida é sócio do escritório de advocacia Manucci Advogados, que mantém relação contratual de Prestação de Serviços Advocatícios com as empresas do Grupo Ternium, desde junho de 2015;

(iii) O candidato a membro suplente do Conselho de Administração Mario Guiseppe Antonio Galli mantém relação de emprego com certas subsidiárias da Tenaris S.A., também é Diretor Corporativo de Comunicação da Tenaris S.A., membro do Conselho de Administração da Ternium Brasil S.A e Diretor da Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A.;

(iv) O candidato a membro suplente do Conselho de Administração Fernando Duelo Van Deusen ocupa o cargo de Diretor Jurídico da Ternium S.A.;

(v) O candidato a membro suplente do Conselho Fiscal Lucio de Lima Pires ocupa o cargo de Gerente de Controladoria da Previdência Usiminas.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.